

O CONFLITO RÚSSIA - UCRÂNIA

-As Forças Armadas, o discurso e a retórica
nacionais -



24/02 a 03/07/2022

A Guerra Rússia-Ucrânia

- As Forças Armadas, o discurso e a retórica nacionais -

24/02 a 03/07/2022

ÍNDICE

24/02 a 08/04/2022	8
O início da invasão	10
Declaração do Primeiro-Ministro relativa à ação militar [...]	12
Marcelo convoca Conselho de Estado para 14 de março	13
Rita Siza: "Rascunho da Bússola Estratégica [e] a ameaça Russa."	15
Marcelo consegue unanimidade contra "agressão" Russa"	18
Vítor Matos: "Portugal mínimo em exercício máximo"	21
Filipa Uno: "Depois da Ucrânia, investir na defesa já não é tabu"	23
Marcelo recusa o regresso do serviço militar obrigatório	29
Sondagem: "Portugueses confiam mais na UE e na NATO do que nas FFAA"	31
MDN: "Portugal vai participar na força de reação rápida da UE."	34
The Strategic Compass: Charting a New Course	39
MDN: "Posição da China terá "impacto importante" nas relações futuras"	41
Reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional	43
H. Carreiras: "É vital o processo de modernização das nossas FFAA"	45
Ana Sá Lopes: "Marcelo recusou Cravinho na Defesa ..."	48
João Barros: "OE 2022 tem folga para reforço na Defesa ..."	49
António Telo: "Exército europeu? Preferível uma estratégia comum"	52
NATO and the major tasks "Deterrence" and "Defence"	55
J. Carvalho: "H. Carreiras. A Mulher que quer quebrar «tabus» nas FFAA"	61
Abril: "Há militares a mais?"	64
Lusa: CEM expressaram votos de "maiores sucessos" à nova MDN	66
Vítor Matos: "Meta de 2% da NATO custa mil milhões a Portugal"	68
Vítor Matos: "Helena em busca do tesouro perdido"	74
Vítor Matos: "Militares querem falar do SMO..."	76
J. Vasco Almeida: "Vem aí outra vez o serviço militar obrigatório"	79
Formeiro Monteiro: "O Serviço Militar [.]: o debate que nunca aconteceu"	82
Vítor Matos: "SEDES propõe Serviço Nacional de Cidadania"	86
09/04 a 24/04/2022	90
MDN: "Governo vai adequar defesa [...] à nova realidade de segurança ..."	91
Lusa: MRS: "Temos de dar ainda mais força às nossas FFAA "	93
Joaquim Letria: "Vem aí a tropa"	94
V. Marcelino: "Militares Portugueses partem para a Roménia [...]"	95
Lusa: "Ministra da Defesa define modernização das FFAA como prioridade"	99

C. Paes: "Serviço Cívico Obrigatório"	101
Valença Pinto: "Gastos com a GNR não deviam contar para a NATO ..."	103
Ana Miguel dos Santos: "Isto é gozar com as Forças Armadas!"	105
V. Marcelino: "Governo desvia cinco milhões da Marinha [...]"	108
25/04 a 09/05/2022	114
V. Marcelino: "Deputados vão questionar desvio de fundos da Marinha"	115
Site Oficial da P.R.: Discurso do PR [...] no aniversário do 25 de Abril	118
Ângela Silva: "Marcelo desafia Governo [...]"	124
C. Guilherme: "FFAA? Governo em "total sintonia" com Marcelo"	127
V. Matos: "Como Marcelo (não) falou dos problemas das FFAA"	129
Expresso: Forças Armadas vivem momento de crise. [...]	134
V. Marcelino: "Generais alertam Marcelo para "pré-falência" das FFAA"	136
Lusa: Execução da LPM em pouco mais de 50% em 2021 [...].....	141
David Dinis: "25 de Abril: Marcelo ao ataque na Defesa" [PODCAST].....	143
Visão / Lusa: "Marcelo defende melhores condições [...] para as FFAA"	145
PR e a "pedagogia" sobre os desafios colocados às FFAA [VÍDEO]	147
Lusa: "Marcelo defende melhores condições de carreira e equipamentos"	148
Ângela Silva: "[FFAA.] Marcelo carrega nas exigências [...]"	150
Jamila Madeira: "[...] e o reforço do orçamento da Defesa"	153
Ascenso Luís Simões: "Sobre as políticas de Defesa Nacional"	158
Lusa: "Costa compromete-se com quadro de praças no Exército e na FAP"	161
Manuel Alves: "[...] um recado importante de Marcelo"	163
Vítor Matos: "Medina cede a Marcelo e aprova promoções dos militares"	164
Vítor Matos: "PR quis pressionar Medina na Defesa"	166
V. Matos: "Marinha [atribui] duas FFGH, mas só tem uma"	169
Ângela Silva: "Marcelo descongela a palavra "troika".....	171
Henrique Monteiro: "Que imagem se quer de Portugal?"	174
Lusa: "Governo autoriza mais de cinco mil promoções nas FFAA"	176
Sónia Pinto: "Costa e Medina retêm verbas para a Defesa"	178
S. José Almeida: "O país [...] e os soldadinhos de chumbo"	180
Ministra da Defesa: "Portugal já enviou 170 toneladas de ajuda [...]"	183
S.Ribeiro: "Investimento: cabe ao governo e ao senhor Presidente avaliar"	185
Felícia Cabrita: "Portugal vai já enviar blindados para a Ucrânia"	187
PR: "Envio de blindados a confirmar-se é "apoio empenhado"	190
Ministra da Defesa: OE responde "de forma direta" à guerra na Ucrânia	191
Ministra da Defesa: "Não tem sentido reinstaurar" serviço militar obrigatório	194
V.Marcelino: "[...] Marinha paga por "competências complementares"	196

10/05 a 24/05/2022	200
Maria João Avillez: "Os militares"	201
F. Sarsfield Cabral: "Valorizar as Forças Armadas"	204
José Augusto Gonçalves: "A gente conhece-os por militares".....	205
V. Marcelino: "Holding pública gastou 330 mil euros em consultores"	209
Lusa: "Marcelo - Investimentos em Defesa mais importantes do que nunca	215
Nuno Domingues: "Almirante Gouveia e Melo garante prontidão de forças [...]" ...	217
Lusa: MDN."Portugal não tem uma estratégia de segurança marítima"	221
A. S. Azenha: "Forças Armadas perdem 8 900 militares em 10 anos"	223
Lusa: "Ministra da Defesa preside ao Dia da Marinha"	226
V. Matos: "Generais lançam livro e a Defesa está "no [seu] ponto mais baixo"	228
Agostinho Costa: "SMO não faz sentido nos tempos atuais"	232
V. Marcelino: "[...] Generais admitem recrutamento de estrangeiros"	234
Nuno Ribeiro: "Generais admitem SMO e recrutamento de estrangeiros"	237
25/05 a 12/06/2022	239
H. M. Claudino: "Portugal perde cinco militares por dia desde o início do ano"	240
Ana G. Rodrigues conversa com Valm Pires Neves sobre o livro do GREI [CNN]	243
Lusa: "Fuzileiros portugueses partem para a Lituânia [...]"	244
R. M. Godinho: "Juventudes partidárias rejeitam serviço militar obrigatório."	246
Lusa: "Marcelo assinala dia das FFAA com CEMGFA e chefes dos três ramos"	249
Cerimónia Militar Comemorativa do Dia de Portugal em Braga.....	251
Lusa: "Marcelo faz elogio ao povo que construiu Portugal [...]"	252
Previews NATO's next Strategic Concept at Copenhagen Democracy Summit	255
13/06 a 03/07/2022	257
N. Ribeiro: "O imbróglio de uma [FFAA] sem efectivos e com poucos recursos."	258
Simões de Melo: "Serviço nas Forças Armadas: a visão de um liberal".....	263
Expresso: "Tribunal de Contas chumba 'patrulhões'"	265
Edgar Cardoso: "Tribunal de Contas chumba contrato da Defesa "	267
Nuno Ribeiro: "Tribunal de Contas chumba contrato para os "patrulhões".	268
Vítor Matos: Defesa diz que vai recorrer do chumbo do T. C. aos 'patrulhões'	271
Reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional	273
Apoio à Ucrânia e Conceito Estratégico da NATO abordados no CSDN.....	274
Cláudia Almeida. "Guerra na Ucrânia será "jogo de espera", diz Joe Biden"	276
Jorge Máximo: "Ensaio sobre o Serviço Nacional Obrigatório"	277
Madeira quer desenvolver drones "inovadores" para as FFAA.....	281
Vigilância costeira na Madeira em 2023 com base de drones no Porto Santo	282
DN: "Ministra: ainda faltam mulheres nas FA"	284

A Ministra [...] Helena Carreiras, e a perspetiva de género nas FFAA	285
Vítor Matos: "A NATO face ao regresso quente do inimigo da Guerra Fria"	289
G. Pinheiro: "NATO debate maior expansão de defesa desde a Guerra Fria".	292
A. de la Calle: "[A Cimeira de Madrid e a] Aposta forte de Pedro Sánchez"	294
Vítor Matos: "Tribunal questiona capacidade da idD"	296
PSD quer ouvir Ministra da Defesa no parlamento sobre execução da LPM	297
Ângela Silva: "Marcelo dá tempo a Costa: [...]"	299
CEMA: "Contributo de Portugal é garantir que o Atlântico é "lago da NATO"	301
Gouveia e Melo recusa Marinha "fechada e autofágica" e sim "catalisadora"	304
Lusa: "PSD vai propor revisão da tabela remuneratória das Forças Armadas"	307
S. Salvador: G7 e NATO: promessas de apoio à Ucrânia e ameaças à Rússia.....	309
Teresa de Sousa: "O regresso do Ocidente, cortesia de Putin."	314
Lusa: "Marcelo: só quando uma mulher incompetente chegar ao topo [...]"	316
Lusa: "Marcelo defende inclusão de imigrantes no recrutamento para as FFAA"	318
J.T. Fernandes: "A política externa feminista da Suécia, a NATO e Erdogan".	320
NATO: EUA vão anunciar reforço "a longo prazo" do envolvimento na Europa	323
Biden diz que a NATO está a fortalecer-se em "terra, mar e ar".	325
Nuno S. Teixeira: "A NATO está bem e recomenda-se."	327
Defence secretary Ben Wallace goes on the warpath over military spending	329
Archie Bland: "In depth: Making sense of our armed forces' future"	330
Lusa: "Reforço das FRR da NATO "prontas até ao próximo ano"	334
B. Sousa: "NATO prepara mudanças por causa da invasão russa na Ucrânia"	336
Lusa: Defesa. PM recusa compromisso em atingir 2% do PIB	338
Lusa: PO acompanhará o reforço de "forma adequada às suas circunstâncias"	340
Costa: A cimeira da NATO começou "da melhor maneira"	342
LIVE: Aprovado novo conceito estratégico da NATO.	344
Parlamento aprova [audição] da ministra da Defesa sobre Programação Militar	350
Rita Siza: "Líderes da NATO afinam mensagem contra a Rússia, [...]"	352
S.Salvador: "EUA reforçam presença militar na Europa [...]"	360
Javier Solana: "A segurança europeia após a Cimeira da NATO em Madrid".....	362
S.Monteiro e Silva Pinto: "10 pontos-chave da nova estratégia da NATO"	365
Biden diz que NATO vai ficar "mais forte do que nunca"	368
Vítor Matos: "NATO prepara-se para o impensável"	371
Miguel Monjardino: "A NATO e a defesa da Europa"	375
Vítor Matos: "Dívida põe Portugal na cauda da Aliança"	377
Mais mulheres nas FFAA tornam "mais difícil" incompetência	379
Lusa: "EUA incentivam Portugal a atingir meta de 2% do PIB para defesa"	381

Teresa de Sousa: "A NATO e a frente interna: [...]"	383
David Leonhart: "We look at three scenarios for the war in Ukraine."	387

... /// ...

24/02 a 08/04/2022

SITUAÇÃO ANTES DA INVASÃO

- Posicionamento tropas Russas -



https://www.google.com/search?q=MAPAS+DA+GUERRA+NA+UCR%C3%82NIA&sxsrf=APq-WBtxj9-vD0x6-u0PHrzzjSy_0AykIq:1648316852197&tbm=isch&source=iu&ictx=1&vet=1&fir=Ydd3OKkKC961OM%252CZnNfS-7PddqjLM%252C%253BP7j

PÚBLICO

24 de fevereiro, 2022

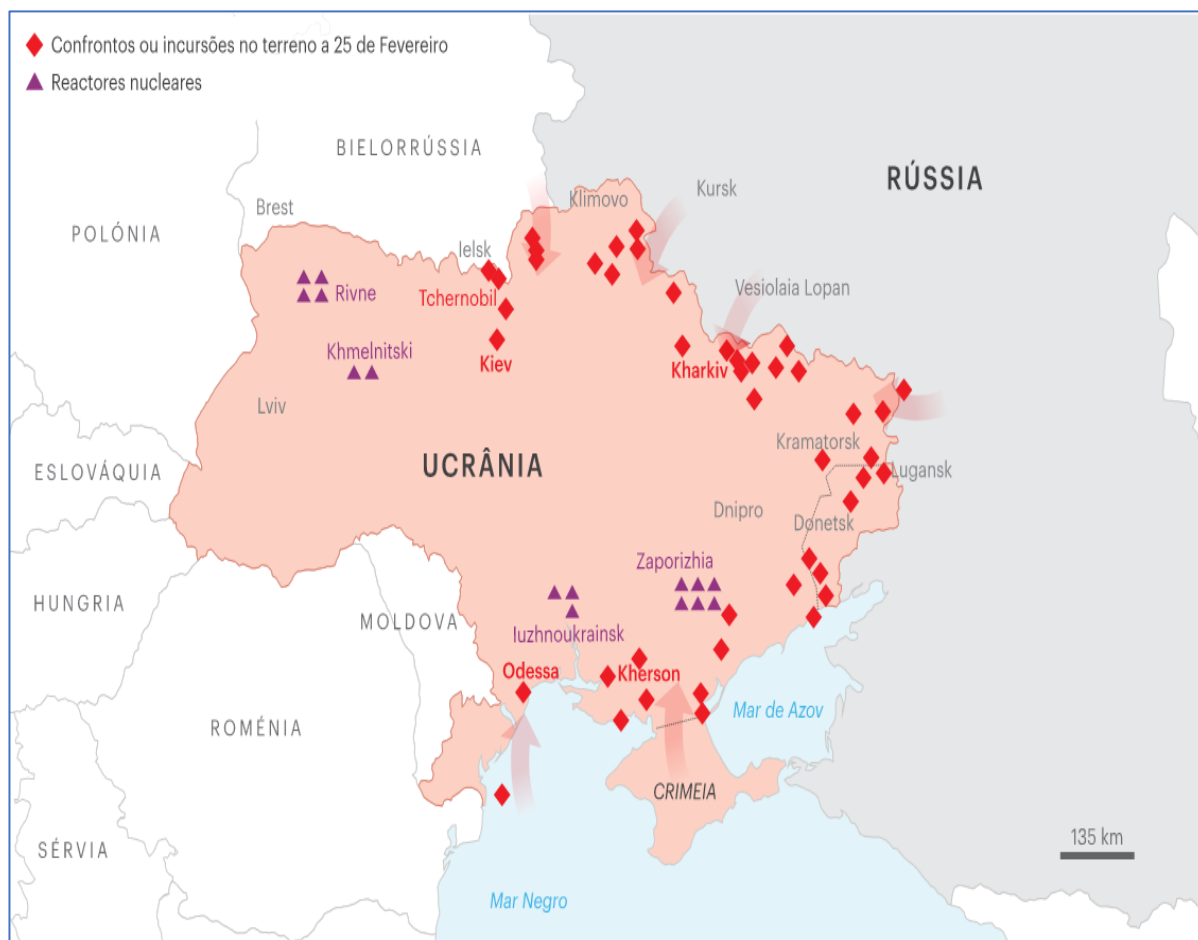
O início da invasão

<https://www.publico.pt/2022/02/24/infografia/russia-invade-ucrania-guia-visual-entender-guerra-661>

Forças de manutenção de paz

Durante semanas, Vladimir Putin garantiu que o destacamento de 150 mil soldados russos e de colunas com tanques e camiões se destinava apenas à realização de exercícios militares. Vários países ocidentais acusaram o Presidente russo de planejar uma invasão ao país vizinho.

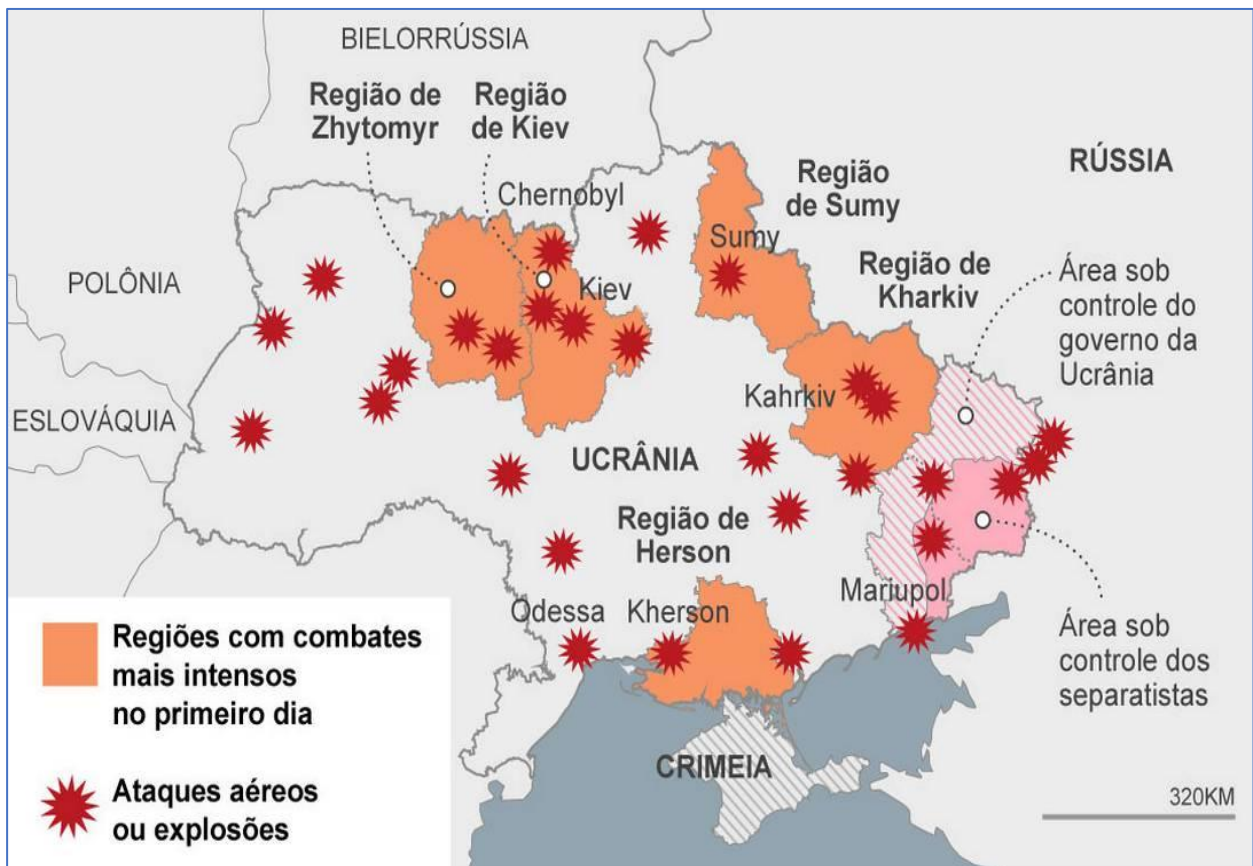
Esta quinta-feira, os ataques foram maioritariamente dirigidos a alvos militares, mas há relatos de que também atingiram zonas civis, tendo já sido confirmada a existência de vítimas mortais.



Primeiros ataques

Esta quinta-feira, Putin deu "luz verde" à invasão da Ucrânia:

o Exército russo atacou várias cidades com mísseis de longo alcance e iniciou a conquista pela força de regiões inteiras no país vizinho. Os ataques aéreos atingiram a capital Kiev, onde se ouviram explosões ao longo da manhã. Odessa, cidade com o maior porto do país, foi uma das zonas atingidas pelos mísseis russos. Ao longo do dia, os ataques estenderam-se por todo o país, numa acção militarizada que se aproxima cada vez mais da capital ucraniana.



... /// ...

Declaração do Primeiro-Ministro relativa à ação militar [...]

... da Rússia sobre a Ucrânia

24 de fevereiro, 2022 às 10h43

O Primeiro-Ministro, António Costa, afirmou que Portugal condena de forma «veemente a ação militar hoje desencadeada pela Rússia sobre o território ucraniano».

«<https://www.youtube.com/watch?v=qKE38ilxLTA>»

António Costa falava em Lisboa, numa declaração à comunicação social, após uma reunião com o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Defesa Nacional e o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, onde o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas transmitiu informação detalhada que seguirá agora para o «Presidente da República e, depois, para o Conselho Superior de Defesa Nacional».

António Costa referiu também as reuniões do Conselho Europeu, que hoje vão decorrer, para decidir sobre a aplicação de sanções à Rússia. Também o Conselho do Atlântico Norte está reunido, ao nível dos embaixadores, para definir «a medida de empenho de forças de dissuasão que a NATO adotará para proteger todos os países aliados que têm fronteira com a Ucrânia ou que estão no conjunto de toda uma vasta região que se estende da Islândia à Turquia».

O Primeiro-Ministro lembrou também que Portugal integra, este ano, as **Forças de Reação Rápida da NATO**, existindo por isso, um conjunto de elementos disponíveis, «com uma prontidão a cinco dias», para serem colocados sobre as ordens da Aliança Atlântica e se for essa a decisão do Conselho do Atlântico Norte.

«Convinha ficar claro que a NATO não intervirá nem agirá na Ucrânia e a posição que a NATO terá - e na qual as forças portuguesas poderão estar empenhadas - são missões de dissuasão, em particular junto dos países da NATO que têm fronteira com a Ucrânia», frisou António Costa.

Comunidade ucraniana em Portugal

O Primeiro-Ministro deixou ainda, na sua declaração, uma palavra de confiança à comunidade ucraniana que reside em Portugal, que poderá contar «com toda a nossa solidariedade».

«Têm sido muito bem-vindos a Portugal e os seus familiares, os seus amigos e os seus conhecidos, que entendam que devem procurar no nosso País a segurança e o destino para dar continuidade às suas vidas, serão também muito bem-vindos», disse, acrescentando que estas instruções estão a ser transmitidas às nossas embaixadas - quer na Ucrânia, quer nos países vizinhos - para serem agilizadas as emissões de vistos.

Comunidade portuguesa na Ucrânia

No caso da comunidade portuguesa na Ucrânia e dos luso-ucranianos, ali residentes, António Costa afirmou que «está estabelecido um processo de evacuação que é do conhecimento da embaixada» e que será ativado «se e quando o mesmo for solicitado».

O Primeiro-Ministro disse que espera ainda que «esta ação da Rússia não seja mais um passo numa escalada que tenha continuidade» e «tal, como tem sido o apelo muito veemente por parte do Secretário-Geral da Nações Unidas em nome de toda a humanidade», que «a Rússia pare o ataque, retire as suas forças e dê espaço para que o diálogo diplomático prossiga de forma a garantir a paz e a segurança no conjunto da Europa e, naturalmente também, na Rússia».

... /// ...

JORNAL DE NOTÍCIAS

Marcelo convoca Conselho de Estado para 14 de março



Marcelo Rebelo de Sousa

Foto: MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

JN/Agências

07 de março, 2022,

<https://www.jn.pt/nacional/marcelo-convoca-conselho-de-estado-sobre-a-ucrania-para-14-de-marco-14657411.html>

O Presidente da República convocou uma reunião do Conselho de Estado para 14 de março, às 15 horas, no Palácio da Cidadela, em Cascais, "com um único ponto da ordem de trabalhos: a situação na Ucrânia".

Esta informação foi divulgada esta segunda-feira através de uma nota no sítio oficial da Presidência da República na Internet.

Na quinta-feira, Marcelo Rebelo de Sousa comunicou aos jornalistas que ponderava convocar o seu órgão político de consulta "em tempo oportuno", no caso de uma eventual "tomada de posição adicional" de Portugal em relação à ofensiva russa militar na Ucrânia.

"Eu pondero, em tempo oportuno, uma convocação do Conselho de Estado. Mas em tempo oportuno, num momento em que faça sentido, na sequência do Conselho de Estado, haver qualquer tomada de posição adicional, complementar, relativamente àquilo que tem sido feito e dito pelo senhor primeiro-ministro, pelo senhor ministro dos Negócios Estrangeiros, pelo senhor ministro da Defesa Nacional, e também pontualmente pelo Presidente da República", disse.

O chefe de Estado, que falava no final de uma visita a um pavilhão da Polícia Municipal de Lisboa preparado para receber temporariamente refugiados ucranianos, defendeu que neste momento os responsáveis políticos a nível global se devem conter nas suas declarações, em nome da procura da paz.

"A opinião pública, dentro desta ideia de abraçar a causa, quer mais, imediatamente. Há que pensar naquelas pessoas de carne e osso que estão nesse panorama de guerra, naquilo que se vai vivendo, e como isso exige uma prudência, uma sensatez, uma contenção da parte dos responsáveis", considerou.

O Conselho de Estado reuniu-se pela última vez em 3 de novembro do ano passado, com duas reuniões seguidas, primeiro com a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, e depois para se pronunciar sobre a dissolução do parlamento, na sequência do chumbo do Orçamento.

... /// ...

PÚBLICO

Rita Siza: “Novo rascunho da Bússola Estratégica carrega na ameaça Russa.”

Líderes preparam-se para aprovar o novo documento que serve de guia para a condução da política de defesa e segurança “numa altura em que a guerra está de regresso à Europa” por decisão de Vladimir Putin.



Foto Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia

EPA/KENZO TRIBOUILLARD

Rita Siza,

Bruxelas, 07 de março, 2022

<https://www.publico.pt/2022/03/07/mundo/noticia/novo-rascunho-bussola-estrategica-carrega-ameaca-russia-seguranca-europeia-1997912>

A invasão da Ucrânia pela Federação Russa obrigou a União Europeia a refazer a sua avaliação sobre os riscos geopolíticos e as ameaças de segurança “complexas” que pairam sobre o continente, e a repensar os planos para a sua arquitectura de defesa — que se desenhavam a pensar muito mais nas ameaças híbridas ou na ciberguerra do futuro, do que na guerra convencional com tanques nas ruas, como temos visto por estes dias numa marcha lenta, e devastadora, com destino a Kiev.

Obrigou, também, a rever o rascunho e reescrever vários parágrafos da Bússola Estratégica para a Segurança e Defesa da UE, o documento orientador que vai servir de guia para a condução da política dos 27 até ao fim desta década, e que os chefes de Estado e governo se preparam para adoptar “numa altura em que assistimos ao regresso da guerra na Europa” (a sua aprovação está prevista acontecer na reunião do Conselho Europeu marcada para 24 e 25 de Março, em Bruxelas).

As manobras do Presidente da Rússia, Vladimir Putin, para desmontar a estrutura de segurança construída após a queda do muro de Berlim, e ressuscitar o **conceito das esferas de influência**, são agora a principal preocupação dos parceiros europeus.

“O regresso da guerra na Europa, bem como as grandes mudanças geopolíticas estão a desafiar a nossa capacidade de promover a nossa visão e defender os nossos interesses”, diz agora a primeira frase do sumário executivo do documento, a que o PÚBLICO teve acesso.

O novo rascunho, já devidamente ajustado para reflectir a realidade da “agressão militar ilegal e injustificada” contra a Ucrânia, aponta especificamente para o risco que a Rússia representa para a segurança europeia e global: para o Serviço de Acção Externa da UE, responsável pela redacção do documento, trata-se de **“uma competição de sistemas de governação, acompanhada por uma verdadeira batalha de narrativas”**, em que são invocados supostos direitos históricos para justificar a violação das regras e princípios dos tratados internacionais.

Os representantes dos Estados-membros foram confrontados, esta segunda-feira, com a nova versão da **Bússola Estratégica** (para já, um documento de trabalho que ainda pode sofrer alterações até à sua aprovação final pelos líderes), que já é a terceira: saltam imediatamente à vista as **mudanças no capítulo dedicado à análise dos riscos e das ameaças com que a Europa se confronta** (“o regresso da política de poder [power politics] num mundo multipolar e de contestação permanente”) que foi parcialmente reescrito para destacar a **acção desestabilizadora da Rússia**, por oposição por exemplo à China — que mesmo assim continua a ser descrita como um **“rival sistémico”**, cujas práticas de coerção são apontadas como motivo de alerta e preocupação.

O documento argumenta que a presente invasão da Ucrânia pela Rússia, que “vem na sequência da agressão militar da Geórgia, em 2008, da anexação ilegal da Crimeia, em 2014, e do apoio a grupos separatistas armados na região de Donbass”, e à qual se junta o controlo efectivo do Governo da Bielorrússia por Moscovo, se insere na estratégia de Putin que “está a tentar activamente restaurar e expandir as chamadas esferas de influência”.

“O ataque contra a Ucrânia demonstra a disponibilidade [do Presidente da Rússia] para utilizar o mais alto nível de força militar, independentemente de considerações jurídicas ou humanitárias, combinado com táticas híbridas, ciberataques e manipulação e interferência de informação estrangeira, coerção energética e uma retórica nuclear agressiva”, refere.

Mas a UE vai mais longe, e chama a atenção para a acção agressiva e desestabilizadora da Rússia noutros teatros, como a Líbia, Síria, República Centro-Africana e Mali, onde o Kremlin tem vindo a **"utilizar as crises de forma oportunista, nomeadamente através da utilização de desinformação e mercenários como o grupo Wagner"**, para projectar a sua influência.

Ao mesmo tempo que assinala os riscos do expansionismo russo, o documento aponta a resposta da UE, através do seu apoio à Ucrânia, como uma prova da **"determinação" dos 27 em tomar decisões difíceis e avançar com medidas "sem precedentes"** para restaurar e preservar a paz na Europa.

"O ambiente de segurança hostil à nossa volta exige um salto quântico, para aumentarmos a nossa capacidade e vontade de agir, reforçarmos a nossa resiliência e assegurarmos a solidariedade e a assistência mútua", lê-se no documento.

Os parceiros europeus propõem desenvolver acções em **quatro eixos distintos: na capacidade militar de resposta a crises; na previsão, antecipação e mitigação de ataques híbridos, no espaço e no ciberespaço, ou campanhas de manipulação e desinformação; no investimento para desenvolver e produzir novas tecnologias e capacidades de defesa de ponta, e finalmente, na cooperação com aliados estratégicos como a NATO, e parceiros regionais como a OSCE, a União Africana ou a ASEAN.**

Para ser capaz de agir de forma rápida e robusta sempre que uma nova crise eclode, **a UE propõe o reforço das suas missões e operações civis e militares, bem como das suas estruturas de comando e controlo. Mas a sua grande aposta é o desenvolvimento, até 2025, de uma força militar conjunta de intervenção rápida, de pelo menos 5000 efectivos, que possam ser mobilizados para todo o tipo de ambientes ou cenários.**

Se já existisse uma força deste tipo na UE, ela não seria necessariamente destacada para a frente de guerra na Ucrânia: os parceiros europeus, tal como os seus aliados transatlânticos, insistem que não serão parte activa no conflito aberto pela Rússia. Porém, a situação criada por Putin na fronteira Leste da União veio alterar radicalmente a dinâmica política em favor da aprovação desta proposta, quebrando a resistência de vários Estados-membros.

... /// ...

EXPRESSO

**Marcelo consegue unanimidade contra "agressão" Russa [...]
[...] e avisa: "Não nos iludamos quanto aos tempos muito difíceis
que aí vêm"**



José Fernandes

O único que podia divergir (Domingos Abrantes, do PCP) faltou ao Conselho de Estado e o Presidente da República anunciou ao país a "condenação unânime" da "agressão" da Ucrânia pela Rússia. Marcelo defendeu "contenção nas palavras" (lá dentro disse haver "demasiados protagonistas a falar para a História") e prescindiu de um comunicado escrito. Quanto aos efeitos da guerra, foi claro: "O que já se passou terá custos enormes na vida de todos".

14 março, 2022



Ângela Silva

Jornalista

<https://expresso.pt/exclusivos/2022-03-14-Marcelo-consegue-unanimidade-contra-agressao-da-Russia-e-avisa-Nao-nos-iludamos-quanto-aos-tempos-muito-dificeis-que-ai-vem-5e9106ab>

Domingos Abrantes, o representante do PCP no Conselho de Estado, faltou à reunião que Marcelo Rebelo de Sousa convocou para esta segunda-feira com um único ponto na agenda - a situação na Ucrânia - e a posição dos restantes conselheiros foi unânime na condenação da "agressão da Federação Russa à Ucrânia".

Foi o próprio Presidente da República a anunciá-lo no final da reunião, que durou quatro horas e que, **ao contrário do que é habitual, não teve um comunicado final.** **Dada a gravidade do momento, Marcelo decidiu falar diretamente ao país.**

Na comunicação que fez, **o Presidente não falou de "invasão" da Ucrânia, mas de "agressão"**, embora na intervenção no Conselho e em que elencou a evolução dos acontecimentos nas últimas três semanas, tenha referido, segundo relatos de presentes ao Expresso, que a partir de determinada altura "as instâncias internacionais passaram a falar de invasão". E foi de invasão que hoje todos falaram.

O Presidente fê-lo com veemência, **considerando a atuação russa "chocante no tempo, na legitimidade e no alcance"**, em **"violação de princípios básicos como o respeito pelo direito internacional, a independência, a soberania e a integridade territorial dos Estados"**, e **causadora de "instabilidade, imprevisibilidade e incerteza"**. Além de dois milhões e meio de refugiados.

Defensor desde o início desta guerra de que é preciso **prudência no discurso**, Marcelo voltou, no entanto, a dizer que, **"com firmeza nos valores e princípios e clareza nas decisões, mas serenidade na postura"**, temos que **"exigir dos responsáveis contenção nas palavras"**.

"Demasiados protagonistas a falar para a História"

Na reunião com os conselheiros, Marcelo distanciou-se mesmo dos que na cena internacional têm exibido publicamente uma intensa atividade, na tentativa, até agora falhada, de forçar a negociação entre russos e ucranianos. E segundo alguns dos presentes confirmaram ao Expresso, o Presidente chegou a afirmar que há "demasiados protagonistas a falar para a História".

"Não há como negar que é dramaticamente urgente encurtar a guerra", reconheceu pouco depois quando falou pelas televisões, defendendo, no entanto, que isso deve ser feito "com serenidade e não com expedientes negociais concebidos apenas para ganhar tempo ou paralisar a resistência e a unidade contra a agressão". Uma referência indireta a Moscovo.

A condenação da atuação russa foi unânime entre os conselheiros do Presidente, com Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda, a desfiar várias violações do Direito Internacional perpetradas pelos russos. No final da reunião, Marcelo sublinhou que "nós em Portugal temos feito exatamente o que devíamos e devemos continuar a fazer, condenámos o que praticamente todos viriam a condenar e condenámos muito antes da maior parte desses todos". E, enfatizou, **"ainda hoje condenámos unanimemente no Conselho de Estado"**, onde, disse, **"unimos o que deve ser unido, a União Europeia, a NATO e as Nações Unidas, nos planos económico, financeiro e político-militar"**.

Sem comunicado final, a referência à NATO (cuja atuação o BE muito tem criticado) não passou a escrito. **E a unanimidade na condenação da Rússia foi pacífica.**

"O que já se passou terá custos enormes"

Sobre o impacto económico e social da guerra, o Presidente assumiu que "o que já se passou terá custos enormes na vida de todos nós, nomeadamente na Europa", e alertou "não haver como negá-lo" pedindo que "não nos iludamos quanto aos tempos muito difíceis que aí estão ou que aí vêm".

Dizendo-se atento "ao que em cada momento é necessário e possível fazer para enfrentar os custos da guerra", o Presidente lembrou o que se fez durante a pandemia e avisou que **"temos que garantir bens essenciais, assegurar o funcionamento da economia, apoiar empresas a começar pelos setores cruciais, e cuidar das pessoas, em particular dos mais pobres, carenciados e sacrificados"**.

O Presidente quis deixar **cinco mensagens essenciais sobre a guerra**, sendo a **primeira** "a quase unanimidade do mundo na condenação da agressão da Federação Russa à Ucrânia". "Não há como negar que a comunidade internacional rejeitou o que considerou e considera intolerável", afirmou, convicto de que "os dias entretanto vividos só têm confirmado o acerto e a força dessa condenação".

Segunda mensagem: "Não há como negar que a intervenção russa deparou com o repúdio claro do povo ucraniano". E o Presidente destacou ainda o "apelo generalizado a um abreviar da guerra", quer para "poupar custos humanos", quer para "limitar uma nova e complexa guerra fria" que possa "destruir décadas de diálogo pela paz, combate às desigualdades, miséria, fome, e ainda há pouco tempo, a saúde global".

Outra mensagem foi para os refugiados - "acolhemos quem deve ser acolhido sem discriminações ou privilégios" - e aqui Marcelo Rebelo de Sousa referiu-se aos ucranianos como "um povo a quem tanto devemos, nas nossas casas, nas nossas empresas, nas nossas vidas".

E houve **ainda a mensagem para os portugueses**, a quem o Presidente avisou virem aí "tempos muito difíceis" e a quem prometeu atenção "ao que em cada momento é necessário e possível fazer para enfrentar os custos da guerra, como aconteceu com a pandemia".

Sintomática e central no discurso presidencial sobre esta guerra é a **especial ênfase que Marcelo coloca na necessidade de "contenção"**. Em nome do bem maior - "fazer tudo para que a paz chegue depressa", o Presidente português parece distanciar-se das mais visíveis movimentações de alguns líderes internacionais.

... /// ...

Vítor Matos: “Portugal mínimo em exercício máximo”

A NATO realiza um grande exercício com 30 mil tropas de 27 países na Noruega.

Portugal enviou apenas 18 militares

VÍTOR MATOS

17 de março, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2577/html/primeiro-caderno/em-destaque/portugal-minimo-em-exercicio-maximo>

Durante este mês, a NATO está a realizar o maior exercício dos últimos 30 anos na Noruega, o Cold Response 22, com a participação de cerca de 30 mil militares de 27 países, 220 aviões e mais de 50 navios. Portugal enviou apenas 18 militares e nenhum meio aéreo ou naval, informou o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), em resposta ao Expresso (sem dar mais pormenores sobre esta a equipa), o que fontes militares atribuem a limitações orçamentais. Segundo o gabinete do ministro da Defesa, “este era o empenhamento que estava previsto no planeamento das Forças Nacionais Destacadas para 2022”.

Tendo em conta a guerra na Ucrânia e o facto de os exercícios se realizarem a algumas centenas de quilómetros da fronteira com a Rússia com a participação da Suécia e da Finlândia (que não são membros), a NATO também tem feito questão de sublinhar que este exercício foi anunciado há mais de oito meses, e que “não está relacionado com a invasão injustificada e não provocada da Rússia à Ucrânia”. Aliás, a Rússia foi convidada a participar como observadora, mas recusou.

Apesar de ter uma participação “reduzida” na Noruega, segundo o EMGFA, o Agrupamento Mecanizado do Exército fez quatro dias de exercícios na serra da Estrela, entre 14 e 18 de fevereiro, “no âmbito das atividades de manutenção da prontidão da Very High Readiness Joint Task Force (VJTF)”, como consta no site do ramo. A VJTF é a força de maior prontidão da NATO Response Force, que dispõe de 40 mil militares com uma prontidão de sete dias, e que o comando supremo aliado já está a destacar para países que fazem fronteira com a Ucrânia. Mas ainda não dispôs das forças portuguesas (os 174 militares que vão para a Roménia nas próximas semanas não pertencem à VJTF).

Este exercício na serra da Estrela tinha como “principal objetivo validar a formação e o treino” do Agrupamento Mecanizado “para conduzir operações em climas frios, preparando os militares desta força para a participação no Exercício Cold Response 22”, escreveu o Exército no seu site.

No entanto, apesar de ter um batalhão mecanizado — com 609 tropas e 159 viaturas táticas — adjudicado à VJTF, só foram enviados 18 militares para as manobras no gelo.

O ministro disse que a Defesa terá de ser “devidamente contemplada” nos próximos Orçamentos

O exercício norueguês, que junta 14 mil tropas terrestres, 8 mil navais e outros tantos militares de forças aéreas, decorre num ambiente de operações que não será o tradicional ou prioritário para Portugal, que tem um Exército mais vocacionado para operações a sul. As limitações orçamentais estarão na base de uma participação nacional tão baixa, segundo uma antiga alta patente do Exército. “Participar com poucos militares é um procedimento normal. **Como a projeção de pessoal e de viaturas é muito caro, manda-se um grupo de oficiais e sargentos para o Estado-Maior**” da operação, explica. Realiza-se um exercício similar em território nacional, como aconteceu na serra da Estrela, e depois seguem os graduados para um Comand Post Exercice, onde estes militares treinam os procedimentos da NATO, para estarem rotinados no comando de operações conjuntas com outros países. “Isso é extremamente importante”, sublinha outra fonte familiarizada com este tipo de exercícios.

O general **Pinto Ramalho**, antigo chefe do Estado-Maior do Exército na reforma, não consegue ter uma resposta para este tipo de participação: “Só o ministério ou o Exército podem responder a isso, **deve haver uma razão.**” O ex-CEME recorda que, antes de 2011, uma unidade das operações especiais, de Lamego, “fez alguns exercícios no Ártico”. E explica que não tem a ver com Portugal ter forças mais dedicadas a teatros de operações no sul. “O Exército já demonstrou que tem capacidade para estes teatros de operações adversos.”

Há cerca de **cinco anos numa pasta em que os três ramos se debatem com limitações nos orçamentos de operação e manutenção**, o ministro João Cravinho, disse esta semana que a “**Defesa terá de ser devidamente contemplada**” nos próximos Orçamentos, **porque a “realidade estratégica mudou”**.

O ministro falava em Bruxelas depois de uma reunião entre os titulares da Defesa da NATO, em que o secretário-geral, Jens Stoltenberg, apelou aos países para aumentarem as despesas militares — como já anunciaram a Alemanha e a Dinamarca.

DEFESA NÃO PUBLICA ESTATÍSTICAS

Quando o Ministério da Defesa publicava o Anuário Estatístico da Defesa Nacional, era possível perceber que exercícios tinham realizado o Exército, a Marinha e a Força Aérea, e saber os respetivos custos.

Mas 2016 foi a última vez que a publicação viu a luz do dia. Nesse ano, o exercício internacional mais dispendioso realizado pelo Exército foi o Linage Agrupado 16, e que custou €196 mil, para um total de €369 mil gastos em exercícios. Não é possível, porém, fazer comparações com a atualidade, nem perceber a evolução destes gastos, porque o anuário já não é publicado há seis anos: **ainda teve uma edição desde que o PS está no poder, com o ministro Azeredo Lopes, mas depois João Gomes Cravinho não publicou nenhum.**

“Não é normal”, critica **Pinto Ramalho**. “Pela própria definição, devia ser publicado todos os anos. É o espelho do que eram os números da Defesa Nacional, para não se andar a inventar: para se dizer quais eram as despesas, os investimentos e os efetivos”, diz ao Expresso. **“É claramente uma lacuna no campo da informação.”** Resta saber que lacunas podem preencher os próximos Orçamentos.

... /// ...

JORNAL DE NEGÓCIOS

Filipa Uno: “Depois da Ucrânia, investir na defesa já não é tabu”

18 de março de 2022

FILIPA UN

flino@negoclos.pt

A guerra na Ucrânia não levanta apenas preocupações económicas. Há agora um sentimento de insegurança na Europa. O fator proximidade e a imprevisibilidade de Vladimir Putin fizeram soar os alarmes. O investimento na defesa, que era um tema tabu na União Europeia, ganhou prioridade na agenda política e parece já não ser rejeitado pela opinião pública. Ninguém tem dúvidas de que a Europa deixou de ser uma bolha de paz e os países fazem agora contas para reforçar os orçamentos das suas forças armadas.

“Não nos iludamos quanto aos tempos muito difíceis que aí vêm”. A frase do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, proferida após a reunião do Conselho de Estado desta terça-feira sobre a guerra na Ucrânia, é um alerta à navegação. Não é só a incerteza económica que levanta preocupações. Há agora um sentimento de insegurança na Europa. O fator proximidade e a imprevisibilidade na ação de Vladimir Putin fizeram soar os alarmes.

Estará a Europa preparada militarmente para enfrentar a ameaça russa?

Durante muitos anos, o investimento na defesa foi um tema tabu na União Europeia. **Por várias razões**. Desde logo, porque ninguém sentia que a sua segurança estava em perigo. Assim sendo, **os políticos temiam a reação da opinião pública caso anunciassem que iriam gastar dinheiro com as Forças Armadas**.

A NATO era vista como o garante da defesa europeia e, quando se pesava num prato da balança as necessidades de investimento militar e no outro, por exemplo, as carências na educação ou na saúde, não havia dúvidas de que os cidadãos preferiam aplicar os seus impostos em melhores escolas e hospitais.

Mas há também razões históricas para a defesa ter ficado para trás na lista de prioridades da Europa, diz Álvaro Vasconcelos, antigo diretor do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia. Na verdade, o primeiro projeto europeu foi o de uma **Comunidade Europeia de Defesa**. Isso ainda antes da Europa económica e do mercado comum.

Estávamos nos anos 1950, em plena Guerra Fria, e “pensou-se, no pós-II Guerra Mundial, que uma Europa construída sem defesa estaria muito fragilizada”.

Só que essa proposta da criação de um mecanismo, estabelecido no tratado de Paris de 1952, que iria coordenar as forças armadas de toda a Europa, foi chumbada no parlamento francês e a iniciativa foi abandonada em 1954. **A partir daí, ‘começou-se a pensar que era um assunto tabu’**.

Só depois da guerra na Bósnia, nos anos 1990, houve tentativas para relançar uma política de defesa europeia, através das missões de paz. Quando Javier Solana assumiu o cargo de Alto Representante para a Política Externa e Segurança Comum da União Europeia, em 1999, houve alguma dinâmica nesta matéria, porque “ele vinha da NATO e tinha uma convicção muito forte sobre questões de defesa”, recorda Álvaro Vasconcelos. Foi o espanhol que lançou uma série de missões de paz da União Europeia no exterior quando havia “uma componente ainda de muito ‘soft power’ europeu”.

Quando Solana saiu do cargo, em 2009, “a Europa tornou-se um ator cada vez mais frágil nas missões de paz, e depois geraram-se conflitos terríveis à volta do bloco europeu sem que este tivesse qualquer capacidade de agir”. A situação foi agravada pela saída do Reino Unido da União Europeia, que era um ator de defesa importante. “Muitas das operações militares que se fizeram tinham uma componente francesa e inglesa forte. Foi assim, por exemplo, nos Balcãs”, recorda o especialista em segurança e geopolítica.

Mas, por outro lado, o **Reino Unido era um bloqueador de uma Europa de defesa autónoma da NATO**. "Qualquer tentativa de incentivo nesse domínio era vista como algo que era contra a Aliança Atlântica".

Por tudo isto, antes da guerra da Ucrânia, "a defesa era um tema fraturante na Europa entre os atlantistas e os europeístas". Os europeístas - fundamentalmente a França, que por vezes encontrava aliados - "encontravam uma grande resistência também na Alemanha, que achava que tinha garantida a sua segurança, fundamentalmente na NATO", refere.

A META DOS 2%

"Em 2014 houve uma reunião da NATO no País de Gales em que foi decidido que a percentagem para a defesa deveria ser de 2% do PIB, a atingir até 2024. **Todos concordaram, mas poucos cumpriram"**, recorda o tenente-general **Garcia Leandro**, antigo vice-chefe do Estado-Maior do Exército, que foi também conselheiro militar da Delegação de Portugal junto da NATO entre 1987 e 1990. **Portugal nunca cumpriu a meta**. Investe atualmente 1,54% do PIB em defesa.

O que tem travado esse cumprimento dos membros da Aliança Atlântica?

"Estarem solidamente agarrados à ideia de que da Rússia não viria mais perigo e, por outro lado, tinham a segurança dada pelos EUA", responde. Só que os americanos "têm tido, depois de 1945, responsabilidades à escala mundial e começam a estar cansados disso", querem ter menos presença em missões no estrangeiro.

Ao longo do tempo, a Europa foi perdendo "força". De facto, diz o general, **"a história da Europa é de desentendimento permanente"**. **E, na área da defesa, "normalmente quem investe é quem tem conflitos em curso ou por desconfiança"**. É o caso da Grécia, que "está muito bem armada" e investe mais do que os EUA (3,5%). Trata-se mesmo do país da Europa ' que mais gasta em percentagem do PIB na defesa (3,8%). Isso explica-se porque Atenas tem tido "problemas imensos ao longo da história com a Turquia".

Desde que foi eleito que o **presidente Macron** retomou a agenda da defesa europeia. "Ele defende uma **Europa mais soberana**, com mais capacidade de defesa, com uma vontade política própria", refere Álvaro Vasconcelos. E **criticou a NATO**, acusando-a de estar em **"coma cerebral"**. Isto porque o **presidente Trump** **"opunha-se à ideia de que os EUA tivessem alguma coisa que ver com a segurança europeia"**.

Foi nessa altura que "os **alemães começaram a ter dúvidas** sobre se não poderiam vir a ter problemas no futuro pelo facto de não terem a sua segurança garantida por eles próprios ou por uma estrutura europeia". **Agora, "essas dúvidas desapareceram com a guerra da Ucrânia"**

Macron, que está atualmente na presidência do Conselho Europeu, **"pensa que este é o momento para avançar"**, porque o conflito **"solidificou uma posição comum europeia"**. E conseguiu alguns avanços.

No Conselho Europeu, que decorreu na semana passada em Versalhes, os chefes de Estado e de Governo da União Europeia concordaram em fazer um reforço substancial do investimento na defesa e nas tecnologias inovadoras.

Os 27 estão em negociações para a elaboração da chamada "Bússola Estratégica", o documento que estipula a futura política de defesa e segurança da União Europeia, cuja adoção está prevista para o próximo Conselho Europeu formal em Bruxelas, que decorre a **24 e 25 de março**.

Portugal está alinhado com esta nova prioridade na agenda política do bloco europeu.

O ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, alertou que o país "terá de ter em conta que a realidade estratégica mudou de forma muito significativa" e que no próximo Orçamento do Estado **"a Defesa terá de ser devidamente contemplada"**.

Neste momento o compromisso que existe com a NATO é o de investir 1,68% do PIB em Defesa até 2024. Mas, sublinhou o governante esta quarta-feira em Bruxelas no final da reunião dos ministros da Defesa da NATO, **o próximo executivo "no mínimo vai ter de fazer uma reflexão sobre o que pretende atingir na legislatura"**.

Gomes Cravinho reforçou a ideia de que a guerra na Ucrânia "tem de resultar um fracasso estratégico para a Rússia" porque se assim não for isso será "uma ameaça para a NATO e isso não será tolerado".

O CASO ALEMÃO

Antes, já a Alemanha tinha anunciado que vai investir anualmente mais de 2% do seu PIB nas forças armadas. **Esta mudança na Alemanha "é crucial"**, diz Álvaro Vasconcelos. Tendo em conta que o PIB alemão é "muito significativo", tal corresponderá a "um salto muito grande" na capacidade militar do país. O que levantará outras questões. **"O rearmamento da Alemanha vai ter de ser feito num quadro europeu. Ao tornar-se uma potência militar significativa, sendo já uma potência económica, terá um peso mundial muito grande"**. Se passarmos a ter "uma Alemanha poderosa no mundo policêntrico, isso pode criar um enorme desequilíbrio europeu e desincentivar Berlim a pôr as suas cartas na Europa".

Portanto, conclui, **"a chave para o sucesso do rearmamento alemão é dar-se num quadro de aprofundamento europeu"**. **E por isso é que Macron quer uma Europa da Defesa**. "Está certamente a pensar na questão alemã, a que os franceses são muito sensíveis".

Em Portugal, o valor que vai ser dedicado no Orçamento do Estado à defesa é ainda uma incógnita. Na proposta de Orçamento para 2022, que foi chumbada e fez cair o Governo, estava prevista uma verba para o Ministério da Defesa que rondava os 2,4 mil milhões de euros, o que representava **um aumento de 1,3% face a 2021.** Mas tudo isto foi definido antes da guerra.

A AMEAÇA QUE VEM DA RÚSSIA

“A invasão da Ucrânia é um ‘11 de Setembro’ europeu”, defende Carlos Gaspar, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI).

Este conflito confirmou a ideia, reconhecida pela NATO desde a anexação da Crimeia, de que **“a Rússia é a principal ameaça à segurança europeia”.**

Por isso, a opinião pública não pode **“deixar de entender que os Estados europeus, membros da NATO e da União Europeia, estão sob a ameaça da Rússia, que é uma grande potência nuclear, preparada para correr riscos muito elevados para realizar a sua estratégia de expansão na Europa”.**

Perante essa ameaça, **“a única resposta válida que pode restaurar a confiança das pessoas nas instituições e nos Estados que são responsáveis pela sua segurança, é um investimento maciço na defesa”.**

E, [neste particular, é] de sublinhar a decisão da Alemanha de duplicar o seu orçamento de defesa, **“que vai passar a ser o terceiro maior do mundo, a seguir aos Estados Unidos e à China e à frente da Rússia”.** Um exemplo que vai ser seguido pelos Estados europeus membros da NATO e da União Europeia.

Por outro lado, a UE **“deveria criar um fundo especial para financiar o rearmamento”**, defende o investigador. **Macron propôs isso mesmo em Versailles** que fosse contraída uma dívida de **200 mil milhões de euros** nos mercados financeiros, através da Comissão Europeia, para financiar coletivamente as despesas com a defesa. **A proposta foi rejeitada.**

Para **Carlos Gaspar**, a **prioridade europeia é neste momento “avançar na europeização da NATO**, o que significa **garantir que a Alemanha, a Grã-Bretanha, a França e os aliados europeus têm as capacidades indispensáveis para conter uma agressão convencional da Rússia na Europa”.**

E sobretudo importante **“ultrapassar as posições equívocas dos que querem desenvolver as capacidades militares da União Europeia, que são praticamente inexistentes, para substituir a NATO”**, defende.

Nesta **“divisão do trabalho entre a NATO e a União Europeia”**, **a Aliança Atlântica “é o garante da defesa europeia e a União Europeia tem funções subsidiárias no domínio da segurança”.**

No caso português, o investimento na defesa deverá ser feito em equipamento e pessoal, considera o general Garcia Leandro.

“Tem de se criar um quadro permanente e pagar melhor a esse pessoal, aos soldados, para os manter [nos vários ramos], porque há muita falta de gente nas Forças Armadas”.

E, por outro lado, “temos de ter os equipamentos necessários de acordo com aquilo que é tratado a nível da NATO”, porque na Aliança Atlântica “tudo é tratado de um modo integrado, as peças têm de encaixar umas nas outras”.

A ONU NA NOVA ORDEM MUNDIAL

“Quando um grande conflito acaba, dá origem a uma nova ordem mundial”, sublinha o general Garcia Leandro. Foi o que aconteceu em 1945, quando a II Guerra Mundial deu origem às Nações Unidas.

Tudo isso agora está em causa, porque “o mundo mudou muito”. Seria necessário que “a importância das economias e das populações” fosse refletida nos membros do Conselho de Segurança. “Havia uma certa lógica para que o Brasil, o Japão ou a União Indiana estivessem representados”, refere. Mas o que temos são os “vencedores da II Guerra Mundial”.

Nesse sentido, “a ONU está ultrapassada no seu enquadramento”. Mas será muito difícil mudar a situação, uma vez que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança - Rússia, China, Reino Unido, França e EUA - têm direito de veto. Por isso, não se esperam mudanças na organização. Antes do conflito na Ucrânia, já era certo que caminhávamos para um mundo multipolar, onde haveria vários atores e potências com capacidade de ação. Mas, “para essa ordem policêntrica ser estável, tem de haver um multilateralismo eficaz e inclusivo, capaz de multilateralizar esta relação das potências, porque senão é a guerra”, defende Álvaro Vasconcelos. “O multilateralismo pode sair muito enfraquecido com esta guerra” precisamente porque o seu “coração” é o Conselho de Segurança da ONU. E, com este conflito, “as Nações Unidas ficaram paralisadas”. De facto, com uma “animosidade tremenda” neste órgão, o sistema das Nações Unidas fica “muito enfraquecido” na sua capacidade de gerir conflitos. E isso é um risco para a ordem internacional, pois “voltamos a uma política de potências onde o uso da força passa a ser legítimo”.

Para o especialista em geopolítica e segurança, “viveremos numa tensão gravíssima na próxima década”. Um dos grandes desafios que se colocam é como estabelecer uma relação com a Rússia no pós-guerra “que não a transforme numa espécie de enorme Coreia do Norte com um potencial nuclear imenso”.

*** * ***

«**Investe em defesa quem tem conflitos em curso ou por desconfiança**». É o caso da Grécia, que “está muito bem armada”, refere o tenente-general **Garcia Leandro**.

A única forma de restaurar a confiança nas instituições e nos Estados responsáveis pela segurança, “é um investimento maciço na defesa”, defende **Carlos Gaspar**.

O tenente-general **Garcia Leandro** recorda que em 2014, quando a NATO estabeleceu a meta de 2% do PIB para defesa, **todos os membros da Aliança Atlântica concordaram, mas “poucos cumpriram”**.

Álvaro Vasconcelos, antigo diretor do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, **teme que o multilateralismo fique enfraquecido e que possamos viver “numa tensão gravíssima na próxima década”**.

Carlos Gaspar, investigador do IPRI, considera que a invasão da Ucrânia é “um ‘11 de Setembro’ europeu” e confirmou que “a Rússia é a principal ameaça à segurança europeia”.

... /// ...

EXPRESSO

Marcelo recusa o regresso do serviço militar obrigatório



Os presidentes de Portugal e Moçambique na visita que fizeram esta sexta-feira a um empreendimento turístico

José Coelho

Marcelo Rebelo de Sousa reconhece que há falta de efetivos nas Forças Armadas. Mas garante que voluntários estão a aumentar e que Portugal está em condições de cumprir os compromissos internacionais.

18 de março. 2022

Eunice Lourenço, em Maputo

<https://expresso.pt/politica/2022-03-18-Presidente-recusa-regresso-do-servico-militar-obrigatorio-9928e0ff>

Marcelo Rebelo de Sousa recusa um regresso do serviço militar obrigatório como solução para a falta de efetivos nas Forças Armadas. "Há um esforço dos ramos para obter resultados", disse o Presidente da República, respondendo a uma pergunta do Expresso, à margem da sua visita oficial a Moçambique.

O Presidente reconhece que há um problema de falta de efetivos, mas diz ter informações dos ramos das Forças Armadas de que o número de voluntários está a subir. "Até por causa da evolução pós-pandemia", disse o chefe de Estado e comandante supremo das FA.

Segundo Marcelo, a procura por emprego nas FA surge como resposta ao desemprego surgido por causa da pandemia, mas também devido ao desempenho dos militares no apoio às populações e na organização do processo de vacinação.

Como o Expresso avançou nesta sexta-feira, o [Anuário Estatístico da Defesa Nacional não é publicado desde 2016](#), pelo que desde esse ano não há dados públicos e publicados sobre efetivos e equipamentos de Defesa.

A mesma notícia do Expresso dava conta de que Portugal só enviou 18 militares para um exercício da NATO que está a decorrer e envolve 30 mil efetivos. Uma situação explicada pela falta de meios.

Ora, o Presidente da República tem garantido em Maputo que a guerra na Ucrânia não irá prejudicar o empenho português na [cooperação militar com Moçambique](#). Questionado como é que é possível garantir esses compromissos com falta de meios e de efectivos, Marcelo garantiu que será possível cumprir os compromissos assumidos com a NATO e com Moçambique.

"Portugal está em condições para cumprir os seus compromissos", garantiu Marcelo em declarações aos jornalistas, já em capital moçambicana, onde regressou depois de uma visita à Reserva Especial de Maputo, onde inaugurou, com o Presidente Nyusi, um [empreendimento turístico](#).

... /// ...

Sondagem

Sondagem: “Portugueses confiam mais na UE e na NATO do que nas FFAA”



Jens Stoltenberg, secretário-geral da NATO

Foto: STEPHANIE LECOCQ/EPA

20 de março, 2022

Marcelo (74%) e Costa (73%) com taxas de aprovação elevadas na gestão da guerra. Investimento público na Saúde é prioritário para 69%.

Defesa só convence 30%.

https://www.jn.pt/nacional/portugueses-confiam-mais-na-uniao-europeia-e-na-nato-do-que-nas-forcas-armadas-14696985.html?utm_source=push&utm_medium=mas&utm_term=14696985

Em tempo de guerra na Europa, os portugueses depositam maior confiança na União Europeia (65%) e na NATO (63%) do que nas suas próprias Forças Armadas (57%), de acordo com uma sondagem da Aximage para o JN, DN e TSF. E estão satisfeitos com a atuação do presidente da República (74%) e do primeiro-ministro (73%) em relação ao conflito.

Ainda a guerra não tinha começado e já o Governo português se mostrava alinhado com a União Europeia e a NATO. Iniciada a invasão, essa união entre os diferentes estados ficou ainda mais fortalecida. Na condenação e na imposição de sanções aos russos, mas também na recusa de envolvimento militar no terreno.

E os portugueses estão, por sua vez, alinhados, de forma massiva, com o rumo do Governo: 82% concordam (53% sem sombra de dúvida).

Isso explicará, pelo menos em parte, que **avaliem de forma tão positiva, quer Marcelo Rebelo de Sousa, quer António Costa, quando se pergunta pelo seu papel na guerra entre a Rússia e a Ucrânia: três quartos dos inquiridos concordam com o que têm dito e feito e, também em ambos os casos, a maior satisfação percebe-se entre os portugueses com 65 ou mais anos (oito em cada dez aprovam o presidente e o chefe do Governo).**

Ameaça global

Numa guerra que se apresenta como uma ameaça global e, em particular, à estabilidade da Europa, os portugueses valorizam a pertença a instituições políticas e militares internacionais.

Destaca-se a União Europeia, que tem estado na vanguarda da reação política e económica comum, impondo sucessivas vagas de sanções aos agressores russos. **Dois terços dos inquiridos dizem ter grande confiança na UE (65%), uns escassos 9% apontam para uma imagem negativa.**

Quase o mesmo resultado no que diz respeito à NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN), a organização militar que junta os EUA e a maioria dos países europeus: **63% têm grande confiança no seu papel de defesa coletiva**, com apenas 9% a darem conta da sua desconfiança.

Um resultado que contrasta com o grau de confiança nas Forças Armadas portuguesas. O resultado é positivo (57%), mas fica, ainda assim, alguns pontos abaixo de quem tem maior poder de fogo, em sentido literal ou figurado. Também a percentagem dos que apresentam mais desconfiança é um pouco mais elevada: 13%.

Primeiro a saúde

Aos portugueses foi, também, perguntado sobre quais devem ser as prioridades de investimento público, agora que se volta a falar na necessidade de apostar na Defesa. **Recorde-se que há um objetivo de chegar aos 2% do PIB (Produto Interno Bruto) e que Portugal terá gasto "apenas" 1,54% no ano passado (cerca de 2222 milhões de euros).**

Já depois do início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o **atual ministro da Defesa** defendeu ajustamentos ao Orçamento do Estado para este ano (relativamente ao que chegou a estar previsto, antes de ser chumbado) e um reforço para 2023, lembrando que o **objetivo já era chegar aos 1,68% do PIB em 2024.**

A progressão é contida e isso parece ir de encontro às expectativas dos portugueses, que colocam o investimento público em Defesa (30%) no quinto lugar, bem atrás da Saúde (69%), Energias Renováveis (50%) e Educação (44%) e quase a par da Justiça (31%).

Dois terços discordam de voto do PCP sobre a guerra

As posições do PCP sobre a invasão da Rússia à Ucrânia têm provocado polémica. E dois terços dos portugueses (**67%**) manifestam uma discordância parcial (13%) ou total (54%) com essas posições. **Recorde-se que os comunistas começaram por recusar a condenação expressa do conflito na Assembleia da República. Depois, no Parlamento Europeu, fizeram parte de um grupo minoritário de 13 eurodeputados que votaram contra uma resolução de condenação à Rússia (637 votos a favor e 26 abstenções). E foram os únicos portugueses a fazê-lo.** O eurodeputado João Pimenta Lopes explicaria, depois, que o voto foi contra, porque, no enquadramento da resolução, se apelava ao aprofundamento das sanções, à militarização da EU e à mobilização das forças da NATO. Mas, há uma maioria clara de inquiridos que discorda do PCP, há pelo menos 15% que concordam, mesmo que só parcialmente (bastante mais do que o valor eleitoral do partido nas últimas eleições, onde conseguiu 4,4% dos votos, o seu pior resultado de sempre). E vale a pena notar ainda que há 12% que não concordam nem discordam.

Números

75%

As mulheres distanciam-se dos homens no que diz respeito à prioridade do investimento público na Saúde (mais 12 pontos do que eles), mas também na Educação (48%, mais nove pontos do que os homens).

57%

Os homens dão maior importância ao investimento público nas energias renováveis do que as mulheres (mais nove pontos do que elas) e igualmente na prioridade às novas tecnologias (33%, mais 15 pontos do que elas).

*** * ***

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

FICHA TÉCNICA

*A sondagem foi realizada pela **Aximage** para o DN, TSF e JN, com o objetivo de avaliar a opinião dos portugueses sobre a guerra Rússia/Ucrânia.*

*O trabalho de campo decorreu entre os dias 10 e 14 de março de 2022 e foram recolhidas 756 entrevistas entre maiores de 18 anos residentes em Portugal. Foi feita uma amostragem por quotas, obtida através de uma matriz cruzando sexo, idade e região (NUTSII), a partir do universo conhecido, reequilibrada por género, grupo etário e escolaridade. Para uma amostra probabilística com 756 entrevistas, o desvio padrão máximo de uma proporção é 0,018 (ou seja, uma "margem de erro" a 95% - de 3,56%). **Responsabilidade do estudo: Aximage Comunicação e Imagem, Lda., sob a direção técnica de Ana Carla Bas.***

MDN: "Portugal vai participar na força de reação rápida da UE."

Militares portugueses vão participar na força de mobilização e intervenção rápida que a UE irá estabelecer e que deverá estar operacional em 2025. "Não estão ainda definidas as modalidades dessa participação", disse o ministro da Defesa.



O ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva

© EPA/OLIVIER HOSLET

DN/Lusa

21 de março, 2022

https://www.dn.pt/sociedade/aprovada-bussola-estrategica-portugal-vai-participar-na-forca-de-reacao-rapida-da-ue--14701103.html?utm_source=push&utm_medium=mas&utm_term=14701103

Os ministros da Defesa, João Gomes Cravinho, e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, saudaram esta segunda-feira a aprovação da «bússola estratégica», considerando que se trata de um "marco" para a União Europeia em termos de política de defesa.

Em declarações no final da reunião conjunta de chefes de diplomacia e ministros da Defesa da UE, o chamado «**Conselho Jumbo**», em Bruxelas, durante o qual **os 27 aprovaram formalmente o documento [*] que traça a orientação estratégica da política de segurança e defesa da União para a próxima década**, João Gomes Cravinho disse que é "com grande satisfação" que Portugal vê aprovado este plano de ação, para o qual contribuiu durante a presidência portuguesa do Conselho, no primeiro semestre de 2021.

Também **Augusto Santos Silva** considerou que **"a «bússola» é um documento muito importante de orientação estratégica"**, que **contempla vários compromissos concretos**, alguns dos quais caros a Portugal, como o reforço das missões militares e civis no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa.

Um dos compromissos que constam deste documento é a **"dotação pela UE de uma capacidade própria de resposta rápida a situações de crise"** que **envolve até 5 mil militares**, disse o ministro dos Negócios Estrangeiros.

Santos Silva disse que esta força irá envolver até cerca de **"5 mil militares"** e espera-se que **esteja totalmente operacional até 2025**.

"É uma capacidade que a UE necessita, não apenas por questões militares", mas também de resposta a situações de emergência, de situações de ajuda humanitária", afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros.

"Sim, Portugal participará", disse o ministro da Defesa sobre a força de reação rápida da UE que irá ser desenvolvida nos próximos anos.

"Não estão ainda definidas as modalidades dessa participação, na medida em que a bússola estratégica prevê que até 2023 sejam desenvolvidos todos os mecanismos e também a **lista de rotação de participação** dos estados-membros na força. **Até 2025 essa força terá toda a sua capacidade operacional finalizada"**, disse.

Neste momento, "não sabemos se Portugal participará nos primeiros anos da força ou mais próximo do final de década. Isso vai ver-se com as chefias militares da UE, mas o certo é que Portugal será um participante neste processo", referiu o ministro da Defesa.

A «bússola estratégica" foi negociada entre os Estados-membros ao longo dos últimos dois anos.

"O ambiente de segurança mais hostil exige que demos um salto quântico em frente e aumentemos a nossa capacidade e vontade de agir, reforçemos a nossa resiliência, e invistamos mais e melhor nas nossas capacidades de defesa", lê-se no documento final adotado, que endurece a linguagem relativamente à Rússia, assume que a UE está coletivamente subequipada e traça o objetivo de um maior investimento na defesa.

Apontando que o **objetivo da «bússola» é tornar a UE "mais forte e mais capaz" em termos de capacidades de defesa**, pois o bloco comunitário "precisa de ser capaz de proteger os seus cidadãos e de contribuir para a paz e segurança internacionais", o Conselho nota, em comunicado, que tal "é ainda mais importante numa altura em que a guerra regressou à Europa, na sequência da agressão russa injustificada e não provocada contra a Ucrânia".

"Uma UE mais forte e mais capaz em matéria de segurança e defesa contribuirá positivamente para a segurança global e transatlântica e é complementar da NATO, que continua a ser a base da defesa coletiva dos seus membros", reitera o Conselho da UE, acrescentando que o bloco europeu "irá também intensificar o apoio à ordem mundial baseada em regras, com as Nações Unidas no seu cerne".

Numa primeira declaração após a aprovação formal do documento pelo Conselho da UE, o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança, **Josep Borrell**, observou que "**as ameaças estão a aumentar e o custo da inação é claro**", pelo que era muito necessário este "guia para a ação".

"Estabelece um caminho ambicioso para a nossa política de segurança e defesa para a próxima década. Ajudar-nos-á a enfrentar as nossas responsabilidades de segurança, perante os nossos cidadãos e o resto do mundo. Se não for agora, então quando?", questionou.

UE irá estabelecer uma força de mobilização e intervenção rápida de até 5.000 militares

O "guia para a ação" estabelece que, de modo a "poder agir rápida e vigorosamente sempre que uma crise eclode, com parceiros se possível e sozinha quando necessário, **a UE irá estabelecer uma força de mobilização e intervenção rápida de até 5.000 militares para diferentes tipos de crises**", entre outras ações, como o aumento da mobilidade militar e o "pleno uso" do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz para apoiar os parceiros, como aconteceu recentemente, e de forma inédita, para fornecer material militar à Ucrânia.

Os Estados-membros comprometem-se também a "**aumentar substancialmente as suas despesas de defesa**" para corresponder à "ambiçãõ coletiva" da UE de reduzir as lacunas críticas de capacidade militar e civil e reforçar a base tecnológica e industrial de defesa europeia.

Negociado durante cerca de dois anos, o texto aumentou de 28 páginas desde a sua primeira versão até às atuais 45 e foi introduzindo cada vez mais referências, e mais duras, à Rússia, à medida que se agrava a invasão da Ucrânia.

Relativamente ao anterior 'esboço', apresentado pelo Alto Representante da UE para a Política Externa, Josep Borrell, no início de março, **a versão hoje aprovada pelos 27 é também muito mais explícita quanto ao dever de solidariedade dos países da UE com um Estado-membro que seja "vítima de agressão armada no seu território"**, uma questão particularmente importante para os Estados-membros que não fazem parte da NATO, designadamente Finlândia e Suécia.

De acordo com a «bússola», "se um Estado-membro for vítima de agressão armada no seu território, os outros Estados-membros terão para com ele uma obrigação de ajuda e assistência por todos os meios ao seu alcance, em conformidade com o artigo 51º da Carta das Nações Unidas".

O texto, que incorpora assim uma ideia já assumida pelos líderes da UE na recente «Declaração de Versalhes», adotada em 11 de março, acrescenta que os compromissos e a cooperação neste domínio "ser coerentes com os compromissos assumidos no âmbito da NATO, que, para os Estados que dela são membros, permanece o fundamento da sua defesa coletiva e o fórum para a sua implementação".

Acusando o Kremlin de "ações agressivas e revisionistas" que "ameaçam grave e diretamente a ordem de segurança europeia e a segurança dos cidadãos europeus", o texto faz mesmo referências a "crimes", designadamente contra a população civil, apontando que os seus autores "serão responsabilizados".

"Noutros teatros, como a Líbia, Síria, República Centro-Africana e Mali, a Rússia também se projeta e utiliza as crises de forma oportunista, nomeadamente através da utilização de desinformação e mercenários, tais como o **grupo Wagner. Todos estes desenvolvimentos constituem uma ameaça direta e a longo prazo para a segurança europeia, que continuaremos a enfrentar com determinação**", lê-se.

O texto aponta que, **até meados do corrente ano, os Estados-membros, "de acordo com as prerrogativas nacionais e em coerência com os compromissos assumidos, incluindo noutras organizações", designadamente a NATO, definirão objetivos concretos "sobre o aumento e a melhoria das despesas com a defesa".**

Este 'roteiro' foi hoje aprovado num Conselho «Jumbo» que marca o início de uma semana particularmente movimentada em Bruxelas, com a celebração de uma cimeira extraordinária de líderes da NATO, na quinta-feira, e de um Conselho Europeu, na quinta e sexta-feira, que terá como convidado o presidente norte-americano, Joe Biden, e durante o qual os chefes de Estado e de Governo da União deverão adotar a "bússola".

500 milhões de euros suplementares de apoio militar à Ucrânia

Também esta segunda-feira, os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia chegaram a um acordo político, em Bruxelas, para duplicar o financiamento de apoio militar à Ucrânia com 500 milhões de euros suplementares, fixando-o assim nos 1.000 milhões.

"Sim, houve acordo dos ministros dos Negócios Estrangeiros para o reforço do apoio em equipamento militar à Ucrânia através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz", disse o ministro Augusto Santos Silva aos jornalistas no final do Conselho.

O Alto Representante da UE para a Política Externa, Josep Borrell, que colocara a proposta sobre a mesa durante a cimeira informal celebrada em 10 e 11 de março em Versalhes, França, também se congratulou com o "acordo político" hoje alcançado, apontando que **a decisão ainda terá de ser formalizada.**

Por ocasião da apresentação da proposta de "mais 500 milhões de euros de contribuição para o apoio militar à Ucrânia", através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, elevando assim para 1.000 milhões de euros o financiamento pela UE de aquisição e fornecimento de armas para apoiar as Forças Armadas ucranianas a combater a invasão russa, Borrell sublinhou que **"todos estão conscientes de que é necessário aumentar o apoio militar à Ucrânia e colocar mais pressão sobre a Rússia"**.

Em 27 de fevereiro, ao quarto dia da operação militar lançada pela Rússia na Ucrânia, a UE aprovou a inédita decisão de financiar o fornecimento de armamento a um país terceiro, aprovando um pacote de 450 milhões para a aquisição de armas letais, mais 50 milhões para material não letal, designadamente combustível e equipamento de proteção.

Na altura, o ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, estimou que a **contribuição portuguesa** para esse primeiro pacote de 500 milhões rondasse os "8 a 10 milhões de euros".

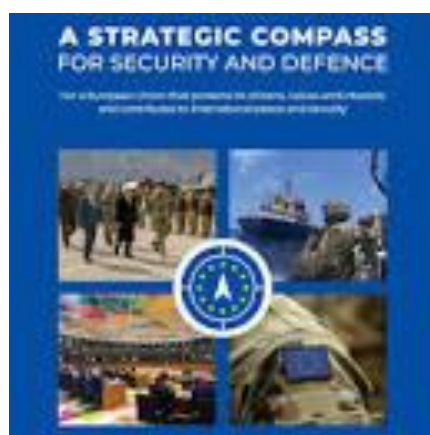
A Rússia lançou em 24 de fevereiro uma ofensiva militar na Ucrânia que causou pelo menos 925 mortos e 1.496 feridos entre a população civil, incluindo mais de 170 crianças, e provocou a fuga de mais 10 milhões de pessoas, entre as quais 3,48 milhões para os países vizinhos, indicam os mais recentes dados da ONU.

Segundo as Nações Unidas, cerca de 13 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária na Ucrânia.

A invasão russa foi condenada pela generalidade da comunidade internacional, que respondeu com o envio de armamento para a Ucrânia e o reforço de sanções económicas e políticas a Moscovo.

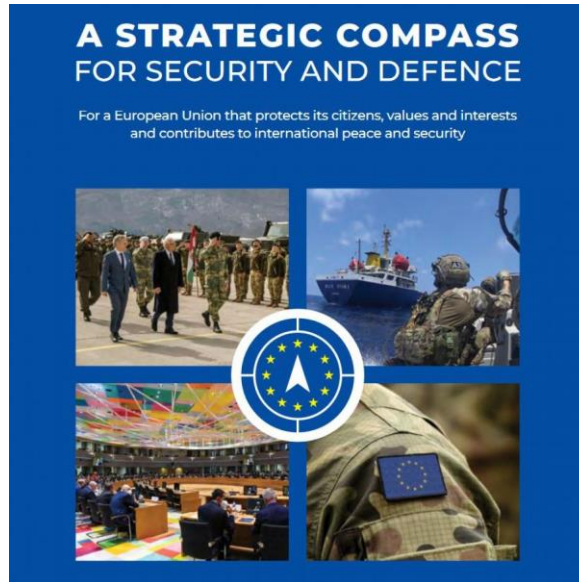
[*]

https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/strategic_compass_en3_web.pdf



.. /// ...

The Strategic Compass: Charting a New Course for the EU's Security and Defence Policy



https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/strategic_compass_en3_web.pdf#page=10&zoom=100,0,0

EXECUTIVE SUMMARY

The return of war in Europe, with Russia's unjustified and unprovoked aggression against Ukraine, as well as major geopolitical shifts are challenging our ability to promote our vision and defend our interests. We live in an era of strategic competition and complex security threats. We see conflicts, military build-ups and aggressions, and sources of instability increasing in our neighbourhood and beyond, leading to severe humanitarian suffering and displacement. Hybrid threats grow both in frequency and impact. Interdependence is increasingly conflictual and soft power weaponised: vaccines, data and technology standards are all instruments of political competition. Access to the high seas, outer space and the digital sphere is increasingly contested. We are facing increasing attempts of economic and energy coercion. Moreover, conflicts and instability are often compounded by the threat-multiplier effect of climate change.

The European Union is more united than ever. We are committed to defend the European security order. Sovereignty, territorial integrity and independence within internationally recognised borders should be fully respected. Supporting Ukraine in facing Russia's military aggression, we are showing an unprecedented resolve to restore peace in Europe, together with our partners.

A stronger and more capable EU in the field of security and defence will contribute positively to global and transatlantic security and is complementary to NATO, which remains the foundation of collective defence for its members.

The transatlantic relationship and EU-NATO cooperation, in full respect of the principles set out in the Treaties and those agreed by the European Council, including the principles of inclusiveness, reciprocity and decision-making autonomy of the EU, are key to our overall security. The EU reaffirms its intention to intensify support for the global rules-based order, with the United Nations at its core. It will also reinforce its strategic partnership with NATO and increase its cooperation with regional partners, including the OSCE, AU and ASEAN.

The more hostile security environment requires us to make a quantum leap forward and increase our capacity and willingness to act, strengthen our resilience and ensure solidarity and mutual assistance. The solidarity between Member States is reflected in article 42(7) TEU. The EU has to increase its presence, effectiveness and visibility in its neighbourhood and on the global stage through joint efforts and investments. Together, we can help shape the global future by pursuing a strategic course of action. We must act as a strong and coherent political actor to uphold the values and principles underpinning our democracies, take more responsibility for the security of Europe and its citizens and support international peace and security, as well as human security, together with partners, while acknowledging the specific character of the security and defence policy of certain Member States.

The Strategic Compass marks a high level of ambition for our security and defence agenda by:

1. Providing a **shared assessment of our strategic environment**, the threats and challenges we face and their implications for the EU;
2. Bringing **greater coherence and a common sense of purpose** to actions in the area of security and defence that are already underway;
3. Setting out **new ways and means** to improve our collective ability to defend the security of our citizens and our Union;
4. Specifying **clear targets and milestones** to measure progress.

To that end, we commit to the following concrete priority actions in four work strands:

.....



... /// ...

SAPO

MDN: "Posição da China terá "impacto importante" nas relações futuras"

O ministro da Defesa advertiu hoje que a posição da China perante a guerra na Ucrânia terá um "impacto importante" nas relações futuras, considerando que a nova ordem mundial será pautada pelo equilíbrio entre integração económica e "confiança geopolítica".



LUSA

21 de março, 2022

"As decisões que a China irá tomar perante esta violação flagrante e brutal do direito internacional terão um impacto importante, de longo prazo, no que se refere ao diálogo necessário com este país", afirmou João Gomes Cravinho.

https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/mdn-adverte-que-posicao-da-china-tera-impacto_6238bd59d3381d652fd8a712

O ministro da Defesa Nacional falava, através de uma mensagem pré-gravada, na conferência "A Invasão da Ucrânia", organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian, e em que participaram também personalidades como o antigo primeiro-ministro e presidente da Comissão Europeia entre 2004 e 2014, Durão Barroso, a antiga alta representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança Catherine Ashton ou o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Na intervenção, proferida em inglês, Gomes Cravinho afirmou que a **União Europeia (UE) pretende "evitar um mundo de blocos fechados"**, mas frisou que, com a guerra na Ucrânia, tornou-se "claro que o modelo ingénuo de um mundo que, de repente, se teria tornado seguro através da globalização terá de ser substituído por uma ordem em que haverá um equilíbrio entre integração económica internacional e confiança geopolítica".

"Há muito trabalho a fazer para imaginar e renegociar uma ordem mundial", frisou.

Na ótica do governante, o "regresso da guerra" à Europa -- que qualificou como "momento de viragem histórica" -- cria "desafios" e "implicações" para o futuro da UE, sobretudo porque mostrou a **"natureza precária da paz"** e provou que os **"europeus já não podem ignorar as lições de séculos de história"**.

Nesse sentido, Gomes Cravinho sublinhou a necessidade de a Europa se dotar dos "meios para proteger e promover" os seus valores e defendeu que a paz "requer capacidades militares e parcerias próximas com países que partilham os mesmos valores em todo o mundo".

"Senão, os nossos valores, os nossos interesses, as nossas vidas, ficarão à mercê de qualquer tirano agressivo com Forças Armadas poderosas", disse.

Fazendo a ponte com o investimento em Defesa, **o ministro referiu que os "países europeus já estão a investir de maneira significativa"**, mas salientou a **necessidade de se "investir mais e melhor"**.

Segundo Gomes Cravinho, **"uma defesa mais forte da União Europeu não erode a NATO, pelo contrário"**, considerando que, "num contexto em que estão a surgir, noutras partes do mundo, desafios estratégicos", **os europeus devem assumir "mais responsabilidades pela sua segurança"**.

Com duras críticas ao Presidente russo, Vladimir Putin, - que acusou de ser o único culpado pelo conflito na Ucrânia, um conflito desencadeado "depois de meses de mentiras e desinformação" -, Gomes Cravinho frisou, no entanto, que a Europa não se pode "dar ao luxo de não falar" com a Rússia.

"Nós vamos ter que falar com a Rússia, mas a quebra de confiança não será ultrapassada nem de maneira fácil, nem rápida. A Rússia irá ter de assumir a responsabilidades pelas consequências [da guerra]", frisou.

A Rússia lançou em 24 de fevereiro uma ofensiva militar na Ucrânia que causou pelo menos 902 mortos e 1.459 feridos entre a população civil, incluindo mais de 170 crianças, e provocou a fuga de mais de 10 milhões de pessoas, entre as quais mais de 3,3 milhões para os países vizinhos, indicam os mais recentes dados da ONU.

Segundo as Nações Unidas, cerca de 13 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária na Ucrânia.

A invasão russa foi condenada pela generalidade da comunidade internacional, que respondeu com o envio de armamento para a Ucrânia e o reforço de sanções económicas e políticas a Moscovo.

... /// ...



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

22 de março, 2022

<https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2022/03/reuniao-do-conselho-superior-de-defesa-nacional/>

O Conselho Superior de Defesa Nacional reuniu, em sessão ordinária, por videoconferência, sob a presidência do Presidente da República a partir do Palácio de Belém.

No final da reunião, foi divulgada uma nota informativa.

NOTA INFORMATIVA

“O Conselho Superior de Defesa Nacional reuniu hoje, 22 de março de 2022, por videoconferência, em sessão ordinária, sob a presidência de Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, para **ratificar os ajustamentos à proposta de Forças Nacionais Destacadas para 2022**, aprovada em 26 de novembro de 2021 e objeto de aditamento em 24 de fevereiro de 2022.

Lisboa, 22 de março de 2022”

... /// ...

SAPO

Rádio Renascença

22 de março, 2022

Conselho Superior de Defesa ratifica envio de tropas

<https://rr.sapo.pt/noticia/amp/politica/2022/03/22/conselho-de-defesa-aprova-ajustamentos-ao-envio-de-tropas-para-o-estrangeiro/277411/>

Decisão surge após reunião por videoconferência, realizada ontem, na qual foi ratificada a decisão de enviar militares para a Roménia antes do previsto. **Primeiro-ministro garante que não vão combater na Ucrânia.** O Conselho Superior de Defesa Nacional ratificou os ajustamentos à proposta de Forças Nacionais Destacadas para 2022, que foi “objeto de aditamento” em fevereiro, prevendo a antecipação do envio de militares para a Roménia.

De acordo com uma nota divulgada no final da reunião, que decorreu por videoconferência, este órgão de consulta do Presidente da República reuniu-se para “**ratificar os ajustamentos à proposta de Forças Nacionais Destacadas para 2022, aprovada em 26 de novembro de 2021 e objeto de aditamento em 24 de fevereiro de 2022**”.

No dia da invasão da Ucrânia pela Rússia, **a 24 de fevereiro**, o Conselho Superior de Defesa Nacional, reunido de urgência, **tinha dado parecer favorável, por unanimidade, a propostas do Governo para a eventual participação de meios militares portugueses em forças de prontidão da NATO** e previa a antecipação do envio de militares portugueses para a Roménia.

“O Conselho deu, por unanimidade, parecer favorável às propostas do Governo para a participação das Forças Armadas Portuguesas no âmbito da NATO, que se seguem:

1. **Ativação da** Very high readiness Joint Task Force (VJTF) e das Initial Follow-On Forces Group (IFFG) para eventual empenhamento nos planos de Resposta Graduada da NATO.
2. **Eventual antecipação** do segundo para o primeiro semestre de projeção de uma companhia do Exército para a Roménia”, lia-se num comunicado divulgado à data.

Portugal vai enviar em abril para o Leste da Europa uma Companhia de Atiradores “reforçada”, com a “missão de dissuasão contra qualquer risco de ataque a qualquer país da NATO, neste caso a Roménia”, disse ontem o primeiro-ministro, António Costa.

Para o sul da Roménia seguirá no início de abril uma Companhia de Atiradores do Exército, inicialmente composta por 174 militares, mas que vai ser reforçada para esta missão com meios materiais e humanos, tendo o primeiro-ministro reiterado que os militares portugueses não vão atuar na Ucrânia, estando o envio de tropas previsto antes do conflito.

... /// ...

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

H. Carreiras: "É vital o processo de modernização das nossas FFAA"

Diretora do Instituto da Defesa Nacional, a académica Helena Carreiras analisa a invasão russa da Ucrânia e o impacto desta nos países da NATO e da União Europeia.



"Esta guerra veio mostrar, de forma particularmente violenta, que não existe segurança sem capacidade de defesa. E não existe defesa sem recursos."

© Filipe Amorim / Global Imagens

Leonídio Paulo Ferreira

22 de março, 2022

<https://www.dn.pt/sociedade/helena-carreiras-e-vital-o-processo-de-modernizacao-das-nossas-forcas-armadas-14701141.html>

A NATO sai reforçada desta crise internacional qualquer que seja o resultado da guerra na Ucrânia?

Não conhecemos o resultado desta guerra. O que podemos desde já afirmar é que um dos seus efeitos foi o reforço da NATO, como há muito não víamos, e contrariando os diagnósticos mais negativos que lhe haviam adjudicado mesmo a "morte cerebral". Até este momento, para além dos desafios estratégicos que enfrentava - desde logo a necessidade de clarificar a sua missão -, as divisões internas da aliança constituíam um fator de clara erosão material e identitária. Resta saber se esta unidade é sustentada no médio e longo prazo. **A sua manutenção dependerá do desenrolar da guerra, do cumprimento por parte dos Estados-membros dos compromissos assumidos, incluindo a meta dos 2% do PIB em defesa, e da forma como o novo conceito estratégico da Aliança venha a espelhar convergência na identificação de ameaças e na definição de prioridades.**

Com os Estados Unidos de novo com a atenção centrada na Europa, faz sentido a UE continuar a pensar num pilar europeu de Defesa?

Os Estados Unidos têm a atenção centrada na Europa, mas não abandonaram o seu foco no Indo-pacífico e na China como principal rival estratégico.

Com a clarificação da ameaça russa na Europa, faz mais sentido que nunca que esta reforce as suas capacidades de defesa, acelerando um processo em curso. Mas deve fazê-lo com, e não contra, a NATO. A cooperação UE-NATO será ainda mais crítica na nova arquitetura de segurança e defesa europeia que necessariamente emergirá desta guerra.

Ficou surpreendida com o compromisso geral dos países da NATO em aumentar rapidamente o investimento em Defesa, até mesmo a Alemanha?

Sim, tal como a generalidade dos analistas. Surpreendeu sobretudo a posição da Alemanha de aumentar exponencialmente o seu investimento em Defesa. Mais ainda que a constituição de um fundo de 100 mil milhões de euros para a modernização das forças armadas, surpreendeu-me o apoio da opinião pública alemã, tradicionalmente reticente em matérias de Defesa. Esta mudança de paradigma terá enorme impacto na própria União Europeia e nos seus equilíbrios políticos internos. O grande desafio será para todos os países o reforço destes investimentos ao mesmo tempo que enfrentamos uma crise económica de impacto mundial.

Do ponto de vista de Portugal, a nova situação geopolítica favorece o reforço e modernização das nossas Forças Armadas?

Sim. A nova situação favorece simultaneamente o agendamento político e uma maior compreensão dessa necessidade por parte da população. Essa **dupla legitimação**, nos planos político e da opinião pública, **é essencial para a utilização de recursos coletivos numa área estratégica e cuja importância nem sempre é reconhecida em tempo de paz.**

Esta guerra veio mostrar, de forma particularmente violenta, que **não existe segurança sem capacidade de defesa. E não existe defesa sem recursos.** Nas palavras do general Cabral Couto, "**é preciso comprar a gabardine no verão**", caso contrário o inverno pode apanhar-nos desprevenidos e as gabardines serão então muito mais caras. **Importa, por isso, demonstrar como é vital o processo de modernização das nossas forças armadas, tanto no plano da operacionalidade e dos equipamentos como no plano da valorização das pessoas e da atratividade da profissão militar.** Essa modernização é também fundamental para sermos parceiros credíveis nas organizações internacionais a que pertencemos. **Temos que estar dispostos a pagar o preço deste processo.** Não pagar sairá muito mais caro. Poderemos ter que pagar com a nossa soberania e com nossa liberdade.

A retirada do Afeganistão no ano passado e agora este face a face com a Rússia mostram que a NATO funciona melhor quando atua no seu espaço tradicional de influência?

A NATO é a mais durável aliança militar da História. Cresceu e consolidou-se reforçando a sua dimensão política e superando sucessivas crises. **A definição da missão da Aliança é um aspeto crítico no ajustamento que neste momento terá que ter lugar e que certamente se refletirá no novo conceito estratégico.**

Sem prejuízo do reforço de capacidades que permitam enfrentar as designadas ameaças híbridas, em planos que vão para além do estritamente militar, bem como do esforço cooperativo fundamental para a gestão de crises complexas, o recentramento da NATO no seu espaço tradicional de influência e na missão original de defesa coletiva tem sido saliente. Penso que deverá continuar a sê-lo.

leonidio.ferreira@dn.pt

... /// ...

Ana Sá Lopes: “Marcelo recusou Cravinho na Defesa ...”

“... para pacificar clima com militares”

O Presidente quis pôr fim a clima “divisionista” entre Governo e chefias militares, mas defendeu que alguma “continuidade” nos Negócios Estrangeiros era essencial devido à guerra na Ucrânia.



Ana Sá Lopes

Redatora-Principal

25 de março, 2022

<https://www.publico.pt/2022/03/25/politica/noticia/marcelo-recusou-continuacao-gomes-cravinho-defesa-2000081>

A saída de João Gomes Cravinho do Ministério da Defesa foi uma exigência que o Presidente da República fez ao primeiro-ministro, sabe o PÚBLICO. **O argumento foi o mau clima criado entre o ministro e várias chefias militares.** Isto após um ano de polémicas por causa da nova Lei Orgânica de Bases das Forças Armadas e também por causa dos conflitos com nomeações de chefes militares que, em alguns casos, envolveram mesmo o Presidente da República, como na “primeira” e falhada nomeação do almirante Gouveia e Melo para chefe do Estado-Maior da Armada no dia seguinte à sua saída do cargo de coordenador da taskforce da vacinação contra a covid.

Marcelo defendeu junto de António Costa que era necessário “um novo ciclo” na pasta da Defesa, área onde os Presidentes da República, enquanto comandantes supremos das Forças Armadas, têm uma palavra a dizer. Basta lembrar como Jorge Sampaio recusou que Durão Barroso enviasse militares portugueses para a guerra do Iraque em 2004 — o Governo Durão acabou por enviar a GNR, que está na dependência exclusiva do Governo.

Apesar de defender a retirada de João Gomes Cravinho da Defesa e da tutela sobre os militares, Marcelo Rebelo de Sousa não se opôs à sua “transferência” para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente porque a guerra na Ucrânia exigia “continuidade” nas políticas do Governo.

E com a saída de Augusto Santos Silva para ir ocupar o cargo de Presidente da Assembleia da República, só João Gomes Cravinho, enquanto ministro da Defesa, tinha participado nas reuniões em que se discutiu a estratégia europeia e da NATO e, para o Presidente da República, “alguma continuidade” era fundamental por causa da guerra.

Ainda que o mal-estar entre Marcelo e Gomes Cravinho tenha sido público por causa das Forças Armadas, o Presidente não obstaculizou a nomeação para o MNE. Apesar da condução da política externa caber ao Governo, o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros costuma ser indicado após prévio consenso entre primeiro-ministro e Presidente da República. Há precedentes: em 2004, Santana Lopes quis que Paulo Portas saísse do cargo de ministro da Defesa para ministro dos Negócios Estrangeiros e Jorge Sampaio — que até considerava Portas um excelente ministro da Defesa — vetou a ideia. Na biografia autorizada de Jorge Sampaio, José Pedro Castanheira escreve que “devido ao seu passado eurocético, o Presidente alertou [o primeiro-ministro Santana Lopes] para as dificuldades em o nomear”. E até foi o então Presidente da República a sugerir o embaixador António Monteiro para futuro MNE, ideia que Santana Lopes aceitou.

... /// ...

JORNAL ECONÓMICO

João Barros: “OE 2022 tem folga para reforço na Defesa ...”

... sem cortar no Estado social, dizem os economistas”

Objetivo de investir o equivalente a 2% do PIB na Defesa será comportável para as finanças públicas, dizem economistas ouvidos pelo JE. Mas há riscos, alertam.

JOÃO BARROS

25 de março, 2022

Governo tem “almofada” para acomodar reforço na Defesa OE2022. O objetivo de gastar 2% do PIB em Defesa será comportável para as finanças públicas, mas os economistas ouvidos pelo JE pedem **investimentos “criteriosos”** e alertam para dinâmicas como a inflação.

A guerra na Ucrânia colocou o foco na área da defesa, onde Portugal, Estado-membro da NATO, tem ficado por sistema aquém dos gastos previstos neste sector pela aliança militar, uma tendência que o Governo quer inverter.

Os economistas ouvidos pelo JE consideram que os montantes em questão não deverão causar um grande impacto nas contas públicas, mas alertam para outras dinâmicas que podem interferir com este esforço, sobretudo num contexto de consolidação orçamental, e pedem **investimentos estratégicos**.

“Não havendo mais surpresas desagradáveis, o Governo tem almofada suficiente para acomodar o aumento das despesas com a defesa”, resume Ricardo Ferraz, economista e investigador no ISEG nas áreas de Finanças Públicas e do Crescimento Económico.

Analisando os dados do Eurostat, o economista destaca que **“Portugal despendeu menos de 1% do PIB com a defesa em 2019, um valor inferior ao da média europeia de 1,2%”**, ainda que os dados da NATO mostrem um cenário ligeiramente diferente, com 1,38% do PIB.

Ambos os valores ficam abaixo do alvo de 2% definido pela Aliança Atlântica, um objetivo que foi sublinhado várias vezes pelo presidente Trump durante o seu mandato e que agora volta a ganhar destaque.

O sector da defesa tem visto gastos decrescentes em Portugal desde a passagem para democracia, numa trajetória que os países europeus pretendem agora inverter, dada a ameaça russa e o alvo de 2% do PIB em gastos com defesa entre os Estados-membros da NATO.

O país passou de um orçamento nesta área de **4,5% do PIB em 2000** para **1,54% em 2021**, o que até fica acima do verificado nos anos mais gravosos da crise, depois de a defesa ter sido orçamentada em apenas 1,3% do PIB em 2011.

“Tendo por base a última estimativa para o PIB de 2022 do Governo, 2% significa um total de 4.500 milhões de euros, ou seja, mais 1.600 milhões de euros face ao valor que foi despendido em 2019, segundo o critério NATO”, ilustra **Ricardo Ferraz**. Ainda assim, continua, a expectativa não passa por chegar a este número no imediato, mas sim **“em 2023 ou, no limite, em 2024”**.

Em 2018, António Costa havia assumido este compromisso junto dos parceiros da aliança militar, prevendo gastos de 1,66% do PIB provenientes do orçamento nacional que seriam complementados com fundos comunitários, chegando aos 1,98%.

“Admitindo que a economia continuará a recuperar, acredito que o Governo tentará acomodar os aumentos das despesas com a Defesa de 2022-2023 sem realizar reduções noutras áreas”, prevê o investigador do ISEG, destacando que o excedente de 250 milhões de euros de 2019, expurgado das **“medidas one-off – onde consta um avultado apoio ao Novo Banco –**, o valor será de precisamente 1.600 milhões euros”.

Igual perspetiva tem **Pedro Braz Teixeira**, diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade. Considerando que, “dado o enquadramento da invasão da Ucrânia, o Governo é **quase ‘obrigado’** a aumentar o orçamento da defesa”, o economista projeta que “o montante adicional que vai ser afetado à defesa vai ser suficientemente limitado”.

Antecipado reforço na Defesa no OE2022 Olhando para a proposta de Orçamento do Estado para 2022 (OE2022), que acabou chumbada no parlamento, o montante previsto para este sector constituía um reforço de 229 milhões de euros, ou 9,3%, o que “já era bastante”, observa Braz Teixeira. Ainda assim, se o Governo optar por, por exemplo, um aumento de 50 milhões de euros na nova proposta de OE, “isto representa 0,025% do PIB, são montantes que se consegue retirar de verbas genéricas”, explica Pedro Braz Teixeira.

No entanto, o diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade relembra que a ideia não deve passar por “desatar a gastar dinheiro”, deixando uma crítica ao objetivo NATO: “se gastarmos mal 2% do PIB em defesa cumprimos o critério, mas se gastarmos bem 1% não estamos” cumprindo.

... /// ...

António Telo: "Exército europeu? Preferível uma estratégia comum"

"A diferença seria muito pequena" nesta guerra

O historiador António José Telo defende que o futuro deve passar por uma estratégia comum de defesa na União Europeia. Um exército único, acrescenta, poderia ficar paralisado, caso um dos 27 países não concordasse com determinada intervenção militar. Travar Putin? "O Ocidente deve negociar com a China e não com a Rússia", defende.



António José Telo

© Paulo Spranger/Global Imagens

Miguel Bento Laia

25 de março, 2022

https://www.tsf.pt/mundo/exercito-europeu-a-diferenca-seria-muito-pequena-nesta-guerra-14668319.html?utm_source=push&utm_medium=mas&utm_term=14668319

A ideia de um "Exército Comum Europeu" entre os 27 estados-membros da União Europeia (UE) já não é nova. Mas, à medida que a Rússia avança pelo território ucraniano e a presença mais próxima junto à fronteira da UE, pode fazer reemergir a questão. Em entrevista à TSF, António José Telo, historiador da Academia Militar, acredita que essa opção de pouco valeria no atual contexto. No futuro, é preferível haver antes uma estratégia comum.

"Nesta crise se houvesse um exército europeu qual seria a diferença? Seria muito curta e pequena, o que interessa é que a Europa está desarmada. Se a Europa estivesse armada, mesmo que não houvesse um exército europeu a questão seria diferente. Esse desarmamento é sobretudo evidente na Alemanha. Não estou a falar tanto num exército europeu, mas sim de capacidades que a guerra moderna, tem mais importância do que isso, na capacidade de ciberguerra, controlo do espaço, por exemplo", esclarece.

António José Telo acredita que no cenário de haver um exército europeu, "bastaria um estado-membro não concordar para ficar tudo paralisado". "De que serviria um exército?", questiona.

"A estratégia europeia é um conjunto de banalidades"

Recentemente, em entrevista à Rádio Renascença, o ministro da Defesa português considerou não ser apropriado o uso do termo "exército comum", defendendo antes um **reforço no investimento e na cooperação**. João Gomes Cravinho alertou para a necessidade de reduzir a disparidade de capacidades e deu o exemplo de "haver dezenas de carros de combate diferentes na Europa".

Quanto ao fornecimento de armas à Ucrânia, António José Telo não fica espantado com a opção, já que é um modo de atual normal, "sem se considerar que seja um ato de guerra".

O historiador recorda os tempos da Guerra Fria, que colocou frente a frente os Estados Unidos e a então União Soviética, em que as duas potências foram armando fações em vários países. "A Rússia fez isso no Vietname, onde os Estados Unidos estavam empenhados, fez isso na Coreia do Norte. Os norte-americanos fizeram o mesmo no Afeganistão, quando era a Rússia que estava a ocupar esse país", acrescenta. No entanto, o especialista militar considera que **no caso da Ucrânia a novidade é que têm sido mais países do que o habitual a enviar material militar**.

António José Telo

alerta para as linhas vermelhas do envio de armas

Quebra da neutralidade? "É uma tomada de posição pelo vencedor"

Para ajudar a Ucrânia muitos países têm quebrado o estatuto de neutralidade, que mantiveram ao longo de décadas, são os casos do Japão e da **Suíça**. No caso dos nipónicos, enviaram na terça-feira à noite coletes à prova de bala, capacetes e mantimentos para a Ucrânia. **Foi a primeira vez que o Japão quebrou a postura pacifista que adota desde a Segunda Guerra Mundial, doando pela primeira vez equipamentos a outro país.**

Já a Suíça, país que guarda as grandes fortunas dos oligarcas russos, optou por aplicar na íntegra as sanções económicas que a UE imputou à Rússia.

Entre as sanções estão a proibição de entrada no país para membros próximos de Vladimir Putin e também o congelamento de ativos que têm no país.

A Irlanda, através do seu primeiro-ministro, assumiu que integrar a NATO é uma opção "a longo prazo" e pondera abandonar a neutralidade que mantêm há mais de 100 anos, no que diz respeito a conflitos internacionais.

"Quando um lado aparece como vencedor é normal que os hesitantes percam as hesitações" e terminem com a neutralidade.

Nos casos dos países do norte da Europa a estratégia tem sido algo semelhante. A Finlândia, que partilha fronteira com a Rússia, e a Suécia já prometerem intensificar as relações com a NATO, sem nunca se comprometerem com um pedido de adesão à aliança atlântica. Um eventual pedido que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, já garantiu ser um "ultrapassar de uma linha vermelha".

Putin pode fazer "uma fuga para a frente", ao sentir a derrota, considera o historiador

Se a Rússia quiser replicar na Finlândia o ataque está a fazer à Ucrânia, José António Telo alerta que não será tarefa fácil e recorre ao passado. "Em 1939, a "Guerra de Inverno", entre a União Soviética e a Finlândia, em que os soviéticos tinham uma esmagadora superioridade de forças e levou uma tarefa tremenda, ou seja, a campanha prolongou-se uns meses e no final teve de assumir uma **posição de compromisso**, em que a Finlândia foi obrigada a recuar, mas numa solução de compromisso. Foi algo que marcou fortemente a Rússia. O que aliás, a partir daí, reorganizou todas as suas forças armadas", acrescenta.

Só a China pode fazer Putin mudar de ideias

António José Telo afirma que "a Finlândia pode parecer fraca, mas não é tão fraca como isso. Pelo contrário, tem uma tradição longa de defesa popular, pelo empenho da totalidade da população".

Já sobre possíveis soluções para o conflito, o historiador considera que a "China é o único país com autoridade moral para chegar ao pé da Rússia e obrigá-la a mudar de posição, sobretudo porque a Rússia sabe que não aguentará as sanções sem o apoio da China". Com os efeitos das sanções a provocarem danos no comércio mundial, no sistema de pagamentos internacional e no preço da energia, António José Telo diz que são tudo "más notícias para a China".

"A economia do país assenta na exportação e tem uma grande dependência das importações. São abalos que não interessam à China", explica.

O especialista em assuntos militares afirma que os países ocidentais devem sentar-se à mesa para negociar com o regime de Xi Jinping, porque só este pode fazer a Rússia de Vladimir Putin sair da Ucrânia. **"Possivelmente o Ocidente deve negociar com a China e não com a Rússia"**, defende.

NATO



Deterrence and defence

NATO is a political and military alliance, whose principal task is to ensure the protection of its citizens and to promote security and stability in the North Atlantic area. The Alliance must be able to address the full spectrum of current and future challenges and threats from any direction, simultaneously. The Alliance continues to strengthen its deterrence and defence posture in light of the changed and evolving security environment.



28 Mar. 2022 13:54

https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_133127.htm

- Russia's aggression against Ukraine poses the gravest threat to Euro-Atlantic security in decades, shattering peace in Europe and reinforcing the need for NATO to ensure that its deterrence and defence posture is credible and effective.
- In response, NATO has activated its defence plans, deployed elements of the NATO Response Force and significantly increased the number of forces on its eastern flank.
- On 24 March 2022, at an extraordinary summit about Russia's war on Ukraine, NATO leaders agreed to deploy four battalions in Bulgaria, Hungary, Romania and Slovakia, in addition to the four already present in the Baltic States and Poland. More generally, they decided to take measures to ensure the security and defence of all Allies across all domains, reinforcing the Alliance's longer-term deterrence and defence posture.

- NATO continues to face distinct threats and challenges emanating from all strategic directions; from state and non-state actors; from military forces and from terrorist, cyber and hybrid attacks.
- **Two military concepts set the direction for NATO's ongoing evolution:** the **Concept for Deterrence and Defence** of the Euro-Atlantic Area focuses on force employment to deter and defend today, while the NATO Warfighting Capstone Concept offers a vision to guide the Alliance's long-term warfare development to remain militarily strong now and, in the future.
- At the Brussels Summit in 2021, NATO leaders approved the "NATO 2030" initiative, which has led to the introduction of additional measures to ensure NATO remains strong militarily, becomes even stronger politically and adopts a more global approach to security.
- European Allies and Canada have made considerable progress in increasing defence spending and investing in major equipment, taking steps toward fairer burden-sharing within NATO: 2021 was their seventh consecutive year of increased defence spending, with a cumulative extra contribution of USD 190 billion since 2014.

A rapidly changing security environment

NATO faces the most complex security environment since the end of the Cold War. Russia's invasion of Ukraine is jeopardising European security, and terrorism continues to represent a global security challenge and a threat to stability. At the same time, the rise of China is shifting the global balance of power, with implications for the Alliance's security, values and way of life. Growing global uncertainty, more sophisticated and disruptive cyber and hybrid threats, and exponential technological change are having a substantial impact on the Alliance.

Russia's military aggression against Ukraine has shattered peace in Europe and is causing enormous human suffering and destruction. It is the gravest threat to Euro-Atlantic security and the rules-based international order in decades. To the south, the security situation in the Middle East and Africa has deteriorated due to a combination of factors that are causing loss of life, fuelling large-scale migration flows and inspiring terrorist attacks in Allied countries and elsewhere.

Safeguarding the freedom and security of its members

NATO's essential and enduring purpose is to safeguard the freedom and security of all its members by political and military means. Collective defence is at the heart of the Alliance, as set out in Article 5 of the Washington Treaty.

NATO's greatest responsibility is to protect and defend Allied territory and populations against attack in a world where peace and security cannot be taken for granted.

Deterrence is a core element of NATO's overall strategy: preventing conflict and war, protecting Allies, maintaining freedom of decision and action, and upholding the principles and values it stands for – individual liberty, democracy, human rights and the rule of law. Free societies and the rules-based international order need to be backed by credible transatlantic defence.

NATO's capacity to deter and defend is supported by an appropriate mix of nuclear, conventional, and missile defence capabilities, which complement each other, and is underpinned by an array of civil and military resources to support these capabilities and the posture more broadly. NATO also maintains the freedom of action and flexibility to respond to the full spectrum of challenges with an appropriate and tailored approach.

Resilience: the first line of deterrence and defence

Enhancing resilience by strengthening the capacity of societies to absorb the full range of threats and hazards is an integral part of NATO's deterrence and defence posture. At its peak, the COVID-19 pandemic underscored the importance of resilience, including the ability to deal with mass casualties or ensuring the continuity of civil supply chains. At the same time, resilience impacts NATO's ability to conduct its missions and maintain the mobility of its troops and equipment. It requires close civil-military cooperation, and the effort of the whole of government and society to assure overall resilience. Since 2014, NATO has been providing guidelines to assist national authorities in improving their resilience across seven baseline requirements by reducing potential vulnerabilities.

NATO responded to the COVID-19 crisis by protecting military personnel, facilitating the airlift of critical medical supplies, and harnessing resources to deliver innovative responses. Allied armed forces supported civilian efforts with logistics and planning, field hospitals and hospital ships, transport for patients, repatriation of citizens abroad, disinfection of public areas, and at border crossings. These efforts helped to increase the national resilience of Allies, while the operational readiness of the Alliance remained undiminished. Lessons learned from Allies' experiences with the pandemic are important for the Alliance to continue to address hybrid activities as well as future challenges that target Allies' civil societies.

Bolstering NATO's readiness, responsiveness and reinforcement

The Readiness Action Plan (RAP), launched at the Wales Summit in 2014, was a major driver for change in the Alliance's deterrence and defence posture.

The RAP was initiated to ensure the Alliance is ready to respond swiftly and firmly to new security challenges from the east and from the south.

Building on the RAP, NATO Heads of State and Government approved a strengthened deterrence and defence posture at the Warsaw Summit in July 2016. It is providing the Alliance with a broad range of options to be able to respond to any threats from wherever they arise to protect Alliance territory, populations, airspace and sea lines of communication. For instance, since 2017 four multinational battlegroups have been deployed in Estonia, Latvia, Lithuania and Poland, and measures have also been taken to reinforce security in the south-eastern region of the Alliance. Furthermore, a number of measures have been undertaken to adapt the Alliance to the challenges emanating from the south, including capacity-building, dedicated exercises and advance planning, as well as setting up the Regional Hub for the South in Naples, Italy, which contributes to NATO's situational awareness.

Exercises remain an integral part of NATO's deterrence and defence since military training is an essential requirement to maintain the Alliance's readiness levels and interoperability.

NATO's adaptation efforts continue in all domains and in areas such as civil preparedness and countering hybrid threats, including in cooperation with the European Union (EU). Relations with the EU include increased cooperation, as well as complementary and interoperable capability development to avoid duplication and contribute to transatlantic burden-sharing.

At the 2018 Brussels Summit, NATO Leaders reiterated their resolve to bolster the Alliance's readiness, responsiveness and reinforcement to respond to threats from any direction in a 360-degree approach. A NATO Readiness Initiative was launched to enhance the Alliance's rapid-response capability, either for reinforcement of Allies in support of deterrence or collective defence, including for high-intensity warfighting, or for rapid military crisis intervention, if required. Since then, Allies have committed to providing 30 mechanised battalions, 30 air squadrons and 30 battleships ready to use within 30 days or less and are working to build and maintain the level of readiness of these forces and organise them into larger formations.

NATO continues to address the security implications of Russia's growing arsenal of nuclear-capable missiles, which poses a significant risk to Alliance security and violated the Intermediate-Range Nuclear Forces (INF) Treaty. The Alliance is responding by strengthening its advanced conventional capabilities, investing in new platforms – including fifth-generation fighter aircraft – and adapting its exercises, intelligence, and air and missile defence posture. It is doing so while ensuring its nuclear deterrent remains safe, secure and effective.

At the same time, NATO remains strongly committed to effective arms control, disarmament and non-proliferation, and continues to call for all actors, including Russia and China, to engage constructively.

NATO has recognised cyberspace as a domain of operations in which it must defend itself as effectively as it does in the air, on land and at sea.

The creation of a new Cyberspace Operations Centre in Belgium and the formation of counter-hybrid support teams to assist Allies in need also bolster the Alliance's deterrence efforts.

At the December 2019 Leaders' Meeting in London, NATO declared space as a fifth operational domain. The information gathered and delivered through satellites is critical for NATO activities, operations and missions, including collective defence, crisis response and counter-terrorism. In October 2020, defence ministers decided to establish a NATO Space Centre in Ramstein, Germany. This Centre will serve as a focal point for sharing information, coordinating Allies' efforts and supporting NATO's operations and missions.

In addition to the defensive measures they had already taken since the beginning of Russia's invasion of Ukraine (which started on 24 February 2022), NATO leaders met in Brussels on 24 March 2022 to address the consequences of this brutal and unprovoked aggression and take measures to strengthen NATO's deterrence and defence. They decided to deploy four multinational battlegroups in Bulgaria, Hungary, Romania and Slovakia, in addition to those already present in the Baltic States and Poland, effectively doubling the number of battlegroups on its eastern flank from four to eight. They also decided to step up cyber defences and scale up exercises focused on collective defence and interoperability. NATO leaders agreed on a number of measures, which will significantly strengthen the longer-term deterrence and defence posture of the Alliance, including the development of ready forces and capabilities necessary to maintain credible deterrence and defence.

Maintaining Alliance's military and technological edge

The Alliance continues to strengthen its deterrence and defence posture in light of the changed and evolving security environment. While the Alliance needs to be able to preserve peace today, it also needs to prepare for the increasingly unpredictable security environment of the future. Keeping its technological edge has always been an essential enabler of NATO's ability to deter and defend against potential adversaries. Innovations in artificial intelligence, autonomous weapons systems, big data and biotech are changing warfare. To help preserve its technological edge, NATO recently agreed an implementation strategy for emerging and disruptive technologies. The Alliance will play an important role as a forum for cooperation on various security-related aspects of these emerging technologies.

Investing in defence

The Defence Investment Pledge, adopted by NATO Leaders in 2014, called for all Allies to stop cuts to defence budgets and meet the NATO-agreed guideline of spending at least 2% of Gross Domestic Product (GDP) on defence within a decade. Allies also agreed, in that same timeframe, to move towards spending at least 20% of annual defence expenditure on major new equipment, including related research and development. Finally, the Pledge committed Allies to ensuring that their land, air and maritime forces meet NATO-agreed guidelines for deployability, sustainability and other agreed metrics, and that their armed forces can operate together effectively, including through the implementation of NATO standards and doctrines.

Since 2014, Allies have made considerable progress in increasing defence spending and investing in major equipment, taking steps toward fairer burden-sharing. 2021 was the seventh consecutive year of increased defence spending by European Allies and Canada, which contributed a cumulative extra of USD 190 billion since 2014. Allies are not just delivering more of the heavier, high-end capabilities NATO needs; they are also improving the readiness, deployability, sustainability and interoperability of their forces. With heightened security threats and challenges, Allies have committed to accelerating efforts to meet the requirements of the 2014 Defence Investment Pledge and will submit plans in time for the Madrid Summit in June. The need to invest in defence remains essential to ensure the Alliance has the forces and capabilities it needs.

... /// ...

J. Carvalho: “H. Carreiras. A Mulher que quer quebrar «tabus» nas FFAA”

Da academia para o Restelo, Helena Carreiras quer políticas em defesa da diversidade social.



Joana Mourão Carvalho

29 de março, 2022

https://ionline.sapo.pt/artigo/766238/helena-carreiras-a-ministra-que-quer-quebrar-tabus-nas-forcas-armadas?seccao=Portugal_i

Sem experiência nas lides políticas, Helena Carreiras será a primeira mulher a exercer o cargo de ministra da Defesa Nacional. Uma académica por definição, dedicou grande parte da sua vida ao estudo da relação entre a sociedade e as Forças Armadas.

Socióloga de formação (licenciou-se em 1987, no ISCTE, e concluiu o doutoramento em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, em 2004), colocou o tema das questões de género, nomeadamente o papel das mulheres nas Forças Armadas. no centro da sua investigação.

No que se refere a produção científica, conta com um vasto leque de artigos e outras publicações sobre a integração das mulheres nas forças militares, tendo dado continuidade à obra de Maria Carrilho, uma das figuras de referência no estudo da sociologia militar em Portugal.

Foi também neste contexto que, na última década, assumiu cargos de direção em várias organizações: foi subdiretora do Instituto da Defesa Nacional (2010-2012), diretora da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL (entre 2016 e 2019), subdiretora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (2015) e do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (2018-2019). Foi, também, membro do Conselho do Ensino Superior Militar (2011-2012) e do Conselho Geral do Instituto Universitário Militar (2017-2020).

Assumiu ainda a presidência do European Research Group on Military and Society (entre 2017 e 2019). E, há cerca de três anos, foi também a primeira mulher a assumir a Direção do Instituto de Defesa Nacional (IDN).

Não é só às questões de género que se dedica Helena Carreiras, mas também à necessidade de pensar a questão da gestão da diversidade social em articulação com o problema da eficácia organizativa nas Forças Armadas, levantando a questão da orientação sexual no mundo militar.

“A integração de mulheres, minorias étnicas, homossexuais, minorias religiosas ou linguísticas nas Forças Armadas passou a constituir objeto de enorme atenção por parte das chefias militares e também dos cientistas sociais”, lê-se na tese ‘Diversidade Social nas Forças Armadas: Género e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada’, da autoria de Helena Carreiras.

Conhecendo de perto as fragilidades, considera que a gestão da diversidade constitui um dos desafios mais prementes que se colocam às políticas de gestão de recursos humanos nas Forças Armadas dos países da NATO.

“Os ideais da igualdade e equidade, basilares ao modelo de sociedade democrática em que vivemos, não podem permanecer estranhos a uma organização que tem por objetivo último defender essa sociedade e os seus valores fundamentais”, defende na sua tese.

Também num artigo publicado em 2016, já havia denunciado que a situação internacional relativa à aceitação da presença de homossexuais nas Forças Armadas variava entre a proibição e a criminalização, e a ausência de restrições formais, acompanhada por elevados níveis de tolerância.

No caso português, apontava que, mesmo não existindo atualmente restrições legais à presença de homossexuais nas fileiras, existe “uma cultura que estigmatiza e exclui, e relativamente à qual não se tem atuado ao nível institucional”.

De recordar que nesse mesmo ano de 2016 rebentou a polémica em torno da discriminação homossexual no Colégio Militar, tendo vindo a público que vários alunos teriam sido empurrados para fora da instituição por serem homossexuais.

Na ótica de Helena Carreiras, esses “tabus” são disfuncionais para a coesão e efetividade da dinâmica de grupo militar, “porque são contrários à ética militar do respeito, da disciplina, do espírito de corpo e da camaradagem”.

"As Forças Armadas têm todo o interesse em prestar atenção à diversidade social nas suas fileiras. Só através de políticas ativas e liderança forte podem evitar os comportamentos que alimentam a desagregação com base em estereótipos e tabus", salientava na altura, identificando que essas atitudes e comportamentos são legitimados por **"elementos tradicionais da cultura militar, assentes numa conceção anacrónica da masculinidade, e que não poucas vezes se revelam perniciosos face aos objetivos da organização".**

É sobretudo esta preocupação que distingue o seu trabalho e percurso, e será talvez agora um dos pontos-chave do seu mandato. Num momento internacional conturbado e exigente para as Forças Armadas como é a invasão russa da Ucrânia, resta saber se Helena Carreiras terá o peso político do seu antecessor João Gomes Cravinho para implementar as suas ideias.

... /// ...



Abril

«<https://www.abrilabril.pt/quem-somos>»

Abril: “Há militares a mais?”

EDITORIAL

29 de março, 2022

António Costa afirmou que Portugal tem hoje menos peso em equipamento do que devia e «mais peso em recursos humanos do que aquilo que é o compromisso com a NATO».



Creditos

Manuel Araújo / Agência Lusa

<https://www.abrilabril.pt/nacional/ha-militares-mais>

O primeiro-ministro anunciou que os Estados-membros da NATO, incluindo Portugal, comprometeram-se a avançar com propostas de reforço dos seus investimentos, na área da Defesa e das Forças Armadas, até à cimeira da Aliança Atlântica que se realizará em Junho.

Neste domínio, António Costa chamou a atenção para os **dois desafios** que Portugal tem pela frente, por um lado, **umentar o seu orçamento global em defesa** e, por outro, o **peso do investimento em equipamento**, com o objectivo de melhorar as capacidades das Forças Armadas.

O primeiro-ministro, sublinhou ainda que **Portugal tem hoje menos peso em equipamento do que devia e «mais peso em recursos humanos do que aquilo que é o compromisso com a NATO»**. São declarações que reiteram o que, de assinalável, sucessivos governos têm feito, reduzir efectivos. Aliás, este compromisso parece ser a única preocupação do Governo com os homens e mulheres que servem nas Forças Armadas. Quanto ao resto, nomeadamente vencimentos, carreiras e saúde, impera o silêncio.

Os militares e as associações profissionais que os representam bem podem reclamar de estarem «sem aumentos há mais de dez anos, sem promoções a tempo e horas, sem retroactivos pagos à data da promoção, sem respeito pelo desempenho funcional» que, pelos vistos, vão continuar a ser sancionados.

É verdade que o pretexto da guerra tem, com certeza, as costas muito largas, mas não consegue tapar a realidade: ninguém quer saber das pessoas, querem, sim, saber dos negócios e dos chorudos lucros que enchem os bolsos dos oligarcas ocidentais do complexo militar-industrial, e não só.

A afirmação do primeiro-ministro, de que os recursos humanos militares têm mais peso do que aquilo que é o compromisso do nosso País com a NATO, torna mais evidente a razão pela qual o Ministério da Defesa tem torturado o número de efectivos militares, procurando fazer crer que eles têm aumentado quando, na realidade, têm diminuído ao longo dos anos e estagnado nos dois últimos. **Isto é, a aparente preocupação que, nos últimos anos, os ministros da Defesa Nacional têm manifestado face à escassez de jovens a pretender ingressar na carreira militar e à incapacidade de retenção das Forças Armadas, não passa disso mesmo, de uma preocupação aparente.** Daí, a não resolução deste problema e, pelo contrário, o seu progressivo agravamento.

Por esclarecer, fica a questão de como vai o Governo resolver o problema de excesso de peso de meios humanos nas Forças Armadas, isto é, as despesas com os militares: manter o congelamento dos vencimentos, protelar ainda mais as promoções ou reduzir o número de generais?

... /// ...

CEM expressaram votos de "maiores sucessos" à nova MDN

31 de março, 2022

Lusa

Cerimónia de receção decorreu junto à Torre de Belém.



A ministra e os chefes militares posam junto à Torre de Belém.

António Cotrim/Lusa

<https://rr.sapo.pt/noticia/politica/2022/03/31/chefes-militares-expressaram-votos-de-maiores-sucessos-a-nova-ministra-da-defesa/278534/>

Militares dos três ramos das Forças Armadas desfilaram esta quinta-feira perante a nova ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, numa cerimónia de receção na qual os chefes militares desejaram os maiores sucessos à governante.

Momentos antes da chegada da ministra da Defesa Nacional à Torre de Belém, em Lisboa, a chuva ameaçava a cerimónia mas o sol surgiu pouco depois, com vários turistas e transeuntes curiosos com o aparato na zona.

Uma companhia conjunta com militares dos três ramos das Forças Armadas já esperava a governante, mas os chefes militares foram os primeiros a chegar, como ditava o protocolo: pela Armada, o almirante Gouveia e Melo, pelo Exército, o general Nunes da Fonseca, e pela Força Aérea, o general Cartaxo Alves.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), almirante Silva Ribeiro, chegou pouco depois e foi recebido pelos chefes militares.

Cerca das 14h32, a ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, e o secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira, chegaram à Torre de Belém, tendo sido recebidos pelas entidades militares presentes.

Helena Carreiras caminhou até ao ponto de continência, ouviu-se o hino da Maria da Fonte e 19 salvas de artilharia da fragata Corte-Real, que estava junto ao monumento, no rio Tejo.

A ministra passou revista às forças em parada e de seguida os militares desfilaram perante Helena Carreiras, o secretário de Estado e os chefes militares.

A cerimónia durou pouco mais de 15 minutos, ainda se ouviu o Hino Nacional e na despedida o CEMGFA e os chefes militares dos três ramos desejaram os maiores sucessos à governante que tomou posse esta quarta-feira.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, deu posse na quarta-feira ao XXIII Governo Constitucional, o terceiro chefiado por António Costa, numa cerimónia no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa.

Após a posse, em declarações aos jornalistas, a ministra da Defesa Nacional defendeu a **necessidade de reforço do investimento nas Forças Armadas**, uma prioridade que considerou ser essencial para assegurar a paz.

“**Há duas prioridades que considero muito importantes**. A primeira é **reforçar os investimentos na defesa**. A paz é algo que só poderemos assegurar com o reforço na defesa, todos percebemos isso nesta altura” em que decorre há mais de um mês o conflito na Ucrânia, afirmou.

... /// ...

Vítor Matos: “Meta de 2% da NATO custa mil milhões a Portugal”

Orçamento

Os ramos perderam €127 milhões numa década para manutenção, treinos e operações.

Estão no “limiar mínimo”



A Força Aérea e a Marinha estão com baixos níveis de prontidão por uma década de cortes no orçamento de “operação e manutenção”

HORÁCIO VILLALOBOS/CORBIS/GETTY IMAGES

01 de abril, 2022

VÍTOR MATOS

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2579/html/primeiro-caderno/politica/meta-de-2-da-nato-custa-mil-milhoes-a-portugal>

Nos dias 3 e 4 de março, uma equipa da NATO reuniu-se com representantes portugueses no âmbito do ciclo de planeamento da Aliança Atlântica — o chamado NATO Defense Planning Process —, em que são avaliadas as reais capacidades militares de cada país. As visitas aos Estados-membros ocorrem de dois em dois anos, a que se segue um relatório confidencial sobre o estado das respetivas Forças Armadas.

Embora as recomendações se mantenham secretas, em Portugal a NATO encontra um país com uma carência superior a quatro mil efetivos e deficiências na prontidão dos meios, onde o Exército, a Marinha e a Força Aérea perderam, desde 2010, €127,4 milhões nos seus orçamentos de “operação e manutenção”, ou seja, os militares têm mais equipamentos, mas menos 36% das verbas para treinar as tropas, operar os meios e fazer as manutenções programadas de modo a mantê-los prontos para combate.

A nova ministra, **Helena Carreiras, a primeira mulher na Defesa, terá uma tarefa difícil**: com uma guerra na Europa, vai tutelar um sector em mínimos de pessoal e orçamento.

Neste momento crítico, em que a invasão russa da Ucrânia faz soar os alarmes nas capitais europeias, a NATO está a pedir aos países para aumentarem as despesas militares e a União Europeia aprovou a “Bússola Estratégica”, em que os 27 Estados-membros se comprometem a “aumentar substancialmente as despesas no sector da defesa”, de modo a “reduzir as lacunas críticas em matéria de capacidades”.

A Alemanha, que, segundo dados da NATO, gastava em defesa uma percentagem do PIB semelhante à de Portugal (1,5%), vai ultrapassar os 2% e investir €100 mil milhões em armamento nos próximos anos.

Para atingir o compromisso com a NATO de 2% de gastos com a defesa — se considerarmos os números que são reportados à Aliança —, Portugal teria de aumentar as despesas militares pelo menos em €973 milhões até 2024, cerca de mais um terço do que despense hoje (refira-se que o orçamento do Ministério da Defesa pesa apenas 1,1% no PIB, mas a **NATO considera que Portugal gasta 1,55%, porque contabiliza a GNR como força militarizada e as pensões dos militares**).

Desde 2010, o Exército perdeu 48,3% das verbas para “operação e manutenção” e a Marinha tem menos 36,6%

Esta quinta-feira, a NATO apresentou o relatório anual de 2021, onde Portugal mantém o 17º lugar em 30 países da Aliança na percentagem do PIB gasta em defesa (1,55%). Só oito países atingiram ou ultrapassaram a meta dos 2%.

No mundo pré-guerra, o Governo e o ex-ministro da Defesa João Gomes Cravinho tinham como objetivo chegar a gastos na ordem de 1,68% do PIB em 2024, e não aos 2% estabelecidos em 2014 pela NATO na Cimeira de Gales, **mas esse valor deverá ser repensado**: essa meta corresponderia a um aumento de cerca de €300 milhões por ano, segundo as contas do Expresso, sobretudo apoiado na compra de novos meios, onde pesam os cinco novos aviões de transporte estratégico KC-390 para substituir os Hércules C-130 e os seis novos navios de patrulha oceânica (e assim também atingir a meta da NATO para se aplicar 20% do orçamento da Defesa em reequipamento).

Isto significa que um aumento de €300 milhões em 2024 dificilmente chegaria para as compras de material e para os ramos recuperarem o valor perdido em “operação e manutenção”. Menos ainda para repensar carreiras e salários. Numa entrevista ao “Público” este mês, Gomes Cravinho reconhecia: “Temos um investimento insuficiente em ‘operação e manutenção’. Vamos ter de investir mais nesse item, tal como na aquisição de novos equipamentos.”

Que fará a nova ministra?

Numa entrevista este mês ao “Diário de Notícias”, antes de o seu nome estar confirmado, Helena Carreiras já argumentava que a unidade da NATO dependerá, entre outras coisas, “do cumprimento por parte dos Estados-membros dos compromissos assumidos, incluindo a meta dos 2% do PIB em defesa” (ver texto ao lado).

O “LIMIAR MÍNIMO”

Para os ramos terem mais tropas treinadas, navios combatentes e mais aviões a voar, o orçamento do Ministério da Defesa teria de aumentar cerca de **5,5%** para voltar aos níveis de “operação e manutenção” pré-troika, segundo as contas do Expresso.

Desde 2010, o **Exército** perdeu 48,3% das verbas para “operação e manutenção”, a **Marinha** tem menos 36,6% e a **Força Aérea** sofreu uma redução de 21,7% (ver gráfico).

Efeitos?

Por exemplo, o envio este mês de apenas **18 militares do Exército** para um dos grandes exercícios da NATO, na Noruega, com mais de 30 mil efetivos, que o Expresso noticiou há duas semanas. “A imposição de cativos legais” e de “cortes nas atribuições mensais de fundos” condicionam toda a operação, pode ler-se num dos relatórios da Força Aérea que o Expresso consultou. “Os cortes sofridos em 2021, apesar de significativos, foram sempre inferiores aos cortes de 2020”, lia-se em janeiro na “Revista da Armada”. **Mas sempre cortes: quer dizer que tem chegado aos ramos menos do que está previsto nos orçamentos.**

O resultado destes cortes tem sido um mantra de chefes militares. Na Força Aérea, o “Relatório de Gestão” de 2019, o último que está disponível, é explícito: “No ano de 2019, €52,5 milhões foram direcionados para custos diretos com a operação. Este valor é significativamente inferior ao montante necessário para fazer face às necessidades.”

O general Joaquim Borrego, então chefe do Estado-Maior da Força Aérea, escrevia: “Esta situação de subfinanciamento perpetuada no tempo não é inconsequente, e em 2019 o regime de esforço, a taxa de prontidão das aeronaves e a qualificação e treino operacional das tripulações continuaram a descer e atingiram limiares mínimos.”

Apesar dos avisos, o problema arrasta-se há mais de uma década.

Em junho do ano passado, durante uma audição na Comissão Parlamentar de Defesa, o mesmo general apontou até para a falta de credibilidade junto de aliados: “No plano material, é preocupante a prontidão dos meios aéreos, fruto do desinvestimento acumulado”, tornando-se “necessário investir na modernização das capacidades aéreas para que a relevância e a eficácia operacional se mantenham intactas junto dos nossos parceiros e aliados tradicionais”.

Joaquim Borrego pediu respostas concretas para a “reduzida prontidão dos meios aéreos”, para o “contínuo agravamento, resultante do subfinanciamento para a operação”. O OE para 2022 não respondia a isso.

Com carências na manutenção e nos efetivos, a Força Aérea tem níveis de operacionalidade “preocupantes”.

Em 2019 realizou apenas 54% das ações de manutenção programadas: só tem um dos quatro Hércules C-130 a voar (dois estão nas OGMA, numa grande revisão atrasada), e mesmo esse avião está sujeito a repetidas avarias, o que leva ao cancelamento frequente de voos (a média de 2019 era de 1,4 destas aeronaves disponíveis); os aviões de transporte tático C-295, mais pequenos que os Hércules, têm problemas de prontidão por deficiente fornecimento de peças (na média de 2019, das 12 unidades só metade estava pronta, um valor que agora é mais baixo, segundo as fontes do Expresso) e o mesmo se passa com os 12 helicópteros de busca e salvamento EH-101 (que em 2019 conseguiam taxas de um terço de prontidão, um nível que tem sido difícil de manter).

Quanto aos 30 caças F-16, em média, só estavam oito prontos para combater há dois anos (hoje Portugal tem quatro F-16 em missão na Islândia e seis atribuídos à NATO Response Force, pelo que é obrigatório ter melhorado os níveis de prontidão). No caso dos aviões de luta antissubmarina P3-Orion, a média, em 2019, nem chegava a uma unidade pronta (hoje Portugal tem um destes meios atribuído à NATO).

O ORÇAMENTO COMO “AMEAÇA”

Os problemas da Marinha, por falta de orçamento, são equivalentes: em maio do ano passado, o Expresso chegou a noticiar que só uma das cinco fragatas estava a navegar e que a “Vasco da Gama” estava a ser “canibalizada” para o fornecimento de peças para os outros navios. Neste momento, só dois destes navios estarão prontos e com capacidade combatente (estão também debaixo do chapéu da NATO Response Force e podem ser mobilizados por causa da guerra).

A falta destas reparações programadas já levou ao abate do navio abastecedor “Bérrio” e o ministro da Defesa chegou a admitir que, em caso de crise, Portugal teria de pedir um navio emprestado a um país aliado.

A Armada também tem vindo a documentar o estado crítico do ramo nos relatórios internos.

No “Plano de Atividades da Marinha 2020”, por exemplo, foram identificadas como “ameaças” a “insuficiência orçamental e falta de financiamento atempado”, a “gestão da obsolescência de sistemas e equipamentos”, assim como o “regime de exclusividade com o Arsenal do Alfeite”, que “restringe as opções da Marinha para a manutenção e reparação naval”.

Isto além do “défice de recursos humanos” e da “delapidação dos stocks de sobressalentes”.

A Direção de Navios lançava um alerta, que o Expresso já tinha noticiado em maio passado: devido aos atrasos na “manutenção preventiva de anos anteriores”, a Armada deve “considerar” a manutenção “urgente” dos navios, o que teria como consequência o “envelhecimento dos recursos” e o “aumento de custos” e diminuição “da disponibilidade e fiabilidade” dos navios, “afetando a prontidão”.

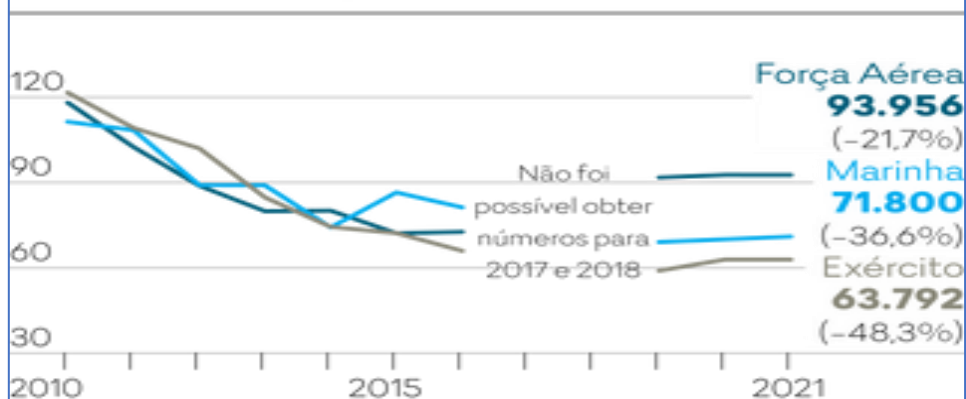
Neste cenário, o ano passado a Marinha viu o orçamento de funcionamento reforçado com €1 milhão, o que ajudou ao “incremento” da manutenção no Arsenal, podia ler-se na “Revista da Armada”. Ainda houve uma “descativação de €5,3 milhões” para fazer face ao aumento dos custos com o valor do trabalho no Alfeite. As guarnições estão desguarnecidas, só que agora começou uma guerra.

[ver quadros na página seguinte]

... /// ...

ORÇAMENTO PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Em milhões de euros, a preços correntes
(variação em percentagem 2010/2021)



FONTES: "ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA DEFESA NACIONAL 2016". OE PARA OS ANOS DE 2019/2021

ORÇAMENTO DA DEFESA

Em milhões de euros

Compromisso com a NATO para 2024*

€4229 (2%)

Objetivo do Governo para 2024

€3552 (1,68%)

Valor reportado à NATO**

€3256 (1,55%)

Valor real orçamentado para 2021

€2303 (1,1%)

* Estabelecido na Cimeira de Gales, em 2014

**Os países, como Portugal, incluem o orçamento reportado à NATO, os custos de forças militarizadas, como a GNR (€842 milhões), e as pensões dos militares

FONTES: OE 2021; NATO; EXPRESSO

OPERACIONALIDADE DA MARINHA

	2010	2020	2021
Dias de missão	5129	3586	3820
Horas navegadas	40.546	27.864	24.438
Ações de fiscalização	16.851	1178	468

FONTE: "REVISTA DA ARMADA"

Vítor Matos: “Helena em busca do tesouro perdido”

Em tempos de guerra, a primeira mulher na Defesa quer ter 2% do PIB para gastar.

Já propôs um provedor para militares



VÍTOR MATOS

01 de abril, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2579/html/primeiro-caderno/politica/helena-em-busca-do-tesouro-perdido>

Na adolescência, quando vivia em Tomar, o passatempo da jovem Helena Carreiras “era andar à procura do tesouro dos Templários”, contou numa entrevista à Fundação Getúlio Vargas, em 2011. Não o encontrou. Agora, em tempo de guerra, a primeira mulher a chegar a ministra da Defesa precisa de um tesouro para a ordem militar dos Templários modernos — as tropas profissionais —, cuja condição está degradada, os equipamentos desgastados e a atividade subfinanciada.

Diretora do Instituto de Defesa Nacional desde 2019, defende que Portugal cumpra a meta de 2% do PIB em despesas militares: esse tesouro de mil milhões de euros adicionais, mais um terço do seu atual orçamento (ver texto ao lado), está à guarda de António Costa e de Fernando Medina.

Neta de agricultores analfabetos e filha de professores, nasceu em Alpalhão, concelho de Nisa, onde passou a infância antes de se mudar para Tomar, mas não guardou vestígios do sotaque único daquela terra alentejana. É um produto da mobilidade social do ensino público: licenciou-se em Sociologia no ISCTE e doutorou-se em Florença com uma tese sobre a integração de género nas Forças Armadas da NATO.

É feminista, escalou na vida como gosta de escalar montanhas, o seu passatempo, mas a **escalada mais difícil** será conseguir um orçamento que permita às Forças Armadas funcionar com normalidade, recrutar e investir.

Numa entrevista ao “DN” em vésperas de o seu nome ser divulgado, disse que a unidade da NATO “dependerá” do “cumprimento por parte dos Estados-membros dos compromissos assumidos, incluindo a meta dos 2% do PIB em defesa”. Helena Carreiras ainda argumentou que o país deve estar disposto “a pagar o preço” do **“processo de modernização” das Forças Armadas: “Não pagar sairá muito mais caro”, porque “podemos ter de pagar com a nossa soberania e com a nossa liberdade”**. Um chefe militar não diria melhor. Com a guerra, espera que a opinião pública tenha uma **“maior compreensão dessa necessidade”**.

Em 2008, quando a tropa ainda não estava tão depauperada, **já dizia isto ao Expresso: “Há cortes orçamentais, a instituição perde prestígio.”** Ou isto: **“[Os militares] sentem que há uma marginalização da instituição por parte do poder político.” E constatava que os militares “são obrigados a fazer mais com menos recursos”**.

Sensível à questão das mulheres nos quartéis e à necessidade de dar atenção às famílias dos militares, também encara as associações (parassociais) como parceiros a ouvir. Nessa entrevista ao Expresso, propunha que se estudasse a **criação de um ombudsman das Forças Armadas**, uma espécie de provedor dos militares. “Existe em muitos países. São órgãos consultivos, mas são relativamente independentes da hierarquia. Canalizam insatisfações, reivindicações, auscultam.”

MOMENTO DEFINIDOR

O socialista **Marcos Perestrello**, presidente da Comissão Parlamentar de Defesa na última legislatura, considera Helena Carreiras uma boa escolha: **“Conhece bem os problemas e, nas atuais circunstâncias, permite alguma continuidade.”**

A ministra sobe à sala com vista sobre o Tejo no edifício do Restelo num momento definidor e de viragem: na sequência da nova “Bússola Estratégica da UE” e da revisão do conceito estratégico da NATO, que terá lugar em junho — textos já moldados pela guerra —, **Portugal vai rever o Conceito Estratégico de Defesa Nacional e os documentos orientadores que daí derivam. Também vai ser revista a Lei de Programação Militar. Tudo vai ser adaptado.**

Para Perestrello, os gastos em defesa de 2% do PIB são para cumprir, assim como o investimento de 20% dessa despesa em equipamentos (dos quais 20% devem ser para investigação & desenvolvimento). “A meta foi pensada para tempos de normalidade”, e não de guerra, “mas é importante cumprir os objetivos estabelecidos e acordados por todos os Estados-membros da NATO”.

Depois de anos de desinvestimento, “as Forças Armadas precisam de reforços no equipamento, na ‘operação e manutenção’ e no pessoal. E isso vai obrigar a reforços orçamentais”.

O deputado social-democrata **Carlos Reis**, também da Comissão de Defesa, concorda que “Portugal deve atingir os 2%”, mas contrapõe que, “ao nível dos equipamentos, a realidade é que este Governo tem deixado, ano após ano, verbas por executar da Lei de Programação Militar.

De pouco servirá um aumento no orçamento global da Defesa se depois os investimentos ficam bloqueados nas Finanças”.

Sem tecer comentários sobre a nova ministra — “todos os políticos precisam do seu tempo” —, diz que terá “oportunidade, já na discussão do OE, de perceber quais as prioridades” de Helena Carreiras. “O sinal que vai dar agora é fundamental.” Que parte do tesouro lhe dará Medina?

... /// ...

EXPRESSO

Vítor Matos: “Militares querem falar do SMO...”

... mas os políticos não. Marcelo, PS e PSD não querem ouvir falar do regresso da conscrição. Falta de pessoal é crítica

01 de abril, 2022

VÍTOR MATOS

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2579/html/primeiro-caderno/politica/militares-querem-falar-do-smo>

Marcelo Rebelo de Sousa disse, há duas semanas, ser contra a reintrodução do serviço militar obrigatório (SMO). PS e PSD, os partidos que fazem consenso na área da Defesa, concordam que esse não é o caminho. **No novo contexto de guerra e de falta de efetivos, altas patentes na reserva apelam à discussão sobre um novo modelo de serviço militar ou cívico**, porque ainda não foi revertida a situação “insustentável” que, em 2019, descreveu o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), almirante Silva Ribeiro.

Durante uma conferência em março, o ex-CEMGFA na reforma general **Valença Pinto** apelou a “uma discussão” sobre o tema. Face ao contexto de agressão da Rússia à Ucrânia, “e a reação que se viu em países como a Suécia ou a Finlândia”, talvez fosse preciso “colocar o debate do serviço militar obrigatório em cima da mesa mais cedo do que se pensava”, propôs, citado pela Lusa.

Poderia ser um serviço militar obrigatório integrado num conceito de serviço cívico, com uma componente armada e uma não-armada, desde que fosse “geral e universal”.

O general **Pinto Ramalho**, antigo chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) concorda: “Acho que o debate faz sentido. Noutros países há serviço nacional obrigatório com componentes armada e não-armada e duração diversificada”, explica. “Esta é a principal origem do recrutamento dos contratados”, constata, e aponta a Marcelo: “**O Presidente da República diz que é contra, mas acredita que vai resolver o problema por haver uns sinais de que isto vai melhorar...**” Outros oficiais-generais, como o ex-chefe do Estado-Maior da Armada, almirante **Maceira Fragoso**, acham que se deve refletir sobre o fim do SMO; na SIC, o major-general **Vieira Borges**, especialista em estratégia, remeteu para uma reflexão sobre o modelo de serviço militar já feito pela SEDES.

Mas não os partidos. O socialista **Marcos Perestrello**, presidente da comissão de Defesa, diz não ser “necessário, nem ia ajudar à resolução do problema. Tem de se procurar gente capaz e motivada, com **boas condições remuneratórias**”, assume.

Carlos Reis, deputado do PSD na mesma comissão, pensa que a **solução “não passa pelo regresso” do anterior modelo**, mas “pela reflexão sobre o Dia da Defesa Nacional e a necessidade de gerar um maior envolvimento dos jovens com a instituição militar”. **Marcelo já apelou à revisão das carreiras e vai ser debatida a condição militar, mas tudo pesa no Orçamento.**



CRESCIMENTO ARTIFICIAL

Apesar do otimismo do Governo, a recuperação de 2160 efetivos nos últimos dois anos (ver gráfico) deve-se ao facto de, durante a pandemia, os militares terem sido impedidos de sair das fileiras. Só se somaram as entradas. “É um valor artificial”, diz o cabo-mor Paulo Amaral, presidente da Associação Nacional de Praças. “As entradas foram superiores porque não podia haver rescisão de contratos.” E os que acabavam eram prorrogados.

As Forças Armadas (FA) vivem em défice de pessoal desde que foi fixado um objetivo de 32 mil efetivos, nunca atingido. A falta de praças está a distorcer a pirâmide: o mês passado, o “DN” noticiava que havia mais graduados (59%) do que soldados (41%).

A prontidão das FA tem sido afetada de forma permanente nos últimos anos. Em 2019, antes da pandemia, o CEMGFA apontava que os **Comandos** tinham 156 praças na República Centro-Africana e que no Regimento na Amadora ficavam 60. Em maio do ano passado, o Expresso avançava que os **Fuzileiros** tinham falta de 450 efetivos e que o **ramo** precisava de 830 militares, dos quais 155 para os navios, onde as guarnições andam desgastadas de embarque em embarque. Em 2019, a **Força Aérea** registava que tinha perdido 21% das praças.

A revisão das carreiras é um imperativo para o cabo-mor Paulo Amaral: “Enquanto nas FA a perspetiva de carreira é quase nula, na PSP, GNR ou Guarda Prisional, a perspetiva de ascensão é muito maior”, e por isso as forças de segurança são mais atrativas.

O social-democrata Carlos Reis recorda que “só o ano passado é que os militares em instrução básica viram os vencimentos equiparados ao salário mínimo, por proposta do PSD”. E defende a criação de um quadro permanente de praças no Exército e na Força Aérea, que o Governo adiou para data incerta.

LEI DA ROLHA?

Nem os três ramos das Forças Armadas, nem o Ministério da Defesa responderam às perguntas do Expresso para este trabalho, sobre efetivos, orçamentos de “operação e manutenção”, ou questões específicas de cada ramo. Os gabinetes dos chefes militares coincidiram na justificação: as questões de segurança motivadas pelo novo contexto, ou seja, a guerra. Uma série de elementos de acesso aberto, podiam encontrar-se no Anuário da Defesa Nacional, mas a última edição data de 2016. O ministério também não respondeu à pergunta sobre as razões do fim desta publicação.

... /// ...

J. Vasco Almeida: “Vem aí outra vez o serviço militar obrigatório”

Situação internacional faz a ideia ganhar terreno entre os políticos

Tudo a marchar!!

Altas patentes militares e partidos com assento na Assembleia desejam o regresso do Serviço Militar Obrigatório.



João Vasco Almeida

Diretor Executivo

06 de abril, 2022

<https://24.sapo.pt/jornais/nacional/10256/2022-04-06>

Dezoito anos depois da sua extinção, peritos das Forças Armadas estudam já novas modalidades deste **serviço cívico** que virá resolver o grave problema da falta de **mão-de-obra na tropa**. A 19 de Novembro de 2004 acabou, em Portugal, o Serviço Militar Obrigatório (SMO). Ao tempo, os jovens a partir dos 18 anos eram chamados para uma recruta de quatro meses e, depois, libertados para a sua vida civil. Poucos ficavam nos quartéis -e aqueles que o faziam “era mais por interesse do que outra coisa”, recorda um oficial da Força Aérea ao Tal&Qual. **Agora, 18 anos passados sobre o fim do SMO, o tema volta a estar em cima da mesa**. Especialistas dos três ramos das Forças Armadas consideram que a população deve ter uma instrução militar para, em caso de guerra, poder defender o país. A invasão russa à Ucrânia fez soar sinais de alarme e apressar os estudos que já vinham sendo feitos nos Estados-Maiores, segundo apurou o T&Q.

A primeira voz a defender a entrada do SMO rapidamente nas nossas vidas foi o **general Valença Pinto**, antigo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Confrontado com a guerra na Ucrânia, o militar adianta: “Se me perguntassem há um mês o que é que eu pensava sobre uma eventual retoma do serviço militar obrigatório em Portugal e no resto da Europa eu diria que talvez não houvesse espaço político nem psicológico para fazer essa discussão”, diz. Mas repensa: “**Talvez se venha a colocar o debate do serviço militar obrigatório em cima da mesa mais cedo do que se pensava**” perante o que se passa na Europa, hoje. Valença Pinto está acompanhado por vários militares.

Ao T&Q um **antigo Vice-Almirante da Marinha** diz que "há que pensar nisso e em que modelos. Como na Suíça? Mais curto, mas mais vezes ao longo da vida?". Uma coisa é certa: **"Há falta de pessoal nas Forças Armadas, é óbvio, e essa lacuna terá de ser preenchida muito rapidamente"**. E acrescenta: "As Forças Armadas profissionais são necessárias, sem dúvida, e as nossas são extremamente competentes, mas muito curtas para cobrir as necessidades do país".

Operacionalidade

O **Tenente-general Joaquim Formeiro Monteiro**, ex-Quartel-Mestre-General do Exército, vai direito ao assunto. Esclarece: "Como resultado do abandono do SMO, aliado a um **processo de desorçamentação continuado imposto às FA**, estas terão perdido, desde 2010, uma significativa parte da sua capacidade operacional, que no caso concreto do Exército se aproximou de valores da ordem dos 50 por cento".

Para Formeiro Monteiro, **"assistiu-se à desarticulação do modelo existente, que se traduziu no esvaziamento de Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, no abandono de outros e na degradação da sustentação logística e do produto operacional do Sistema de Forças Nacional"**. É por isso que defende, sabe o T&Q, **"o regresso ao debate sobre a necessidade clara do regresso do SMO"**.

Missões portuguesas lá fora

São 1.440 os militares dos três ramos das Forças Armadas que vão compor as **Forças Nacionais Destacadas (FDN)** no estrangeiro este ano, num total **de 30 missões internacionais: 9 da NATO, 7 da UE, 3 da ONU e 11 no âmbito de acordos bilaterais**. Neste momento de guerra ucraniana, a missão 'Tailored Forward Presente', na Roménia, que prevê um total de 174 militares, é a que mais perto fica dos combates, na Europa. Os militares portugueses envolvidos nestas missões são considerados "de excelência", segundo reporta o boletim na NATO de Janeiro deste ano.

A questão - sabe o T&Q - está a ser estudada ao mais alto nível no Exército, Marinha e Força Aérea. Com "sensibilidades" diferentes e problemas distintos, cada um destes ramos tem vindo a elaborar relatórios sobre as soluções possíveis.

O próximo passo será a constituição de uma comissão inter-ramos para elaborar um parecer final. A partir daí, o 'dossier' será entregue aos políticos: é a Assembleia da República que tem competência para deliberar sobre a matéria.

Só o Bloco está contra

Não são apenas os militares a querer o regresso do treino da população nas artes militares. Uma **sondagem** liderada pelo Instituto da Defesa Nacional (IDN), em 2021, mostra que **40 por cento dos portugueses defendem o regresso das 'sortes'** sem safa possível. Estes resultados foram apresentados por Helena Carreiras, então diretora do IDN e hoje nomeada ministra da Defesa.

A ministra não está sozinha, no Partido Socialista. Também o histórico deputado socialista **Manuel Alegre** defende o regresso da tropa obrigatória: "É uma forma de cidadania avançada", justifica o poeta. **Mas há mais políticos à esquerda a defender o regresso do SMO.** O PCP sempre quis a continuidade deste serviço cívico. "O PCP defende tanto a reintrodução do SMO, como a necessidade de repensar todo o **sistema de incentivos** das Forças Armadas", diz Rui Fernandes, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. E avisa: "**Os salários são muito baixos (um recruta ganha 196 euros mensais, por exemplo) pelo que é preciso, efetivamente, promover a equivalência e a certificação dos cursos frequentados nas Forças Armadas com os civis**".

Abertamente, só o Chega tem posição semelhante ao PCP, e também defende o regresso do SMO. Ao **PSD ouve-se Pedro Roque,** responsável pela área de estudos da Defesa no partido: "**Tenho uma visão favorável ao regresso do serviço militar obrigatório** para garantir o recrutamento. As Forças Armadas estão com dificuldades porque houve componente cívica que se perdeu com o fim do SMO". **Contra, no parlamento, apenas o Bloco de Esquerda.**

Longe desta ideia está Marcelo Rebelo de Sousa. O Chefe do Estado veio já dizer que há perspetivas "de que as Forças Armadas consigam maior ingresso de efetivos nos próximos tempos" e que isso "afasta qualquer discussão sobre o regresso do serviço militar obrigatório". **Mas o Governo prepara-se para aumentar de 1,5 para dois por cento do Orçamento os gastos com a Defesa, já para cobrir uma eventual entrada em vigor do SMO, diz fonte do PS ao T&Q.** Os mancebos que se preparem.

... /// ...

OBSERVADOR

Formeiro Monteiro: “O Serviço Militar em Portugal: o debate que nunca aconteceu”

Hoje assiste-se, perante a exiguidade dos efectivos, a uma manifesta fragilidade nos processos de recrutamento que se vem traduzindo na deficiente motivação e qualidade dos incorporados nas fileiras.



Joaquim Formeiro Monteiro

Tenente-general (ex-Quartel Mestre General do Exército)

08 de abril, 2022

<https://observador.pt/opiniao/o-servico-militar-em-portugal-o-debate-que-nunca-aconteceu/>

Na vigência do XIII governo constitucional, em 1997, procedeu-se à 4ª revisão constitucional (Lei 1/97 de 20 Setembro) que desconstitucionalizou o Serviço Militar Obrigatório, abrindo uma janela de oportunidade para a aprovação, mais tarde, de uma nova lei de serviço militar, a Lei nº 174/99 de 21 de Setembro de 1999, que irá fixar a prestação do serviço militar, em tempo de paz e de forma exclusiva, num novo regime de voluntariado e de contrato (RV/RC).

O modelo adoptado passou a assentar, assim, num sistema semiprofissionalizado, caracterizado, no essencial, pela introdução de novas formas de prestação de serviço militar e pela extinção do Serviço Efectivo Normal, determinando o abandono do recrutamento geral em favor de uma forma de recrutamento de tipo individual.

Contudo, o facto de a Lei não dispor de mecanismos capazes de tornar o recrutamento de voluntários suficientemente atractivo, deu lugar a um reduzido fluxo de candidatos para a prestação de serviço, vindo a impor severas dificuldades no âmbito da sustentação do Sistema de Forças Nacional (SFN), com o sério risco de comprometer o integral cumprimento do quadro das missões constitucionais cometidas às Forças Armadas (FA).

Como resultado, o novo modelo, alicerçado num regime de voluntariado e de contrato, nunca conseguiu demonstrar a sua eficácia em termos de garantir o número de efectivos suficiente para o normal funcionamento das FA, realidade fortemente acentuada nos últimos anos, pese embora a maquilhagem dos números que o ministério da Defesa Nacional tem pretendido passar para a opinião pública.

Confirmando esta realidade, e de acordo com dados recentes, na última década verificou-se uma redução global dos efectivos das FA na ordem dos 24%, entre 2012 e 2020, com o Exército, mais penalizado, a apresentar um déficit superior a 50%, em Praças, com apenas cerca de 4 800 militares nesta categoria.

Em 2021, os efectivos nas FA continuaram a baixar, em termos globais, situando-se em cerca de 23 300 militares, valores que se situavam bem abaixo, inclusive, daqueles que tinham sido estabelecidos em 2013, na denominada Agenda 2020 para a Defesa, da responsabilidade do XIX governo constitucional de Passos Coelho, cujos princípios vão ser plasmados na Lei 6/2014, de 01 de Setembro, do mesmo governo, que vai proceder 1ª alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA)), e na qual se apontava para um intervalo entre os 30 000 e os 32 000 efectivos, situação que tão pouco o propagado Plano de Acção para a Profissionalização do Serviço Militar, apresentado pelo governo em 2019, conseguiu inverter.

Esta situação não terá sido mais do que o culminar dos efeitos devastadores daquela Reforma, que apontava, no seu articulado, para cortes adicionais no âmbito do pessoal e das estruturas das FA da ordem dos 30%, e cujos valores, no caso dos efectivos, ficaram largamente afastados do plafond fixado, como atrás referido.

É reconhecido que, nas últimas décadas do século XX, o recurso ao serviço militar voluntário se generalizou no mundo ocidental, e que o conceito da conscrição tenha sido considerado por muitos actores políticos como uma realidade ultrapassada e de natureza conservadora.

Para o efeito não terão sido estranhas, certamente, as alterações geopolíticas ocorridas no dealbar da década de 90 do século passado, no antigo espaço da União Soviética, que culminaram com a sua desintegração, e que as democracias liberais do ocidente, na urgência de colher os denominados dividendos da paz, aproveitaram para deslegitimar técnica, económica e socio politicamente o modelo das Forças Armadas de conscrição.

No entanto, nos últimos anos, tem-se vindo a assistir a significativas modificações nos quadros geoestratégico e geopolítico mundiais, e que recentemente culminaram com o conflito que opôs a Federação Russa à Ucrânia, para surpresa daqueles que acreditavam na paz perpétua kantiana, obrigando a reconsiderar o estabelecimento de políticas capazes de garantir a necessária mobilização dos efectivos militares suficientes, no sentido de precaucionar uma adequada resposta face a potenciais conflitos, no futuro.

Conscientes de que a necessidade de recrutar se constitui como um factor determinante para a manutenção da sua capacidade militar de defesa, vários países europeus que, entretanto, tinham abandonado o serviço militar obrigatório

no final do século passado, vieram a admitir que os modelos profissionalizantes que tinham adoptado não reuniam mais as condições necessárias para dar resposta, com prontidão e eficácia, à emergente matriz potencial dos riscos e ameaças no quadro da segurança internacional.

Foi assim que, em 2017, a Lituânia e a Ucrânia reintroduziram o modelo de conscrição para o recrutamento militar das suas FA, a par da Suécia, em 2018, que havia suspenso aquela forma de prestação de serviço, em 2010.

Numa aproximação semelhante, o resultado de um referendo nacional realizado na Noruega, em 2018, sobre a questão do serviço militar, viria a manter, por larga maioria, o modelo de conscrição para as suas FA, alargando-o, inclusive, aos cidadãos do sexo feminino, enquanto na Polónia e na Roménia, importantes sectores sociais e políticos têm vindo a carrear para a agenda política a questão do Serviço Militar Obrigatório, tendo em vista a sua recuperação, cerca de dez anos depois de este modelo ter sido abandonado.

Em Portugal, em termos de percepção pública, a obrigatoriedade do Serviço Militar só começou a ser contestada a partir de meados dos anos 80 do século passado, sobretudo como resultado da pressão exercida pelas juventudes partidárias dos principais partidos políticos no sentido da sua abolição, a par de uma conveniente e enviesada cobertura mediática sobre o assunto.

Como resultado, assistiu-se a um processo político pouco rigoroso e quase sempre manipulador em termos da avaliação da instituição do Serviço Militar Obrigatório, complementado por um fluxo de opinião publicada onde pontificaram as posições de certas elites urbanas, bem como de algumas chefias militares, acabando por inviabilizar uma reflexão séria e uma discussão política empenhada, a par de um indispensável debate nacional que uma tão importante matéria deveria exigir.

Deste modo, ficava criada a janela de oportunidade para o agendamento político sobre a matéria, concretizado através do objectivo comprometimento do XIV governo constitucional do partido socialista, com a aprovação, no Parlamento, da Lei do Serviço Militar nº 174/99, de 21 de Setembro.

Após a entrada em vigor da referida Lei, que ditou a exclusividade do serviço militar em RV/RC, a partir de Novembro de 2004, as FA foram confrontadas com um novo paradigma, que viria a induzir assinaláveis dificuldades na respectiva sustentação, que se foram agravando até aos dias de hoje, condicionando, de forma efectiva, a sua organização e funcionamento.

Assistiu-se à **desarticulação do modelo de recrutamento existente** até à data, que se traduziu no esvaziamento de Unidades, no abandono de outras e na visível degradação do produto operacional do SFN, chegando, actualmente, a colocar em causa a credibilidade das próprias FA no cumprimento das missões constitucionalmente definidas.

E hoje assiste-se, perante a exiguidade dos efectivos, a uma manifesta **fragilidade nos processos de recrutamento**, reflectindo-se numa suspeitosa falta de rigor nos critérios de selecção, realidade que, associada às insuficientes condições de atractividade para a prestação de serviço, se vem traduzindo numa deficiente motivação e qualidade dos incorporados nas fileiras.

Torna-se, então, legítimo questionar se as actuais políticas públicas sobre a prestação de serviço militar em Portugal, no âmbito do quadro de limitações e vulnerabilidades reconhecidas, poderão gerar, alguma vez, as condições indispensáveis às FA para poderem responder, cabalmente, aos preceitos constitucionais a que estão obrigadas, bem como reunir as capacidades necessárias para fazer face à matriz do empenhamento fixado no próprio Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Contudo, até ao momento, sucessivos governos da República têm vindo a recusar o agendamento político sobre a questão do serviço militar, impossibilitando deste modo a reflexão e o debate público sobre uma política que, sendo estruturante para a Defesa do País, é reconhecidamente relevante para o reforço agregador da identidade nacional.

Deste modo, afigura-se como incontornável que, face ao quadro das reconhecidas vulnerabilidades do actual modelo de prestação de serviço militar em Portugal, e perante as assinaláveis mudanças dos quadros geopolítico e de segurança europeus em presença, a sociedade civil possa ser chamada a uma participação plena e activa num debate público e esclarecido sobre tão relevante, como sensível matéria, e do qual não poderá ser excluída, sob pena de ver cerceados os seus mais elementares direitos de cidadania.

... /// ...

Vítor Matos: “SEDES propõe Serviço Nacional de Cidadania”

A associação defende um **serviço cívico que pode não ser nas Forças Armadas.**

A guerra mudou tudo



FOTO TIAGO MIRANDA

TEXTOS **VÍTOR MATOS**

08 de abril, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2580/html/primeiro-caderno/politica/sedes-propoe-servico-nacional-de-cidadania>

Quando era dirigente da Juventude Socialista e presidia à Associação de Jovens Médicos, na década de 90, Álvaro Beza era uma das vozes contra o Serviço Militar Obrigatório ao lado de outras 'jotas' partidárias (menos a JCP) e organizações de juventude. Teve sucesso: acabou em 2004. Hoje, como presidente da SEDES, mudou de opinião: “Agora sinto-me um pouco responsável”, diz ao Expresso. “Na época fazia pouco sentido. Mas **temos de reabrir o debate sobre um modelo de serviço militar e cívico como há noutros países. É umas das consequências da guerra.**”

Agora, o Presidente da República e os dois principais partidos recusam o regresso do SMO, mas a SEDES, que tradicionalmente congrega personalidades de PS e PSD, já propõe a criação de um Serviço Nacional de Cidadania (SNC).

Os dados oficiais dizem que as Forças Armadas têm menos 4200 militares do que os 32 mil previstos no quadro, e os números até são melhores que há um par de anos (porque durante a pandemia as saídas foram congeladas).

A redução da capacidade operacional e a sobrecarga do pessoal são as consequências sentidas pelos três ramos, sobretudo pela falta de praças (soldados e cabos), havendo já quase tantos oficiais e sargentos como pessoal para comandar.

Se o assunto estava na agenda só pelas dificuldades no recrutamento, com a guerra e o novo paradigma de insegurança na Europa regressa o debate sobre um serviço militar ou cívico que aprofunde a ligação dos jovens ao país – e que sirva de base para a captação de contratados para as Forças Armadas.

No âmbito dos 50 anos da **SEDES, em 2021**, a associação realizou um congresso e publicou um documento sobre Defesa Nacional no fim do ano, a defender que “deve ser estudada” a criação de um SNC voluntário para “desenvolver o espírito de cidadania nacional, à semelhança de outras sociedades ocidentais”.

O modelo passaria pela prestação de um serviço que poderia ser nas Forças Armadas ou de segurança, na proteção civil, mas também de apoio social em ONG, património, etc. “A nossa posição é que seja voluntário, através dessa oferta do cidadão, valorizada pelo Estado, organizado para a aceitar com base num sentido estratégico”, diz o coronel Alpedrinha Pires, o relator do documento da SEDES.

Com uma posição ligeiramente diferente, o brigadeiro-general Henrique Pereira dos Santos, membro do grupo de trabalho na SEDES, escreveu na mesma altura um artigo na revista “Segurança & Defesa”, onde analisou os modelos estrangeiros (ver caixa) a defender ser “urgente e imprescindível” a existência de um SNC, até para permitir “a criação de uma reserva de recrutamento, para enfrentar situações de exceção, fortalecendo assim o potencial nacional”, ultrapassando “alguns traumas passados e preconceitos dispensáveis” do SMO.

Segundo Pereira dos Santos, pensava-se “que a solução de exércitos profissionais resolveria todos os problemas inerentes à defesa e segurança nacionais”, mas constatou-se que “não só aqueles não foram solucionados” como “os cidadãos foram perdendo a noção de serviço público e da importância de uma ligação efetiva entre o indivíduo e o Estado”.

O Dia da Defesa Nacional, através do qual agora os jovens contactam com as Forças Armadas, não tem dado os resultados esperados e chega a ser classificado como um dia perdido por 60% dos participantes.

No entanto, **o problema dos efetivos “só vai melhorar com uma revisão das carreiras e da tabela salarial, mesmo que criem um serviço cívico ou militar”**, vaticina ao Expresso Paulo Amaral, presidente da Associação Nacional de Praças. **Mas estas medidas têm sido adiadas.**

O MODELO MILITAR NOUTROS PAÍSES



Áustria Serviço militar obrigatório

Sendo um país militarmente neutro, continua a ter serviço militar obrigatório, que os austríacos validaram em 2013 através de um referendo, com uma aprovação de 59,8% dos votantes.

Os homens com mais de 18 anos estão obrigados a servir nas Forças Armadas (para as mulheres é voluntário) por seis meses, ou nove meses para os que optem pelo serviço cívico (como cuidados aos idosos ou desenvolvimento de projetos no estrangeiro).



Alemanha Voluntários com defesa civil

Há dois anos, antes da crise na Ucrânia, já havia um debate na Alemanha sobre o eventual fim do serviço militar obrigatório, quando a então ministra da Defesa, Annegret Kramp-Karrenbauer, apresentou o programa “O teu ano para a Alemanha”, centrado num modelo de serviço militar voluntário em que, ao fim de seis meses de treino, os jovens passam a focar-se na defesa territorial civil e operações de crise nas suas regiões de origem. Ainda não avançaram para um sistema obrigatório generalizado.



França Serviço Nacional Universal

Emmanuel Macron tem em marcha, desde o ano passado, um plano de Serviço Nacional Universal para promover os valores cívicos e republicanos. Primeiro, os jovens do secundário participam numa “jornada de coesão”, que dura 15 dias, e depois numa “missão de interesse geral”, de 84 horas.

Para já, numa base voluntária. A seguir podem fazer três a 12 meses de serviço em forças armadas, de segurança, ambiente, património ou apoio social. Em 2021 tiveram 18 mil voluntários.



Suécia O regresso do serviço militar obrigatório

Depois de perceber a ameaça russa com a anexação da Crimeia, em 2014, a Suécia, que é um país neutral, reintroduziu parcialmente o serviço militar obrigatório, por ter dificuldade (como Portugal) em conseguir o número necessário de voluntários para as Forças Armadas. A seleção é feita através de sorteio: de 90 mil jovens (homens e mulheres) são sorteados 13 mil para provas e selecionados quatro mil para prestarem serviço militar obrigatório.

... /// ...

09/04 a 24/04/2022

TSF

MDN: "Governo vai adequar defesa [...] à nova realidade de segurança ..."

Ministra da Defesa Nacional apontou a intenção de reforçar a operacionalidade das Forças Armadas.



A ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras

© Sérgio Azenha/Lusa

Lusa

09 de abril, 2022

<https://www.tsf.pt/portugal/politica/governo-vai-adequar-defesa-nacional-a-nova-realidade-de-seguranca-internacional-14757738.html>

A ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, avançou este sábado que é prioritário adequar a defesa nacional à nova realidade de segurança europeia e internacional, que decorre da invasão da Ucrânia pela Federação Russa.

"Teremos que aprovar, a breve trecho, um novo conceito estratégico de defesa nacional, a par com a atualização estratégica em curso, também na União Europeia e na NATO, e reforçar progressivamente o investimento em defesa", referiu.

Na sua intervenção na cerimónia evocativa do 104.º aniversário da Batalha de La Lys e do Dia do Combatente, que decorreu no Mosteiro da Batalha, Helena Carreiras apontou a intenção de **reforçar a operacionalidade das Forças Armadas**, assegurando a manutenção e modernização das capacidades e equipamentos, e "apostando **em programas de efeito multiplicador**, passíveis de duplo uso e que criem a riqueza para a economia nacional".

Este reforço passa também **"pelo investimento nas pessoas"** e pela **"dignificação da condição militar**, atraindo mais jovens para as Forças Armadas e proporcionando a todos os militares **melhores condições de serviço"**.

"Esta valorização das nossas Forças Armadas deve ser acompanhada por **maior abertura e diálogo com a sociedade**. As pessoas têm que conhecer melhor as Forças Armadas e as Forças Armadas têm que conhecer melhor a sociedade que defendem", sustentou.

Nesta ocasião, a ministra da Defesa Nacional deixou também a promessa de continuar a trabalhar em prol da **melhoria das condições de vida dos antigos combatentes**, "através do principal instrumento jurídico, aprovado na anterior legislatura: o estatuto do antigo combatente".

"Desde a sua aprovação, foram já emitidos mais de 380 mil cartões de antigo combatente e de viúva de antigo combatente", informou.

Disse ainda terem sido concretizadas várias medidas, entre as quais a gratuidade dos passes nos transportes públicos na área de residência, a isenção de taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde, a entrada gratuita em museus ou monumentos nacionais, e "a validação de cerca de 110 mil pedidos de insígnia do antigo combatente".

No entanto, admitiu que "**há ainda muito por fazer**".

"A implementação do plano de ação para os deficientes militares e do plano de apoio aos antigos combatentes em situação sem abrigo, são indicativos dessa nossa atenção redobrada a estas questões, com todo o cuidado que nos merecem", destacou.

O presidente da Liga dos Combatentes de Portugal, Chito Rodrigues, aproveitou o momento para deixar ao Governo o pedido de "revisão do suplemento especial de pensão e do acréscimo vitalício de pensão, isentos de IRS, bem como de apoio à saúde nomeadamente médico e medicamentoso".

"A Liga dos Combatentes fará chegar propostas concretas sobre este delicado e importante assunto, que não se encontra expresso no programa do governo", apontou.

... /// ...

MRS: "Temos de dar ainda mais força às nossas FFAA "

Marcelo Rebelo de Sousa quer "prevenir e construir a paz" naquelas que são "as novas fronteiras de Portugal".



Marcelo Rebelo de Sousa

© José Sena Goulão/Lusa

Lusa

09 de abril, 2022

https://www.tsf.pt/portugal/politica/temos-de-dar-ainda-mais-forca-as-nossas-forcas-armadas-14757589.html?utm_source=push&utm_medium=mas&utm_term=14757589

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, defendeu este sábado a **necessidade de "se dar ainda mais força" às Forças Armadas**, de forma "a prevenir e construir a paz" naquelas que são "as novas fronteiras de Portugal".

"As nossas fronteiras já não são o que eram e hoje passam por África, pelo Golfo da Guiné, pelo Atlântico, pela fronteira de vários países da União Europeia, da NATO com a Ucrânia, passam pela solidariedade para com o povo martirizado ucraniano: estas são as **novas fronteiras de Portugal**. Mas, se queremos prevenir e construir a paz, temos de dar às nossas Forças Armadas ainda mais força", sustentou.

Na sua intervenção na cerimónia evocativa do 104.º aniversário da Batalha de La Lys e do Dia do Combatente, que decorreu ao longo da manhã no Mosteiro da Batalha, Marcelo Rebelo de Sousa sublinhou que apesar de a sociedade atual se ter habituado à ideia de que não haveria mais conflitos, "**ninguém está longe da guerra**".

"**Todos devem trabalhar pela paz**. Trabalhar pela paz é criar mais justiça, mais crescimento económico, menos pobreza e menos desigualdades, mas é também prevenir a paz fortalecendo e prestigiando as Forças Armadas", destacou.

Para tal, o chefe do Estado defende que se criem melhores condições para os combatentes de hoje.

"Se queremos ter combatentes pela paz hoje, então criamos condições para eles. Essa é uma escolha do país, não é a escolha de um governante", salientou.

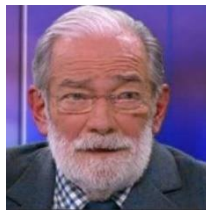
No dia em que se prestou homenagem aos antigos combatentes, o Presidente da República disse ainda que este era o momento de se agradecer também os combatentes das Forças Nacionais Destacadas.

"Na Bósnia, no Kosovo, no Afeganistão, na Somália, no Golfo da Guiné, no Mali e na República Centro-Africana. Nós continuamos a ter combatentes e, **às vezes, nós como pátria esquecemo-nos deles**", referiu, acrescentando ainda que são também combatentes todos aqueles que combateram os incêndios florestais ou a pandemia de Covid-19.

... /// ...

TAL & QUAL

Joaquim Leiria: "Vem aí a tropa"



Joaquim Leiria

13 de abril, 2022

E ainda bem. Depois do desmantelamento da Marinha, do Exército e da Força Aérea, para além do esvaziamento dos corpos especiais, ficou um vazio que nada preencheu e que deixou um espaço que merece ser ocupado por jovens que deixarão o desemprego com que preenchem o tempo que os separa da primeira ocupação profissional.

A criação duma comissão que reúna as diferentes armas - Marinha, Exército e Força Aérea com capacidades distintas - deverá ser o próximo ponto que não estará muito longe e cada um deles deverá estudar a sua organização e especialidade.

E ao contrário do que se julga não são unicamente os militares a desejarem o treino da população militar.

Um interessante **estudo do Instituto de Defesa Nacional** mostrava claramente, já no ano passado, que 40 por cento dos Portugueses defendia o regresso ao serviço militar obrigatório.

Para alguns sectores trata-se dum estilo de cidadania avançada, e o PCP sempre defendeu a continuação do Serviço Militar Obrigatório que, na prática, pouco custa a manter, para além de garantir uma disciplina e uma aprendizagem que será certamente útil aos jovens nas suas vidas profissionais futuras

... /// ...

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

V. Marcelino: "Militares Portugueses partem para a Roménia [...]"

sem fatos de proteção contra ataques químicos e nucleares

Numa altura em que a utilização de agentes químicos pela Rússia na Ucrânia foi denunciada e está sob investigação e quando a ameaça nuclear faz parte do discurso de Putin, 222 militares portugueses vão integrar uma missão de "dissuasão" da NATO na Roménia sem que o Exército tenha acautelado a necessidade de equipamento de proteção contra estes agentes



Valentina Marcelino

14 de abril, 2022 — 23:32

<https://www.dn.pt/sociedade/militares-partem-para-a-romenia-sem-fatos-de-protecao-contra-ataques-quimicos-e-nucleares-14772405.html>

O Exército não tem equipamentos de proteção contra agentes Nucleares, Biológicos, Químicos e Radiológicos (NBQR) e a Companhia de militares que [parte nesta sexta-feira](#) para uma missão da NATO na Roménia, antecipada na sequência da guerra na Ucrânia, **não os terá disponíveis para os treinos previstos com forças de outros países** e a sua **intervenção ficará limitada** sempre que esse risco se colocar.

A **grave lacuna** por parte do Exército neste investimento em equipamentos de proteção individual terá apenas chegado ao conhecimento do **Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA)** a poucos dias da projeção da Companhia e apesar de terem sido feitos **contactos com outras entidades** para pedir emprestado esse material, tal não estava disponível.

Numa altura em que a utilização de agentes químicos pela Rússia na Ucrânia [foi denunciada](#) e está [sob investigação](#) e quando a [ameaça nuclear](#) faz parte do discurso de Putin, fontes militares admitiram ao DN que esta **falha do Exército**, o ramo que mais militares tem empenhado nas Forças Nacionais Destacadas (FND), causou **"grande apreensão"**.

"Estes equipamentos de proteção pessoal fazem parte dos equipamentos de proteção para operações. Embora no atual contexto nunca se possa descartar a hipótese do uso de agentes NBQR, principalmente químicos ou nucleares táticos, **o risco de ataques desta natureza é baixo na zona para onde vão estes militares** - Craiova, Roménia - e por isso a decisão foi manter a data de partida, até porque todo o outro material, viaturas, etc., [já está a caminho](#)", revela uma dessas fontes que acompanha o processo.

Ameaça "negligenciável"

Questionado pelo DN se tinha conhecimento desta situação e se assumia o risco em causa, o **Gabinete da ministra da Defesa, Helena Carreiras**, não respondeu.

Por seu turno **o EMGFA confirma a situação, mas desvaloriza**. "A Força Nacional Destacada para a Roménia cumpriu um plano de preparação específico, que incluiu as áreas de Sobrevivência e Proteção da Força, estando dotada dos **meios considerados necessários para o cumprimento da missão atribuída**. A área de empenhamento da FND fica sensivelmente a 900 km da zona leste da Ucrânia. **Tendo em consideração a prevalência de ventos no local e o afastamento geográfico do país invadido, avalia-se que a ameaça NBQR no presente espaço de atuação do nosso contingente é muito baixa ou negligenciável**".

O porta-voz do **Chefe de Estado-Maior do Exército, General Nunes da Fonseca**, repete a justificação do EMGFA: "A Força Nacional Destacada para a Roménia cumpriu um **plano de preparação específico, que incluiu as áreas de Sobrevivência e Proteção da Força**, estando dotada dos meios considerados necessários para o cumprimento da missão atribuída".

Não responde sobre porque não tem o Exército este equipamento essencial.

No seu [discurso no Regimento de Infantaria 14, em Viseu](#), onde decorreu a cerimónia de outorga do estandarte nacional a esta força, o Chefe de Estado-Maior do Exército, General Nunes da Fonseca realçou o "**reduzido tempo**" em que foi aprontada esta força.



Militares participaram numa demonstração tática da Companhia do Exército que será projetada para a Roménia, no âmbito da NATO, no Campo Militar de Santa Margarida, em Constância,

© PAULO CUNHA/LUSA

"A primeira força nacional destacada para a Roménia foi **aprontada em circunstâncias excecionais**", disse Nunes da Fonseca, lembrando que a projeção de uma companhia de atiradores mecanizada estava planeada para o final de 2022", mas o conflito na Ucrânia "implicou a antecipação da projeção desta subunidade".

Dissuasão e defesa da NATO

Segundo um [comunicado do EMGFA enviado às redações](#) nesta quinta-feira, esta força "composta por **222 militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea**, irá participar em **exercícios e atividades de treino com unidades congêneres**" - [informação oficial anteriormente difundida](#) indicava que eram 221 (201 da companhia de atiradores (reforçada com um módulo de defesa antiaérea, um módulo de conjunto de informações e um módulo de apoio) e 20 da equipa de operações - "no sentido de, num **contexto de aprofundamento dos laços da Aliança Atlântica** e do incremento da capacidade de dissuasão e defesa desta organização face aos **recentes acontecimentos do Leste da Europa**, ser testada a interoperabilidade das forças num contexto multinacional".

A Companhia foi formada no âmbito da missão da NATO "**Tailored Forward Presence**", que visa "contribuir para a dissuasão e defesa da Aliança". A guerra da Ucrânia obrigou as Forças Armadas a antecipar a sua, que estava planeada apenas para o final deste ano.

O **Tenente General Formeiro Monteiro, ex-comandante da Logística do Exército**, mostra-se "**surpreendido**" com a falta destes equipamentos. "Quando saí do comando da Logística há oito anos tinha havido investimento em material desse e estava disponível", recorda.

"Se tiver de haver uma intervenção da NATO, e é para isso que estes militares ali estão, ficaremos desprotegidos"

Salvaguardando "não conhecer a detalhe o cenário onde vão operar estes militares", entende que "**será perigoso se a guerra se alastrar e se entrar num conflito nuclear tático próximo**". "Se tiver de haver uma intervenção da NATO, e é para isso que estes militares ali estão, ficaremos desprotegidos", lamenta.

O especialista em segurança nacional e membro associado do Corbett Centre da Academia de Defesa do Reino Unido, que estuda e investiga há vários anos a contrainformação e subversão russas, Vítor Madeira, afiança que "em princípio, não há muito risco nesta parte da Roménia porque ela pertence à OTAN".

No entanto, lembra que "**a base de Craiova está mais afastada da Ucrânia mas próxima da Sérvia, tradicionalmente um país fortemente pró-russo. É importante não descartarmos qualquer possibilidade de outros tipos de provocação russa, incluindo através de regimes aliados ou atores não-estatais na região**".

"Surpreende-me que não haja pelo menos equipamento suficiente para um destacamento assim relativamente pequeno - essencialmente, uma companhia. Esta falta de equipamento poria qualquer destacamento português numa situação muito delicada, potencialmente não podendo participar em certos cenários", sublinha.

Sublinha ainda que "**unidades especialistas NBQR**, como as que, pelo que sei, existiam no Regimento de Engenharia do Exército, **geralmente são só destacadas em caso de emergência/ataque**, quando há necessidade de operar em ambientes altamente contaminados", sendo que "uma **companhia de soldados de infantaria** (como é o caso), **devem ter equipamento de proteção e treino suficiente para o operar**, mas não seriam necessariamente especialistas em guerra NBRQ".

... /// ...

Lusa: “Ministra da Defesa define modernização das FFAA como prioridade”



José Sena Goulao

“No atual contexto, a nossa primeira prioridade será reafirmar a importância da Defesa Nacional na sociedade portuguesa, promovendo a modernização das Forças Armadas”, referiu Helena Carreiras



Lusa

18 de abril, 2022

<https://expresso.pt/politica/2022-04-18-Ministra-da-Defesa-define-modernizacao-das-Forcas-Armadas-como-prioridade-787357b0>

A ministra da Defesa Nacional definiu esta segunda-feira como prioridades do seu mandato a “**modernização das Forças Armadas**”, a **aproximação entre a sociedade e a instituição militar** e a “**afirmação de Portugal no mundo como ator credível de segurança**”.

Numa mensagem em vídeo dirigida aos militares e divulgada na conta oficial do Ministério da Defesa Nacional na rede social Twitter, Helena Carreiras disse ser “com muito orgulho e sentido de responsabilidade” que assume as funções de ministra da Defesa.

Elencando **três prioridades do Governo** para o setor, Helena Carreiras começou por afirmar que “a guerra em curso na Ucrânia tornou ainda mais evidente o papel das Forças Armadas na prevenção e resposta aos conflitos, e na promoção da paz”.

“No atual contexto, a nossa **primeira prioridade** será **reafirmar a importância da Defesa Nacional na sociedade portuguesa, promovendo a modernização das Forças Armadas**”, referiu Helena Carreiras.

Segundo a ministra, “isso faz-se através da **valorização das pessoas e da condição militar, atraindo e retendo talento, mas também do reforço de capacidades e equipamentos, apostando em programas passíveis de duplo uso e que criem riqueza para a economia nacional**”.

Helena Carreiras afirmou ainda depositar “particular empenho” na “**segunda prioridade**” que identificou, designadamente a necessidade de “**promover a aproximação entre a sociedade e as Forças Armadas**”.

“É essencial desenvolvermos uma cultura de defesa partilhada, através de uma ligação maior às universidades, às escolas, aos jovens, às empresas, às instituições de cultura e ao património”, sublinhou.

A ministra da Defesa considerou que estas duas prioridades são o “alicerce de uma **terceira**: a **afirmação de Portugal no mundo como ator credível de segurança**”.

“Temos sido – e, no que depender de mim, continuaremos a ser – aliados e parceiros fiáveis em matéria de segurança e Defesa. Estou certa de que, quer os militares que cumprem a missão em território nacional, quer as nossas forças nacionais destacadas, continuarão a orgulhar-nos em todos os teatros de operação, honrando a reputação dos militares portugueses”, frisou.

Helena Carreiras referiu que Portugal irá continuar a empenhar-se “a fundo na cooperação no domínio da Defesa”, designadamente no que se refere aos “parceiros” e “amigos” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

“Agradeço aos homens e mulheres – militares, civis militarizados da Defesa Nacional – por escolherem servir Portugal. Estamos juntos nessa missão”, concluiu.

... /// ...

C. Paes: “Serviço Cívico Obrigatório”

A maioria dos jovens tende a fechar-se nos seus círculos restritos de familiares, crescendo sem que conscientemente sinta qualquer necessidade de dar um contributo para a melhoria das condições de vida do seu semelhante ou das próprias estruturas sociais, patrimoniais ou culturais da pátria. O almirante Castanho Paes defende neste artigo que importaria encontrar uma forma de preencher tal vazio



Castanho Paes

Almirante

18 de abril, 2022

[HTTPS://EXPRESSO.PT/OPINIAO/2022-04-18-SERVICO-CIVICO-OBRIGATORIO-6BCDB5A1](https://expresso.pt/opiniaO/2022-04-18-SERVICO-CIVICO-OBRIGATORIO-6BCDB5A1)

Desde que o Serviço Militar Obrigatório em Portugal foi extinto, que a juventude portuguesa (aliás só uma parte dela) deixou de ter qualquer vínculo obrigatório de serviço de cidadania em prol da sociedade a que pertence.

Embora se constate que há sempre alguns jovens educados ou mesmo intrinsecamente vocacionados para dedicarem uma parte das suas actividades do dia-a-dia a tarefas de contribuição para o bem social nas mais diversas áreas, o facto é que se constata que a maioria dos jovens, para além do maior ou menor tempo dedicado aos deveres escolares, tendem a fechar-se egoisticamente nos seus círculos restritos de familiares e amigos e no abuso da utilização fútil das redes sociais, crescendo sem que conscientemente sintam qualquer necessidade de dar um contributo, mínimo que seja, para a melhoria das condições de vida do seu semelhante ou das próprias estruturas sociais, patrimoniais ou culturais da Pátria onde nasceram.

Dito isto, importaria, pois, encontrar uma forma de preencher tal vazio, por forma a despertar e melhorar a consciência dos deveres morais e constitucionais de cidadania que devem modelar, desde tão cedo quanto possível, a vida dos cidadãos e cidadãs nacionais. À Família e à Escola cabem, sem sombra de dúvida, papéis determinantes neste desiderato, mas não é suficiente.

Há óbvias vantagens em complementar a educação familiar e escolar, após a adolescência e preferencialmente no termo da respectiva formação profissional ou superior, através da sua integração por um período mínimo de tempo a definir (9 meses a um ano) em instituições ou organismos públicos com condições de lhes proporcionar o referido complemento de formação cívica “on job”.

Segundo os dados estatísticos mais recentes é expectável que a população portuguesa, em cada nível etário anual entre os 20 e os 29 anos, se cifre aproximadamente num intervalo entre os cem mil e os cento e vinte mil cidadãos, no conjunto de ambos os sexos. Poder-se-ia assim contar com cerca de cem mil cidadãos/cidadãs por ano para o desempenho das tarefas de um serviço cívico obrigatório na área que lhes fosse atribuída, decorrente de um processo planeado de recrutamento em que seriam naturalmente considerados diversos factores como sejam, entre outros possíveis, a declaração prévia de preferências, as habilitações académicas e profissionais, outras habilitações especiais, as limitações de aptidão física ou psicológica, a situação familiar e a objecção de consciência.

Quanto aos sectores que se vislumbram para a prestação deste tipo de serviço surgem os seguintes:

- a) Serviço militar (Exército, Marinha e Força Aérea);
- b) Protecção civil e ambiental (Bombeiros, vigilância e limpeza das florestas, segurança e limpeza das praias, segurança de património e infraestruturas, segurança rodoviária, etc.);
- c) Serviço Nacional de Saúde e INEM;
- d) Apoio social (distribuição de alimentos, roupas e outros bens para satisfação de necessidades básicas a famílias e pessoas carenciadas, acompanhamento de idosos em situações críticas, etc.);
- e) Protecção, valorização e recuperação de património cultural;
- f) Trabalhos estatísticos e de inquérito à população;
- g) Fomento de actividades desportivas na juventude.

Quanto à distribuição do contingente anual de recrutados pelos sectores seleccionados, há que tomar como prioritária a necessidade de preencher um efectivo a estabelecer para o Serviço Militar (por exemplo, 25.000, ou seja, cerca de um quarto do contingente total). Este efectivo seria então distribuído pelos ramos das Forças Armadas, também a título de exemplo, 15.000 para o Exército, 5.000 para a Marinha e 5.000 para a Força Aérea. Independentemente do seu grau académico ou profissional, todos prestariam este tipo de serviço militar na categoria de praças, embora passados seis meses de serviço lhes fosse dada a possibilidade de se candidatarem a concursos para preenchimento de vagas entretanto abertas para as modalidades de prestação serviço em regimes de voluntariado ou contrato, nas categorias correspondentes às suas habilitações literárias, ou para a frequência de cursos de acesso aos quadros permanentes das Forças Armadas.

Estes contingentes anuais de prestação de serviço militar, excluindo os que tenham, entretanto, ingressado no serviço voluntário ou contratado ou em cursos de acesso aos quadros permanentes, passariam à reserva territorial no termo do

período obrigatório de prestação de serviço, reforçando assim de modo crescente o actual contingente potencialmente mobilizável (até aos 45 anos) nos estados de sítio ou de guerra, em cerca de 15.000 a 20.000 efectivos anuais.

Para todos os outros sectores, haveria que tomar como principal preocupação, no planeamento da distribuição dos restantes 75.000 recrutados, a devida capacidade de direcção, de formação inicial e de enquadramento e controlo dos seus desempenhos, por parte dos organismos da administração central ou da administração autárquica do Estado a quem fossem atribuídas tais responsabilidades.

Para a adopção e implementação de um serviço cívico obrigatório, conforme sugerido, tem-se a plena consciência de que se levantariam muitas resistências à sua concretização, mas tem-se também a firme convicção de que seria de grande utilidade como factor de valorização pessoal dos cidadãos portugueses para toda a vida, bem como um contributo muito positivo para uma sã coesão nacional.

Achamos que valeria a pena tentar.

... /// ...

EXPRESSO

Valença Pinto: "Gastos com a GNR não deviam contar para a NATO ..."

O general Valença Pinto diz que Portugal inclui a GNR no orçamento da Defesa que reporta à NATO "para tornar mais interessante os gastos"

VÍTOR MATOS

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2582/html/primeiro-caderno/politica/gastos-com-a-gnr-nao-deviam-contar-para-a-nato-diz-ex-cemgfa>

Os valores que Portugal reporta à NATO não deviam incluir o orçamento da GNR, defendeu Luís Valença Pinto, general do Exército na reforma e antigo chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), depois de questionado na conferência sobre "Os desafios da Defesa europeia num novo contexto de segurança", realizada esta terça-feira a bordo do porta-helicópteros francês "Dixmude" e organizada pela Embaixada de França.

O general começou por dizer que mais do que por um indicador como os 2% do PIB gastos em Defesa, bateu-se junto dos ministros pelas "capacidades" necessárias para as Forças Armadas.

Quanto ao facto de as despesas militares serem insufladas pelas 'gendarmeries' em vários países, Valença Pinto entende que o orçamento da GNR faz parte da Administração Interna e não da Defesa. A NATO, porém, aceita que os Estados-membros incluam as forças militarizadas e as pensões dos militares na conta para chegarem ao compromisso de 2% do PIB: sem a GNR, Portugal gasta 1,1% do PIB em Defesa; com a Guarda o valor sobe para 1,5%. Segundo o general, Portugal inclui a GNR "para tornar mais interessante os gastos" e os aliados verem, mas "em nome da pureza de raciocínio, uma coisa é considerar a GNR, outra a política de Defesa Nacional".

No painel moderado por Isabel Nunes, a nova diretora do Instituto de Defesa Nacional, e em que participou Ana Paula Abreu, subdiretora-geral de Política Externa, o antigo CEMGFA fez uma intervenção a sublinhar **a importância dos "desafios do Sul"** mesmo com a guerra a leste, porque a Rússia continua militarmente ativa na Síria, no Norte de África e no Sahel — onde operam os mercenários do Grupo Wagner (que o Kremlin não reconhece como estando sob o seu comando). **"A NATO sozinha não tem condições para assegurar a segurança do Sul da Europa"**, por isso defende um **maior empenho da União Europeia nesta região** onde a França, anfitriã da conferência, também tem interesses.

Apesar desta visão, que coincide com a posição tradicional da diplomacia portuguesa, Valença Pinto reconheceu a **importância do Ártico**, cujos "recursos e controlo de rotas" são disputados por Canadá, Estados Unidos, países europeus e Rússia. E concluiu com um "apelo à diplomacia para que exerça no Ártico a prevenção de conflitos".

Depois de classificar a invasão da Ucrânia como uma das consequências do "complexo de cerco russo", Ana Paula Abreu traçou um roteiro pelas zonas onde a Rússia foi ajudando à instabilidade como no Sahel ou nas guerras iniciadas depois das Primaveras Árabes. "A guerra na Ucrânia teve um impacto mobilizador" no ocidente " que funciona como um efeito adverso para Putin, reforçando a unidade europeia", disse a diplomata.

Numa conferência em que sobretudo a diretora do IDN falou na nova Bússola Estratégica da Defesa europeia, nenhum dos presentes respondeu à questão sobre a mudança de paradigma que neste domínio poderia implicar uma eventual eleição de Marine Le Pen como Presidente francesa.

Nota: Este texto é uma versão mais longa do que foi publicado na edição impressa

... /// ...

Ana Miguel dos Santos: "Isto é gozar com as Forças Armadas!"

A ex-coordenadora do PSD para a Defesa e jurista especializada em assuntos militares considera que a contratação da Holding IdD para gerir o programa de aquisição dos seis navios patrulha oceânicos é uma "**evidente ilegalidade**"



Ana Miguel dos Santos é a única portuguesa que integra a "Munich young leaders", uma das mais importantes conferências mundiais de política externa e segurança

© Reinaldo Rodrigues / Global Imagens

Valentina Marcelino

24 de abril, 2022 — 00:16

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/24-abr-2022/ana-miguel-dos-santos-isto-e-gozar-com-as-forcas-armadas-14795256.html>

Concorda com a intervenção da IdD - Portugal Defence neste processo?

Não há qualquer justificação para fazer esta despesa com a IdD. Não só porque não é necessária, como existem outras prioridades nas Forças Armadas que deveriam merecer a nossa atenção.

Parece que o governo não tem confiança nas suas forças armadas para fazer a aquisição dos seus recursos.

Parece que o governo não tem confiança nas suas forças armadas para fazer a aquisição dos seus recursos. Se há alguém que conhece os recursos humanos e materiais das Forças Armadas são as Forças Armadas!

Ainda por cima está a duplicar e a desperdiçar recursos. Então constitui um grupo de trabalho com representantes de diversos organismos do ministério da defesa, como a Direção Geral de Recursos de Defesa Nacional, gabinete do ministro, etc., e acrescenta ainda a IdD?? Uma empresa pública a quem vai pagar mais de 5M€? Para quê? Faz sentido?? Claro que não. Nem é legal.

Porque não é legal?

Esta Resolução de Conselho de Ministros que autoriza este contrato viola a Lei de programação militar, a Lei Orgânica n.º 2/2019 de 17 de junho, uma lei de valor reforçado da Assembleia da República (AR), que atribui expressamente, nos seus artigos 2º e 3º, as competências para a execução desta lei aos serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional (MDN), e as competências para o acompanhamento da sua execução à Assembleia da República.

Ora, de acordo com a lei orgânica do MDN, concretamente no seu artigo 4.º, n.º 2, são serviços centrais do MDN: a Secretaria-Geral, a Inspeção-Geral da Defesa Nacional, a Direção-geral de Política de Defesa Nacional, a DGRDN, o Instituto da Defesa Nacional e a Polícia Judiciária Militar.

Como desta lista não consta a IdD, que integra o Sector Empresarial do Estado, não tem competências para a execução de contratos no âmbito da Lei de programação militar.

Portanto, como desta lista não consta a IdD, que integra o Sector Empresarial do Estado, não tem competências para a execução de contratos no âmbito da Lei de programação militar. Nem tão pouco para o seu acompanhamento, competência atribuída exclusivamente à Assembleia da República.

E nem se diga que poderia exercê-las por mera delegação de competências, porque esta possibilidade não está prevista na LPM, como obrigam as regras da delegação de competências previstas no código de procedimento administrativo.

Por seu turno, importa também relevar que os estatutos da IdD estão feridos de ilegalidade precisamente na parte em que se prevê esta competência respeitante às matérias da LPM.

A LPM, como disse, é uma lei de valor reforçado que só pode ser alterada na AR por lei de igual valor.

Assim sendo, esta despesa não se sustenta em norma legal habilitante, pelo que é ilegal e não pode ser paga, atentas as regras previstas na lei de enquadramento orçamental, a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, designadamente no seu artigo 52.º que determina que, nenhuma despesa pode ser autorizada sem que, cumulativamente, "(...) O facto gerador da obrigação respeite as normas legais aplicáveis (...)".

Esta despesa é ilegal e está a servir para financiar, de forma ilegal esta empresa pública.

Esta despesa é ilegal, como se disse, e está a servir para financiar, de forma ilegal esta empresa pública.

Mas, para além da evidente ilegalidade, e num momento em que as forças armadas estão a enfrentar dificuldades significativas na sua operacionalidade, sem recursos, despendendo 5M€ com a aquisição de serviços para acompanhar a contratação de equipamento militar, é, acima de tudo, gozar com as nossas Forças Armadas.

Que riscos identifica neste processo?

Mais do que a ilegalidade na contratação destes serviços à IdD? Mais do que o desperdício de 5M€?

As nossas Forças Armadas enfrentam dificuldades crónicas, de falta de recursos humanos e materiais. Os NPO constituem um recurso essencial para que a Marinha possa cumprir a sua missão que está altamente comprometida com a falta de meios.

A Marinha, nem o Exército e a Força Aérea, podem esperar mais.

A entrega do primeiro NPO está prevista para 2023. Nesta altura só com ajuste direto se pode cumprir este prazo? É aceitável?

Tenho sérias dúvidas de que consigam cumprir a entrega do primeiro NPO em 2023, em face dos atrasos já verificados.

Se olharmos, por exemplo, para o último relatório de execução da LPM, enviado para o Parlamento em abril deste ano, a percentagem de execução média é apenas de 54%!

Não creio que esta seja a melhor forma de se melhorar os níveis de execução de uma Lei fundamental para o cumprimento das missões das Forças Armadas, que precisam desta lei para a aquisição de equipamento e armamento militares.

... /// ...

Governo desvia cinco milhões da Marinha para "gestão" da compra dos seis NPO

O negócio foi feito quando o atual secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira, era o Presidente do Conselho de Administração da "IdD - Portugal Defence.

O governo determinou que esta *holding* estatal recebesse uma "comissão" de cinco milhões de euros para gerir o "programa de aquisição" dos NPO", desviando a verba da Lei de Programação Militar.

O Tribunal de Contas está a questionar o Ministério da Defesa



A Marinha tem neste momento apenas quatro dos 10 NPO previstos

© Gerardo Santos / Global Imagens

Valentina Marcelino

24 de abril, 2022 — 00:17

<https://www.dn.pt/sociedade/governo-desvia-cinco-milhoes-da-marinha-para-gestao-da-compra-dos-seis-npo-14795334.html>

O Tribunal de Contas (TdC) está a avaliar o pedido de visto prévio para um contrato que o ex-ministro da Defesa Nacional (MDN), João Gomes Cravinho, decidiu firmar com a [IdD - Portugal Defence](#), uma holding do setor empresarial do Estado para a "gestão do programa de aquisição" dos seis navios patrulha oceânicos.

O contrato, autorizado numa [Resolução de Conselho de Ministros](#) (RCM) de junho do ano passado, prevê o pagamento pela Marinha à IdD "até ao **montante máximo de 1,5%**" do valor total desta compra, orçamentada em **352 milhões de euros** - ou seja **pode atingir os cinco milhões e 280 mil euros** para "a prestação de serviços de gestão do programa em causa".

Segundo os "termos de referência para a celebração do contrato a celebrar entre o Ministério da Defesa Nacional e a IdD - Portugal Defence", já [publicados em Diário da República](#), está previsto que, para já a "remuneração" da IdD, S. A., seja dividida em três partes: "uma associada aos **custos de arranque** da capacidade de gestão do programa, com o valor previsional de **€ 254 700**; uma associada ao **ritmo de execução da prestação dos serviços** de gestão do programa, para os anos de 2021 até 2031 (atendendo ao período de garantia de dois anos), com o **valor previsional médio anual de € 304 868, correspondente a um montante global de € 3 353 550** para a totalidade do período do programa; Uma componente final indexada à performance dos serviços prestados, medida em função do cumprimento dos prazos que vierem a ser definidos no contrato a celebrar e dos resultados a alcançar, designadamente quanto aos preços e prazos de entrega dos navios, com o valor previsional de € 636 750!". **O total será um mínimo de 4,2 milhões de euros.**

O acompanhamento será, de acordo com o MDN, "em articulação" com a Marinha e a Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN).

A decisão, preparada **entre Cravinho** (atual ministro dos Negócios Estrangeiros) e o então presidente do conselho de administração da IdD, o **atual secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira**, [suscita dúvidas legais](#) e há quem considere que se trata de um financiamento "encapotado" de uma empresa pública.

O DN falou com **três almirantes**, na reforma, que não compreendem **porque vai a Armada pagar por um serviço que poderia fazer ela própria sem encargos.**

O facto de se estar a utilizar para este efeito uma verba aprovada da **Lei de Programação Militar (LPM)** é para Ana Miguel dos Santos, antiga coordenadora para a Defesa no grupo parlamentar do PSD e jurista especialista neste setor, uma **"evidente ilegalidade"**. [Como explica numa entrevista ao DN](#), apenas os "serviços centrais do MDN" têm competências para a execução e acompanhamento da LPM "e não há hipótese de delegação de poderes".

O **TdC não explica que dúvidas tem** em relação ao contrato, invocando o "sigilo" do processo. Mas confirma que, já **colocou, pelo menos, dois conjuntos de questões**. "O processo está em análise, tendo dado entrada em 1 de fevereiro e sido devolvido a 8 de fevereiro. Foi recebida resposta em 7 de março e novamente devolvido em 17 de março para esclarecimentos, cuja resposta se aguarda", assinala fonte oficial.

Ainda sem o visto confirmado, a IdD já [apresenta na sua página da internet](#) esta nova missão, assumindo-se como **"entidade responsável pela gestão do programa de aquisição** dos seis novos Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), em articulação com a Marinha e com a DGRDN, no âmbito da sua atividade de assessoria às transações de equipamentos no quadro da execução da Lei de Programação Militar".

Financiamento explícito de empresa pública?

Um **antigo dirigente da EMPORDEF**, a holding que antecedeu à IdD, acompanha o raciocínio jurídico de Ana Miguel dos Santos, mas considera que **"o financiamento desta holding não está sequer a ser encapotado, é mais que explícito"**.

Pedindo anonimato por temer represálias, explica que se está perante uma **"manipulação de verbas da LPM** que suscita muitas dúvidas legais". "Uma empresa que é financiada através do Orçamento do Estado (OE) ainda tem um financiamento extra por serviços de consultoria para uma aquisição?", interroga-se.

"É claro que vai ser a Marinha a fazer o trabalho todo. A IdD não tem *know how* técnico e ainda vai receber por isso. Por uma empresa, cuja função é gerir as participações do Estado, a fazer a gestão de um programa é, no mínimo, bizarro. **Tenho muitas dúvidas do ponto de vista legal que a IdD possa fazer estas operações de intermediação"**.

Além disso, acrescenta, **"vai aumentar artificialmente o investimento da Defesa**, porque é a Marinha que vai receber este valor do OE, no âmbito da LPM, e depois tem de o desviar para o setor empresarial do Estado que, como é óbvio, não contaria como investimento na Defesa".

"Não é a mesma coisa colocar dinheiro nas Forças Armadas e colocar dinheiro no setor empresarial do Estado. Se a despesa está na Marinha conta para o investimento na Defesa. Na IdD não conta. **É uma trapalhada completa, sem sentido nenhum"**, conclui.

O almirante Melo Gomes, ex-Chefe de Estado-Maior da Armada, que começou por não querer comentar, perante o que lhe descrevemos **não resistiu a manifestar a sua incredulidade**.

"Tudo isto é um disparate. A Marinha tem qualificações de sobra para gerir todo este programa sem encargos extra. Lamento profundamente que isto esteja a acontecer. A Marinha vai pagar para alguém fazer uma coisa que sabe de cor. **Que tenha conhecimento é a primeira vez que isto acontece nas Forças Armadas"**, asseverou.

Desperdiçar dinheiro que "pode fazer muita diferença"

Outros **dois oficiais gerais da Armada** vão no mesmo sentido. **"É um absurdo. Nunca aconteceu antes"**, declara um vice-almirante, ainda no ativo, que também esteve ligado no passado às indústrias de Defesa. **Manifesta-se "muito incomodado"** com este "desperdiçar de dinheiro". **"Cinco milhões de euros neste meio pode fazer muita diferença. Tudo conta"**, assinala.

Recorda o contrato das corvetas que, no seu entender, **"a Marinha dirigiu de forma brilhante"**. **"Ou é a Marinha que continua a assegurar a gestão destes contratos ou pode correr mal**. É preciso pensar que não é só a gestão que está em causa.

É também a integração na Marinha destes meios e o seu ciclo de vida. Se não for tudo pensado ao milímetro os custos para a manutenção podem disparar de forma desastrosa. A Marinha é que tem este know how".

Este vice-almirante também receia que a "articulação" prevista entre a IdD e a Marinha, possa resultar em problemas: **"uma coisa é a articulação, outra é a decisão e se não estiver claro quem decide, pode ser complicado".**

Um **antigo responsável pela logística da Marinha** que esteve envolvido na compra do primeiro par de NPO"s, salvaguardando desconhecer "em concreto o que se passa neste momento", contrapõe com o exemplo daquela altura: "A Marinha constituiu um grupo de 10 oficiais com o MDN e o **controlo era feito diretamente pelo Chefe de Estado-Maior da Armada e** pelo Superintendente de Serviços e Material. Essa equipa, designada **Missão de Acompanhamento e Fiscalização**, era chefiada por um engenheiro de construção naval e acompanhou toda a construção nos estaleiros de Viana do Castelo", assevera.

Questionada a **IdD**, atualmente dirigida por Catarina Nunes, ex-vogal de Marco Capitão Ferreira e [ex-assessora do gabinete de João Gomes Cravinho](#), sobre o que justifica este pagamento por um serviço que a Marinha pode fazer sem encargos, sublinha **"a missão da IdD de alavancar a Base Tecnológica e Industrial de Defesa**, que será uma dimensão importante neste processo".

O montante em causa, explica fonte oficial, "diz respeito à **remuneração associada ao ritmo de execução da prestação dos serviços** e compreende o **período de 2021 até 2031"**.

Refuta a ideia que o TdC tenha tido dúvidas, alegando que se tratam de "perguntas e recomendações objetivas, desejáveis e úteis, e que têm sido respondidas e acolhidas".

Processo nos "moldes habituais"

O **gabinete da nova ministra da Defesa, Helena Carreiras**, alinha na mesma **justificação**. Quantos às perguntas do TdC: "esse processo corre nos moldes habituais, especialmente quando **estão em causa programas complexos e com expressão financeira**, isto é, com naturais pedidos de informação que têm sido obviamente respondidos, e com desejáveis recomendações que têm sido acolhidas", assinala.

Questionada sobre **porque vai o Estado pagar por um serviço que podia ser feito sem encargos**, fonte oficial afirma que "a criação da capacidade de gestão de um programa como este teria sempre **custos associados**, motivo pelo qual isso mesmo estava já previsto no programa na LPM.

Em segundo lugar, **a IdD é uma Entidade Pública Reclassificada**, integrando o perímetro do Orçamento do Estado no Programa Orçamental da Defesa".

O mesmo porta-voz confirma que "os montantes a pagar à IdD sairão do orçamento do programa, no âmbito da LPM, e respeitam a despesas administrativas e de pessoal decorrentes da gestão do programa nos seus 10 anos de duração".

Qual a mais valia da intervenção da IdD? - questionamos. "Uma das atribuições da IdD Portugal é potenciar a Base Tecnológica e Industrial de Defesa, envolvendo os diferentes atores da economia nacional. Neste âmbito, este é o primeiro projeto cometido à referida empresa pública, prosseguindo a decisão conjunta dos ministérios das Finanças e da Defesa Nacional que foi incorporada no plano de negócios aprovado para a mesma, e dando seguimento ao objetivo de desenvolver capacidades nacionais nesta área", esclarece.

Indagado se tinha sido identificado algum risco ou desvantagem em continuar a ser a Marinha a conduzir estes processos de aquisição, o gabinete de Helena Carreiras sublinha que "a gestão do programa de aquisição de seis NPO's foi atribuída à IdD pelo Ministro da Defesa Nacional em plena coordenação com a Marinha Portuguesa e envolvendo a Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), com a fundamentação que consta na Resolução do Conselho de Ministros nº 72/2021. A decisão não resulta de putativos riscos ou desvantagens, tal como não se deve inferir o mesmo quando Portugal recorre a agências da NATO para efeitos semelhantes, como já foi feito em várias ocasiões, por vezes por iniciativa dos próprios Ramos das Forças Armadas".

O MDN não respondeu ainda às questões sobre as alegadas ilegalidades relacionadas com as competências de gestão e acompanhamento da execução da LPM.

Programa "estruturante" de novo por "ajuste direto"

A compra dos seis NPO da classe "Viana do Castelo" constitui um dos [projetos estruturantes da Lei da Programação Militar de 2019](#).

Fazem parte de um programa para aquisição de navios que **começou em 2004, com a compra do primeiro par de NPO's**. A crise financeira congelou o plano e só em 2015 foram construídos outros dois ([entregues em 2018](#)), cuja aquisição por ajuste direto à West Sea (empresa do Grupo Martifer ganhou a subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que já estavam em processo de extinção), foi [alvo de um processo de infração da Comissão Europeia](#) por **violação do direito comunitário** - isto apesar de, em Portugal, ter sido aprovada pelo Tribunal de Contas.

Só depois do contrato com a IdD ter o visto do Tribunal de Contas se poderá **avançar para o concurso propriamente dito**, mas em relação a este procedimento, há também quem já **antecipe um novo ajuste direto, dado o atraso que já esse verifica**.

A LPM indica que o **primeiro NPO seja entregue em 2023**, mas o vice-almirante que acompanhou a construção dos anteriores NPO diz que "**é totalmente impossível**".

"A construção de um NPO demora, **em média três anos e meio**. É impossível a primeira entrega ser em 2023. Tem ainda de se fazer o concurso e o contrato de adjudicação com os fornecedores. **A não ser que a intervenção da IdD tenha em vista limitar este concurso e utilizar o ajuste direto**", declara.

O MDN garante que "quanto aos prazos do programa de aquisição destes NPO, as entidades envolvidas - a IdD, o Ministério da Defesa Nacional, através da DGRDN, e a própria Marinha - **trabalham no calendário que está identificado na RCM**", salientando que "num projeto deste tipo **a entrega do primeiro navio é, habitualmente, a mais prolongada** porque a sua construção é antecedida dos necessários procedimentos de revisão do projeto de engenharia, passos que ficam cumpridos para as construções subsequentes".

... /// ...

25/04 a 09/05/2022

V. Marcelino: “Deputados vão questionar desvio de fundos da Marinha”

PSD, PCP e BE prometem inquirir o Governo sobre o desvio de verbas na LPM para pagar à holding do Estado.

Ana Gomes apela à ministra da Defesa que "não permita novo esquema"



O NPO Sines (na foto) foi o quarto navio, de um conjunto de 10, a ser adquirido em 2018.

Os outros seis deverão ser comprados, segundo a Lei de Programação Militar, até 2029, **25 anos depois do primeiro (2004)**

© Marinha

Valentina Marcelino

25 abril 2022 — 00:13

<https://www.dn.pt/politica/navios-deputados-vaio-questionar-desvio-de-fundos-da-marinha-14797145.html>

A ex-candidata presidencial **Ana Gomes lança um apelo à nova ministra da Defesa** Nacional, Helena Carreiras, que impeça que a compra dos novos seis **Navios Patrulha Oceânicos** (NPO) volte "a ser manipulada contra os interesses do Estado, como acontecem com os anteriores".

A antiga eurodeputada do PS reage assim à [notícia do DN deste sábado](#), segundo a qual o Governo autorizou o **desvio de cerca de cinco milhões de euros da Marinha**, do orçamento da Lei de Programação Militar (LPM), para pagar à holding estatal de Defesa [IdD - Portugal Defence](#) por serviços de "gestão do programa de aquisição" daquelas embarcações.

As **dúvidas legais** são muitas sobre este **negócio** preparado pelo ex-ministro **João Gomes Cravinho** e o então Presidente do Conselho de Administração da IdD, **Marco Capitão Ferreira**, atual **secretário de Estado da Defesa**.

"Temo que este plano de atribuir à IdD a gestão da aquisição dos novos seis NPO, além de lesar financeiramente a Marinha, tenha mesmo o propósito de evitar o concurso público e de se ir de novo para um ajuste direto"

"Temo que este plano de atribuir à IdD a gestão da aquisição dos novos seis NPO, além de lesar financeiramente a Marinha, tenha mesmo o propósito, como foi afirmado por um oficial general da Marinha no artigo do DN, de evitar o concurso público e de se ir de novo para um ajuste direto, **num processo que já foi tão manipulado contra os interesses do Estado pelo PSD, mas também com a conivência de algumas pessoas do PS** que não o denunciaram. Isto não só lesa a marinha como o próprio Estado", assinala **Ana Gomes**, que [em 2017 denunciou o ajuste direto à West Sea](#) (empresa do Grupo Martifer ganhou a subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo dos dois últimos NPO.

"Faço um apelo à atual Ministra da Defesa que **não permita um novo esquema**. Ela não foi responsável por este plano, pois já o herdou inquinado, mas espero que não o permita", assevera.

"Enredos e polémicas"

Ao pedido de reação do DN, **Marcos Perestrello**, deputado socialista e **presidente da Comissão de Defesa Nacional (CDN)** respondeu telegraficamente: "a execução da LPM será apreciada na CDN", garantiu. Uma nova tentativa para o deputado Diogo Leão, também da CDN, não teve resposta.

"O PSD lamenta que o Ministério da Defesa e a IdD continuem enredados em polémicas, que são sempre um obstáculo para o reforço da credibilidade das Forças Armadas"

O maior partido da oposição, por seu lado promete inquirir o Governo sobre todo este processo. "O PSD lamenta que o Ministério da Defesa e a IdD continuem enredados em polémicas, que são sempre um obstáculo para o reforço da credibilidade das Forças Armadas", declara **Carlos Eduardo Reis**, o **coordenador para a Defesa do grupo parlamentar social-democrata**.

Frisa que **"a restauração da IdD** foi feita com o objetivo de otimizar a gestão das participações do Estado na área da Defesa, potenciar novas áreas de negócio, nomeadamente o tecnológico, e **não para fazer assessoria paga aos ramos**. Muito menos em questões relacionadas com a LPM.

Notamos que estão ou se sentem habilitados a substituir e completar o *know-how* da Marinha na compra dos 6 NPO"s, mas que **têm muita dificuldade em produzir um documento com o plano para as indústrias de defesa que o PSD anda a solicitar há mais de um ano**".

Aliás, recorda o deputado, "um plano que foi prometido pelo anterior presidente do Conselho de Administração da IdD, hoje governante", referindo-se a Capitão Ferreira.

"Infelizmente não posso dizer que tudo isto nos surpreende. Teremos oportunidade de esclarecer melhor tudo isto dentro das competências de fiscalização que o Parlamento nos dá", conclui.

A sua antecessora **Ana Miguel dos Santos**, jurista especializada em Defesa, declarou, [em entrevista ao DN](#), que este pagamento é "uma evidente ilegalidade". Para a ex-deputada despende assim esta verba "é gozar com as Forças Armadas".

"Esquemas e malabarismos"

Da parte do **PCP**, o **deputado João Dias** classifica "negativamente esta transferência de verbas,", logo à partida porque "não corresponde ao que foi aprovado na LPM".

Assinala que "as verbas são votadas na Assembleia da República para programas concretos da LPM e não pode haver esquemas nem malabarismos".

"Se o governo pretendia que a IdD fosse financiada devia tê-lo feito através do Orçamento do Estado e não de um desvio da LPM" opinião deste deputado "se o governo pretendia que a IdD fosse financiada devia tê-lo feito através do Orçamento do Estado e não de um desvio da LPM".

João Dias assegura que a bancada comunista está de "**sobreaviso perante esta denúncia do DN**" e que pedirá "esclarecimentos" à própria Ministra da Defesa.

Na próxima terça-feira será analisado na CDN o **relatório de execução da LPM** (com uma taxa baixa de 54%) e, numa altura em que vai entrar na agenda o OE de 2023, os comunistas salientam que "é preciso que, aprovando as verbas para a LPM, a Ministra diga, afinal, **o que há por trás e que interesses**".

Para o BE, "o governo deve dar explicações obre este assunto". O DN tentou também obter reações da IL e do Chega, mas não recebeu respostas.

... /// ...



SÍTIO OFICIAL DE INFORMAÇÃO
DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Discurso do PR [...] no aniversário do 25 de Abril



25 de abril de 2022

<https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2022/04/discurso-do-presidente-da-republica-na-sessao-solene-comemorativa-do-48-o-aniversario-do-25-de-abril/>

“Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhor Primeiro-Ministro,
Senhora e Senhores Presidentes dos Tribunais Supremos,
Senhor Presidente António Ramalho Eanes,
Senhores Presidentes João Bosco Mota Amaral e Eduardo Ferro Rodrigues,
Senhor Núncio Apostólico em representação do Corpo Diplomático,
Senhores membros do Governo,
Digníssimos convidados, em particular representantes dos Capitães de Abril,
Senhoras e Senhores Deputados,

Portugueses,

Saúdo com elevada consideração pessoal e solidariedade institucional Vossa Excelência Senhor Presidente e, na pessoa de Vossa Excelência, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados na primeira vez em que uso da palavra perante a Assembleia da República depois da eleição de janeiro último.

Formulo calorosos votos dos maiores sucessos, a bem de Portugal, que o mesmo é dizer de todos os portugueses.

E permitam-me que eu aqui evoque, também, com muita saudade quem nos acompanhou 25 de Abril após 25 de Abril com a constante militância física que pautou a sua vida por Portugal, o Presidente Jorge Sampaio.

Senhoras e Senhores Deputados,

Portugueses,

Há um ano falei-vos do Portugal na sua caminhada do Império até ao 25 de Abril, à Descolonização e à Democracia.

E nunca é demais evocar e agradecer o gesto refundador dos Capitães de Abril.

Pense-se o que se pensar sobre o que foram antes e depois desse gesto, ele foi único, singular e decisivo. Sem ele não haveria hoje uma Assembleia República livre com vozes livres. Não há como esquecê-lo na escrita ou na reescrita da História.

Hoje, falo do que vem de muito antes de Abril. Vem do começo de Portugal. Mesmo se só tem 700 anos no mar, 400 anos dos quais como corpo permanente e organizado, muitos séculos em terra e um século no ar.

São as nossas Forças Armadas, garantes da independência, da soberania, da integridade e da unidade da nossa Pátria.

E, nestes tempos em que a guerra na Europa reentra nas nossas casas, toca as nossas vidas, muda o nosso dia a dia, falar em Forças Armadas é falar daquilo que, sendo passado, é muito presente e, mais ainda, futuro.

Esta guerra não é a única, neste instante, no mundo. Mas é talvez a mais global de todas.

Esta guerra não foi a única que conhecemos na Europa, já depois de Abril de 1974. Mas pode vir a ser a mais brutal em refugiados forçados a terem de cortar as suas raízes, e, também, a mais universal nos seus efeitos em quase meio século.

Mas não é da guerra que vos quero falar hoje.

Hoje, o que importa é falar das nossas Forças Armadas no Portugal que Abril permitiu que fosse Democrático. Das Forças Armadas em Democracia.

Há uma semana agradei aos nossos militares – e eram duzentos – que partiam para a Roménia – o seu serviço à Pátria.

Iam em missão de Paz, não em missão de guerra. Para defender a Paz, não para fazer a guerra. Para prevenir contra mais guerra e contribuir para criar mais Paz.

Paz para a Europa, e, desde logo, para aquela Europa em conflito e as vítimas diretas imediatas, e mais trágicas da guerra.

Paz para a Pátria, a nossa Pátria, do mesmo modo.

Paz e Segurança.

Aquela Paz e Segurança que é a missão primeira das Forças Armadas.

Pela Pátria! E o que é a Pátria que elas existem para servir?

É um Estado, independente há quase novecentos anos? É, mas é mais do que isso.

É uma comunidade de vida, de cultura, de língua, de identidades forjadas na diversidade, a que muitos chamam Nação, mesmo se o nosso Estado é, há muito, plurinacional? É, mas é mais do que isso.

É uma História, feita de glórias e fracassos, e mais glórias do que fracassos, senão, porventura, aqui não estaríamos agora? É, mas é mais do que isso.

É uma ideia, um projeto, um desígnio que nos une para além daquilo que separa, como o sermos universais, espalhados pelos mundos e servindo como plataformas de encontro entre eles? É, mas é mais do que isso.

É tudo o que disse. Mas mais, muito mais.

Uma Pátria são pessoas de carne e osso, todas somadas, e, cada uma delas de per si, vivam cá dentro das fronteiras físicas, vivam fora delas, no território espiritual. Que é onde estiver cada um de nós.

Portugal são os portugueses, mais os que se acolheram ou por eles foram acolhidos. E, cada qual, diferente, diverso, irrepetível.

Servir a Pátria, como existem para servir as Forças Armadas, é servir esses portugueses – cá dentro e lá fora – mais aqueles que se integram nessa nossa família comum.

Servir a Pátria desde sempre.

Foi traçar o nosso território Continental. E partir para as Ilhas. E atravessar Oceanos e contactar Continentes. E quase perder, ou perder mesmo, a independência. E reconquistá-la, tempo após tempo, geração após geração.

E perder batalhas. E guerras. Mas ganhar umas e outras. Nas armas, na diplomacia, na economia, no tecido social. Mas também na língua, na cultura, nas pessoas. Sim, porque as batalhas como as guerras se perdem e ganham nas pessoas, com elas e para elas.

Servir a Pátria, neste tempo, por exemplo, é ir para a Roménia. Como estar na Lituânia. Na República Centro Africana. No Mali. No Mediterrâneo. No Golfo da Guiné. Em Moçambique. É nessas, como noutras paragens, servir a Paz e a Segurança de todos nós.

Mas como? Como é que na Roménia, ou nos céus da Europa Báltica, ou noutras Europas, Áfricas, Américas, ou Ásias, se luta pela Paz e a Segurança?

Luta-se, porque as nossas fronteiras já não são as que foram. Porque no Báltico, como no Leste Europeu, as fronteiras da União Europeia são as nossas fronteiras. Tal como noutros Continentes, as fronteiras da CPLP são as nossas fronteiras. Tal como, nalguns deles, as fronteiras da NATO, ou do mundo ibero-americano, são as nossas fronteiras. Tal como, cada vez mais por esse mundo fora – que são as Nações Unidas – as fronteiras da Paz, da Segurança, da Liberdade, da Igualdade, da luta contra a miséria e a pobreza e pela ação climática, são as nossas fronteiras.

Se a Paz não existir, a insegurança atingirá também as nossas vidas, a começar na dos compatriotas espalhados pelo universo, a nossa economia, os preços da nossa energia, dos nossos alimentos, dos nossos bens básicos, e tantos dos nossos projetos de vida.

A Paz e a Segurança não são, pois, apenas – e já seria muitíssimo, mesmo o mais pungente – a vida e a morte de quem está a dois ou três dias de viagem das nossas casas.

Não. É o nosso viver de todos os dias.

São as Forças Armadas, não os únicos, mas dos principais garantes dessa Paz. Mais visivelmente ainda em tempo de guerra. Mesmo se não entram nessa guerra. Previnem, ajudam a construir e preservam, mesmo ali ao lado, a Paz possível e desejável.

Mas fazem mais. Muito mais. Cá dentro. Desinfetam lares e escolas, organizam vacinação nacional em pandemia. Apoiam em incêndios florestais, cheias, catástrofes naturais.

Não são os únicos. Mas são sempre dos fundamentais.

E ainda dão, e querem dar mais, formação profissional para reinserção no emprego e na sociedade.

Senhoras e Senhores Deputados,

Portugueses,

Por que razão, neste 25 de Abril, falo das nossas Forças Armadas, na Democracia que temos de recriar jornada após jornada?

Porque sem as Forças Armadas, e Forças Armadas fortes, unidas e motivadas, a nossa Paz, a nossa Segurança, a nossa Liberdade, a nossa Democracia – sonhos do 25 de Abril –, ficarão mais fracas.

Porque reconhecer como são importantes as Forças Armadas, na nossa vida como Pátria, exige mais do que recordarmos, por palavras, essa sua importância.

Porque, se queremos Forças Armadas fortes, unidas, motivadas, temos de querer que tenham condições para serem ainda mais fortes, unidas, motivadas.

Porque, se não quisermos criar essas condições, não nos poderemos queixar de que, um dia, descubramos de que estamos a exigir às nossas Forças Armadas missões difíceis de cumprir por falta de recursos.

Porque se o não fizermos a tempo, outros o exigirão por nós, e, depois, não nos queixemos de frustrações, desilusões, contestações ou afastamentos.

Porque pode ser tão simples mobilizar com pequenos grandes gestos.

Estimular a que quem é indispensável para servir nessas missões fundamentais o possa fazer com horizontes de esperança.

Juntar ao reconhecimento pelas qualidades excepcionais que, cá dentro e lá fora, é unânime quanto às nossas Forças Armadas, mais meios imprescindíveis para poderem sê-lo também mais e melhor.

E fazer isto não é ser-se de direita ou de esquerda, conservador ou progressista, moderado ou radical. É ser-se pura e simplesmente patriota. Em Liberdade e Democracia.

E fazer isto não é só tarefa de um Presidente, de um Parlamento, de um Governo. Requer um consenso nacional, continuado e efetivo, acerca das Forças Armadas como pilar crucial da nossa vida coletiva.

Não podemos aplaudir ou clamar mesmo por maior envolvimento em ações externas, ou querê-las ainda mais presentes nos apoios internos, nomeadamente em situações extremas, e pensarmos que longe vão as guerras, que há muito mais onde gastar dinheiro, que nós podemos dispensar de nelas investir em benefício de todos nós.

Nós sabemos que, mesmo quando lhes faltam esses meios, são das melhores das melhores.

Mas não nos habituemos ao simplismo de converter milagres em quotidiano modo de vida.

Ajudemos a esses milagres. Sobretudo quando eles respeitam à Paz e à Segurança de todos nós.

Neste tempo em que a guerra surge como mais real ainda.

Em que a pandemia impôs necessidades mais evidentes.

Neste dia em que celebramos Democracia e Liberdade.

E em que percebemos como a Paz e a Segurança tocam nas nossas vidas.

Não é demais pensar, como Pátria que somos, nas Forças Armadas que temos, nas que queremos ter e nas que precisamos de ter.

Como desafio de todos, dos poderes públicos, da sociedade, de cada Portuguesa, de cada Português. Porque se os Portugueses não perceberem e não aderirem e não apoiarem, não há poder público – mesmo o mais corajoso ou voluntarista – que vingue sem a vontade popular.

É urgente essa vontade popular constante e firme.

Para que a Liberdade e a Democracia, para as quais o 25 de Abril abriu pistas fundamentais que prosseguimos até hoje, vivam sempre.

Para que esse sonho do 25 de Abril viva sempre.

Mas, sobretudo, para que Portugal viva sempre.

Vivam a Liberdade e a Democracia!

Viva o 25 de Abril!

Viva, não menos do que isso, Portugal!”

... /// ...

Ângela Silva: "Marcelo desafia Governo [...]"

O 25 de Abril do Chefe Supremo. Marcelo desafia Governo e país a perceberem papel decisivo das Forças Armadas



Marcelo tocou a correr a polémica sobre as condecorações massivas que decidiu fazer aos militares de Abril.

E fez da importância das Forças Armadas o tema único deste 25 de abril.

Em tempo de guerra, interpelou o Governo a reforçar meios e o país a perceber que "temos que criar condições para as nossas FA serem mais fortes"



Ângela Silva

Jornalista

25 de abril, 2022 - 13:37

https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2582/html/primeiro-caderno/guerra-na-ucrania/finlandia-e-suecia-aceleram-a-caminho-da-nato?utm_content=%C3%83%C2%80%20mesa%20com%20o%20inimigo&utm_medium=newsletter&utm_campaign=983f18dfe5&utm_source=expresso-expressomatinal

A guerra na Europa seria sempre um tema incontornável, mas Marcelo Rebelo de Sousa pegou na guerra para falar grosso como [Comandante] Supremo das Forças Armadas portuguesas.

Num discurso quase monotemático - apenas abriu uma brecha para tocar de raspão a polémica sobre a sua decisão de condecorar todos os militares de abril - o Presidente da República deixou um desafio ao Governo e ao país para que percebam que a paz, a segurança, as "novas fronteiras" e o que tudo isso implica diretamente nas nossas vidas exige criar condições para umas Forças Armadas mais **"fortes, unidas e motivadas"**.

Para o Governo, o recado significa mais dinheiro no Orçamento do Estado. Para o país significa perceber que, sendo a manta orçamental curta e faltando dinheiro em muitas frentes, a Defesa desta vez não pode ser esquecida.

Há quem diga "que **há muito mais em que gastar dinheiro**"? Marcelo avisa: "Neste tempo em que a guerra surge como ainda mais real, há que perceber como a paz e a segurança tocam nas nossas vidas e não é demais pensar que FA é que precisamos de ter."

"MEIOS IMPRESCINDÍVEIS" E "NOVAS FRONTEIRAS"

Com o Orçamento do Estado para 2022 no Parlamento e o de 2023 a começar a mexer na mesa do Conselho de Ministros, o Presidente falou de **"mais meios imprescindíveis"** para o setor militar e previne rótulos dizendo que **"falar disto não é ser de direita ou de esquerda, conservador ou progressista"**, **"é ser-se apenas patriota"**. Num tempo em que, lembrou, "as fronteiras já não são as que foram" e o que se passa aparentemente longe tem um impacto direto e próximo.

Num discurso avesso a nacionalismos, Marcelo Rebelo de Sousa falou dos desafios da segurança e da paz a nível global e não deixou de mencionar a NATO, como referencial do mundo a que Portugal pertence.

"No Báltico como no Leste europeu, as fronteiras da União Europeia (UE) são as nossas fronteiras, como noutros continentes as fronteiras da CPLP são as nossas fronteiras, como são as da NATO, as das Nações Unidas ou do mundo Ibero-americano", defendeu o Presidente, apostado em vincar o **padrão global que rege a vida do país**. "Se a paz não existir" - avisou - "a insegurança atingirá também as nossas vidas, a nossa economia, os nossos bens básicos e tantos dos nossos projetos de vida".

Reconhecendo que, **se os portugueses "não perceberem e não apoiarem" o reforço que pede das nossas Forças Armadas, "não há poder público que vingue sobre a vontade popular"**, o Presidente da República incentivou quem manda a trabalhar para "um consenso nacional" nesta matéria, considerando **"urgente" mobilizar "essa vontade popular constante e firme"** para a causa que escolheu como bandeira para as comemorações dos 48 anos do 25 de abril.

"Se não o fizermos, outros o exigirão. Depois não se queixem". Marcelo Rebelo de Sousa antecipou que, "se um dia descobirmos que estamos a exigir às nossas FA" o que não lhe será possível "por falta de recursos", "não nos poderemos queixar de frustrações, contestações ou distanciamentos".

"Não nos habituemos ao simplismo de converter milagres" diários na base da mera sobrevivência (neste caso, da instituição militar) sem uma visão estratégica mais robusta e de futuro, foi no essencial o apelo do PR. Para concluir: **"Não nos podemos dispensar de investir" na Defesa.**

Marcelo usou a guerra para falar de paz e lembrou o papel dos militares para além das questões bélicas, seja nos incêndios, no apoio ao processo de vacinação das populações ou na limpeza de escolas. Um contributo para a tarefa de aproximar o necessário reforço das Forças Armadas das preocupações do cidadão comum.

SEM CAPITÃES NÃO HAVERIA PARLAMENTO

O Presidente não falou da crise económica, nem da maioria absoluta, nem da direita que cresce na Europa, nem das fragilidades que persistem 48 anos após abril e que motivaram os discursos, quer do seu partido, o PSD, quer dos dois novos partidos à direita, o IL e o Chega.

Sobre a polémica que o envolve diretamente e que tem motivado críticas de direita e de esquerda pela sua decisão de condecorar todos militares do 25 de abril, o Presidente não foi direto ao assunto, mas respondeu indiretamente ao falar desse "gesto único, singular e decisivo que nunca é demais lembrar".

Referindo-se aos capitães de abril, Marcelo tenta consensualizar o simbolismo dos militares que fizeram a revolução, lembra que "sem eles não haveria hoje uma Assembleia da República livre" e avisa que "pense-se o que se pensar" do que aconteceu "antes e depois" (tentativas de extremar o regime, contra golpes, ações terroristas), "não há como esquecer" o gesto que, do seio das Forças Armadas, deu origem à queda do antigo regime. **"Pense-se o que se pensar do que foram antes e depois desse gesto, ele foi único, singular e decisivo.** Não há como esquecer-lo na escrita ou reescrita da História", defendeu o Presidente, que deixará para o fim as [condecorações](#) mais polémicas, sorbe as quais não pediu parecer aos seus [conselheiros](#)

Sobre os 50 anos da revolução dos cravos, o Presidente que na tomada de posse após ser reeleito considerou que seria insuportável meio século depois de abril não termos um país mais desenvolvido, para já nada disse. O programa das festas que tem em mãos não é pacífico. Mas o Presidente escolheu, desta vez, passar a palavra ao [Comandante] Supremo das Forças Armadas.

... /// ...

C. Guilherme: “FFAA? Governo em "total sintonia" com Marcelo”

Presidente da República centrou discurso nas Forças Armadas.



© Getty Images



CARMEN GUILHERME

25 de abril, 2022 - 16:25

https://www.noticiasao minuto.com/pais/1982582/forcas-armadas-governo-esta-em-total-sintonia-com-marcelo?utm_source=notification&utm_medium=push&utm_campaign=1982582

O primeiro-ministro, António Costa, disse, esta segunda-feira, que o Governo está em “total sintonia” com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, no que diz respeito às Forças Armadas, tema central do discurso do chefe de Estado na sessão solene comemorativa do 48.º aniversário do 25 de Abril, no Parlamento.

"Aquilo que o Presidente da República disse, **disse em total sintonia com o Governo**", declarou **António Costa aos jornalistas**, nos jardins do Palácio de São Bento.

O primeiro-ministro recordou que o reforço pedido por Marcelo está programado na lei de programa militar e contratualizado com a NATO.

“Eu acho que o **discurso quer do Presidente da República, quer do presidente da Assembleia da República, foram muito importantes, centrados sobre dois temas que são centrais na nossa entidade: por um lado a importância das nossas Forças Armadas** - um elemento estruturante da nossa nação, desde que nos tornámos país independente há quase 900 anos - e, por outro lado também, **a importância que há de fortalecer as Forças Armadas para as suas várias missões**”, começou por dizer.

“As missões de estritamente garantir a soberania e a independência nacional, mas também as missões de serviço público onde as Forças armadas têm sido inexecutáveis”, acrescentou, dando como exemplo a pandemia e situações de catástrofe natural, como os incêndios.

“E, portanto, **nós temos uma programação** que está prevista na lei da programação militar e temos mais um compromisso, contratualizado com a NATO, relativamente ao incremento da despesa em Defesa nacional e com as nossas Forças Armadas”, disse, sublinhando assim a sintonia entre o discurso de Marcelo e os planos do Governo.

No entanto, o primeiro-ministro sublinhou a **importância do fundo europeu para a defesa**, nomeadamente em “situações excepcionais”, como a que vivemos.

“Só com os recursos próprios teremos mais dificuldade”, admitiu.

“Às situações de crise e de emergência responde-se com soluções de emergência. **E essas soluções não podem prejudicar os objetivos programáticos**”, acrescentou, **referindo que não se podem esquecer outras áreas como a Saúde ou a Educação.**

Sublinhe-se que, no seu discurso, o Presidente da República pediu “mais meios imprescindíveis” e que se atue agora no que diz respeito às Forças Armadas.

“Se não quisermos criar essas condições, não nos poderemos queixar de um dia descobrirmos que estamos a exigir missões difíceis de cumprir por falta de recursos, porque, se o não fizermos a tempo, outros o exigirão por nós, e **depois não nos queixemos de frustrações, desilusões, contestações ou afastamentos**”, disse o chefe de Estado.

... /// ...

V. Matos: “Como Marcelo (não) falou dos problemas das FFAA”

O Presidente da República apelou ao investimento em Defesa, no sentido de serem os próprios portugueses a exigirem isso ao poder político em nome da segurança.

Mas não mencionou sequer um dos problemas das Forças Armadas, como falta de efetivos, degradação de equipamentos ou falta de operacionalidade.

Também **omitiu a meta da NATO para os 2% do PIB em despesas militares**, não falou dos novos conceitos estratégicos e não deixou passar nenhuma opinião sobre a sua visão de futuro quanto à Defesa Nacional.

Porquê?



Marcelo Rebelo de Sousa cumprimenta militares durante uma visita à Companhia de Fuzileiros Independente EUTM, em Katembe, Moçambique

José Coelho



Vítor Matos

Jornalista

25 de abril, 2022 21:53

https://expresso.pt/analise/2022-04-25-Como-Marcelo--nao--falou-dos-problemas-das-Forcas-Armadas-24981ab6?utm_content=%C3%83%C2%80%20mesa%20com%20o%20inimigo&utm_medium=newsletter&utm_campaign=983f18dfe5&utm_source=expresso-expressomatinal

Em 48 anos de democracia, ainda nenhum Presidente da República tinha subido à mesa da Assembleia da República para fazer o discurso do 25 de Abril com a Europa chocada por uma potência nuclear ter avançado, por opção, para uma guerra de conquista territorial, como as que deram origem a dois conflitos mundiais.

Marcelo Rebelo de Sousa lê bem os tempos políticos. Percebeu que, com a invasão da Ucrânia pela Rússia e a nova geopolítica, a opinião pública poderia estar mais recetiva às necessidades de investimento em Defesa. Constatou que, sem paz, "a insegurança atingirá também as nossas vidas".

Ao fazer o primeiro discurso presidencial do 25 de Abril exclusivamente focado nas Forças Armadas - mas não nos seus problemas concretos, porque não os mencionou - **Marcelo preparou terreno para uma discussão que vai acender-se nos próximos meses, ao pedir "mais meios imprescindíveis" para os militares, porque "não há poder político que vingue sobre a vontade popular".** Ou seja, **têm de ser os portugueses a exigir que os políticos invistam mais nas Forças Armadas ou estes dificilmente o farão.**

Acabou por ser um **discurso cuidadoso, talvez demasiado cauteloso**, a pisar gelo fino para poder manter-se no quadro de um **"consenso nacional continuado e efetivo"**, mas que será impossível de manter no dia em que as decisões forem (ou não) tomadas.

António Costa, cujo novo orçamento deixou tudo na mesma na Defesa, respondeu poucas horas depois, a dizer que o Governo não fará mais do que aquilo que já estava programado (muito antes de haver perspectivas de uma guerra na Europa), independentemente da degradação dos meios e da operacionalidade dos três ramos militares.

Aquilo que o primeiro-ministro disse não deixa antever grandes notícias para as Forças Armadas nem responde ao desafio lançado pelo Presidente (mas já lá vamos). O próximo orçamento terá mais pistas sobre isso do que qualquer manifestação de boas intenções.

Hábil como sempre, Marcelo sabe colocar as questões de forma hipotética para descrever realidades mais concretas do que meras hipóteses. A certa altura, diz isto: **"Se não quisermos criar essas condições [de investimento das Forças Armadas], não nos poderemos queixar de que um dia descobramos que estamos a exigir às nossas Forças Armadas missões difíceis de cumprir por falta de recursos."**

Ora **esse dia não está para chegar, já chegou.** Há anos que os chefes militares, associações profissionais **ou oficiais-generais na reforma vão chamando a atenção para estes problemas:** ou que os meios financeiros não permitem manter a operacionalidade e manutenção dos equipamentos, ou que a inexistência de perspectiva de carreira afasta os jovens, **ou que as Forças Armadas estão numa situação de "pré-falência",** como o Grupo de Reflexão Independente denunciou em 2020 numa carta enviada ao próprio Presidente da República. [*]

Num apelo direto ao Governo, o comandante supremo das Forças Armadas **sublinhou que "temos de querer que [as Forças Armadas] tenham condições para serem ainda mais fortes, unidas e motivadas".** E avisou: **"Se não o fizermos a tempo, outros o exigirão por nós. Depois, não nos queixemos de frustrações, desilusões, contestações ou afastamentos."**

Após um ano em que a reforma do comando superior dividiu as cúpulas da hierarquia, o aviso aqui contido (sobre eventuais sublevações?) é sério, mas vago. **Como vaga foi toda a intervenção.**

Marcelo corria dois riscos: ou era demasiado genérico como foi, ou podia ser acusado de expor a Portugal e ao mundo, as profundas vulnerabilidades da nossa Defesa Nacional.

Fica um discurso para bom entendedor.

Não terá sido por acidente que o Presidente da República evitou mencionar os principais problemas das Forças Armadas. Se não o fez foi porque não quis: uma falta de efetivos preocupante, a falta de uma política pragmática para a atração de efetivos, a falta de verbas para operação e manutenção - que sofreu uma redução de pelo menos €127 milhões em dez anos -, a desigualdade cumulativa em relação a carreiras como a magistratura ou as polícias, a crise no Arsenal do Alfeite que asfixia a Marinha, a escassez de navios operacionais, de aviões e helicópteros prontos a combater, de reservas de guerra, a suborçamentação do sistema de proteção na doença dos militares, etc. etc... **o rol de problemas é extenso e não acaba aqui.**

De forma subliminar, porém, **Marcelo disse aquilo que é possível ir ouvindo a militares de várias patentes: que ainda só é possível ir funcionando através da boa vontade, esforço, desenrascanço e muitos "milagres" para ter material a funcionar e tropas motivadas.** **"Não nos habituemos ao simplismo de converter milagres em quotidiano modo de vida. Ajudemos a esses milagres"**, disse o Presidente, mais uma vez a colocar de forma hipotética uma situação que já é real.

Marcelo não arriscou porque, provavelmente, não quis politizar demais o assunto, porque **para "fazer isto não é ser-se de direita ou de esquerda, conservador ou progressista, moderado ou radical. É ser-se patriota em liberdade e democracia. Requer um consenso nacional continuado e efetivo"**.

O mais longe que foi, passou por enunciar que as novas fronteiras de Portugal são as da União Europeia e da NATO, mas também da CPLP ou na América Latina. Não quis dividir.

Assim agrada mais a todos. Para preservar esse alegado "consenso", e talvez para não pressionar demasiado o Governo, o Presidente não estabeleceu metas nem objetivos, **não falou do compromisso com a NATO para gastar 2% do PIB em despesas militares** em 2024 (dos quais 20% devem ser em investimento em equipamento), **que podia atizar as críticas do PCP ou o Bloco de Esquerda**. Não falou das novas formas de prestação de serviço militar ou cívico **que outros países estão a testar e que a SEDES já propôs**, para não incendiar o debate com o fantasma do **Serviço Militar Obrigatório**, que recentemente **recusou**, manifestando confiança numa recuperação no número de efectivos como se não estivesse empolada pelas restrições de saídas vigentes durante a pandemia.

Também não disse que a União Europeia acabou de aprovar uma **"Bússola Estratégica"** onde a Europa dá mais um passo no seu pilar da **Defesa e exorta os países a aumentarem os gastos militares**, e não referiu que **a NATO vai aprovar já em junho, em Madrid, um novo conceito estratégico** que terá efeitos nos documentos orientadores em que Portugal vai começar a trabalhar.

Assim, **acabou por não dar a sua visão** sobre em que sentido poderia ou deveria Portugal rever o seu **Conceito Estratégico de Defesa Nacional** - **que vai ser revisto agora** - **face ao novo contexto geopolítico**, **nem mencionou que estamos a entrar em tempo de revisão da Lei de Programação Militar (LPM)**, onde são definidas e planeadas as compras de equipamento.

A condução da política de Defesa cabe ao Governo, é verdade, mas também as outras políticas e não é por isso que o PR deixa de dizer o que pensa da Justiça (como fez esta semana), da economia ou da aplicação de fundos. **No mandato deste Governo, com a ministra Helena Carreiras à cabeça, a Defesa vai ter de mexer ou pensar em mexer em tudo.**

Pelo que se percebeu pela resposta de António Costa, não é de esperar uma **"revolução"** nas Forças Armadas ou um aumento dramático do orçamento da **Defesa Nacional**. O primeiro-ministro disse que o PR estava em "total sintonia" consigo e que **não pede mais do que "está programado na lei de programa militar e contratualizado com a NATO"**.

Ou seja, como o Expresso explicou [aqui](#), [vidé pp 62] se em 2024 Portugal se limitar a atingir os 1,68% do PIB de que o Governo tem falado e não os 2% acordados pela Aliança Atlântica na Cimeira de Gales, em 2014, isso representa um aumento de cerca de **€300 milhões anuais** no orçamento da Defesa (tendo em conta a maneira como os dados são contabilizados para a NATO, que inclui a GNR e as pensões dos militares).

Esse valor - **onde grande parte do aumento é consumido pelos programas de aquisição do avião de transporte estratégico KC-390 e para os navios de patrulha oceânicos - não deverá resolver de forma decisiva os problemas do orçamento de operação e de manutenção, do recrutamento, das carreiras, nem sequer permite repor o contador a zeros tendo em conta o desinvestimento da última década.**

Sobre estes objetivos, o Presidente não se pronunciou.

Isto chega, como sugere Costa e Marcelo está alinhado?

Para atingir os 2% do PIB - segundo a forma como a NATO aceita contabilizar as despesas militares -, **Portugal teria de investir pelo menos mais mil milhões de euros por ano nas Forças Armadas.** Se fosse considerado apenas o orçamento da Defesa Nacional (sem GNR e pensões de militares), o orçamento teria quase que duplicar.

O mantra de João Cravinho, o ministro da Defesa anterior que Marcelo não quis ver reconduzido na pasta, era que "estamos atualmente com o maior ciclo de investimento nas forças armadas desde o 25 de Abril."

Parece que já não são apenas os militares que discordam desta ficção. Se acreditasse nisto, o Presidente da República não teria lançado a discussão nem feito o alerta. Mas um discurso muda alguma coisa?

... /// ...

FFAA vivem momento de crise. [...]

Situação do Exército é a mais preocupante

É cada vez mais difícil encontrar quem queira seguir a vida militar.

E os alertas de “pré-falência” e “dificuldades de sustentação e manutenção” feitos por oito generais em carta enviada ao Presidente da República traçam um cenário inquietante do que se passa nas Forças Armadas, e que está a levar “um número crescente” de militares bem preparados a trocar a carreira militar por um emprego no sector privado



Tiago Miranda

Expresso

[23 de Fevereiro, 2020 - 18:53]

<https://expresso.pt/sociedade/2020-02-23-Forcas-Armadas-vivem-momento-de-crise.-Situacao-do-Exercito-e-a-mais-preocupante>

As Forças Armadas Portuguesas (FAP) podem ter deixado de ser um emprego e carreira interessante para muitos portugueses. Na edição deste domingo, o “Publico” alerta para o aparente falhanço do “[concurso para oficiais contratados](#)” que o Exército abriu no mês passado, e em que não apareceram candidatos para “preencher as 70 vagas que estão em aberto. O Exército recebeu ao todo 145 candidaturas, tendo havido mais mulheres (75) do que homens (70) interessados”.

O fim-de-semana foi, aliás, marcado pelo momento de crise que as FAP atravessam. Sábado, foi o “Diário de Notícias” a trazer este título para a primeira página: “Generais alertam Marcelo para ‘pré-falência’ das Forças Armadas”. [*]

O mais antigo jornal português de grande circulação divulga partes de uma carta de oito páginas, que quatro oficiais-generais enviaram ao Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, a 23 de janeiro. Na carta, os generais entre os quais estão três ex-chefes do Estado-Maior das Forças Armadas Portuguesas, **alertam Marcelo para “o processo de desconstrução e pré-falência com que as Forças Armadas se defrontam”.**

Manuel Taveira Martins, ex-chefe do Estado-Maior da Força Aérea, José Pinto Ramalho, ex-chefe do Estado-Maior do Exército, e Fernando Melo Gomes, ex-chefe do Estado-Maior da Armada, e Luís Sequeira, ex-secretário-geral do Ministério de Defesa Nacional, **pedem ao PR, que é também o Comandante Supremo das FAP para que seja “voz desta realidade no sentido de que sejam tomadas as urgentes e imprescindíveis ações para que se possa cumprir a missão patriótica de dar início a um novo ciclo de esperança”.**

REAÇÃO DO PRESIDENTE

No mesmo artigo, o Diário de Notícias, divulga trechos da resposta do PR, a que “também teve acesso”. **Marcelo partilha as preocupações dos quatro generais e, enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas, “considera que a descrição da carta” enviada pelos quatro generais a 23 de janeiro, “é benevolente”.**

Para o Presidente da República, **“nada indica que essas complexidades e exigências tendam a conhecer outro curso no futuro próximo que não seja o adensamento da imprevisibilidade, o acréscimo de riscos e desafios e a necessidade de reforço da prioridade política da defesa nacional e da decorrente valorização das nossas Forças Armadas”.**

... /// ...

[*]





[*]

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

V. Marcelino: "Generais alertam Marcelo para "pré-falência" das FFAA"

O Presidente da República subscreve as preocupações escritas numa carta que lhe foi enviada pelos oficiais-generais, mas valoriza "o esforço" do Ministério da Defesa Nacional.

"O que importa é não renunciar, não desistir",

respondeu o Comandante Supremo das Forças Armadas



O Presidente da República, nas comemorações do Dia de Portugal.

© Pedro Correia/Global Imagens

Valentina Marcelino

[22 Fevereiro 2020 – 00:30]

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/22-fev-2020/generais-alertam-marcelo-para-pre-falencia-das-forcas-armadas-11848772.html>

"Processo de desconstrução e pré-falência", "dificuldades inéditas", "mínimos" de efetivo "nunca verificados", "situação em geral grave, mas no caso do Exército é de emergência institucional", "dificuldades de sustentação e manutenção" - são alguns dos factos elencados por um grupo de generais das Forças Armadas (FA) numa carta de oito páginas enviada ao Presidente da República.

Assinam a missiva quatro oficiais-generais, entre os quais três ex-chefes do Estado-Maior: Manuel Taveira Martins, ex-chefe do Estado-Maior da Força Aérea, José Pinto Ramalho, ex-chefe do Estado-Maior do Exército, e Fernando Melo Gomes, ex-chefe do Estado-Maior da Armada. O quarto general é Luís Sequeira, ex-secretário-geral do Ministério de Defesa Nacional (MDN).

São todos presidentes dos órgãos dirigentes do [Grupo de Reflexão Estratégica Independente \(GREI\)](#), que integra um vasto conjunto de oficiais-generais dos três ramos, na reserva e na reforma, que desempenharam cargos de alta responsabilidade nas FA e na GNR. É em nome do GREI que remeteram a carta, a que o DN teve acesso, a 23 de janeiro último. Os oficiais-generais justificam esta iniciativa por estarem a assistir "com preocupação ao contínuo processo de degradação das Forças Armadas e ao conseqüente aumento das vulnerabilidades do sistema de defesa nacional e da posição do país no quadro das alianças que integra".

Apelam a Marcelo para que, "perante o processo de desconstrução e pré-falência com que as Forças Armadas se defrontam, o seu Comandante Supremo, fundamentado no conhecimento e lúcida perceção do "ambiente institucional" que se vive, seja "voz" desta realidade no sentido de que sejam tomadas as urgentes e imprescindíveis ações para que se possa cumprir a missão patriótica de dar início a um novo ciclo de esperança".



15 111 militares saíram das Forças Armadas em cinco anos

O gabinete do ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, não quis comentar a iniciativa dos generais. "A carta não foi dirigida ao Ministério da Defesa Nacional, pelo que não temos comentários a fazer", respondeu o porta-voz oficial.

Marcelo: "lassidão e "insensibilidade"

A resposta de Marcelo Rebelo de Sousa, a que o DN também teve acesso, demorou apenas sete dias e subscreve as apreensões destes oficiais de topo.

O Comandante Supremo das Forças Armadas considera que a descrição da carta "até é benevolente" em relação à "evolução" do "ambiente de segurança", que, no seu entender, é "ainda mais complexa e exigente".

Para o Presidente da República, "nada indica que essas complexidades e exigências tendam a conhecer outro curso no futuro próximo que não seja o adensamento da imprevisibilidade, o acréscimo de riscos e desafios e a necessidade de reforço da prioridade política da defesa nacional e da decorrente valorização das nossas Forças Armadas".

uma insensibilidade e uma lassidão passaram a fazer parte da sua visão nacional e internacional, legitimando a atonia do sistema político como um todo

Marcelo lamenta que "essa prioridade política" tenha deixado "de existir há décadas" e se tenha "enraizado na sociedade portuguesa". De tal forma, sublinha, "que uma insensibilidade e uma lassidão passaram a fazer parte da sua visão nacional e internacional, legitimando a atonia do sistema político como um todo". **O Chefe de Estado assinala que a recentemente aprovada Lei de Programação Militar (LPM) "representou um passo importante, mas tardio e, nalgumas vertentes, tímido, embora positivo".**



Marinha perde único reabastecedor. Navio Bérrio vai ser já abatido

O Presidente da República deixa, ainda assim, um reconhecimento ao MDN pelo "esforço apreciável para equacionar, encontrar pistas de solução e acelerar essa solução, tentando recuperar atrasos já estruturalizados". Realça que "perante este panorama **o que importa é não renunciar, não desistir, não abdicar, mas tudo fazer para ir mudando o sentir coletivo e ir apoiando os passos dados e ir exigindo mais passos e mais lesto**".

Vulnerabilidades e inércia

Os oficiais-generais assinalam que "se Portugal não assegurar" as suas responsabilidades nacionais e internacionais "criará vulnerabilidades próprias e também para os seus aliados", tornando-se um "parceiro irrelevante e dispensável na discussão das grandes questões".

Daquilo que têm observado, "as Forças Armadas debatem-se com dificuldades tão sérias que não parece possível prosseguir na inércia dos últimos anos sem o risco de se acentuar o enfraquecimento da capacidade militar do país".

"no passado recente" as missões internacionais, elogiadas pela opinião pública e pelo poder político, "só puderam ser cumpridas porque os vários escalões da hierarquia militar assumiram o risco calculado de atuar com limitações pontuais de equipamento e com afrouxamento de padrões operacionais"

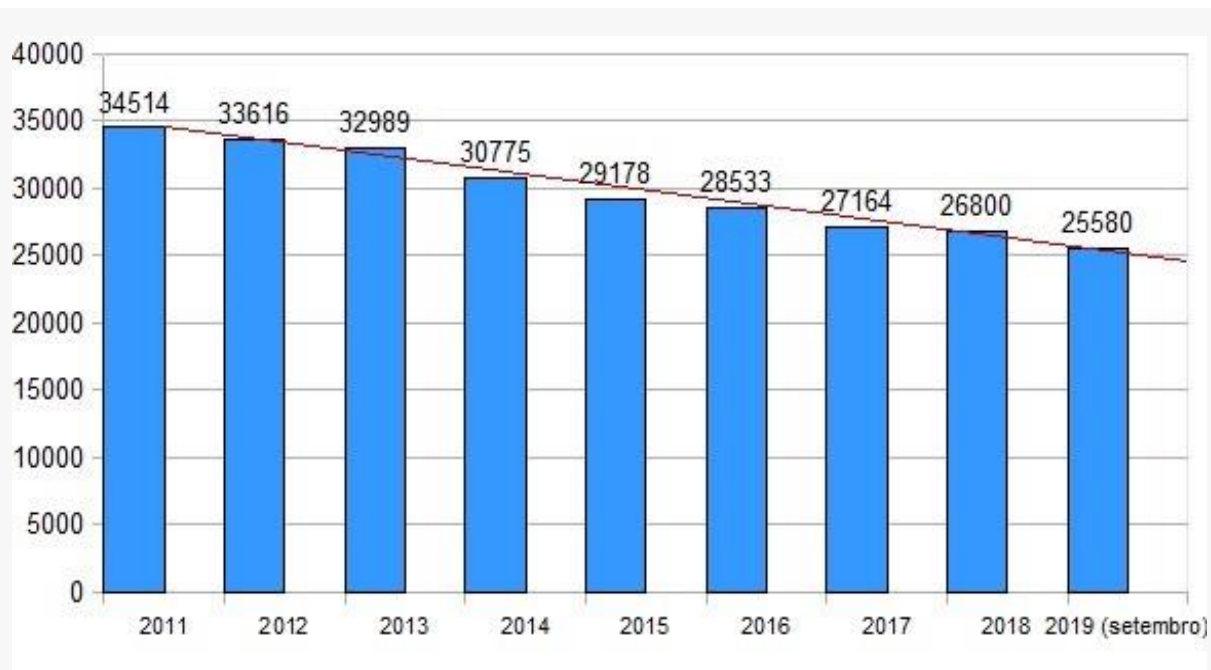
Sublinham que "no passado recente" as missões internacionais, elogiadas pela opinião pública e pelo poder político, "só puderam ser cumpridas porque os vários escalões da hierarquia militar assumiram o risco calculado de atuar com limitações pontuais de equipamento e com afrouxamento de padrões operacionais". Completam: "Foram bem-sucedidos por esforço e merecimento e também porque foram favorecidos pelo fator sorte."

Estas missões "têm um carácter conjuntural específico e, em regra, decorrem em ambientes de baixa e média intensidade", não se podendo aferir a capacidade "para atuar em operações de nível diversificado de violência - será uma perigosa ilusão pensar o contrário".

Os ex-chefes de Estado-Maior dos três ramos sublinham o crescimento de "dificuldades de sustentação e manutenção no âmbito geral das Forças Armadas, com maior incidência na Marinha e na Força Aérea". **Notam que nos recursos humanos se enfrentam "dificuldades inéditas a nível de seleção, recrutamento e retenção".**

Recordam que no final da década passada o efetivo "encontrava-se cerca de 30% abaixo dos quantitativos aprovados em 2013 (reforma Defesa 2020) e, no que se refere a praças do Exército, essa percentagem aproximava-se de 50%" - quando o mínimo para o emprego operacional é quando "o potencial de combate, em pessoal e material", seria "acima dos 75%".

"São mínimos nunca verificados nas Forças Armadas portuguesas em tempos contemporâneos", asseveram. Neste aspeto, a situação das FA "é grave" e no Exército "é de emergência institucional".



Efetivos militares nos últimos anos

© Fonte: Associação dos Oficiais das Forças Armadas

O plano Defesa 2020 previa um efetivo máximo de 30 a 32 mil militares, mas, segundo dados recentemente divulgados pela Associação de Oficiais das Forças Armadas, no final do ano passado eram 25 580.

Os militares do GREI apontam, entre outras, questões estatutárias, falhas no sistema de saúde, desvalorização das qualificações dos militares para "as circunstâncias negativas" que têm levado "a um número crescente" de militares qualificados a "abandonar precocemente as fileiras" e a optar por carreiras no setor privado.

... /// ...

Execução da LPM em pouco mais de 50% em 2021 [...]

... Partidos mostram preocupação.

A maioria dos partidos expressou hoje preocupação com o facto de a Lei de Programação Militar ter sido executada em pouco mais de 50% em 2021, vincando a importância do investimento em Defesa no contexto de guerra na Ucrânia.



MadreMedia / Lusa

25 de abril, 2022 19:18

<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/execucao-da-lei-de-programacao-militar-ficou-em-pouco-mais-de-50-em-2021-partidos-mostram-preocupacao>

Estas posições foram expressas pelos deputados na comissão parlamentar de Defesa Nacional, que apreciou um relatório segundo o qual a execução financeira da Lei de Programação Militar (LPM) foi de mais de 278 milhões de euros em 2021, o correspondente a 54%, percentagem inferior à execução do ano anterior.

Pelo **PSD**, o deputado Carlos Eduardo Reis alertou para o facto de a taxa de execução da LPM continuar “muito longe do que é desejável”, sustentando que “a pandemia também abrandou e, portanto, não pode ser desculpa” para manter esta descida.

Embora esta lei esteja excecionada de cativações, continuou, existe “**um problema dos fundos disponíveis**”. “Quando há limitação dos fundos disponíveis o que acontece, no fundo, é uma cativação de bolso”.

“Em breve teremos a revisão da LPM que vai permitir, espero eu, uma adaptação deste documento que temos à atual situação internacional já que vimos que no orçamento não há o reforço que esta situação exige”, criticou.

Pela **Iniciativa Liberal**, a deputada **Patrícia Gilvaz** referiu que este relatório mostra que “há uma verba sim, mas esta verba não é alocada, se é alocada não é libertada”.

“Há diferenças entre o que é orçamentado e o executado e da nossa parte consideramos que a Defesa não pode ser o parente pobre das escolhas políticas, que é o que tem sido por parte do governo socialista nos últimos pelo menos seis anos”, sustentou.

O deputado do **Chega** Rui **Paulo Sousa** também expressou preocupações quanto à “execução completa dos projetos e às verbas disponibilizadas para os mesmos”, considerando necessário um reforço orçamental no contexto de guerra na Ucrânia.

Já o **comunista João Dias** expressou preocupações relacionadas com investimentos e processos de aquisição de meios, nomeadamente na Marinha e na Força Aérea, e queixou-se de falta de informação.

Pelo **PS**, **Miguel Rodrigues** realçou o que classificou como “uma boa prática”, relacionada com “a ausência de cativações verificada relativamente à LPM ao longo da sua execução” em 2021. Sobre a lei, destacou a sua importância, que “não deve ser subestimada”.

Em relação à Lei de Infraestruturas Militares (LIM) – cuja execução em 2021 foi também inferior à do ano anterior, ma ordem dos 25% - a deputada do PSD Olga Silvestre considerou que “o espírito da LIM de valorização do património militar não se pode perder”.

Segundo o relatório sobre a execução da LIM, o ano de 2021 caracterizou-se “pelo desenvolvimento de um importante processo de rentabilização, cujos efeitos se produzirão a partir de 2022”, referindo-se à “cedência do direito de superfície por 75 anos de um conjunto de imóveis a favor do Instituto de Habitação e Rentabilização Urbana”, destinados ao programa de arrendamento acessível.

“A Assembleia da República tem de questionar se esta medida é a mais rentável para rentabilizar esses edifícios ou se o governo, na insuficiência de cumprir a sua política pública de habitação, não está a retirar recursos às Forças Armadas com a afetação destes edifícios”, disse.

Pelo **PCP**, o deputado João Dias apontou que “as infraestruturas militares enfrentam grandes dificuldades, nomeadamente no que tem a ver com a sua degradação”.

... /// ...

25 de Abril: Marcelo ao ataque na Defesa

Os discursos do 25 de Abril em análise no **podcast Comissão Política** moderado por **David Dinis** e com os comentários de **Vítor Matos**, **Eunice Lourenço** e **Hélder Gomes**



David Dinis

Director-adjunto

26 de abril 2022 - 15:57



João Luís Amorim

Sonoplasta



[Vide podcast]



Tiago Pereira Santos

Ilustração

<https://expresso.pt/podcasts/comissao-politica/2022-04-26-25-de-Abril-Marcelo-ao-ataque-na-Defesa-1099cc25>

Pela primeira vez, um Presidente da República dedica a intervenção do 25 de Abril em exclusivo às Forças Armadas.

Marcelo Rebelo de Sousa pediu mais meios, mais investimento, mas não estabeleceu metas e nem falou dos problemas específicos da Defesa.

Foi um discurso geral para não ferir suscetibilidades. Neste episódio, falamos também dos outros discursos da sessão comemorativa, elegemos o melhor e falamos dos piores.

Esta edição da comissão política tem os comentários de **Hélder Gomes e Vítor Matos**, jornalistas do Expresso, **Eunice Lourenço**, editora de política, com moderação de **David Dinis**. A sonoplastia esteve a cargo de **João Luís Amorim** e a ilustração é de **Tiago Pereira Santos**.

... /// ...



ANTENA 1

Consulta Pública

Investimento na Defesa

26 de abril 2022

A Antena 1 convidou para debate **Álvaro Beleza, Major General João Vieira Borges, Ana Santos Pinto e Ângelo Correia**.

Edição de Nuno Rodrigues. Produção de Ana Sofia Freitas

[Vide]



<https://www.rtp.pt/play/p10093/e613220/consulta-publica>

... /// ...

VISÃO

Marcelo defende melhores condições [...] para Forças Armadas

O Presidente da República defendeu hoje "condições apelativas" de carreira para as Forças Armadas e "equipamentos compatíveis a prazo com as missões" que assumem, alertando que "um dia não dá para fazer omeletes sem ovos"



Lusa

27 de abril, 2022 às 20h50

<https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2022-04-27-marcelo-defende-melhores-condicoes-de-carreira-e-equipamentos-para-forcas-armadas/>

Em declarações aos jornalistas, no Palácio de Belém, em Lisboa, **Marcelo** Rebelo de Sousa **explicou** que ao abordar este tema no 25 de Abril quis procurar apoio popular para maior investimento nas Forças Armadas, num momento em que os efeitos da guerra na Ucrânia se sentem também em Portugal. **"É uma mudança que faz com que as pessoas estejam hoje mais sensíveis, por isso este discurso tinha de ser agora"**, considerou.

Questionado sobre o compromisso assumido por Portugal no quadro da NATO de aumentar progressivamente os gastos com Defesa até 2% do Produto Interno Bruto (PIB), o chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas relativizou esse objetivo: **"Eu a mim não me interessa tanto essa coisa do jogo dos 2%"**.

“O que interessa é o seguinte: há motivação em relação a quem quer ser militar para ser militar, há ou não há, e para continuar militar, há ou não? Se não, os 2% não significam nada, porque não há pessoas. Quer dizer, temos equipamentos ótimos sem pessoas”, argumentou.

Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, o que está em causa “é mais complicado” do que aumentar o orçamento da Defesa, **“é preciso entrar na sociedade portuguesa, e entrar num momento em que as pessoas estão sensíveis”**.

“Aquilo que dá mais notícia em termos mediáticos é 2% do orçamento e acordo entre partidos. **A mim o que interessa verdadeiramente é os portugueses aderirem à ideia.** Porque, se não aderirem, os partidos assim como hoje dizem uma coisa, amanhã se perceberem que os portugueses querem outra coisa os partidos deixam cair. **Em quantas campanhas eleitorais se falou de Defesa? Muito raramente. Porquê?** Porque os portugueses não achavam fundamental”, reforçou.

O Presidente da República disse que tem “acompanhado qual é o estado de espírito das **Forças Armadas**” e reiterou que **“estão a fazer milagres”**.

“É preciso aprontar rapidamente um meio preciso para a NATO? Fazem isso e conseguem fazer o milagre. Não dá para fazer milagres sistemáticos, que é fazer omeletes sem ovos. Neste momento, estamos a fazer omeletes com poucos ovos. Um dia não dá para fazer omeletes sem ovos”, alertou.

“Os portugueses têm de perceber isso”, insistiu.

O chefe de Estado interrogou como pode haver Forças Armadas motivadas “se as promoções sistematicamente chegarem com um ano de atraso — com a ‘troika’ foi assim, mas de repente passamos a viver em ‘troika’ em termos de promoções?”.

“Ou se na entrada nas Forças Armadas, de repente a pessoa pensar duas vezes: se eu for para outro corpo que serve o Estado importante e tenho melhor estatuto, por que é que vou para as Forças Armadas? Ou então entram nas Forças Armadas e depois saem”, apontou.

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que **“ter Forças Armadas preparadas** para três, quatro, cinco, seis meses **é ter fragatas prontas, é ter aviões prontos, é ter condições para unidades do Exército, se for necessário intervir**, como acontece na Roménia estarem preparadas para isso, e em número suficiente para não serem sempre os mesmos — que estão a rodar consecutivamente na República Centro-Africana”.

De acordo com o Presidente da República, **em resumo**, **“há dois tipos de intervenções que os portugueses têm de assumir” em relação às Forças Armadas:**

Primeira, "equipamentos compatíveis com as missões que nós estamos a assumir, e não é agora, é compatíveis a prazo", com um "esforço continuado. Segunda, "condições de promoção e de perspectiva de vida e de carreira".

No seu entender, muitas pessoas congratulam-se com a participação das Forças Armadas, por exemplo, no plano interno, no processo de vacinação contra a covid-19, mas depois têm reticências em relação a um maior investimento neste setor.

"Por isso é que senti o dever como Comandante Supremo das Forças Armadas de dizer o que disse", justificou.

IEL//RBF

... /// ...

Pedagogia do PR sobre os desafios colocados às FFAA

(vídeo)



Opinião do Presidente da República sobre os desafios colocados à Defesa Nacional e às FFAA

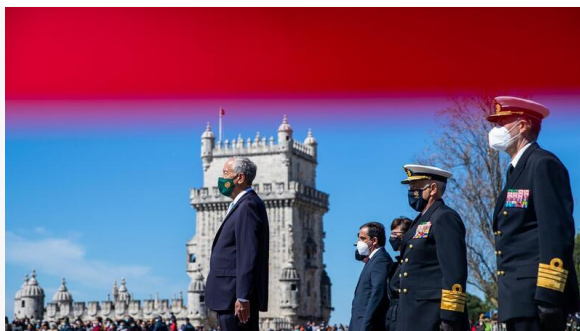


<https://grei-portugal.org/informacaoDetalheVideo.php>

... /// ...

Marcelo defende melhores condições de carreira e equipamentos para FFAA

O Presidente da República defendeu "condições apelativas" de carreira para as Forças Armadas e "equipamentos compatíveis a prazo com as missões" que assumem, alertando que "um dia não dá para fazer omeletes sem ovos"



Marcelo Rebelo de Sousa quer mais investimento nas Forças Armadas

© José Sena Goulão / Lusa

DN/Lusa

27 abril, 2022 — 20:57

<https://www.dn.pt/politica/marcelo-defende-melhores-condicoes-de-carreira-e-equipamentos-para-forcas-armadas--14805420.html>

Em declarações no Palácio de Belém, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa explicou que ao abordar este tema no 25 de Abril quis procurar apoio popular para maior investimento nas Forças Armadas, num momento em que os efeitos da guerra na Ucrânia se sentem também em Portugal. **"É uma mudança que faz com que as pessoas estejam hoje mais sensíveis, por isso este discurso tinha de ser agora"**, considerou.

Questionado sobre o compromisso assumido por Portugal no quadro da NATO de aumentar progressivamente os gastos com Defesa até 2% do Produto Interno Bruto (PIB), o chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas relativizou esse objetivo: **"Eu a mim não me interessa tanto essa coisa do jogo dos 2%. O que interessa é o seguinte:** há motivação em relação a quem quer ser militar para ser militar, **há ou não há,** e para continuar militar, **há ou não?** **Se não, os 2% não significam nada,** porque não há pessoas. Quer dizer, temos equipamentos ótimos sem pessoas", argumentou.

Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, o que está em causa **"é mais complicado"** do que aumentar o orçamento da Defesa, **"é preciso entrar na sociedade portuguesa, e entrar num momento em que as pessoas estão sensíveis"**.

"Aquilo que dá mais notícia em termos mediáticos é 2% do orçamento e acordo entre partidos. **A mim o que interessa verdadeiramente é os portugueses aderirem à ideia.** Porque, se não aderirem, os partidos assim como hoje dizem uma coisa, amanhã se perceberem que os portugueses querem outra coisa os partidos deixam cair. **Em quantas campanhas eleitorais se falou de Defesa?** Muito raramente. **Porquê?** Porque os portugueses não achavam fundamental", reforçou.

O Presidente da República disse que tem "acompanhado qual é o estado de espírito das Forças Armadas" e reiterou que "**estão a fazer milagres**". "É preciso aprontar rapidamente um meio para a NATO? **Fazem isso e conseguem fazer o milagre. Não dá para fazer milagres sistemáticos, que é fazer omeletes sem ovos.** Neste momento, estamos a fazer omeletes com poucos ovos. **Um dia não dá para fazer omeletes sem ovos**", alertou.

"**Os portugueses têm de perceber isso**", insistiu.

O chefe de Estado interrogou como pode haver Forças Armadas motivadas "se as promoções sistematicamente chegarem com um ano de atraso -- com a 'troika' foi assim, mas de repente passamos a viver em 'troika' em termos de promoções?". "**Ou se na entrada nas Forças Armadas, de repente a pessoa pensar duas vezes: se eu for para outro corpo que serve o Estado importante e tenho melhor estatuto, por que é que vou para as Forças Armadas? Ou então entram nas Forças Armadas e depois saem**", apontou.

Marcelo Rebelo de Sousa referiu que "**ter Forças Armadas preparadas para três, quatro, cinco, seis meses é ter fragatas prontas, é ter aviões prontos, é ter condições para unidades do Exército, se for necessário intervir, como acontece na Roménia estarem preparadas para isso, e em número suficiente para não serem sempre os mesmos -- que estão a rodar consecutivamente na República Centro-Africana**".

De acordo com o Presidente da República, **em resumo**, "**há dois tipos de intervenções que os portugueses têm de assumir**" em relação às Forças Armadas: Primeira, "**equipamentos compatíveis com as missões que nós estamos a assumir, e não é agora, é compatíveis a prazo**", com um "**esforço continuado. Segunda, condições de promoção e de perspetiva de vida e de carreira**".

No seu entender, muitas pessoas congratulam-se com a participação das Forças Armadas, por exemplo, no plano interno, no processo de vacinação contra a covid-19, mas depois têm reticências em relação a um maior investimento neste setor.

"Por isso é que senti o dever como Comandante Supremo das Forças Armadas de dizer o que disse", justificou.

... /// ...

Ângela Silva: "[FFAA.] Marcelo carrega nas exigências [...]

"De repente passamos a viver em troika?"

Presidente da República rejeita que "se continue a viver em troika em termos de promoções" nas Forças Armadas e explica que, para um dia não termos "que fazer omeletes sem ovos", é preciso dar "**perspetivas às carreiras**" e garantir "**equipamentos compatíveis**" com a NATO.

Marcelo volta a pressionar Orçamentos de Costa



Manuel De Almeida/Lusa



Ângela Silva

Jornalista

27 abril 2022 23:33

<https://expresso.pt/politica/2022-04-27-Marcelo-carrega-nas-exigencias-para-as-Forcas-Armadas-De-repente-passamos-a-viver-em-troika--5f5a5a5e#:~:text=Marcelo%20carrega%20nas,de%20ser%20agora%22.>

Marcelo Rebelo de Sousa deu esta quarta-feira mais um passo em frente na exigência de novos meios e apoios às Forças Armadas, **explicando o que considera vital** para que, "a prazo", não sejamos confrontados com a inevitabilidade de ter que "fazer omeletes sem ovos".

Melhores perspectivas de carreira e melhores equipamentos, eis as exigências do Presidente, que assim alinha pelas reivindicações da corporação militar que há muito se queixa precisamente de défice de condições para estabilizar os contingentes e também para atualizar os equipamentos compatíveis com o papel de Portugal na NATO.

Marcelo diz que tem "acompanhado qual é o estado de espírito das Forças Armadas" e diz que "estão a fazer milagres". Como? "É preciso aprontar rapidamente um meio preciso para a NATO? Fazem isso e conseguem fazer o milagre. Não dá para fazer milagres sistemáticos, que é fazer omeletes sem ovos. Neste momento, estamos a fazer omeletes com poucos ovos. Um dia não dá para fazer omeletes sem ovos", alertou o Presidente.

Como [Comandante] Supremo das Forças Armadas, Marcelo Rebelo de Sousa diz que **"há dois tipos de intervenções que os portugueses têm de assumir"** e explicou do que fala em declarações aos jornalistas no Palácio de Belém.

A primeira são "equipamentos compatíveis com as missões que nós estamos a assumir, e não é agora, é compatíveis a prazo", com um **"esforço continuado"** - ou seja, Marcelo não espera grandes milagres já no próximo Orçamento de Estado, mas pressiona o Governo a **acautelar o setor quanto antes e seguramente de forma mais robusta nos Orçamentos do Estado seguintes. Segunda prioridade: garantir "condições de promoção e de perspectiva de vida e de carreira"** aos militares.

Dois dias depois de ter feito do reforço de meios e apoios à Defesa o tema único do seu discurso nas comemorações do 25 de abril, avisando que os novos tempos, as novas fronteiras, as novas exigências de segurança e a imprevisibilidade da situação de guerra que atualmente se vive na Europa, mas que o leva a concluir que **"o mundo mudou"**, exigem umas **Forças Armadas reforçadas**, o **Presidente volta a pressionar o Executivo. E também a opinião pública**, por estar convicto - como disse no Parlamento - de que **sem um consenso nacional, a nenhum poder público será fácil retirar verbas a outros setores da despesa pública para beneficiar o setor militar.**

"A MIM NÃO ME INTERESSA TANTO ESSA COISA DOS 2%"

"Aquilo que dá mais notícia em termos mediáticos é 2% do orçamento", afirmou o Presidente, referindo-se à exigência da NATO para que cada país membro canalize 2% do seu PIB para a Defesa.

"A mim não me interessa tanto essa coisa dos 2%. A mim o que interessa verdadeiramente é os portugueses aderirem à ideia", explicou Marcelo Rebelo de Sousa, **"Porque, se não aderirem, os partidos assim como hoje dizem uma coisa, amanhã se perceberem que os portugueses querem outra coisa os partidos deixam cair."**

Em quantas campanhas eleitorais se falou de Defesa? Muito raramente. **Porquê?** Porque os portugueses não achavam fundamental".

Apostado em chamar a si a **pedagogia pró-FA**, o Presidente passou a explicar porque é importante dar condições de carreira: **"Como pode haver Forças Armadas motivadas se as promoções sistematicamente chegarem com um ano de atraso -- com a 'troika' foi assim, mas de repente passamos a viver em 'troika' em termos de promoções?"**, questionou, numa clara crítica aos Governos que no pós-troika mantiveram o cinto apertado para o setor.

"Se na entrada nas Forças Armadas, de repente a pessoa pensar duas vezes: se eu for para outro corpo que serve o Estado e tenho melhor estatuto, por que é que vou para as Forças Armadas? Ou então entram nas Forças Armadas e depois saem", exemplificou o Presidente da República, antes de passar à segunda prioridade, os equipamentos.

Aqui, Marcelo alertou que **"ter Forças Armadas preparadas para três, quatro, cinco, seis meses é ter fragatas prontas, é ter aviões prontos, é ter condições para unidades do Exército, se for necessário intervir**, como acontece na Roménia estarem preparadas para isso, e em número suficiente para não serem sempre os mesmos - que estão a rodar consecutivamente na República Centro-Africana".

Consciente de que "muitas pessoas congratulam-se com a participação das Forças Armadas, por exemplo, no plano interno, no processo de vacinação contra a covid-19, mas depois têm reticências em relação a um maior investimento neste setor", o Presidente diz que "por isso senti o dever, como Comandante Supremo das Forças Armadas, de dizer o que disse no 25 de abril".

O contexto de guerra na Europa ajuda a dar fôlego ao tema e Marcelo não esconde que também agarrou a oportunidade: **"É uma mudança [a guerra] que faz com que as pessoas estejam hoje mais sensíveis, por isso este discurso tinha de ser agora".**

... /// ...

Jamila Madeira: “[...] e o reforço do orçamento da Defesa”

Marcelo pediu mais investimento para a Defesa e o PSD já anunciou que vai apresentar propostas de alteração ao OE nesse sentido, mas devem cair em saco roto.

Para já, o PS não considera que tal seja necessário



O PS defende que a proposta de Orçamento é para manter como está e que a situação ainda não justifica novas medidas para famílias ou empresas.

No futuro se verá, diz a vice da bancada, Jamila Madeira.

Alterações ao OE? Só “o mais neutrais possível”

27 de abril, 2022



SUSANA PAULA

filomenalanca@negocios.pt



FILOMENA LANÇA

susanapaula@negocios.pt

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/orcamento-do-estado/detalhe/neste-momento-nao-se-coloca-um-reforco-do-orcamento-da-defesa-diz-jamila-madeira>

O PS parte para a discussão da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2022 com **abertura, mas traça várias linhas vermelhas**. Para Jamila Madeira, **os impactos da guerra são, para já, limitados e, por isso, as medidas do OE chegam**. Assim, a vice-presidente da bancada do PS avisa que a disponibilidade para propostas de alteração existirá sobretudo para medidas sem impacto orçamental. **Se a situação internacional piorar, Governo não deixará de responder, garante**.

Com que abertura é que o PS parte para a discussão na especialidade do OE?

Dissemos em campanha eleitoral e depois do resultado que estaríamos sempre disponíveis para fazer pontes dialogantes, no sentido de melhorar as propostas e de incorporar as linhas políticas da mesma tendência deste OE. Esse **espírito dialogante existe e existirá** perante as propostas que a oposição apresentar, que serão avaliadas em linha com o espírito do OE.

Que postura espera dos partidos da oposição?

Que se preocupem com as linhas que temos em cima da mesa. Temos enormes desafios... **Vimos de uma pandemia e agora incorporamos um novo desafio, que são todas as dinâmicas associadas à guerra na Ucrânia**.

Mas temos que manter um enorme espírito de responsabilidade e rigor. Queremos continuar a **reforçar o Estado Social** e queremos continuar a dar respostas para melhorar a **qualidade de vida das pessoas**, para apoiar as famílias. Mas temos de o fazer com **contas certas**. **Essas contas certas são muito críticas em momento de instabilidade ou de incerteza**. Não sabemos se haverá mexidas nas taxas de juro, quando há retoma das regras orçamentais europeias... Há pelo menos um ano até Bruxelas decidir. Nós não sabemos quanto tempo. O que sabemos é que o **peso da dívida pública em Portugal é grande**. Quando nós enfrentarmos esta nova análise da Comissão Europeia queremos poder dizer que, obrigatórias ou não, nós cumprimos e isso dá credibilidade à nossa economia. Sabemos que a sustentabilidade das contas públicas se constrói nos momentos de alguma prosperidade, para que nos momentos de dificuldade e necessidade, como houve na pandemia, injetar recursos na sociedade...

Para o PS este não é um momento de emergência, de abrir os cordões à bolsa?

Foi isso que o Governo fez na pandemia e tem sido feito agora. **Não podemos é por em causa a sustentabilidade desse mesmo Estado Social**. Por isso, o ponto de **equilíbrio entre prudência e ambição** é algo muito desafiador neste OE. "As contas certas são muito críticas em momento de instabilidade ou de incerteza."

Dentro desta preocupação de consolidação das contas, o PS acredita que não é possível ir além das medidas que já estão em cima da mesa?

As medidas de apoio, de reforço do apoio às famílias e às empresas, previstas no OE são muito transversais e que têm um impacto tremendo na vida, no dia a dia das pessoas. Com isso nós não estamos alheios ao que se está a passar. Agora são medidas que temos que ir avaliando ao longo do processo, porque **o que sabemos, e até agora todas as entidades nacionais e internacionais vão nesse sentido, é que este efeito [de subida nos preços] é razoavelmente circunscrito [no tempo]**. Temos que avaliar para que não se contamine todo processo de crescimento com uma crise que acreditamos que é ainda bastante circunscrita.

O que é que seria um sinal de alerta para avançar com mais medidas de apoio?

Cabe ao Governo definir um conjunto de elementos que que podem ser avaliados, mas que terão de ser monitorizados a par e passo. Isso permite uma **enorme flexibilidade e um ajuste permanente**. E eu acho que este OE dá essa flexibilidade e garante que estamos todos alerta para ajustar, para ajustar a realidade consoante a evolução dos factos.

.....

O PS admite uma atualização dos escalões de IRS à inflação?

Os instrumentos de ajustamento salarial e de rendimentos das famílias que o Governo pôs em prática desde 2015 foram sempre tendo em conta o reflexo do ano anterior. Ainda assim, houve um ajuste – que não é integral, como é dito pela oposição – com a introdução destes efeitos de mitigação. De qualquer forma, esses ajustes serão tidos em conta na altura própria, quando estivermos perante uma realidade mais severa. Então o PS também não vai propor, nem aprovar, uma nova atualização dos salários da função pública à inflação. A proposta que está cima da mesa é esta. Tudo o resto depende da evolução e seguirá esta mesma linha de tendência: uma premissa de negociação salarial na base sindical. Quando falamos da Função Pública, conhecemos “Esses ajustes serão tidos em conta perante uma realidade mais severa.” aquilo que está negociado e no quadro do referencial de 2021 é isso que está em cima da mesa. A inflação em 2021 acabou por ser maior do que 0,9%. O que nós estamos aqui a falar é do referencial que podemos ter na negociação. Isso não significa que as próximas abordagens não possam trazer outras coisas. E depende muito da evolução da conjuntura. Quando fala em abordagens... próximas. Da negociação sindical tudo pode sair.

Admitem alargar no tempo a prestação de 60 euros para as famílias mais vulneráveis?

Na pandemia, as medidas do lay-off, de apoio a famílias até 100%, não estavam vertidas no OE e foram sempre possíveis. Se esta situação for mais permanente, esta ou outras medidas poderão ser avaliadas. Não considero que o próximo mês seja o mês derradeiro para todas elas serem incorporadas.

O que está a dizer é que novas medidas não precisam de entrar já, mas que o OE tem margem para elas.

Na pandemia, a margem – margem entre aspas – que houve foi à custa de dívida pública, mas nunca deixando ninguém para trás. E aqui o mesmo. Não é que haja margem, no sentido de que há aqui uma folga e agora não estamos a defini-la por não querer. Será sempre prejudicial para o equilíbrio que se quer, mas nunca deixaremos ninguém para trás.

.....
Das suas respostas parece resultar que há várias linhas vermelhas traçadas. A disponibilidade para negociar está então onde?

Apresentamos agora esta proposta, já com um conjunto de outras medidas, e é preciso ambição e prudência. E é neste equilíbrio que todas as propostas que salvaguardem estas premissas, que não comprometam o presente nem o futuro, serão vistas e acolhidas. “Será sempre prejudicial para o equilíbrio que se quer, mas nunca deixaremos ninguém ficar para trás. ”

A disponibilidade estará em propostas neutrais do ponto de vista orçamental?

O mais possível neutrais, claro. E ainda mais perante o conjunto de incertezas que temos à nossa frente é de facto essencial.

“Neste momento não se coloca um reforço do orçamento da Defesa”
Marcelo pediu mais investimento para a Defesa e o PSD já anunciou que vai apresentar propostas de alteração ao OE nesse sentido, mas devem cair em saco roto. Para já, o PS não considera que tal seja necessário. A vice-presidente da bancada do PS para a área financeira não levanta o véu sobre as propostas de alteração do partido ao Orçamento do Estado (Oe), mas já sabe onde não haverá mudanças, caso do orçamento para a Defesa – em que Marcelo pediu mais investimento.

O PS vai propor um aumento do orçamento para a defesa, como sugeriu o Presidente da República?

O senhor ministro [das Finanças] deixou bem claro que não deixaremos de assimilar responsabilidades que venham a ser potencialmente assumidas no quadro das organizações internacionais em que participamos, nomeadamente da NATO, se tal questão se colocar. Neste momento não se coloca. E, portanto, não vale a pena antecipar algo que não sabemos sequer se se vai colocar.

.....
Em relação às empresas, o OE tem o incentivo fiscal à recuperação mas só meio ano. Considerariam a hipótese de alargar, permitindo que investimentos feitos até junho também fossem elegíveis?

Mais uma vez, vai ter a ver com os indicadores económicos, mas julgo que, perante todos os indicadores que a economia está a promover, é difícil neste momento dizer que se justifica. Teremos de avaliar. Mas este é um instrumento muito poderoso, de enorme impacto nas empresas e na sua estrutura contabilística. Tal como está a proposta de OE, as empresas que na primeira metade do ano tenham feito despedimentos ou distribuído dividendos já não poderão beneficiar do incentivo.

O PS pensa propor alguma alteração a esta regra?

Não consigo antecipar, por agora. Ainda vamos começar audiências, no âmbito da especialidade. A habitação é um dos temas do momento, mas as medidas em curso terão reflexos mais a longo prazo.

Para o imediato, o PS tem propostas?

O facto de a opção terem sido as estratégias locais de habitação, com os municípios, faz com que haja respostas a múltiplos níveis. Houve municípios que estruturaram num circuito de aquisição de "Não consigo antecipar [se o PS vai propor a prorrogação das inscrições na Zona Franca da Madeira]." imóveis devolutos, colocando-os ao dispor das famílias, nalguns casos com reabilitações, mas no imediato, e noutros casos construção própria, isso sim mais moroso.

Portanto, também não têm prevista nenhuma proposta nesta área?

Esta é uma mega proposta. nunca houve uma estratégia com uma política de habitação como esta, um instrumento financeiro colocado ao dispor para responder a este enorme desafio.

O PS está disponível para prolongar o prazo de licenciamento de empresas na zona franca da Madeira?

Não consigo antecipar. É uma resposta que será dada a seu tempo na especialidade. O deputado do PS Madeira, Carlos Pereira, afirmou que havia um pré-acordo nesse sentido ao nível da bancada parlamentar.

Até estarem entregues, não há propostas do PS. Não consigo antecipar nada, por enquanto. Já reunimos com os deputados setoriais e regionais, para começarem a ser identificadas propostas, e quando nos chegarem serão avaliadas em conformidade

Nesta fase o PS já tem alguma proposta de alteração preparada? Ainda é muito cedo. [...] [para o PS ter propostas de alteração]."

... /// ...

Ascenso Luís Simões: "Sobre as políticas de Defesa Nacional"

É no Exército que Portugal precisa de determinar um grande choque de gestão, que se obriga a preparar as forças para o século XXI sem as amarras e as nostalgias da Guerra Colonial



Ascenso Luís Simões

28 de abril, 2022 - 08:00

<https://expresso.pt/opiniao/2022-04-28-Sobre-as-politicas-de-Defesa-Nacional-d46169b3>

A situação política internacional veio recolocar as questões das alianças militares e das políticas de defesa de cada um dos países no centro do debate político. Não tivesse sido a invasão da Ucrânia pela Federação Russa e essa questão haveria de se colocar, mais cedo ou mais tarde, pela posição tentacular da China Socialista no panorama económico mundial e na influência que, por essa via, consagra nas decisões de soberania de cada um dos Estados com quem têm ligações preferenciais.

A Aliança Atlântica já vinha trabalhando num novo Conceito Estratégico que atenta nessas condicionantes e, nos últimos tempos, também vinha olhando para o caminho de recrudescimento militar incrementado por Moscovo.

Não importa analisar, por agora, as razões que levaram a NATO a não integrar a Ucrânia depois da implosão do universo soviético, mas importa verificar as consequências que hoje se antecipam no futuro da segurança europeia.

Estamos, também, numa nova fase da política europeia de defesa e segurança. Durante anos, o Presidente francês, ideólogo de um exército europeu, ficou quase sozinho. Constatei isso, pessoalmente, nas reuniões semestrais da PESCO. Hoje, perante uma nova ameaça, poderá a União Europeia repensar o seu papel, vencer os velhos fantasmas pós II Guerra Mundial e caminhar para uma política conjunta, forças conjuntas e reservas estratégicas conjuntas?

É com este enquadramento que Portugal deve fazer uma análise profunda sobre o seu papel.

Há quem entenda que interessa regressar ao debate sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Não nos parece. O documento aprovado em 2013 é visionário no que às grandes questões diz respeito. No seu ponto 3 do capítulo III, Ameaças e Riscos, está lá tudo o que implica nas nossas políticas de segurança global.

Também não parece ser necessária, tendo em conta as linhas já conhecidas do novo conceito da NATO, qualquer alteração nos objetivos nacionais permanentes ou conjunturais (pontos 3 e 4 do capítulo V). E olhando para o capítulo que refere a ação estratégica nacional e em especial para o ponto 1.4. que trata das estruturas de defesa e de segurança, nada de relevante poderia ser acrescentado com vantagem.

Perante tudo isto poderemos dizer que nada deveremos fazer? De todo! Vivemos num tempo em que as questões da segurança e defesa merecem uma outra e mais relevante análise, desde logo a questão da estrutura e dos recursos das Forças Armadas.

As Forças Armadas vivem três problemas que, por responsabilidade dos políticos e das estruturas militares, têm vindo a agravar-se. A **primeira** é a que se prende com a **valorização social e a dimensão simbólica da estrutura** castrense; a **segunda**, a que se prende com os **objetivos estratégicos e as consequentes medidas operacionais**; a **terceira**, e muito relevante, **os meios técnicos e humanos**.

A valorização social dos militares portugueses tem vindo a degradar-se ao longo do tempo. O mais nítido nessa degradação é o **estatuto da condição militar** e a sua abrangência no âmbito da família militar.

Para que se possa caminhar num processo de valorização dessa condição há que ter em conta a obrigação do Orçamento do Estado que deve assegurar o histórico das guerras ultramarinas e a obrigação de uma **negociação com as estruturas militares, em especial com o CEMGFA na sua nova veste**, que permita uma **reconfiguração das carreiras**.

Está claro que essa reconfiguração obrigará a uma **outra leitura do princípio piramidal**, das necessidades técnicas externalizadas das carreiras militares hard, da integração de serviços, valências e sistemas de forma transversal.

Os objetivos estratégicos das Forças Armadas devem ser repensados na perspetiva da ligação com a Segurança. Para isso, é relevante que numa **revisão da Constituição da República** Portuguesa se conceda a **modernização do papel das FA em matérias como o terrorismo, a proteção e socorro, a defesa de infraestruturas críticas, a salvaguarda do abastecimento**.

Por fim, a questão dos meios materiais e humanos. Se a Lei de Programação Militar é um enorme avanço que precisa de uma concretização mais acelerada e, muito provavelmente, de uma revisão intercalar, se a lei de infraestruturas está a dar os seus passos, se a não cativação de dotações e de saldos é uma conquista deste governo, **há ainda muito a fazer. E o que há fazer vai doer e muito**.

A Marinha e a Força Aérea vivem em situação de degradação por efeito do peso histórico do Exército e o Exército vive ainda com a herança da grandiosidade de outros tempos que é negada pela realidade do hoje e pelas obrigações do amanhã.

Por isso, o país não pode continuar a ter uma Armada insuficiente para as responsabilidades que assume e a Força Aérea não pode viver em regime de meio tempo, até porque é a sua projeção que ajudará Portugal a afirmar-se no contexto internacional e nestes novos tempos.

É no Exército que Portugal precisa de determinar um grande choque de gestão, que se obriga a preparar as forças para o século XXI sem as amarras e as nostalgias da Guerra Colonial.

As perdas de rede no Exército português são enormes. Compreenderá alguém, que não seja dado às memórias da quadrícula, que existam, no espaço de 160 Km, quatro unidades deste ramo? As unidades de Chaves, Vila Real, Lamego e Viseu podem ser tudo o que quisermos, mas são excessivas para as missões que lhe estão atribuídas e nem sequer resultam dos antigos argumentos de que é do interior norte que advém o recrutamento.

A dispersão territorial do Exército português, quando comparada com a de outros países com a mesma dimensão, só pode advir do sentimento de que estamos num país de recursos fáceis.

Por outro lado, importa avaliar se Portugal deve ter três brigadas ou só duas. E que tipo de forças de apoio geral devemos observar. E observando também outros países europeus, se continua a fazer sentido ter segregados os universos de ensino e formação e de divulgação e preservação da cultura militar, por exemplo. Olhando para os órgãos centrais de administração e direção, interessa computar a dimensão do pessoal, das finanças e da logística com uma visão moderna e integrada.

Em suma, não perdendo o princípio essencial da dependência hierárquica devemos passar a um achatamento dessa hierarquia nas áreas não operacionais.

Os números não enganam, **os ramos estão carentes de pessoal**. Se na Marinha e na Força Aérea esse pessoal tem uma componente profissional relevante, se no Exército é nítida a inadequação do modelo vigente às necessidades, interessa perguntar – **para que querem as forças as mulheres e os homens ao serviço, a que missões os querem alocar, e como os querem formar para que possam sair para a vida ativa, depois do regime de contrato, pessoas mais valorizadas?**

A esta pergunta nunca foi dada uma resposta enquanto coordenei os deputados da Comissão de Defesa Nacional, e é clara a razão para que não haja uma resposta – os recursos usados em funções não militares são mais de metade dos disponíveis.

A obrigação dos ramos para que se consagrem planos de formação certificados pelo Ministérios da Educação e do Trabalho, a realocação inteligível dos recursos a funções de natureza não militar que decorrem em muitos casos das mordomias seculares, são obrigações que não se podem adiar.

O Governo português está confrontado com o objetivo de atingir, em despesas militares para investimento, 2% do PIB. A despesa militar em investimento pode ser tudo e um par de botas. **É por isso que se reclama uma visão multidimensional desse investimento que passe pelas funções militares, de segurança e de abastecimento que acima referimos.** Importa, ainda, que se reavalie, profundamente, toda a cadeia de investigação e se identifiquem as componentes nacionais das indústrias militares.

O Governo assume esta tarefa ciclópica. Ao Ministério da Defesa compete ser mais do que um mero sindicalista junto do Ministério das Finanças.

... /// ...

VISÃO

Costa compromete-se com quadro de praças no Exército e na FAP

O primeiro-ministro admitiu hoje que **é necessário "tornar a carreira militar mais atrativa"** e reiterou o compromisso do programa de Governo de **criar um quadro permanente de praças no Exército e Força Aérea**, como já existe na Marinha



Lusa

28 de abril, 2022 - 18h45

<https://visao.sapo.pt/atualidade/economia/2022-04-28-oe2022-costa-compromete-se-com-criacao-de-quadro-permanente-de-pracas-no-exercito-e-forca-aerea/>

No debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2022, **António Costa foi questionado pela deputada Patrícia Gilvaz da Iniciativa Liberal sobre como pretende o Governo valorizar a carreira dos militares.**

“É verdade que temos um problema e temos de nos preocupar em tornar a carreira militar mais atrativa. Felizmente, nos últimos dois anos temos conseguido ter um crescimento de mil efetivos por ano nas Forças Armadas”, afirmou o primeiro-ministro.

Ainda assim, Costa reconheceu **ser necessário “encontrar medidas de motivação para essa carreira”**, considerando que uma das mais importantes será “alinhar a formação dentro das Forças Armadas com o sistema nacional de qualificações”.

“Para que quem conclui um contrato possa retomar a vida civil e tenha devidamente valorizadas as qualificações que obteve nas Forças Armadas”, disse.

Em segundo lugar, o primeiro-ministro referiu a **importância de ter um quadro permanentes de praças “para algumas funções técnicas específicas** que não justifica serem exercidas em regime de contrato”.

“Como sabe apenas a Marinha tem quadros permanentes, o que consta no programa do Governo é a criação de quadros permanentes na Força Aérea e no Exército”, referiu.

No âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2022, o **PSD já anunciou que irá reapresentar uma iniciativa ‘chumbada’ na discussão do orçamento anterior e que vai no mesmo sentido: a criação de um quadro permanente de praças no Exército e na Força Aérea.**

Ainda no debate do Orçamento, o PSD, através do ‘vice’ da bancada André Coelho Lima assumiu que iria fazer “um desvio do tópico central” para questionar o Governo sobre as razões de ter proposto um novo adiamento da reestruturação/extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

“Porque está a demorar este tempo todo? O único argumento é que não tinham verdadeira consciência a da empreitada a que se estavam a candidatar”, criticou.

Coelho Lima acusou ainda o Governo de no seu programa apenas ter falado em separação da organização de funções judiciais e administrativas e nunca em extinção do SEF, dizendo que foi “gato escondido com rabo de fora”.

Na resposta, António Costa acusou o PSD de não confiar que a PSP, GNR e a Polícia Judiciária “estejam à altura de assumir as funções atualmente desempenhadas pelo SEF”.

“Fico espantado, perplexo e curioso. Porque não são capazes, explique lá”, desafiou.

SMA // JPS

EXPRESSO

CARTAS DA SEMANA

Manuel Alves: “[...] um recado importante de Marcelo”

29 de abril, 2021

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2583/html/primeiro-caderno/opiniaao/cartas>

Pela primeira vez, um Presidente da República (PR) utilizou um discurso comemorativo do 25 de Abril na Assembleia da República para chamar a atenção dos deputados e do Governo para a situação por que passam as Forças Armadas (FA) agora que um novo Governo entrou em funções, apresentando um novo Orçamento do Estado e com um novo titular na pasta da Defesa.

Marcelo Rebelo de Sousa, como comandante supremo das FA, conhecerá muito bem o seu estado: carência alarmante de recursos humanos (menos 23% do que em 2010), meios obsoletos que, como disse o PR, têm dado resposta credível (até quando?) ao que se lhes pede, nomeadamente nas suas missões internacionais, e, o mais grave, homens e mulheres que exercem uma profissão de alto risco a serem pagos muito abaixo dos elementos das forças de segurança. No tempo do último Governo de Cavaco Silva, os militares começaram a ver os seus vencimentos a ficar muito aquém dos auferidos por outros funcionários do Estado, nomeadamente magistrados e professores universitários e, contrariamente a estas e outras classes profissionais, não têm horários e estão sujeitos a perder a vida ou a ficarem gravemente incapacitados.

Assim, militares pagos quase como tarefeiros não darão uma mensagem de prestígio para quem, no Quadro Permanente ou nos regimes de contrato e/ou voluntariado, aceita dar a vida pelo seu país. Finalmente, **uma última e pertinente questão**: consegue o Governo **conciliar bons vencimentos** para as Forças Armadas **com a sua urgente, e necessariamente custosa, modernização?** Um dossiê a que o PR, para nossa segurança, deverá dar a máxima atenção.

MANUEL ALVES, LISBOA

... /// ...

Medina cede a Marcelo e aprova promoções dos militares



Marcelo Rebelo de Sousa cumprimenta militares durante uma visita à Companhia de Fuzileiros Independente – EUTM, em Katembe, Moçambique

José Coelho

O Presidente da República disse que a troika ainda estava nas Forças Armadas e o ministro das Finanças ouviu: Fernando Medina publica um despacho esta sexta-feira que aprova e 'destroika' as promoções que só seriam viabilizadas no final do ano



Vítor Matos

Jornalista

29 de abril, 2022 0:29

<https://expresso.pt/politica/2022-04-28-Medina-cede-a-Marcelo-e-aprova-as-promocoos-dos-militares-36797087>

Se o Presidente da República queria sensibilizar o ministro das Finanças para os problemas na Defesa Nacional - como o Expresso escreve na edição impressa desta sexta-feira - o sinal de que há uma mudança está dado: Marcelo Rebelo de Sousa apontou o atraso nas promoções dos militares como um **resquício dos tempos da troika**, Fernando Medina ouviu e aprovou um despacho esta sexta-feira que aprova as promoções que são automáticas e que não dependem dos conselhos dos ramos.

Desde os tempos do Governo PSD-CDS que as promoções dos militares passaram a estar relegadas para os últimos dias de dezembro, porque assim o Governo poupava algum dinheiro: **ao contrário do que acontecia antes da troika, os militares promovidos depois da data em que a promoção lhes era devida passaram a não receber retroativos.**

Assim, **os Governos do PS mantiveram a prática ao longo de seis anos**, para poupar algum dinheiro em salários (que agora Fernando Medina não considerou essencial). **Para Marcelo Rebelo de Sousa, acabar com esta prática era uma forma de dar um sinal de motivação aos militares.**



Esta quarta-feira, quando explicou o seu discurso do 25 de Abril, em declarações aos jornalistas, o Presidente disse que “o mais importante nas Forças Armadas são as pessoas, que têm de ser motivadas”, o que “significa, para os que estão no Quadro Permanente, condições apelativas para lá continuarem”.

Para Belém, um dos pontos que geram mais desmotivação nos Quadros Permanentes tem a ver com as promoções, que deviam ocorrer durante o ano. **Esta foi uma das medidas em que António Costa não virou a página da austeridade e Marcelo deu-lhe a estocada:** “Se as promoções por sistema chegam com um ano de atraso - com a troika foi assim -, se continuamos a viver em troika em termos de promoções, pensa-se duas vezes antes de se entrar nas Forças Armadas”. E entra-se noutra corpo do Estado.

Com esta decisão, Fernando Medina deu um passo para mostrar a boa vontade do Governo. António Costa anunciou, no debate do Orçamento, um **quadro de praças para algumas funções.** Resta agora saber até onde irá o Executivo no que respeita à Defesa no próximo orçamento.

... /// ...

Vítor Matos: “PR quis pressionar Medina na Defesa”



O Presidente está preocupado com a capacidade de sustentação das operações militares

FOTO JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

VÍTOR MATOS

29 de abril, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2583/html/primeiro-caderno/politica/pr-quis-pressionar-medina-na-defesa>

Era agora ou nunca. Marcelo Rebelo de Sousa pressentiu que tinha o terreno da opinião pública sólido e maduro para dar o passo e aproveitou “que as pessoas estão hoje mais sensíveis” para o tema da Defesa por causa da guerra na Ucrânia, para fazer o primeiro discurso presidencial do 25 de Abril focado nas Forças Armadas.

Quando pediu “mais meios imprescindíveis” para os militares, **tinha um alvo na mira: o novo ministro das Finanças.** Menos que para António Costa, o Presidente da República apontou a Fernando Medina, no sentido de **criar no governante que assina as despesas uma sensibilidade em relação à Defesa** que, na perspetiva de Belém, os anteriores ministros das Finanças (Centeno e Leão) não tiveram. **Quanto à reação apaziguadora de Costa, não se vislumbra em Belém a “sintonia” de que o primeiro-ministro falou.**

Mais do que soluções imediatas para o Orçamento do Estado que está a ser apreciado no Parlamento, **o Presidente espera que o Governo tenha “uma perspetiva a prazo”,** para o país estar preparado para **“um novo modelo geopolítico, com um novo equilíbrio de poderes e mudanças radicais”.**

Se a Finlândia e a Suécia entrarem na NATO, ou a China e a Índia deixarem de ser tão “cuidadosos” nas suas posições, o mundo será outro, explicou Marcelo esta quarta-feira numas declarações aos jornalistas em que fez a leitura do seu próprio discurso

É aqui que entra o fator Medina: a visão estrutural para um novo paradigma de segurança exige decisões que vão fazer aumentar a despesa — independentemente da meta de 2% do PIB acordada com a NATO —, mas também há decisões menores, de gestão corrente, que têm sido bloqueadas pela Praça do Comércio.

Embora Marcelo tenha conseguido ver João Gomes Cravinho afastado da Defesa, em Belém é reconhecido que o ex-ministro se bateu contra João Leão nas Finanças, mas não conseguiu ganhos em matérias fundamentais.

Com dois novos protagonistas nas pastas, o Presidente espera que Fernando Medina seja mais permeável a Helena Carreiras e não empurre com a barriga decisões fundamentais: Marcelo não apresentou um caderno de encargos no 25 de Abril “para não diminuir as hipóteses de convergência política”, mas defende a criação de um quadro de praças para o Exército e Força Aérea (para combater a escassez de efetivos), como o Governo anterior chegou a anunciar.

A medida acabou por ser adiada por implicar um aumento permanente da despesa e obrigar a uma revisão das carreiras militares. Mas Costa acabaria por dar uma resposta parcial no debate do Orçamento de ontem, ao anunciar “contratos de duração intermédia para funções específicas” e a “criação de um quadro permanente de praças para funções técnicas que não justificam se assumidas em regime de contrato”. Ou seja, **o quadro permanente de praças não será para generalizar.**

MEDIDA POR ‘DESTROIAR’

Estes são problemas cuja chave reside nas Finanças, e que Marcelo sinalizou nas declarações pós-discurso, onde concretizou mais do que no púlpito da Assembleia da República (ver texto ao lado). “O mais importante nas Forças Armadas são as pessoas, que têm de ser motivadas”, o que “significa, para os que estão no Quadro Permanente, haver condições apelativas para lá continuarem”, assinalou o Presidente.

Para Belém, um dos pontos que geram desmotivação nas fileiras tem a ver com **as promoções**, que deviam ocorrer durante o ano, mas que desde os tempos da troika só são decididas em dezembro, para as Finanças pouparem em vencimentos, porque deixaram de pagar retroativos. Neste ponto, **Costa não virou a página da austeridade e Marcelo deu-lhe a estocada:** “Se as promoções por sistema chegam com um ano de atraso — com a troika foi assim —, se continuamos a viver em troika em termos de promoções, pensa-se duas vezes antes de se entrar nas Forças Armadas.” Entra-se noutra corpo do Estado.

Para haver um quadro de praças e promoções a tempo, como o PR defende, as Finanças não podem ser um travão

Quando o Governo reviu as carreiras e vencimentos dos magistrados, o Presidente já tinha apelado para que os militares fossem os próximos. Mas veio a pandemia e nada aconteceu. Por isso Marcelo fez uma comparação com “outras instituições” estatais —estava a falar das forças de segurança sem o dizer—, onde os jovens têm “um estatuto muito melhor”, melhores salários e “condições de promoção e perspectivas de vida e de carreira” que vão para além dos contratos limitados que podem fazer nas fileiras.

NÃO HÁ “SINTONIA”

António Costa reagiu ao discurso presidencial dizendo que ambos estavam “em total sintonia”. O primeiro-ministro assegurou que o PR não pede mais do que “está programado na Lei de Programação Militar (LPM) e contratualizado com a NATO”, **mas os avisos de Belém vão além disso.** Fernando Medina também afirmou, no Parlamento, que a LPM e o orçamento da Defesa “respondem de forma cabal ao que é necessário”. **O anterior ministro falava em gastar 1,68% do PIB daqui a dois anos,** o que ronda mais €300 milhões anuais, **mas essa verba já está em parte consignada às compras de equipamentos:** cinco aviões de transporte KC-390 e seis navios de patrulha oceânicos. No debate orçamental, Costa não admitiu escassez de despesa e até disse que à exceção da Grécia, França, e dos países de Leste, **Portugal é dos que mais gasta em percentagem do PIB** (1,55%). Na verdade, no último relatório da NATO, Portugal está em 17º lugar em 30 países.

Para chegar à meta de 1,89% do PIB, Costa espera mobilizar verbas do **fundo de Defesa Europeu,** mas Belém vê os programas de aquisição atrasados e os montantes europeus sem garantias de aprovação.

Se nada acontecer, Marcelo deixou um aviso no dia 25 de Abril. Alguém se vai aproveitar da insatisfação nas fileiras e da fragilidade das Forças Armadas: **“Se não o fizermos a tempo [o investimento], outros o exigirão por nós. Depois, não nos queixemos de frustrações, desilusões, contestações ou afastamentos.”** O nome do Chega ou das contestações inorgânicas podia ser a legenda para a tradução desta frase.

... /// ...

V. Matos: "Marinha [atribui] duas FFGH, mas só tem uma"

A Marinha tinha apontado duas fragatas para a NATO, mas voltou a ter apenas uma operacional. Informação é "classificada"

Vítor Matos

29 de abril, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2583/html/primeiro-caderno/politica/marinha-comprometeu-duas-fragatas-mas-so-tem-uma>

Marcelo Rebelo de Sousa chamou a atenção para a necessidade de cobertura financeira que permita a Portugal cumprir os compromissos da NATO, o que implica um esforço orçamental "a longo prazo". Nas declarações que fez esta quarta-feira, o Presidente deixou implícito que o país não tem capacidade orçamental nem de prontidão de meios para cumprir aquilo com que se comprometeu.

O Expresso sabe que Belém considera a cobertura destas necessidades como muito urgentes, mas Fernando Medina já disse no Parlamento que "não será por razões orçamentais que [as missões da NATO] não se farão". O problema é que isso pode não se resolver com uma despesa pontual, mas com a solução de problemas estruturais.

Quando falou de equipamentos, o Presidente disse que tinham de ser "compatíveis com as missões que estamos a assumir", ou seja, têm de ser sustentadas no tempo, o que exige recursos humanos para fazer a rotação das forças e verbas para a manutenção dos meios. "Não é agora, é a prazo", explicou Marcelo. "Quando se envia uma fragata, um C-130 ou um [avião] P3, e pode ser por um período razoavelmente longo de tempo, estamos num esforço continuado", disse o comandante supremo. "Primeiro arranja-se dinheiro para isto." Se a NATO mobilizasse tudo aquilo com que Portugal se comprometeu este ano, o valor orçamentado para as Forças Nacionais Destacadas (€73 milhões) durava para três meses.

O início da guerra destapou as fragilidades, e o PR sabe as dificuldades dos ramos para aprontar forças, e como a escassez de pessoal está a desgastar os que são mobilizados (aliás, deu o exemplo das poucas tropas que fazem a rotação na República Centro-Africana).

O Expresso apurou junto de fontes militares que a Marinha, agora comandada pelo almirante Gouveia e Melo, também está a ter dificuldades para ter duas fragatas completamente operacionais que possam ser empenhadas nas missões da NATO.

Marcelo considera urgente verbas para missões da NATO. Medina diz que não vão faltar, mas o problema é mais profundo

Segundo o documento "Forças Nacionais Destacadas 2022", no site do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), a Marinha comprometeu-se este ano com duas fragatas para forças diferentes da NATO Response Force: uma de maior prontidão (a cinco dias) e outra menor, a 30 dias. Mas, neste momento, segundo apurou o Expresso, a Marinha voltou a ter apenas a fragata "Corte-Real" completamente operacional para missões de combate. **Dois fragatas estão a concluir a modernização na Holanda, a "Vasco da Gama" continua a degradar-se na doca à espera da grande intervenção e a "Álvares Cabral" não está pronta.**

Contactada pelo Expresso, a Marinha respondeu que, **"numa altura de conflito na Europa, a informação relativa aos meios operacionais é classificada"**.

"O poder político ainda não percebeu que estamos à beira de um conflito global na Europa", diz ao Expresso o almirante Melo Gomes, antigo chefe da Armada, e um dos promotores de cartas de oficiais-gerais para Belém, em que se denunciava a "pré-falência" das Forças Armadas. **"Mandava o princípio da precaução que resolvessem algumas questões como as condições sociais para o recrutamento", de modo a garantir "efetivos e a retenção". Sem efetivos, quem vai operar os novos meios?**

... /// ...

Ângela Silva: Marcelo descongela a palavra "troika"

Costa rejeita falar de austeridade, mas **adia reforços para a Defesa.**

PR pergunta se "passamos a viver em troika?"



Costa respondeu que está em "sintonia" com o PR que vai continuar a fazer pressão

FOTO ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

ÂNGELA SILVA

29 de abril, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2583/html/primeiro-caderno/politica/marcelo-descongela-a-palavra-troika>

"De repente, passamos a viver em troika?" A pergunta é do Presidente da República, foi proferida esta semana, em conversa com jornalistas no Palácio de Belém, e não saiu por acaso. Depois de ter aproveitado a guerra na Europa para assumir, como [Comandante] Supremo das Forças Armadas, as dores do sector da Defesa que há muito se arrastam e que escolheu para tema único no 25 de Abril, Marcelo Rebelo de Sousa sabe que a frase que libertou a propósito das promoções dos militares não só se ajusta como uma luva a outros sectores da Administração Pública como belisca o Governo de António Costa, que anda há semanas a fugir da palavra "austeridade".

"Como pode haver Forças Armadas motivadas se as promoções sistematicamente chegarem com um ano de atraso? Com a troika foi assim, mas de repente passamos a viver em troika em termos de promoções?", perguntou o Presidente, fazendo referência indireta a uma das poucas medidas do tempo da troika que ainda não foi revertida (ver texto ao lado).

António Costa e Fernando Medina têm-se esforçado por contrariar a ideia de que volta a cheirar a austeridade após o ciclo em que o mantra do Governo socialista foi repor o que a troika tirou no Governo de Passos Coelho, e o ministro das Finanças disse mesmo que “em nenhum dicionário do mundo isto (o aumento do custo de vida muito para além dos aumentos salariais ou das pensões) pode ser apelidado de política de austeridade”. Acusado pelo PSD de liderar, a partir das Finanças, “um regresso encapotado da austeridade”, por não atualizar as tabelas de retenção na fonte do IRS e os salários da Função Pública e pensões à taxa de inflação prevista no atual cenário de guerra, Medina contestou. Mas o Presidente, quando questionado sobre o assunto, sem pronunciar a palavra maldita, não escondeu que o cinto vai mesmo apertar.

Sem pôr em causa as “contas certas”, o PR rejeita que “sacrifícios” congelem o reformismo que entende urgente, e que não é só na Defesa

“Eu diria que a guerra tem efeitos próprios, e isso implica, de facto, sacrifícios”, disse Marcelo, por estes dias, nos Açores. Mas se, por um lado, o Presidente se mostra disposto a falar claro ao país sobre o que aí vem, por outro avisa que não apoiará desleixos governamentais em frentes urgentes e, pelo contrário, pressionou mesmo o Executivo a não prescindir de ter visão de médio prazo para lá da economia de guerra. Disse-o 15 dias depois de a Rússia ter invadido a Ucrânia, quando aproveitou uma conferência com economistas na Gulbenkian para alertar de que **“há mais Portugal para além destes tempos tão exigentes e dramáticos”**, e defendeu ser preciso **“ver para além destes choques, incertezas e imprevisibilidades”** e enfrentar esta conjuntura **“nunca trocando o médio-longo prazo pelo dia a dia”**. Sem **“nunca deixar de fazer o melhor no dia a dia para ser possível o médio e o longo prazo”**.

JUSTIÇA, EDUCAÇÃO, EMPRESAS, SEM-ABRIGO

O 25 de Abril permitiu-lhe concretizar o que isto quer dizer no que toca ao sector de que é [Comandante] Supremo. E quando falou de um imprescindível reforço de meios para a Defesa, “não para já”, mas enquanto “um esforço continuado”, **Marcelo deixou perceber que não espera um grande milagre no Orçamento do Estado para 2022**, já em discussão no Parlamento, **mas também não aceita que nada se faça** ou que se interiorize o contexto de guerra como pretexto para, em nome das contas certas, deixar cristalizar “sacrifícios” e congelar o reformismo, que, na sua opinião, não deve parar em algumas áreas. **A Defesa é apenas uma delas.**

O Presidente da República está **“particularmente preocupado com a situação das Forças Armadas”**, mas sabe que **“os militares não são os únicos cansados de esperar por melhores condições”**, comentam na Presidência.

E a lista das frustrações acumuladas está à mão: “Nos decretos de promulgação dos últimos Orçamentos do Estado ficou bem claro que se podia ter feito mais”, recorda fonte próxima.

O incómodo com a **falta de meios acumulada em várias áreas**, da **Justiça** (de que voltou a falar na abertura do ano judicial) à **Educação**, passando pelas empresas, pelo combate à pobreza ou pelo fim dos sem-abrigo (com que se comprometeu e que continua a marcar passo), vai, na agenda presidencial, muito para além do sector militar.

“DESCOLAGEM” CRESCENTE

No que toca à Defesa, a divergência entre o que diz o Governo e o que diz o Presidente está instalada, por muito que o primeiro-ministro diga que estão articulados. Após Marcelo Rebelo de Sousa ter dito na quarta-feira, nas declarações aos media, que “o reforço do orçamento da Defesa é um discurso que está agora em curso e até daqui a um mês”, a vice-presidente do grupo parlamentar do PS, Jamila Madeira, respondeu, numa entrevista ao jornal digital “ECO”, que “neste momento” isso “não se coloca”.

A dirigente socialista reafirmou o que já tinha sido dito pelo ministro das Finanças, que o Governo não deixará de “assimilar responsabilidades que venham a ser potencialmente assumidas” no âmbito da NATO. **Mas diferiu no tempo o que isso possa vir a significar, à semelhança, aliás, do que já tinha sido assumido por António Costa.**

É cedo para se saber como irá Marcelo gerir esta conjuntura difícil que volta a partilhar com António Costa (depois da ‘geringonça’ e da pandemia, agora a guerra), ouve-se em Belém. **Se, por um lado, a dificuldade do momento tende a forçar o Presidente a ser mais fator de união do que de divisão, por outro, por apenas lhe restarem três anos e meio de mandato e estando a direita a tentar reerguer-se após o desaire da maioria absoluta socialista, há na Presidência quem admita que Marcelo ensaiará uma crescente “descolagem”, assumindo-se como porta-voz de descontentamentos latentes e, sobretudo, persistentes.**

Para já, foram os militares, à boleia da guerra. Mas num contexto de inflação imparável, salários estagnados e expectativas congeladas, pretextos não faltarão para que em outras áreas se replique a pergunta do Chefe Supremo: “Passamos a viver em troika?”

... /// ...

Henrique Monteiro: "Que imagem se quer de Portugal?"



FOTO TIAGO MIRANDA



Henrique Monteiro

29 de abril, 2021

[https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2583/html/primeiro-caderno/opiniao/que-
imagem-se-quer-de-portugal-](https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2583/html/primeiro-caderno/opiniao/que-imagem-se-quer-de-portugal-)

O Presidente da República, no seu discurso do 25 de Abril, sem se referir diretamente à invasão russa da Ucrânia, **veio recordar ser preciso mais dinheiro e mais meios para as Forças Armadas**. Como se sabe, há um compromisso de cada país da NATO ter cerca de 2% do seu PIB alocado à Defesa, e o nosso anda longe disso.

As reações às palavras de Marcelo foram diversas: **à direita** houve apoio, **à esquerda** desconfiança. O **PCP** diz serem necessárias mais verbas, mas coloca a questão num plano estritamente sindical, ou seja, mais dinheiro para maiores salários e mais promoções. Já o **Bloco de Esquerda** recorda, com razão, que se o dinheiro for para as Forças Armadas deixa de ir para outras necessidades do país, argumento, aliás recíproco, que coloca politicamente a questão do que é mais importante para a sociedade, para Portugal.

Porém, o argumento mais bizarro é o do próprio Governo e da maioria que o sustenta, o PS.

Sem querer discordar do Presidente, pelo contrário, concordando que Portugal tem missões a cumprir no âmbito da NATO, diz que já está tudo previsto. Ou seja, o Presidente, na Sessão Solene do 25 de Abril, veio 'chover no molhado' ao reivindicar o que já está assegurado pelo nosso previdente Governo. O problema é que existem jornalistas e comentadores que vão verificar as contas, e descobrem números e atos que desmentem totalmente o declarado pelo Executivo. Vejamos: a Lei de Programação Militar de 2021 foi realmente executada em pouco mais de 50%. Mais concretamente em 54%, percentagem inferior ao que foi realizado em 2020. Estamos a falar do planeamento dos gastos em armamento e equipamento militar, que tem por objetivo a modernização e sustentabilidade do sistema das Forças Armadas. Claro que há justificações para o facto: há para tudo. E a pandemia é sempre algo que pode ser admitido como justificativo de o dinheiro gasto ser inferior ao previsto; sendo que o previsto já era considerado escasso. Claro que pouca gente liga a estes pormenores, sobretudo quando o discurso geral, o entendimento (errado) da maioria da população, é que investir nas Forças Armadas é quase como deitar dinheiro pela janela. **Mas é preciso ver que o investimento na Defesa, sendo uma competência exclusiva do Estado, é um fator de desenvolvimento económico e na área da investigação tecnológica e científica,** e não apenas algo que se destine a fazer brilhar as fardas dos generais e almirantes (que, aliás, existem em número excessivo).

Todavia, se em 2021 não havia ameaça que se temesse, entrámos em fevereiro deste ano com uma guerra real na Europa. A pior e que mais receios provoca desde a II Guerra Mundial. **A invasão da Ucrânia e a retórica belicista russa colocou a NATO e os países que dela fazem parte (além de outros) perante a importância não só de apoiar a Ucrânia como precaver a sua própria segurança. E a que assistimos?** A um OE que, já depois da guerra começada, prevê menos 800 mil euros na Defesa. O Governo justifica a poupança com a extinção de uma secretaria de Estado, mas o problema ultrapassa, e muito, essa circunstância. Por um lado, se a **extinção de uma secretaria de Estado** que, pelos vistos, não faz falta (nem em tempo de guerra) poupa 800 mil euros, é bom ver se não há muitos mais organismos a contribuir para poupanças semelhantes ou maiores; por outro lado, **ao diminuirmos o orçamento da Defesa damos um sinal aos nossos concidadãos, à Europa e à própria Ucrânia, a quem tanto prometemos.** E o sinal é que Portugal entende que tem pouco ou nada a ver com a guerra que se desenrola no Leste da Europa, atinge a Ucrânia, ameaça a Moldávia e causa danos em países da UE como a Bulgária e a Polónia. Portugal é o 17º país, em termos de PIB consagrado à Defesa, apesar de ser fundador da NATO; em termos de equipamento é o 24º e, embora António Costa prometa que o país vai aumentar o investimento, sabemos o que temos por cá (em termos de velharias e equipamento avariado), e que ele conta sobretudo com dinheiro da Europa, escondendo que a defesa da liberdade e da decência pode impor sacrifícios. Esta semana, em Ramstein (Alemanha), onde se juntaram 40 países em apoio à Ucrânia, a nossa ministra da Defesa participou por videoconferência.

Lloyd Austin, secretário da Defesa dos EUA, bem como os seus homólogos da Ucrânia, Alemanha e diversos outros países (até o Luxemburgo) estiveram presentes.

No fim, esta é a questão: que imagem dar de Portugal? A de um país empenhado? Uma espécie de Hungria, que secretamente nutre admiração por Putin? Ou o 'pacifismo', ao estilo de Salazar, que não toma partido pela liberdade?

... /// ...

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Governo autoriza mais de cinco mil promoções nas FFAA

O plano de promoções abrange 2.815 militares do Exército, 1.683 da Força Aérea e 1.281 da Marinha.



A ministra da Defesa Nacional, Maria Helena Carreiras.

© MIGUEL A. LOPES/LUSA

DN/Lusa

29 de Abril, 2022 — 18:41

<https://www.dn.pt/sociedade/governo-autoriza-mais-de-cinco-mil-promoco-es-nas-forcas-armadas-14812191.html>

O Governo anunciou esta sexta-feira a promoção de 5.779 militares das Forças Armadas no ano de 2022, retomando a "normalidade do processo de promoções" nos três ramos e "determinando que estas ocorram ao longo do ano".

Numa nota enviada à imprensa, o Ministério da Defesa Nacional anunciou que **"o plano de promoções nas Forças Armadas Portuguesas começará a ser executado nas próximas semanas, permitindo, assim, que 5.779 mulheres e homens militares e militarizados dos diferentes ramos vejam atualizada a sua posição na carreira ao longo de 2022"**.

"A ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, congratula-se com este resultado de um trabalho coordenado com o Ministério das Finanças, que reflete a prioridade do Governo de valorizar as pessoas da Defesa Nacional e que permite, assim, retomar a normalidade do processo de promoções no Exército, na Força Aérea e na Marinha, determinando que estas ocorram ao longo do ano", lê-se na nota.

De acordo com o ministério, o plano de promoções **abrange 2.815 militares do Exército, 1.683 da Força Aérea e 1.281 da Marinha.**

As associações militares têm alertado desde 2011 para atrasos nas promoções nas Forças Armadas. No ano passado, o Governo autorizou 6.024 promoções para esse ano em dezembro.

Esta quarta-feira, o Presidente da República defendeu "condições apelativas" de carreira para as Forças Armadas e "equipamentos compatíveis a prazo com as missões" que assumem, alertando que "um dia não dá para fazer omeletes sem ovos".

O chefe de Estado interrogou como pode haver Forças Armadas motivadas "se as promoções sistematicamente chegarem com um ano de atraso -- com a 'troika' foi assim, mas de repente passamos a viver em 'troika' em termos de promoções?".

Segundo o artigo 184º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, as listas de promoção anuais são homologadas pelo Chefe do Estado Maior do respetivo ramo "até 15 de dezembro e publicadas até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam".

... /// ...

Sónia Pinto: “Costa e Medina retêm verbas para a Defesa”

Marcelo insiste na necessidade – gerada pela invasão da Ucrânia pelas tropas russas de Putin – **de mais investimento na Defesa.**



Sónia Peres Pinto

30 de abril, 2022

https://ionline.sapo.pt/artigo/769894/costa-e-medina-ret-m-verbas-para-a-defesa?seccao=Portugal_i

«Sem Forças Armadas fortes, unidas e motivadas, a nossa paz, segurança, liberdade, democracia – sonhos do 25 de Abril – ficarão mais fracas», defendeu Marcelo Rebelo de Sousa no seu discurso na sessão solene evocativa do 25 de Abril, na Assembleia da República, que se centrou principalmente no apelo ao investimento nas Forças Armadas. Até porque «reconhecer como são importantes as nossas Forças Armadas na nossa vida como pátria exige mais do que reconhecê-las com palavras, porque se queremos Forças Armadas fortes, unidas e motivadas têm que ter condições para serem ainda mais fortes, unidas e motivadas», acrescentou.

O primeiro-ministro, António Costa, acenou positivamente ao pedido de Marcelo Rebelo de Sousa, garantindo que o discurso do Presidente está «em total sintonia com o Governo», relativamente ao reforço das Forças Armadas. «Há uma vasta panóplia de recursos que temos de ir mobilizando para situações de emergência, mas isso tem de ser compatibilizado com o que está programado no médio prazo para executar», assegurou Costa.

No entanto, deixou um alerta: «Há um Orçamento único suportado pelos impostos dos portugueses. Portanto, aquilo que fazemos é procurar encontrar em cada momento qual a melhor alocação dos impostos que os portugueses pagam. E temos de simultaneamente investir na Defesa, da Educação, na Saúde, nas infraestruturas, na melhoria dos rendimentos, tendo em vista uma política social mais justa e uma diminuição da tributação».

Mas, no dia em que o Orçamento do Estado foi aprovado – ontem, sexta-feira –, o primeiro-ministro antecipou que o investimento na área da Defesa pode ultrapassar o compromisso assumido com a NATO e chegar a 1,89% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024, **se Portugal conseguir mobilizar os necessários fundos europeus.**

«Estamos neste momento, segundo o relatório da NATO, em 1,55% e assumimos o compromisso, se conseguíssemos mobilizar os necessários fundos europeus, de chegar a 1,89% em 2024, e temos vindo a fazer essa trajetória ano após ano». Costa deixou ainda uma nota: «Com exceção da Grécia, da França e da generalidade dos países de leste, Portugal é dos países da União Europeia daqueles que mais já estão neste momento a investir em matéria de defesa em percentagem do seu PIB».

Promoção das Forças Armadas

No mesmo dia em que o documento foi aprovado, **o Governo anunciou a promoção de 5 779 militares das Forças Armadas no ano de 2022, retomando a «normalidade do processo de promoções» nos três ramos e «determinando que estas ocorram ao longo do ano».** Segundo o Ministério da Defesa, «o plano de promoções começará a ser executado nas próximas semanas».

E vai abranger 2 815 militares do Exército, 1 683 da Força Aérea e 1 281 da Marinha. Esta é a resposta do Governo às exigências das associações militares, que têm alertado desde 2011 para atrasos nas promoções nas Forças Armadas. No ano passado, **o Governo autorizou 6 024 promoções.**

... /// ...

PÚBLICO

S. José Almeida: "O país [...] e os soldadinhos de chumbo"

Por que razão o investimento nas Forças Armadas foi a prioridade escolhida pelo Presidente?



São José Almeida

30 de abril, 2022

<https://www.publico.pt/2022/04/30/politica/opiniao/pais-saudades-soldadinhos-chumbo-2004281>

Num momento em que se começa a viver o impacto de uma guerra na Ucrânia provocada pela invasão da Rússia e que permanecem ainda as consequências da crise económica e social devidas à pandemia de covid-19, **a semana política portuguesa foi ocupada por um surto belicista** em que muitos se sentiram embalados numa espécie de regresso à infância e pelo desejo de voltar a brincar com soldadinhos de chumbo.

A preocupação com a **prioridade do investimento das Forças Armadas foi lançada pelo Presidente da República** no discurso das comemorações do 48.º aniversário do 25 de Abril, na Assembleia da República. É, aliás, **curiosa a consistência do padrão de pressão sobre o Governo que Marcelo Rebelo de Sousa adoptou**, neste segundo mandato no Palácio de Belém, sobretudo desde que o PS tem maioria absoluta de deputados, como foi visível no discurso que **fez na cerimónia de posse do Governo**. Assim como é interessante observar como o Presidente da República usa com habilidade o seu poder constitucional de **magistratura de influência para superar as insuficiências de alguns partidos parlamentares** e desempenhar, ele, a missão de líder da oposição.

Erguendo-se no estatuto de comandante supremo das Forças Armadas, o Presidente da República fez questão de defender as suas tropas, num dia em que se celebrava a democracia e a liberdade. Logo, na segunda-feira, na celebração do 25 de Abril na residência oficial, **o primeiro-ministro tentou travar o entusiasmo belicista que se anunciava**: "O Presidente pede aquilo que, aliás, **está já devidamente programado** e contratualizado.

Está não só programado na Lei de Programação Militar, mas também contratualizado com a própria NATO relativamente aos nossos compromissos.

" Teve ainda o cuidado de frisar que "não há só um orçamento da Defesa, outro da Saúde e outro da Educação" e de acrescentar que "há um Orçamento único suportado pelos impostos dos portugueses", razão pela qual é preciso "equilíbrio" nos investimentos e nas prioridades.

Só que, em semana de discussão da adiada proposta de Orçamento do Estado para 2022, **a bolha política e mediática entrou em ebulição**. O problema dos salários nas Forças Armadas foi logo, na segunda-feira, apontado pelo secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, na reacção ao discurso do Presidente, ao afirmar que Marcelo Rebelo de Sousa não se tinha referido ao "problema principal com que as Forças Armadas se debatem, que é o **estatuto socioprofissional**".

E o surto belicista alastrou. Na quarta-feira, o **PSD** avançou com três propostas de alteração ao Orçamento no domínio da Defesa. Entre elas estará, segundo declarações do deputado Carlos Eduardo Reis, a da **revisão da tabela remuneratória dos militares**, "tentando acabar com esta disparidade em relação às forças de segurança".

Na quinta-feira, o Presidente da República voltou ao tema, para admitir que escolheu dar prioridade à situação das Forças Armadas **para aproveitar uma espécie de espírito do tempo** – ou seja, o facto de a guerra na Ucrânia ter trazido "uma mudança que faz com que as pessoas estejam hoje mais sensíveis" às questões militares, impressionadas que estão com a guerra em directo nas televisões. **E defendeu a necessidade de haver "condições apelativas" que motivem as adesões às Forças Armadas**.

Perante a pressão política de que estava rodeado, na quinta-feira à tarde, o primeiro dia do debate na generalidade da adiada proposta de Orçamento de Estado para 2022, **o primeiro-ministro não soçobrou nos aumentos salariais, mas lá acabou por ceder às interpelações do Presidente e anunciar a possibilidade de aumento do orçamento da Defesa**: "O compromisso está por escrito: 1,66% do PIB em despesa nacional na Defesa até 2024, e, em função da capacidade que tivermos de mobilizar recursos europeus, chegarmos a 1,98% em 2024." **Anunciou ainda que irão ser aprovadas medidas para tornar mais atractivo o ingresso nas Forças Armadas**.

Percebo que o problema dos salários nas Forças Armadas é grave – até porque **estão abaixo dos das forças de segurança**. Mas é uma realidade indesmentível que o problema dos salários baixos é transversal na sociedade portuguesa, quer no sector público, quer no privado. **Não é um problema só dos militares**.

Por que razão o investimento nas Forças Armadas foi a prioridade escolhida pelo Presidente?

Será que, com a incerteza que se vive e com a dimensão da crise económica e financeira que o país está a atravessar, a prioridade do investimento público deva ser a compra de armamento de guerra e o aumento de efectivos nas Forças Armadas?

Será que alguém está convencido que é o reforço das Forças Armadas de um país como Portugal que vai definir o futuro da NATO?

Não será despropositado dar prioridade às Forças Armadas num país com as debilidades de Portugal?

Porquê esta tendência para nos desviarmos do foco dos problemas do país e andarmos agora a brincar aos soldadinhos de chumbo?

... /// ...

Ministra da Defesa diz que Portugal já enviou 170 toneladas de ajuda [...]

... em material bélico e não bélico

Helena Carreiras diz existe disponibilidade para acolher refugiados ucranianos nas instalações das Forças Armadas.



Ministra da defesa Helena Carreiras

© PAULO CUNHA/LUSA

DN/Lusa

04 de maio, 2022 — 15:03

https://www.dn.pt/politica/ministra-da-defesa-diz-que-portugal-ja-enviou-170-toneladas-de-ajuda-em-material-belico-e-nao-belico--14824489.html?utm_source=push&utm_medium=mas&utm_term=14824489

A ministra da Defesa afirmou esta quarta-feira no Montijo que Portugal está a apoiar a Ucrânia **à medida das suas possibilidades** e já enviou para aquele país mais de "170 toneladas de material bélico e não bélico".

"Estamos a enviar material, temo-lo feito, e isso tem sido anunciado. Vamos continuar a apoiar na medida das nossas possibilidades. Enviamos já um total de 170 toneladas de material bélico e não bélico, incluindo material médico, e continuamos a avaliar a possibilidade de manter esse apoio", disse Helena Carreiras.

"Temos também disponibilidade, nas instalações das Forças Armadas, para acolher cerca de 40 feridos que possam vir, e para acolher refugiados ucranianos -- cerca de 300 lugares - numa primeira receção.

Vamos continuar a conversar, como tenho feito até aqui, com o meu homólogo ucraniano, no quadro de alianças mais alargadas de países que procuram articular esforços, para coordenar melhor a eficácia desse trabalho de apoio e fazer a nossa parte neste momento difícil", acrescentou.

A ministra da Defesa, que falava aos jornalistas durante uma visita à Base Aérea do Montijo, "para conhecer um pouco melhor a Força Aérea", adiantou ainda que **Portugal está a avaliar a possibilidade de enviar mais armamento para a Ucrânia**, correspondendo ao apelo Governo ucraniano.

No que respeita às Forças Armadas portuguesas, Helena Carreiras reconheceu que é preciso "melhorar, reforçar e modernizar" e disse concordar com a perspetiva do Presidente da República, que pediu um reforço de meios.

"Naturalmente, concordo com o senhor Presidente, como o senhor primeiro-ministro também concordou com o senhor Presidente da República. E isto numa **perspetiva de que temos que fazer esse trabalho de reforço, de requalificação, de melhoria, progressivamente**", disse a ministra da Defesa.

"São os desafios estruturais que temos, que não se resolvem no momento", acrescentou a ministra, assegurando que os recursos disponíveis "são suficientes para os compromissos e para as missões que Portugal se comprometeu a realizar, designadamente no quadro da Nato".

... /// ...

Silva Ribeiro: “Investimento nas FFAA: cabe ao governo e ao senhor Presidente da República avaliar”

“As Forças Armadas não podem estar desinseridas do país em que nós estamos. Cabe ao governo e ao senhor Presidente da República fazer esse tipo de avaliações”, afirmou o CEMGFA à agência Lusa, quando questionado sobre a necessidade de um reforço do investimento na Defesa face ao contexto internacional



António Costa com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, almirante Silva Ribeiro

Foto: Paulo Cunha/Lusa

6 de maio, 2022 23:53



Lusa

<https://expresso.pt/politica/2022-05-06-Investimento-nas-Forcas-Armadas-cabe-ao-governo-e-ao-senhor-Presidente-da-Republica-avaliar-afirma-almirante-Silva-Ribeiro-f7cbb8bb>

O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), almirante Silva Ribeiro, assegurou esta sexta-feira que os militares vão continuar a servir o país “com abnegação” com as condições “colocadas à disposição”, rejeitando comentar o investimento na Defesa.

“As Forças Armadas não podem estar desinseridas do país em que nós estamos. Cabe ao governo e ao senhor Presidente da República fazer esse tipo de avaliações”, afirmou o CEMGFA à agência Lusa, quando questionado sobre a necessidade de um reforço do investimento na Defesa face ao contexto internacional.

Falando no final de uma visita a uma escola da Ribeira Grande, nos Açores, Silva Ribeiro assegurou que **as Forças Armadas vão continuar a “servir os portugueses com abnegação”, “brio” e “grande esforço”.**

“É para isso que nós existimos: é para, com as condições que nos são colocadas à disposição, em termos de homens e mulheres que servem Portugal nas Forças Armadas e dos meios que temos à disposição, tirarmos partido deles para serem usados em benefício de Portugal”, reforçou.

Quando sobre a necessidade de um reforço da aposta na Defesa, como defendeu o Presidente da República no seu discurso no parlamento por ocasião do 25 de Abril, **o CEMGFA disse não querer comentar se o nível de investimento na Defesa devia atingir os 2% do Produto Interno Bruto (PIB).**

A 28 de abril, o **primeiro-ministro antecipou que o investimento na área da Defesa pode ultrapassar o compromisso assumido com a NATO e chegar a 1,89% do PIB em 2024, se Portugal conseguir mobilizar os necessários fundos europeus.**

Antes, a 25 de abril, António Costa afirmou-se em sintonia com a intervenção que o Presidente da República fez no parlamento nas cerimónias da Revolução dos Cravos sobre as Forças Armadas e considerou que os investimentos pedidos para a Defesa estão já programados e contratualizados.

Hoje, Silva Ribeiro, que se encontra de visita aos Açores, esteve na escola básica e integrada da Ribeira Grande, na ilha de São Miguel, para agradecer aos alunos a disponibilização de livros para a Campanha Militar Solidária com a Guiné-Bissau.

“Um dos objetivos do meu mandato e da diretiva estratégica que eu estabeleci em 2018 foi abrir as Forças Armadas à sociedade para que os portugueses, de qualquer idade, conheçam os militares que os servem”, assinalou o almirante.

As Forças Armadas portuguesas recolheram 20 toneladas de manuais escolares, que serão enviados para a Guiné-Bissau ao abrigo de uma parceria com as Forças Armadas guineenses, segundo disse à Lusa o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

... /// ...

Portugal vai já enviar blindados para a Ucrânia

O Nascer do SOL apurou que António Costa visita Kiev no final de maio. E que o Governo já deu o aval para o envio de 15 carros blindados M113A comprados a preço de saldo aos EUA, que estão estacionados em Santa Margarida e que o Pentágono já pedira que fossem enviados para a Ucrânia.



Felícia Cabrita e José Miguel Pires

07 de maio, 2022

<https://sol.sapo.pt/artigo/770506/portugal-vai-ja-enviar-blindados-para-a-ucr-nia>

António Costa deverá visitar a Ucrânia perto do final deste mês, de acordo com dados recolhidos pelo Nascer do SOL em círculos próximos do primeiro-ministro.

O chefe do Governo português tinha revelado, na passada quarta-feira, que iria aceder ao convite do Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, para se deslocar a Kiev, mas, ou por razões de acerto de calendário, ou por questões de segurança, a data da viagem não foi ainda oficialmente anunciada – sendo que o Nascer do SOL confirmou que será dentro de três semanas.

Entretanto, soube o Nascer do SOL junto de fonte do Ministério da Defesa que o Governo português vai por fim enviar à Ucrânia, no âmbito do apoio ao seu esforço de guerra contra a invasão russa – e correspondendo também ao apelo que o Presidente Zelensky deixou quando discursou via web na Assembleia da República – um conjunto de 15 blindados de lagartas M113, de fabrico norte-americano, que se encontram ao serviço do Exército nacional há quase 30 anos e cuja cedência estava, nas últimas semanas, a ser pressionada pelas autoridades de Washington. Confirma-se assim a notícia que, nesse sentido, foi publicada no sábado passado por este jornal.

Do tempo em que os EUA reduziram efetivo na Europa

As viaturas em causa, que se encontram estacionadas no Campo Militar de Santa Margarida, foram adquiridas pelo Exército português em segunda mão aos EUA, a preços reduzidos, aquando da diminuição do efetivo militar norte-americano estacionado na Europa na década de 1990, no âmbito do desanuviamiento que se seguiu ao fim da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim (1989) e a implosão da União Soviética (1991) – de que resultou a independência tanto das repúblicas bálticas (Estónia, Letónia e Lituânia, hoje membros da NATO e da União Europeia – UE) como da Ucrânia em relação à Rússia.

Sendo mais vantajoso para o Pentágono (Departamento norte-americano da Defesa) deixar na Europa esses veículos, então já em vias de obsolescência tecnológica, em vez de os transportar de volta para os EUA, Portugal, por valores pouco mais que simbólicos, ficou com 104 M113A2 provenientes dos Países Baixos e 50 M113A1 que se encontravam na Alemanha (não os podendo revender sem autorização prévia de Washington). A dezena e meia de blindados que Portugal agora disponibilizou para envio para a Ucrânia constituem, por isso, cerca de 10 por cento do total do seu efetivo destas viaturas.

Ouvida esta semana na Assembleia da República, a ministra da Defesa não confirmou nem desmentiu a notícia avançada pelo Nascer do SOL, tendo Helena Carreiras dito apenas: «[O Governo] está a enviar material, temo-lo feito, e isso tem sido anunciado». E acrescentando: «Vamos continuar a apoiar na medida das nossas possibilidades».

«Enviamos já um total de 170 toneladas de material bélico e não bélico, incluindo material médico, e continuamos a avaliar a possibilidade de manter esse apoio», disse, entretanto, Helena Carreiras aos jornalistas, durante uma visita à Base Aérea do Montijo, revelando também «disponibilidade, nas instalações das Forças Armadas, para acolher cerca de 40 feridos que possam vir, e para acolher refugiados ucranianos — cerca de 300 lugares – numa primeira receção».

Juntamente com os 15 blindados de lagartas (que não são considerados carros de combate, o equipamento deste género de que o exército ucraniano mais necessita,

mas de que Portugal não dispõe), o Governo vai também enviar cinco obuses de calibre 15,5 rebocados, meia centena de rádios e algum outro tipo de armamento ligeiro.

Recorde-se que, na semana passada, o Nascer do SOL noticiava o envio de uma quantidade significativa de munições e morteiros, que se encontravam, então, em trânsito pela Polónia.

O envio dos blindados é, assim, uma cedência ao pedido de Washington – e do próprio Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia que, em discurso na Assembleia da República, pediu apoio militar aos portugueses – depois da reunião ocorrida na semana passada, na base militar norte-americana de Ramstein, na Alemanha, entre o secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, e responsáveis castrenses de cerca de 40 países.

A reunião foi convocada pelo Pentágono para discutir um plano de ajudas às forças armadas ucranianas, e a ministra portuguesa da Defesa, Helena Carreiras, marcou presença, ainda que à distância, após ter testado positivo à covid-19.

Na reunião em terras alemãs, aliás, os norte-americanos auguraram um difícil futuro: o conflito entre Ucrânia e Rússia poderá arrastar-se durante meses, ou até anos. Os Estados Unidos deixaram, assim um aviso à tripulação, argumentando que os países que se dispõem a ajudar militarmente Kiev a resistir à agressão do regime de Vladimir Putin se devem preparar para manter esse auxílio de forma prolongada.

Viaturas blindadas da GNR também já estão na Ucrânia

O Nascer do SOL sabe também que as autoridades portuguesas ordenaram também à GNR que disponibilizasse à Ucrânia quatro dos seus veículos blindados Iveco M 40.12 WM/P, fabricados em Itália, e que esta força de segurança adaptou e melhorou aquando da intervenção no Iraque, desempenhando um importante papel na estabilização policial, lado a lado com os exércitos norte-americano e britânico, que invadiram e ocuparam o país em 2003.

Na altura, o Presidente Jorge Sampaio opôs-se a que o Governo de José Manuel Durão Barroso (PSD/CDS-PP) autorizasse o envio para o Iraque de Saddam Hussein de elementos do exército português para se juntarem às forças invasoras aliadas, acabando a solução por ser o envio dos elementos da GNR, que para o efeito adquiriu as Iveco.

Estes veículos blindados da GNR têm estado parados em Portugal após o fim da intervenção no Iraque, tendo sido entretanto já enviados para a Ucrânia.

Este material, no entanto, não encaixa ainda assim nas tais ferramentas ofensivas pesadas pedidas pela Ucrânia. São, sim, viaturas de patrulhamento e escolta em situações de guerra de baixa intensidade, e que, portanto, não vão satisfazer as necessidades mais prementes do exército ucraniano perante o quadro de invasão que está a enfrentar por parte das tropas de Vladimir Putin.

PR diz que envio de blindados de Portugal a confirmar-se é "apoio empenhado"

Segundo o jornal Nascer do Sol, Portugal vai mandar já 15 carros blindados M113A para a Ucrânia.

O Presidente da República referiu que não lhe cabe a si confirmar.



© ESTELA SILVA/LUSA

DN/Lusa

07 de maio, 2022 — 15:00

<https://www.dn.pt/sociedade/pr-diz-que-envio-de-blindados-de-portugal-a-confirmar-se-e-apoio-empenhado--14834482.html>

O Presidente da República afirmou este sábado que se se confirmar que Portugal vai enviar blindados para a Ucrânia é um "caso de apoio empenhado" do país, tal como já havia sido manifestado pelo primeiro-ministro, António Costa.

"A confirmar-se essa notícia [envio de blindados] é um caso de apoio empenhado de Portugal em termos de meios militares à Ucrânia", disse Marcelo Rebelo de Sousa, na Maia, à margem da cerimónia de entrega do prémio literário de 2022, promovido anualmente pelos Lions.

O jornal Nascer do Sol avança este sábado que Portugal vai mandar já 15 carros blindados M113A para a Ucrânia.

Questionado sobre se confirmava esta informação, o Chefe de Estado referiu que não lhe cabe a si confirmar, lembrando que o primeiro-ministro e o governo já tinham dito que Portugal faria tudo o que estivesse ao seu alcance e pudesse fazer ao nível do apoio militar.

Portugal não pode dar armas que não tem ou que considera que são fundamentais para a sua própria defesa imediata, mas pode, como o tem feito, apoiar economicamente, financeiramente, militarmente e humanitariamente a Ucrânia.

.....

... /// ...

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Ministra da Defesa defende que o OE responde "de forma direta" à guerra na Ucrânia

Helena Carreiras afirmou que o OE2022 prevê "um orçamento total de 73 milhões de euros para as Forças Nacionais Destacadas, mais dois milhões do que em 2021, representando um aumento de 3,2% em receitas de impostos e um aumento de 2,8%, em termos globais".



Ministra da Defesa, Helena Carreiras

© MÁRIO CRUZ/LUSA

DN/Lusa

09 de maio, 2022 — 10:19

<https://www.dn.pt/politica/ministra-da-defesa-defende-que-oe-responde-de-forma-direta-a-guerra-na-ucrania-14839090.html>

A ministra da Defesa Nacional defendeu esta segunda-feira que o Orçamento do Estado para 2022 "responde de forma direta" ao contexto de guerra na Ucrânia, prevendo uma cobertura orçamental que permite cumprir compromissos internacionais.

"O orçamento para 2022 responde já, de forma direta, a este contexto de guerra, prevendo a cobertura orçamental do esforço que poderá ser pedido ao nosso país para cumprir os compromissos perante a NATO, a União Europeia e o apoio que decidimos prestar à Ucrânia", considerou Helena Carreiras que está a ser ouvida em audição, na Assembleia da República, no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2022.

Nesta reunião conjunta da Comissão de Defesa Nacional e Orçamento e Finanças, Helena Carreiras afirmou que o OE2022 prevê "um orçamento total de 73 milhões de euros para as Forças Nacionais Destacadas, mais dois milhões do que em 2021, representando um aumento de 3,2% em receitas de impostos e um aumento de 2,8%, em termos globais".

"Estes montantes permitirão a Portugal cumprir os seus compromissos com um total de **23 missões distintas** no quadro das várias Organizações Internacionais a que pertencemos, nomeadamente no quadro da NATO, da ONU e da União Europeia, a par de outras 11 missões de carácter bilateral ou multilateral", acrescentou.

Helena Carreiras anunciou ainda que o **Governo irá avançar com a criação do quadro permanente de praças no Exército e na Força Aérea**, esperando concretizar o processo legislativo "nos próximos meses".

A ministra da Defesa Nacional comprometeu-se a apresentar **as bases do novo Conceito Estratégico de Defesa "até ao final do ano"**, anunciando um montante de **355 milhões de euros** para reequipamento e modernização das Forças Armadas em 2022.

"A nível nacional é minha intenção que possam ser apresentadas a esta Assembleia, até ao final do ano, as bases do Conceito Estratégico de Defesa Nacional", afirmou Helena Carreiras em audição parlamentar, na Assembleia da República, no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2022.

Helena Carreiras realçou que **a Lei de Programação Militar assume "uma função primordial de alavancagem da indústria de defesa"**, acrescentando que, "para o ano de 2022, encontra-se assim previsto um montante de 355 milhões para o reequipamento e modernização das Forças Armadas, verificando-se um crescimento efetivo em 20 milhões de investimento".

A governante, ouvida numa reunião conjunta da Comissão de Defesa e de Orçamento e Finanças, anunciou ainda que assinou a semana passada a **diretiva ministerial para a Revisão da Lei de Programação Militar**.

"Esta diretiva, que marca um sinal político importante neste processo, foi elaborada com o objetivo explícito de repor a disponibilidade operacional do nosso sistema de forças e de assegurar uma posição de reservas de guerra para níveis compatíveis com o novo cenário geopolítico", defendeu.

A ministra da Defesa referiu também que estão "previstos cerca de **22 milhões de euros no orçamento da Lei de Infraestruturas Militares**, que serão investidos na manutenção, construção, reparação, reabilitação, e beneficiação do património do Estado afeto à defesa".

Estabelecendo **três eixos prioritários neste documento** - o foco nas pessoas, um reforço das capacidades e a participação ativa de Portugal enquanto produtor de segurança internacional - Helena Carreiras assumiu que **a sua prioridade são os recursos humanos**, defendendo a "operacionalização do Estatuto do Antigo Combatente", considerando que "é da mais elementar justiça implementar plenamente a gratuidade do passe em linha ou de zona para os Antigos Combatentes, pelo que foi prevista neste Orçamento uma transferência no valor de 10 milhões, a concretizar no decurso da execução orçamental".

A ministra disse ainda que o Orçamento do Estado para 2022 **"reforça as verbas associadas à Assistência na Doença aos Militares (ADM) em um milhão**, representando um aumento de 5% em receitas de impostos, de 20 milhões para 21 milhões".

"O Ministério da Defesa Nacional continua empenhado em atrair as melhores pessoas para as Forças Armadas. O número global de incorporações mantém-se acima das três mil. Nos últimos dez anos, apenas em 2012 e 2016 existe registo de um número de incorporações superior ao registado o ano passado, em 2021", acrescentou.

Quanto ao Dia da Defesa Nacional (DDN), desde 2004 "já participaram no DDN mais de um milhão e quatrocentos mil jovens" e a 18ª edição, que teve início a 10 de janeiro e termina a 15 de dezembro de 2022, "contará com o maior número de cidadãos convocados desde sempre (165.627) para exercerem aquilo que é tanto um dever como um direito de cidadania plena", disse.

Helena Carreiras destacou ainda uma medida do orçamento relativa ao Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Rurais (DECIR), afirmando que "os três últimos anos contaram já com o maior dispositivo de sempre, com a disponibilidade de 60 meios aéreos assegurada pela Força Aérea" e que "Portugal nunca teve tantas aeronaves disponíveis na altura mais crítica de incêndios".

Durante este mês, estão já disponíveis 37 meios no dispositivo, em linha com o planeamento existente. O programa de edificação da capacidade própria do Estado de meios aéreos de combate a incêndios rurais será, assim, executado através de um investimento de 26.9 milhões (dos quais 14 milhões através do PRR)".

Helena Carreiras acrescentou que "será também reforçada a dotação para a locação de meios aéreos de combate aos incêndios rurais no valor de 67.7 milhões, mais 18.7 milhões do que no ano anterior".

... /// ...

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Ministra da Defesa considera que "não tem sentido reinstituir" serviço militar obrigatório

Frisando que sabe que "há um debate que se pretende fazer" sobre a reinstituição do serviço militar obrigatório, a ministra da Defesa, sublinhou que, apesar de se opor a essa modalidade, isso não significa que não se possam "discutir modalidades de envolvimento" dos jovens com os temas da Defesa.



A ministra da Defesa Nacional, Maria Helena Carreiras,
Assembleia da República, 21 de abril de 2022.

MIGUEL A. LOPES/LUSA

© LUSA

DN/Lusa

(09) de maio, 2022 — 11:03

<https://www.dn.pt/politica/ministra-da-defesa-considera-que-nao-tem-sentido-reinstituir-servico-militar-obrigatorio-14839244.html>

A ministra da Defesa Nacional defendeu esta segunda-feira que "não tem sentido reinstituir um serviço militar obrigatório", defendendo que esse sistema "não responde às necessidades estratégicas" das Forças Armadas, que precisam de "militares qualificados", com "tecnicidade".

"Considero, consideramos no Governo, que não é oportuno, que não tem sentido, reinstituir um serviço militar obrigatório, sobretudo nos termos em que ele existia e que esta própria expressão refere", afirmou Helena Carreiras.

A titular da pasta da Defesa manifestou, contudo, disponibilidade para "**discutir modalidades de envolvimento**" dos jovens com a Defesa.

A ministra da Defesa falava numa audição parlamentar no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2022, respondendo ao deputado do Chega Bruno Nunes, que perguntou à ministra se era favorável ao regresso do serviço militar obrigatório.

Nesta audição conjunta da Comissão de Defesa e na Comissão de Orçamento e Finanças, Helena Carreiras defendeu que "esse tipo de sistema de serviço militar não responde às necessidades estratégicas" das Forças Armadas.

"Nós precisamos de militares qualificados, militares que possam contribuir para a natureza das missões reais das Forças Armadas, que exigem esse tipo de tecnicidade, e é aí que temos de trabalhar", frisou.

Frisando que sabe que "há um debate que se pretende fazer" sobre a reinstituição do serviço militar obrigatório -- o que considerou ser normal "numa sociedade livre, democrática, onde todas as ideias e debates naturalmente podem fazer-se" --, a ministra da Defesa, sublinhou que, apesar de se opor a essa modalidade, isso não significa que não se possam "discutir modalidades de envolvimento" dos jovens com os temas da Defesa.

"Podemos e devemos [discutir essas modalidades]. Isso faz-se por muitos outros meios. (...) **Tenho muitas ideias -- temos muitas ideias** -- sobre como fazer essa crescente articulação com a sociedade, designadamente através da escola, do referencial de educação para a segurança, Defesa e paz, e através de outro tipo de projetos que expandem o alcance do próprio dia da Defesa Nacional, que tem contribuído também para essa relação",

... /// ...

Compra de novos navios. Marinha paga por "competências complementares"

Na audição parlamentar sobre o orçamento de 2022, a Ministra da Defesa refutou o regresso do serviço militar obrigatório e prometeu avançar com o quadro de praças para o Exército e Força Aérea.



A Ministra da Defesa, Helena Carreiras, no parlamento nesta segunda-feira, junto com o secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira (à esquerda)

© Mário Cruz / Lusa

Valentina Marcelino

(09) de maio, 2022 — 18:04

<https://www.dn.pt/politica/compra-de-novos-navios-marinha-paga-por-competencias-complementares-14840272.html>

O **secretário de Estado da Defesa Nacional** garantiu que o facto de o Governo ter contratado a *holding* do setor empresarial do Estado (IdD - Portugal Defense) para fazer a "gestão do programa de aquisição" dos seis novos Navios Patrulha Oceânicos (NPO), no valor de 352 milhões de euros, "não significa que os ramos", neste caso a Marinha, "não tenham competências para o fazer".

"Significa que há **competências complementares** que podem ser usadas para melhor executar o programa e o respetivo impacto na economia de defesa nacional", frisou **Marco Capitão Ferreira**, que era o presidente do Conselho de administração da IdD antes de ir para o Governo, quando questionado pelo **coordenador para a Defesa do PSD, Carlos Eduardo Reis**.

Em causa está, tal [como já foi noticiado pelo DN](#), o desvio da Marinha de uma verba que pode chegar aos **cinco milhões de euros, durante os 10 anos**, para pagar à IdD a [gestão e acompanhamento do programa](#).

Esta iniciativa foi [criticada por todos os oficiais gerais da Marinha](#) ouvidos pelo DN, segundos os quais, **a Armada vai ser obrigada a pagar por um serviço para o qual tem quadros da casa qualificados para o fazer.**

A decisão tem por base uma [Resolução de Conselho de Ministros de 2021](#) e determina que **será a Marinha a pagar este valor**, com o orçamento da Lei de Programação Militar (LPM).

A medida, preparada pelo ex-Ministro da Defesa, **João Gomes Cravinho** (atual ministro dos Negócios Estrangeiros) e Marco Capitão Ferreira, suscita dúvidas legais e há quem considere que se trata de um financiamento indireto à IdD.

O facto de se estar a utilizar para este efeito uma verba aprovada da **Lei de Programação Militar** (LPM) é para Ana Miguel dos Santos, antiga coordenadora para a Defesa na grupo parlamentar do PSD e jurista especialista neste setor, uma ["evidente ilegalidade"](#).

No seu entender apenas os "serviços centrais do MDN" têm competências para a execução e acompanhamento da LPM "e não há hipótese de delegação de poderes".

Ramos pagam o "dobro" à NATO?

Na audição parlamentar que decorreu nesta segunda-feira [09MAI], o secretário de Estado considerou **"curioso que não nos lembremos de colocar em causa se os ramos têm ou não têm capacidades próprias quando se trata de recorrer à agência da [NATO Support Procurement Agency](#) (NSPA) que conduz estes programas de *procurement* a pedido dos estados membros e têm-no feito várias vezes para Portugal com uma ligeiríssima diferença em relação a este modelo: este custa metade e o dinheiro fica cá, o outro **custa o dobro e o dinheiro vai para fora**".**

O DN pediu ao gabinete da Ministra da Defesa para clarificar que tipo de prestação de serviços a NSPA já fez para os ramos e o seu custo, mas ainda não recebeu resposta.

Ao que conseguimos esclarecer junto de fontes que acompanham estes processos, de facto, os ramos, principalmente o Exército, recorrem à NSPA para o acompanhamento e gestão de alguns programas de aquisição - caso das [167 viaturas Táticas Ligeiras Blindadas 4X4](#) ou, mais recentemente, a [aquisição de munições, explosivos e artifícios de fogo](#).

"A NSPA trata da validação de componentes técnicos dos requisitos, trata do concurso e faz todo o acompanhamento, tal como, ao que parece, se pretende com a IdD", refere uma dessas fontes.

Marco Capitão Ferreira **refuta a tese de Ana Miguel dos Santos** de que a IdD não tenha competências para esta prestação de serviços. "Tem de certeza. **Todas as empresas têm competência para executar contratos.**

Desde que não faça execução financeira da LPM, coisa que está **esclarecido no nº 9 na RCM 72/2021**, que convém ler até ao fim, que claramente esclarece que a execução financeira do programa dos NPO continua a ser feita, como tem de ser, pela Marinha Portuguesa. Não há nenhuma novidade".

Consultada a RCM, **não existe este nº 9**, mas no número sete do anexo que descreve os "Termos de referência para a celebração do contrato a celebrar entre o Ministério da Defesa Nacional e a IdD - Portugal Defence, S. A.", é referido que **"todas as faturas no âmbito do programa deverão ser emitidas pelo(s) fornecedor(es) em nome do beneficiário, à Marinha**, que procederá ao respetivo pagamento.

Marco Capitão Ferreira salientou que **"ainda não foram feitos quaisquer pagamentos" à IdD** pois o contrato, cuja primeira tranche é de 254 mil euros "encontra-se ainda em processo de visto prévio no Tribunal de Contas".

Ainda assim, na sua página oficial, a IdD já se assume como "entidade responsável pela gestão do programa".

O Tribunal confirmou ao DN que o processo deu entrada há já três meses e que foram colocadas, pelo menos, dois conjuntos de questões.

"O processo está em análise, tendo dado entrada em 1 de fevereiro e sido devolvido a 8 de fevereiro. Foi recebida resposta em 7 de março e novamente devolvido em 17 de março para esclarecimentos, **cuja resposta se aguarda**", sublinhou fonte oficial.

Quadro de praças vai avançar

Nesta audição parlamentares a ministra da Defesa comprometeu-se a avançar com a **criação do quadro permanente de praças no Exército e na Força Aérea**, esperando concretizar o processo legislativo "nos próximos meses".

Esta medida, recorde-se, foi considerada decisiva para atrair e reter jovens nas Forças Armadas, de acordo com o **Plano de Ação para a Profissionalização da Carreira Militar** do ministério da Defesa Nacional (MDN), aprovado em abril de 2019, que indicava o 2º semestre de 2020 como data para a conclusão destes estudos.

O PSD propôs que esta medida, que tem sido sucessivamente adiada, ficasse orçamentada em 2021, mas não foi aprovada no parlamento.

Questionada, também pelo PSD, sobre a **disparidade de números sobre os efetivos das Forças Armadas**, já noticiada pelo DN, Helena Carreiras indicou que o "número oficial" é **27 741**, que inclui **militares no ativo, na reserva ao serviço e fora de serviço, bem como todos os militares ainda em formação.**

Frisando que cada valor "pode ter por base critérios diferentes, que devem ser conhecidos", a Ministra não explicou, porém, que os **23 347** dos três ramos, igualmente revelados pelo DN com base em **informação documentada**, dizem

respeito apenas os **militares no ativo ao serviço das Forças Armadas**. "Esse número não foi facultado pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, pelo que esclareci com o Sr. Chefe de Estado-Maior-General", alegou.

Na mesma audição, na linha do que [já tinha sido afirmado pelo Presidente da República](#) e [Comandante] Supremo das Forças Armadas, Marcelo Rebelo de Sousa, **Helena Carreiras** defendeu que **"não tem sentido reinstituir um serviço militar obrigatório"**, defendendo que esse sistema "não responde às necessidades estratégicas" das Forças Armadas, que precisam de "militares qualificados", com "tecnicidade".

"Considero, consideramos no Governo, que não é oportuno, que **não tem sentido, reinstituir um serviço militar obrigatório**, sobretudo nos termos em que ele existia e que esta própria expressão refere", afirmou Helena Carreiras, respondendo ao deputado do Chega Bruno Nunes.

A titular da pasta da Defesa manifestou, contudo, disponibilidade para "discutir modalidades de envolvimento" dos jovens com a Defesa.

Orçamento "responde" à guerra

Para a ministra da Defesa Nacional o Orçamento do Estado para 2022 "responde de forma direta" ao contexto de guerra na Ucrânia, prevendo uma cobertura orçamental que permite cumprir compromissos internacionais.

"O **orçamento para 2022 responde já, de forma direta, a este contexto de guerra**, prevendo a cobertura orçamental do esforço que poderá ser pedido ao nosso país para cumprir os compromissos perante a NATO, a União Europeia e o apoio que decidimos prestar à Ucrânia", considerou Helena Carreiras.

Nesta **reunião conjunta da Comissão de Defesa Nacional e Orçamento e Finanças**, Helena Carreiras afirmou que o OE2022 prevê "um **orçamento total de 73 milhões de euros para as Forças Nacionais Destacadas**, mais dois milhões do que em 2021, representando um aumento de 3,2% em receitas de impostos e um aumento de 2,8%, em termos globais".

"Estes montantes permitirão a Portugal cumprir os seus compromissos com um total de 23 missões distintas no quadro das várias Organizações Internacionais a que pertencemos, nomeadamente no quadro da NATO, da ONU e da União Europeia, a par de outras 11 missões de carácter bilateral ou multilateral", acrescentou.

O [orçamento total da Defesa para 2022](#) é 2450,7 milhões, menos 800 mil euros do que o que estava previsto no orçamento chumbado em outubro de 2021, o que Helena Carreiras justificou pela extinção da secretaria de Estado dos Antigos Combatentes e Recursos Humanos. Mas é uma **subida de 2,5% em relação ao orçamento executado em 2021**.

10/05 a 24/05/2022

OBSERVADOR

Maria João Avillez: “Os militares”

Nenhum país se respeita ou ganha respeito se não respeitar os seus militares, nenhuma pátria digna desse nome os pode minorizar assim.

Há que ter alguma atenção a isto.



Maria João Avillez

11 maio 2022, 00:23

<https://observador.pt/opiniao/os-militares/>

1 As Forças Armadas outra vez? Outra vez, trago-as eu. Seríamos levados a crer que uma questão desta natureza e dotada desta “essencialidade” não se desvanecesse assim, após o Chefe de Estado ter feito dela a parte forte do seu discurso de 25 Abril último. Mas quase desvaneceu. É certo que nos últimos dias se falou de militares, objectivos e prazos, mas só um “bocadinho”. A actualidade determina e impera e, no entanto, é também de militares que se trata a actualidade na Ucrânia e na Rússia, mas como é lá longe e se vê do sofá, exit Forças Armadas portuguesas.

Conviria, porém, tomar boa nota das palavras vindas de Belém. A ferida que gangrena o tecido militar é larga e funda mesmo que, como bem se sabe, não seja de hoje, nem de agora. Há muito que devia ter sido intervencionada não fora uma espécie de **biombo político-cultural** que separa a esquerda do universo das fardas. Para os protagonistas, decisores e militantes da ala esquerda do país, o assunto é “de direita” e ponto final. Com uma leviandade estarrecedora a farda militar é quase exclusivamente associada a referências e valores cuja indispensabilidade na saúde dos países democráticos ou a esquerda não percebe ou não lhe interessa: a autoridade cheira-lhes a “mando” indevido ou mesmo perigoso e a ordem ou a disciplina lembram-lhes com frequência uma espécie de atentado às liberdades cívicas. Um estorvo que os confunde, em resumo.

2 E assim chegamos onde estamos (e onde muito provavelmente nunca antes tínhamos estado). Vale a pena lembrar que nunca como hoje os equipamentos militares se encontram tão à beira da escassez, no ar, no mar ou em terra; recordar que um praça do Exército, da Armada ou da Força Aérea ganha menos do que um polícia; que as promoções estão a ser feitas com mais de um ano de atraso (ou não estivéssemos nós ainda a “usufruir” dos múltiplos efeitos das engenhosas cativações-marca Centeno, aqui aplicadas às Forças Armadas). Que começa a ser preocupante o número de militares que estão a abandonar qualquer um dos três ramos das Forças Armadas.

Ou ainda que o ambiente militar que não era bom, se agravou com algumas das nunca até hoje suficientemente bem explicadas trapalhadas ocorridas na passagem de João Cravinho pela Defesa. Trapalhadas, não. Os (evitáveis) dissabores, fossem produzidos pelo ministro ou promovidos pelo primeiro-ministro, foram muito além disso (e não se tenha medo das palavras ou se faça cerimónia com sensibilidades alheias ou hostis a este meio).

Houve vexames pessoais, humilhações, processos nem sempre claros, decisões polémicas. Decidir desagradava sempre e divide quase sempre. Mas neste arrastar infeliz de ocorrências a mancha do desagrado, de tanto que alastrou, não é facilmente “limpável”: será preciso uma consciência tão aguda quanto sabedora das prioridades e o uso de uma sensibilidade que pelos vistos não é para qualquer um. Haverá? A tempo?

3 Tendo ambas estas coisas – conhecimento e sensibilidade – o Presidente da República, nascido, crescido e formado num meio onde se percebia o universo militar e se cuidava de o tratar com a conveniência que ele reclamava (não era preciso mais que isso mas isso, era indispensável) fez um dois-em-um no passado dia 25 de Abril: **signalizou aos militares que estava atento e alertou o país para uma dupla questão: a gravidade da situação em qualquer dos três ramos, e as funestas consequências para Portugal** – dentro e fora de portas – **dessa desgraçada soma de falhas, faltas, erros, nomeações, omissões e demissões.**

Marcelo percebeu que com o andar da carruagem na Ucrânia e uma guerra na Europa o Comandante Supremo das Forças Armadas nunca podia deixar de intervir: **sem maior investimento na Defesa, o país não conseguirá estar à altura das suas responsabilidades, para não falar de que internamente, a contestação militar, mesmo que surda, não fará senão subir perigosamente de grau e amplitude.**

A tudo isto não foi obviamente estranho ter-se ouvido também de Belém e ainda antes de 25 de Abril o teor do discurso feito na tomada de posse do novo governo de António Costa: o Presidente, e logo de início, quis focar-se na invasão da Ucrânia pela Rússia, contextualizando a história e a política, abordando-as por diversos ângulos e elencando as mudanças abruptamente surgidas na cena europeia e internacional. Ao contrário do primeiro-ministro cuja intervenção poderia ter sido escrita antes de 24 de Fevereiro. **o Presidente quis dar importância e pôr em relevo o que aí está e o que está é uma guerra na Europa que também nos diz respeito.** Minutos depois e durante dias o que “se” reteve, porém, e quase obsessivamente foi a ida ou não ida de António Costa para um qualquer destino europeu havendo até quem se interrogasse publicamente sobre o porquê de o Chefe de Estado tanto ter abundado “com a Rússia”.

4 Tudo quanto se soube até hoje – se me escapou alguma coisa, mea culpa – foi que o Governo já “tinha previsto” no seu OE, determinadas verbas para as Forças Armadas. Subentendido: o Presidente não apanhou os governantes descalços. **Não se sabe quanto vale estar “previsto” nem quando se agilizará a operacionalidade das promoções atrasadas.**

Sabe-se, porém, que talvez não seja suficiente haver só uma instituição – o Palácio de Belém – a levar a questão militar muito a sério.

Não chega.

5 Admito que o leitor – caso ainda aí esteja... – se tenha enfastiado com esta prosa ou se espante de tanto afã militar meu. Olhe que não caro leitor. **Apenas partilhei uma preocupação, louvando o Chefe de Estado por estar atento ao assunto e estranhando ser aparentemente o único.** A questão não tem obviamente a ver com esquerda nem com direita. Nenhum país se respeita ou ganha respeito se não respeitar os seus militares, nenhuma pátria digna desse nome os pode minorizar desta forma.

Não se trata de “ir para a guerra” (por enquanto?). Os militares fazem muito mais coisas, cumprem mais missões, solucionam mais problemas, responsabilizam-se por mais tarefas, estão em mais lugares do que aquilo que se sabe ou se pensa. A formidável campanha de vacinação correu bem porque – não se duvide – estava bem entregue, o que uma vez mais se deve ao Chefe do Estado certamente alarmado – para dizer só isto – com um brinçalhão que por lá passou antes.

Por tudo isto que não é pouco, do que tentei tratar hoje foi da utilidade de alguma preocupada atenção em relação a este universo (goste-se ou não dele).

... /// ...

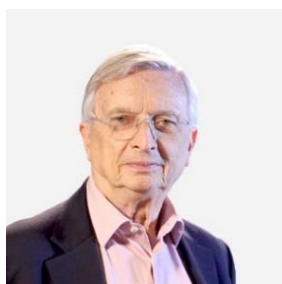
RÁDIO RENASCENÇA

F. Sarsfield Cabral: “Valorizar as Forças Armadas”

Não voltaremos ao serviço militar obrigatório.

O Governo tenta tornar mais atrativo o ingresso nas Forças Armadas por contrato individual.

Mas a carreira militar não tem sido valorizada pelos políticos.



Francisco Sarsfield Cabral

11 de maio, 2022

<https://rr.sapo.pt/artigo/francisco-sarsfield-cabral/2022/05/11/valorizar-as-forcas-armadas/283620/>

Não haverá um regresso ao serviço militar obrigatório, garantiu esta semana a ministra da Defesa, Helena Carreiras. Essa hipótese foi falada como resposta à continuada diminuição de voluntários disponíveis para ingressarem nas Forças Armadas. O Presidente da República, já em março, havia dito que essa hipótese não está agora em cima da mesa.

Muito boa gente não se resignou com o fim do serviço militar obrigatório. Ele permitia, por exemplo, acentuar a coesão nacional. E se a tendência na maior parte dos países é no sentido de ter Forças Armadas semiprofissionalizadas, nos últimos anos alguns países regressaram ao serviço militar obrigatório; casos nomeadamente da Lituânia, da Suécia e da Ucrânia (antes da invasão russa).

No final do século passado houve uma forte pressão das juventudes partidárias para que acabasse o serviço militar obrigatório em Portugal. Voltar a essa modalidade de recrutamento seria agora muito impopular.

O problema é que as Forças Armadas não conseguem atrair um número suficiente de recrutas contratados. De 2012 para cá diminuiu em cerca de um quarto o número dos que ingressaram nas fileiras militares por essa via.

Diz-se, **e é verdade**, que esse regime não é suficientemente atrativo. Por isso o Governo tem adiantado algumas medidas, desde logo pagar mais. Mas isso não basta. **A carreira militar não tem sido valorizada pelos políticos.**

A verdade é que, para muitos portugueses, não é clara a importância dos militares numa democracia civilista, como a nossa.

O Presidente Marcelo dedicou a maior parte do seu discurso no 25 de Abril às Forças Armadas, para as quais reclamou mais meios.

Pois este apelo do chefe supremo dessas forças embateu com numerosas incompreensões. A jornalista São José Almeida criticou no Público a prioridade dada ao investimento nas Forças Armadas, sugerindo que tal se devia ao "desejo de voltar a brincar com soldadinhos de chumbo".

A verdade é que, para muitos portugueses, não é clara a importância dos militares numa democracia civilista, como a nossa. **Alguns, mais ou menos conscientemente, estariam até dispostos a abdicar das Forças Armadas, como acontece na Costa Rica, ficando apenas com forças policiais e de segurança.**

Os militares fizeram o 25 de abril e depois permaneceram influentes na política com o Conselho da Revolução. Mas esse tempo acabou há muito.

Da parte dos políticos, no poder e na oposição, não houve, entretanto, o cuidado de fazer uma pedagogia sobre o papel das Forças Armadas numa sociedade democrática. Marcelo Rebelo de Sousa adiantou-se e fez bem. Outros políticos devem também valorizar os militares.

... /// ...

OBSERVADOR

A gente conhece-os por militares...

Defendo um modelo de SMO diferente daquele que terminou há 18 anos, um SMO orientado para o bem comum, que ofereça reais benefícios para o cidadão enquanto indivíduo e para a sociedade como um todo.



José Augusto Gonçalves

Médico

16 de maio, 2022 - 00:0920

<https://observador.pt/opiniao/a-gente-conhece-os-por-militares/>

"Senhor, umas casas existem no vosso reino, onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam obedecendo. Da Vontade fizeram renúncia como da Vida.

"Seu nome é Sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmos são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas acções é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares...

"Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessem pagar a Liberdade e a Vida. Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão.

"Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos e a defendem da invasão estranha e do jugo das paixões. Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E, desde hoje, é como se o fizessem.

"Porque, por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem, e à sua direita a disciplina."

Guilherme Joaquim de Moniz Barreto tinha 30 anos quando escreveu esta carta ao Rei D. Carlos, em 1893. Sobejam-lhe eloquência e qualidade literária que irão porventura faltar nas linhas que seguem, mas ainda assim penso que será oportuno escrever sobre os militares.

Em Portugal, o Serviço Militar Obrigatório (**SMO**) terminou em 2004 e os últimos anos em que vigorou, foram de lenta agonia embaraçada. Chamava-se Serviço Efectivo Normal (**SEN**), que denotava a vergonha em proferir as palavras "militar" e "obrigatório". Eram os sinais dos tempos.

Os ramos das Forças Armadas (FFAA) preparavam-se para um **novo modelo**, que já não iria mais contar com os homens recrutados para o SEN. Nesse contexto, era expectável que a esses homens fossem atribuídas tarefas cada vez menos essenciais à instituição, que planeava um futuro a prazo sem eles. O resultado e os relatos de quem era recrutado foram convenientes aos decisores políticos e à opinião pública, que naturalmente se opunha a ter de cumprir uma obrigação militar. A maioria dos homens que cumpriu o SEN perguntava-se "O que é que eu estou aqui a fazer?" Tinham razão e davam razão aos políticos que decidiram acabar com esse Serviço. Missão cumprida!

Podemos escolher encarar as FFAA como uma instituição supérflua.

Podemos questionar a sua utilidade à vida quotidiana da sociedade civil e ao bem-estar das comunidades. Podemos acreditar que não existe nenhuma ameaça externa que possa agredir o nosso país, ou que nenhuma FFAA conseguirão defender-nos do que quer que seja.

Julgo que **essa opinião pública prevaleceu até há 2 anos, mas foi abalada por uma pandemia e por uma guerra na Europa.**

Também podemos escolher encarar as FFAA de outra forma, começando por assinalar os deveres militares de **obediência, disponibilidade, autoridade, tutela, lealdade, zelo, camaradagem, responsabilidade, sigilo, honestidade, correcção e aprumo.** Inscritos na Lei Orgânica nº 2/2009, penso poder afirmar que representam os deveres sociais com que nos identificamos na vida civil.

E é por estes deveres cívicos que eu defendo o restabelecimento do SMO.

Porque acredito que a instituição militar é aquela que está mais vocacionada para a educação para cidadania.

É universal o desejo de constituir uma Nação de pessoas saudáveis, física e psicologicamente aptas, cultas, educadas, estimuladas a dar o seu melhor em prol da comunidade, integradas por valores morais e culturais unitários e inclusivos.

A Constituição da República Portuguesa, no Capítulo dos Direitos e Deveres Culturais, mais precisamente nos artigos 73º, 78º e 79º, determina que *"todos têm direito à educação e à cultura (...) à cultura física e ao desporto (...) bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural"*.

Nesse sentido, *"o Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva"*.

Encaro as FFAA exactamente como o melhor dos "outros meios formativos". Não reinventemos a roda. Deixemos de lado a vaidade criativo-legislativa. A alternativa será pior.

Na minha opinião, o maior mérito do SMO é constituir-se no mais poderoso instrumento de coesão social, promotor da paz, bem-estar e segurança nas comunidades. É a sua capacidade de unir numa mesma caserna, vestidos de uniforme, homens (e agora também mulheres) de todos os diferentes grupos sociais na defesa de uma mesma bandeira, e sentá-los à mesma mesa, comendo a mesma comida. E é como a camaradagem aí gerada continua, quando esses homens e mulheres regressam às suas vidas, às suas terras e aos seus bairros. João Ferro Rodrigues no seu livro "A Era do Nós", cuja leitura recomendo, reflecte muito bem a este respeito e sobre a necessidade de rebentar a bolha em que vivemos.

Defendo um modelo de SMO diferente daquele que terminou há 18 anos.

Pretendo um SMO orientado para o bem comum, que ofereça reais benefícios para o cidadão enquanto indivíduo e para a sociedade como um todo.

Tenho em vista um SMO permanentemente articulado com a sociedade civil, destinado a dar resposta às suas necessidades. Um SMO capaz de despertar novos interesses, aptidões e talentos (não necessariamente militares), orientado para o fomento de novas competências, habilidades e perícias individuais. Um SMO que assume o seu papel no desenvolvimento da personalidade, espírito de tolerância, compreensão mútua, solidariedade e responsabilidade dos mancebos, vocacionado para fortalecer a participação democrática na vida colectiva do seu País.

Não desejo de forma alguma a militarização da sociedade civil, nem a sua instrumentalização para pura satisfação de caprichos dos militares.

E defendo um SMO universal para homens e mulheres, numa sociedade que não discrimina os cidadãos pelo sexo, que lhes oferece iguais direitos e oportunidades, mas também lhes exige iguais deveres para com o seu País. A discriminação que vigorou em Portugal até 2004 e que em 2022 está a ser imposta pela lei marcial ucraniana, tornou-se difícil de aceitar, à luz da ideologia da igualdade de género.

Temos no SMO, não só uma soberana oportunidade política para resolver eventuais problemas de igualdade de género na instituição militar, mas também de pugnar pela igualdade de direitos, liberdades, garantias e deveres dos cidadãos, sem discriminação pela sua ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

A cidadania é por definição um vínculo que traduz a condição de um indivíduo enquanto membro de um Estado ou comunidade política, constituindo-o como detentor de direitos e de obrigações perante essa entidade. O SMO será a pedra angular do seu enquadramento.

Poderia ainda desenvolver um texto sobre os méritos do SMO no fortalecimento da identidade nacional e na preparação de um povo para a defesa do seu território, mas correria o risco de se tornar uma dissertação lapalissiana acerca de um ovo de Colombo descoberto há milhares de anos, sobre o qual as civilizações e os países se constituíram.

Termino com um apelo à reflexão sobre os riscos que corremos, se as FFAA, enquanto detentoras do monopólio legítimo da violência, não representarem e nelas não estiver representada a Nação que devem defender. É nosso dever encarar de frente o problema do recrutamento militar, da falta de atractividade e de condições da carreira militar, do afastamento progressivo entre as FFAA e a sociedade civil, e reconhecer que estes factores são propícios a fornecer instrução militar e licença de uso e porte de arma de qualquer calibre a indivíduos e grupos de pessoas mal-intencionadas.

E também por isso defendo o restabelecimento do Serviço Militar Obrigatório.

... /// ...

V. Marcelino: “Holding pública gastou 330 mil euros em consultores”

Ministério da Defesa. Holding pública gastou 330 mil euros em advogados, consultores e móveis para se renovar

Renovada em 2020 e com o jurista Marco Capitão Ferreira, atual secretário de Estado da Defesa, na presidência do Conselho de Administração, a IdD - Portugal Defence, a holding estatal das indústrias de Defesa já gastou 60 mil euros em advogados e 260 mil numa consultora.



O Ministério da Defesa Nacional

© Tiago Lourenço

Valentina Marcelino

18 de maio, 2022 — 00:17

https://www.dn.pt/sociedade/ministerio-da-defesa-holding-publica-gastou-330-mil-euros-em-advogados-consultores-e-moveis-para-se-renovar-14854059.html?utm_source=push&utm_medium=mas&utm_term=14854059

A holding do Ministério da Defesa, IdD - Portugal Defence, criada para promover as empresas e indústria nacional e renovada em 2020, ainda não prestou contas públicas da sua atividade.

A 13 de junho desse ano, o governo [anunciou a reforma da gestão das participações públicas](#) na área de economia da Defesa e escolheu Marco Capitão Ferreira, atual secretário de Estado da Defesa, para assumir a presidência do Conselho de Administração. Nenhum relatório e contas ou de atividades foi ainda publicado.

A IdD é responsável pela gestão da carteira de participações do Estado na indústria de Defesa: 100% das ações da Arsenal do Alfeite e da Empordef - Tecnologias de Informação S.A.

Detém também 59,8% da empresa "Extra - Explosivos da Trafaria", 45% da "Naval Rocha - Sociedade de Construção e Reparações Navais", 35% da "OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal", 18% da "EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica" e 17,5% da "EDISOFT - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software".

Uma pesquisa no portal dos contratos públicos, [base.gov](https://base.gov.pt), indica que a **nova equipa liderada por Marco Capitão Ferreira**, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, firmou desde a sua tomada de posse, **dois contratos com a mesma sociedade de advogados, a Pais de Vasconcelos & Associados** - Sociedade de Advogados, no valor total de 39 900 euros.



O secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira, presidia à holding estatal de Defesa

© Leonardo Negrão / Global Imagens

Um, logo em [setembro de 2020](#), por "**serviços de assessoria jurídica** em matéria de Direito Comercial e Direito das Sociedades, para apoio nas questões desta natureza que resultam ou envolvam o processo de reestruturação da IdD".

Outro, já em [fevereiro deste ano](#), na mesma linha, por "prestação de serviços de assessoria jurídica **em matéria de direito comercial**, direito das sociedades e de contratação pública, para apoio no processo de reestruturação.

Ao mesmo tempo que contratou a Pais de Vasconcelos em setembro de 2020, [pagou outros 19 950 euros](#) ao **jurista David Figueiredo Martins**, por "serviços **de assessoria jurídica em matéria de Direito do Trabalho**, para apoio nas questões desta natureza que resultam ou envolvam o processo de reestruturação da IdD".

Ou seja, os **aspetos jurídicos desta reestruturação custaram ao Estado só neste período 59 850 euros.**

"Rentabilizar o património" e a "boa gestão"

Também a mudança de instalações da sede da IdD para o Palácio Bensaúde, onde já está a Inspeção-Geral da Defesa Nacional e o Balcão da Defesa, teve um custo significativo.

De acordo ainda com o portal base.gov a ["empreitada para obras de adaptação"](#) custou cerca de 130 mil euros.

Mais surpreendente é o valor de 9 100 euros gastos já em abril deste ano só em ["mobiliário de escritório para arquivo, sala de reuniões e sala do Presidente do Conselho de Administração"](#).

Inquirido sobre esta despesa, designadamente sobre que valor exato tinha sido despendido no gabinete ainda de Marco Capitão Ferreira o **porta-voz oficial da empresa** esclareceu: "Com o objetivo de **rentabilizar o património imobiliário público**, a IdD mudou-se do Restelo Business Center, onde pagava renda, para o **Palácio Bensaúde**, propriedade do Ministério da Defesa Nacional.

Nas novas instalações existiam **espaços que anteriormente não tinham aproveitamento e** que, por isso, foram transformados para criar uma sala de arquivo e uma sala de reuniões, tendo sido necessário proceder à aquisição de equipamentos.

A distribuição aproximada do seu valor é a seguinte: **3000 euros para a sala de reuniões** (divisória em vidro, porta de alumínio, mesa e cadeiras); **5000 euros para a sala de arquivo** (armários com altura total, prateleiras e portas, estantes com 160 prateleiras); e **1100 euros para a sala do Presidente do Conselho de Administração** (mesa de reuniões e cadeiras)"

Assim, conclui esta fonte oficial, "esta mudança visa precisamente rentabilizar o património existente afeto à Defesa Nacional, sendo, portanto, uma medida de boa gestão".

Os outros contratos de maior valor feitos durante a liderança do atual secretário de Estado foram um de **189 mil euros** com a [consultora Ernst & Young](#), para "aquisição da prestação de serviços de desenvolvimento de website para a economia de defesa" e [outro com a mesma empresa](#), de **74 450 euros** para "prestação de serviços de criação de um sistema de Business Intelligence".

Por outros **74 700 euros** foram comprados ["serviços de assistência ao utilizador e gestão de infraestrutura informática"](#) à empresa Bitwoci.

O [último contrato](#) que foi publicado nesta plataforma, dia três do corrente mês, diz respeito à "aquisição de serviços de imagem e comunicação estratégica" à empresa Solos, no valor de 19 800 euros.

Portas giratórias

Questionada sobre porque ainda não está sequer publicado o relatório de contas de 2020, cujo prazo legal de apresentação era 31 de maio de 2021, **fonte oficial da IdD** refere que "**o relatório e contas de 2020 foi entregue às tutelas em outubro passado** e aguarda marcação de assembleia geral para análise e aprovação por parte do acionista Estado, processo que se atrasou em virtude da mudança de governo".

Sublinha ainda que "devido à situação pandémica provocada pela COVID-19, **os normais prazos de prestação de contas do ano de 2020 foram alargados** para setembro / outubro 2021".

Fonte oficial do gabinete da Ministra da Defesa, Helena Carreiras, confirma: "Tendo o XXIII Governo tomado posse a 30 de março, a assembleia geral da referida empresa pública, na qual o relatório em causa será apreciado e votado (e posteriormente publicado), será agendada com a brevidade possível", diz o porta-voz.

Igualmente desta assembleia-geral depende a **ratificação da nomeação da sucessora de Marco Capitão Ferreira, a jurista Catarina Nunes**, sua antiga vogal que o tem acompanhado nas participadas estatais de defesa nos últimos anos.

"A Dra. Catarina Nunes foi nomeada formalmente para o cargo de PCA da IdD Portugal Defence de acordo com os procedimentos legais previstos no código das sociedades comerciais e **encontra-se em pleno exercício do cargo**. Nomeação a ser ratificada pelo acionista Estado na próxima assembleia geral da sociedade", afiança o porta-voz da holding.

O atual secretário de Estado e Catarina Nunes têm ainda em comum o facto de terem transitado de gabinetes de ministros. Marco Capitão Ferreira entrou no governo pela mão do ex-ministro da Defesa Socialista, Nuno Severiano Teixeira, de quem foi assessor jurídico e entre 2008 e 2011 foi administrador da Empordef (Empresas Portuguesas de Defesa), a antiga holding que geria as participações do Estado nas indústrias de Defesa e que foi extinta em dezembro de 2019.

Com o **ex-ministro da Defesa João Gomes Cravinho** (atual ministro dos Negócios Estrangeiros), este jurista foi designado para a Comissão Liquidatária da Empordef, para presidente do Conselho de Administração da Empordef Tecnologias de Informação (ETI) e para administrador não-executivo das OGMA (Indústria Aeronáutica de Portugal), esta última marcada pela saída, em rutura, do tenente-general Luís Araújo (ex-chefe de estado-maior da Força Aérea).

Quando assumiu a liderança da IdD escolheu para o seu núcleo duro **Catarina Nunes**, que era assessora de Cravinho. Esta jurista, quadro do ministério da Economia, acompanhou Capitão Ferreira na liquidação da Empordef e foi ainda designada para as OGMA, como administradora não executiva.

Uma das suas primeiras funções foi coordenar um gabinete de acompanhamento das novas políticas de defesa da União Europeia, área em que se especializou, juntamente com a dos fundos comunitários para a defesa, outra matéria que a holding se propõe a promover no nosso país.

Estudo, seminários e feiras

Instada a indicar as ações de maior relevo que foram executadas pela nova equipa, ainda liderada por Marco Capitão Ferreira, nestes quase dois anos, o porta-voz da IdD sugere que se consulte "[a área de notícias](#) no site da IdD Portugal Defence, em particular a newsletter RADAR".

Em 2021, é destacado o "[primeiro estudo sobre Economia de Defesa em Portugal](#)", o Seminário Internacional sobre Economia de Defesa Europeia"; o lançamento "ainda em modo piloto, da primeira turma da Academia do Arsenal, para atender às necessidades do cluster naval, um projeto que conta com o apoio do PRR"; a assinatura de um protocolo para o lançamento da Academia Aeronáutica, na OGMA, replicando o modelo para o cluster aeronáutico"; e a participação no "desenvolvimento do EU Cyber Academia and Innovation Hub".

Já no [primeiro trimestre do corrente ano](#), é salientado que "a idD está a acompanhar de perto os desenvolvimentos sobre o **Fundo Europeu de Defesa** para 2022, organizando um conjunto de iniciativas para esclarecer as entidades nacionais sobre boas práticas para integração de consórcios e para encontro de oportunidades" e que "no campo da internacionalização, a IdD esteve presente na 14th European Space Conference, na WDS 2022, na **Arábia Saudita**, e na ISDEF 2022, em **Israel**, para promover a Economia de Defesa Nacional e desenvolver contactos que possam trazer negócio para Portugal".

Neste **mês de maio**, no passado dia 12, a IdD organizou um Industry Day Portugal - Reino Unido com a ADS Britânica (Aerospace, Defence Security & Space) no Forte de S. Julião da Barra, em Oeiras, com o propósito de fomentar a cooperação entre as entidades dos dois países".

A [agenda disponível no site](#) até final de julho, regista essencialmente **deslocações a feiras internacionais em vários países**.

De acordo com um relatório sobre "[remunerações por género](#)" disponível no site oficial da holding, relativo a 2020, os **membros do Conselho de Administração** (atualmente com quatro elementos) têm um **salário médio de 4 608 euros**.

Contrato ainda sem visto prévio do Tribunal

Os [estatutos foram alterados a 29 de junho de 2020](#) - quando a empresa, com Marco Capitão Ferreira a comandar se transformou em " IdD - Portugal Defence".

Foi atribuído à holding o poder de "**assessorar as transações de equipamentos militares**, nomeadamente no âmbito da execução da **Lei Programação Militar (LPM)**, em articulação com a Direção-Geral de Recursos de Defesa Nacional".



A ministra da Defesa, Helena Carreiras, com o secretário de Estado Marco Capitão Ferreira e o Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante Gouveia e Melo. **Quando dirigia a IdD, Capitão Ferreira fez um contrato com o Ministério da Defesa para gerir o programa de aquisição dos seis NPO**

© Rui Minderico / Lusa

Com base nesta nova função, o ex-ministro da Defesa fez um contrato com a IdD para ser esta a fazer a gestão do programa de aquisição dos seis navios patrulha oceânicos para a Marinha, cujo pagamento **pode chegar a cerca de cinco milhões de euros** durante os 10 anos do plano.

Contudo, este trabalho, que já é assumida como certo pela IdD [na sua página oficial](#) da internet, **suscita algumas dúvidas legais**, conforme o [DN já noticiou](#), por se tratar de verbas da LPM cuja **execução e acompanhamento**, segundo a Lei do Orçamento, estão **limitados aos organismos centrais do Ministério de Defesa Nacional**, que não é o caso da IdD.

Por outro lado, **este contrato ainda não tem o visto do Tribunal de Contas. "O processo está em análise**, tendo dado entrada em 1 de fevereiro e sido devolvido a 8 de fevereiro. Foi recebida resposta em 7 de março e novamente devolvido em 17 de março para esclarecimentos, cuja resposta se aguarda", sublinhou fonte oficial.

A IdD integra do [setor empresarial do Estado](#) e tem a direção acionista e tutela financeira do Ministério das Finanças e a tutela setorial do Ministério da Defesa.

O DN indagou a [Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial](#) (UTAM), a 13 de abril passado, sobre se tinha algum **parecer ou relatório relacionado com a renovada IdD**.

Passadas três semanas sem resposta, o DN foi remetido para o **gabinete do Ministro das Finanças**, Fernando Medina, no passado dia dois de maio, tendo colocado a mesma questão, em relação à qual também ainda não obteve esclarecimento.

... /// ...

Marcelo: Investimentos em Defesa mais importantes do que nunca

Presidente da República também sublinhou a importância da "cooperação entre aliados" na região euro-atlântica.



O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, durante a VI edição do Legislators Dialogue no auditório da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), em Lisboa.

© MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

DN/Lusa

(02) maio, 2022 — 21:45

<https://www.dn.pt/politica/marcelo-investimentos-em-defesa-mais-importantes-do-que-nunca-14819204.html>

O Presidente da República defendeu esta segunda-feira que, face à invasão russa da Ucrânia, "**os investimentos em Defesa e Segurança e a cooperação entre aliados**" na região euro-atlântica "são mais importantes do que nunca".

Numa intervenção em inglês, na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa considerou que "**a diplomacia deve ser sustentada por credibilidade militar para trazer estabilidade à Europa**" e enalteceu a importância do "**compromisso político entre as democracias da América e da Europa**".

Segundo o chefe de Estado, **a guerra na Ucrânia mostrou que não há "um declínio inexorável do euro-atlântico", que descreveu como "o mais valioso bloco económico e de comércio" e "o centro da liberdade e da democracia", onde foram alcançados progressos que jovens das outras partes do mundo ambicionam.**

"Mas, para reforçar esses princípios, quando a guerra regressou à Europa da forma mais brutal, os investimentos em Defesa e Segurança e a cooperação entre aliados são mais importantes do que nunca", defendeu.

O Presidente da República, que falava durante um encontro de políticos luso-americanos eleitos para câmaras legislativas dos Estados Unidos da América organizado pela FLAD, declarou que **Portugal quer participar "no reforço coletivo da Aliança Atlântica".**

Sobre a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, iniciada em 24 de fevereiro, sustentou que tem havido **"coesão nacional no apoio à Ucrânia"** e que, **"apesar da posição singular do PCP acerca da guerra", foi alcançado no parlamento "um consenso de apoio à resistência democrática da Ucrânia"**.

Marcelo Rebelo de Sousa disse que "Portugal esteve com a Ucrânia, desde a primeira hora", apoiando "sanções contra a Rússia, ajuda militar à Ucrânia, apoio humanitário a refugiados" e comprometendo-se "com as decisões da NATO e da União Europeia".

"Eu e o Presidente [da Ucrânia] Zelensky falámos sobre este compromisso português muito cedo, no começo de março, em linha com a próxima relação desde a sua eleição no ano passado", referiu.

"O Presidente, o Governo, o parlamento, os municípios locais, todos estiveram juntos na defesa das decisões nacionais humanitárias, políticas, diplomáticas, financeiras e militares em relação à Ucrânia e às nossas alianças", acrescentou.

... /// ...

TSF

Almirante Gouveia e Melo garante prontidão de forças comprometidas com a NATO

O chefe do Estado-Maior da Armada desvaloriza as polémicas no início do mandato, promete mais eficiência, e garante que a Marinha está à altura dos desafios do futuro. No dia da Marinha, Henrique Gouveia e Melo, explica porque é contra o Serviço Militar Obrigatório, e porque Portugal tem de aproveitar e valorizar a aposta no mar.



Nuno Domingues (TSF) e Rosália Amorim (DN)

20 de maio, 2022 • 08:00

<https://www.tsf.pt/portugal/politica/almirante-gouveia-e-melo-garante-prontidao-de-forcas-comprometidas-com-a-nato-14872928.html>

.....

As Forças Armadas têm lamentado a falta de capacidade para atrair pessoas para a vida militar. O que é que está a faltar para que os mais jovens voltem a querer ser militares?

Isso é um processo que teríamos de andar muitos anos para trás para explicar toda a envolvente, desde aspetos psicológicos, psicologias de grupo, ideias que se foram desenvolvendo na sociedade, o papel das Forças Armadas, estereótipos sobre as Forças Armadas, tudo isso contribui.

Ir à tropa é uma coisa negativa?

Não é, se não, não seria militar. Há estereótipos que foram construídos e agora têm de ser reconstruídos de forma muito mais equilibrada e saudável. Foram construídos num período muito específico da nossa história recente e esse período tinha um ambiente diferente do atual. Perante uma dificuldade, não podemos queixar-nos de tudo o que aconteceu no passado e dizer que tudo o que está a acontecer hoje é uma desgraça.

Ao olhar para o passado, e percebendo como chegámos aqui, temos de tentar encontrar novas soluções que depois se materializem de facto. Temos de ter bom senso para as fazer, mas julgo que todos nós estamos empenhados, e da minha perspetiva há um empenho forte de todos os atores políticos e militares, para tentar superar esses problemas.

Qual é a sua opinião sobre o regresso ou não do serviço militar obrigatório?

Sou de um ramo muito tecnológico, nunca gostámos muito do serviço militar obrigatório porque são militares que estão muito pouco tempo nas nossas fileiras para se fazer um investimento grande para eles aprenderem e depois saírem muito rapidamente das fileiras, quando a Marinha é um elemento altamente tecnológico. Portanto, nunca fui adepto do serviço militar obrigatório, outros ramos poderão ser, face ao seu modelo de atuação poderão considerar isso mais adequado. Neste momento, **julgo que caminhamos num determinado caminho que é muito difícil de voltar para trás e não sei se essa será a solução, pelo menos para a Marinha não é.** Nós precisamos de profissionais muito competentes para operar os equipamentos complexos que temos, portanto, não vamos formar esses profissionais num ano, usar durante mais um ano esses profissionais, e depois voltar a colocá-los na sociedade civil. Os recursos envolvidos para fazer essa rotação permanente e os riscos de estar permanentemente a rodar essa componente muito tecnológica, são muito elevados. A Marinha é conhecida por ter praças profissionais, é dos poucos ramos - se não o único -, que tem a maior parte dos seus praças a serem profissionais, e já o eram quando ainda havia serviço militar obrigatório. Portanto, o serviço militar obrigatório não me preocupa muito, preocupa-me mais a profissionalização e como são tratados os profissionais.

E se fosse um serviço cívico obrigatório em que uma das opções fosse o serviço militar?

A mim não me agrada nenhuma ideia obrigatória, não me agrada nenhuma ideia em que as pessoas vão para um sítio por pouco tempo fazer uma cruz num quadradinho a dizer que lá estiveram. Ser militar é uma vocação, e até podemos encarar as Forças Armadas como uma grande escola de educação cívica e querer que todos os cidadãos passem por essa escola, mas isso é uma visão política numa visão militar. A minha visão militar é que queremos ter um ramo que consiga operar sistemas complexos no mar, pessoas isoladas das famílias, sem telemóveis, e que tenham resiliência necessária para estar dois meses sem atracar. Não é uma pessoa que vem aqui fazer um passeio que depois tem capacidade para cumprir essas missões. Portanto, prefiro profissionais competentes e altamente motivados para a sua missão.

A guerra na Europa é uma forma de reforçar o poder e a necessidade de um projeto conjunto de defesa europeia, na sua opinião? Tudo o que está a acontecer recentrou o papel das Forças Armadas?

Julgo que a guerra na Ucrânia vai fazer repensar muitos dos modelos atuais. Nós somos um país pequeno, todos os países pequenos em alianças grandes tendem a diluir a sua capacidade, não sei se isso politicamente é bom. Sendo um país pequeno e tendo um mar gigantesco, temos de ter cuidado com as diluições que possam aparecer, mas essencialmente essa decisão, mais uma vez, terá um carácter essencialmente político. Podemos até encontrar 20 soluções militares para um determinado problema, mas essas soluções são definidas pelo poder político e com os recursos que o poder político consegue disponibilizar para esses objetivos. O que diria é que a Europa vai ter de se defender de uma forma ou de outra, qual é o modelo em que se vai defender? É um modelo essencialmente político, que depois vai resultar num modelo militar também, mas a decisão é política.

Estará a nascer uma espécie de pilar de defesa europeu dentro da própria NATO?

Sempre existiu essa tentativa de criar um pilar europeu dentro da NATO, mas é o mesmo que dizer que temos um clube de futebol e que queremos criar mais dois dentro desse clube de futebol. Já temos um clube, chama-se NATO e é Atlântico, tem a vantagem de unir as duas partes do Atlântico. O facto de começarmos a pensar numa só parte do Atlântico, pode fazer com que a outra parte ache que já não vale a pena estar tão unida a nós e prosseguir os seus fins estratégicos de uma outra forma. Isso é perigoso para a Europa porque a História mostrou que é preciso um parceiro de fora para ajudar a Europa a desenvolver-se em paz. Acho que esse parceiro está perfeitamente definido, a NATO é esse parceiro de fora, só nos salvámos do regime nazi e do fascismo porque houve um parceiro exterior, que se chama Estados Unidos, que veio morrer por nós aqui na Europa.

E considera que este perigo se evidencia com a adesão da Suécia e da Finlândia à NATO?

Não, não se vai evidenciar, pelo contrário. Países que têm grandes ligações ao mar estarão sempre mais próximos de uma defesa atlântica do que de uma defesa centrada no continente. Essa visão centrada no continente é muito antiga, já vem a ser discutida desde o século XVIII, contra uma visão que era o poder marítimo. Os poderes continentais, normalmente, são fechados e tentam ocupar espaços por conquista, os poderes marítimos são abertos, mais democráticos, em que a parceria é feita por troca e partilha de interesses, muito mais do que por imposição de interesses. O que estamos a ver hoje na Europa são duas mentalidades: uma continental a atuar e uma marítima a tentar defender-se.

Seria mau se fossem duas mentalidades continentais uma contra a outra e essa maritimidade do lado oeste é fortemente conferida pelos Estados Unidos. Os estudiosos dizem que as potências continentais olham para a forma de obter poder como conquista territorial e submissão dos outros povos, quem é que tem esse projeto neste momento? Não me parece que seja o projeto da NATO.

Era inevitável o pedido de adesão destes dois países à NATO? Ou, como diz Putin, ajuda à escalada da guerra?

O dirigente russo dirá o que achar que tem de dizer, fruto da sua perceção política e das relações internacionais. A mim parece-me que foi uma evidência, dois países que eram neutros sentiram que o mundo na região Europa era demasiado perigoso para manter a neutralidade, quando essa neutralidade está na fronteira. É fácil ser neutro quando estou no centro da NATO, quando estou rodeado de países da NATO é muito fácil ser neutro. Olhando para a geografia, para o terror que esta invasão criou, para a desestruturação de relações internacionais, e para a incerteza que traz às populações, o desfecho é o mais natural. Posso dizer que na minha muito modesta opinião, quem levou a Finlândia e a Suécia para a NATO foi o senhor Putin.

Há compromissos das Forças Armadas com a NATO ao nível da prontidão. Há dificuldade ou não na mobilização dos meios?

Vou dar-vos uma resposta para vos descansar, mas há uma coisa que tenho que dizer: não vou explicar em público as capacidades da Marinha portuguesa, porque isso não faz sentido num momento de tensão como o que passamos agora. De qualquer forma, há um submarino a operar neste momento, temos duas fragatas disponíveis, e há uma companhia de fuzileiros que vai ser projetada para a Lituânia. Já houve alguns jornais que especularam sobre isso e mantive-me em silêncio, porque não há nada como a prova dos nove, e quando forem ativados estão lá e nesse dia venham dizer se falhámos ou não nos nossos compromissos. Não me parece que tenha de vos responder a isso no futuro.

.....

... /// ...

TSF

"Portugal não tem uma estratégia de segurança marítima"

Ministra da Defesa fala em "desafio constante" e sublinha que esta "é uma lacuna no nosso pensamento estratégico".



A Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras

© Mário Cruz/Lusa

Lusa

20 de maio, 2022 • 22:41

<https://www.tsf.pt/portugal/politica/portugal-nao-tem-uma-estrategia-de-seguranca-maritima-14875912.html>

A Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, disse esta sexta-feira que Portugal não tem uma estratégia de segurança marítima, mas salientou que nesta área a definição de prioridades e a alocação de recursos são um "desafio constante".

"Portugal não tem uma estratégia de segurança marítima. É uma lacuna no nosso pensamento estratégico", afirmou, numa comunicação em inglês, por videoconferência, no encerramento do segundo curso de segurança marítima organizado pelo Centro do Atlântico, que decorreu na base das Lajes, nos Açores. Segundo Helena Carreiras, "isso não quer dizer que Portugal não tenha definido as suas prioridades e que as responsabilidades não estejam claramente atribuídas", mas numa área em que os ambientes de segurança se alteram rapidamente "a definição de prioridades e a alocação de recursos são um desafio constante".

"O pensamento estratégico deve ser entendido como uma oportunidade para fazer um **balanço** do que está feito, dos **desafios** que têm de ser atendidos e dos **recursos** necessários para alcançar os **objetivos** definidos", sublinhou.

Questionada por correio eletrónico, na sequência destas declarações, fonte oficial do Ministério da Defesa Nacional disse que **"o enfoque da Defesa Nacional deverá ser de garantir que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, cuja revisão está em curso, incorpore devidamente a dimensão de segurança marítima como uma prioridade"**.

"Deve ser, portanto, sempre nesse processo que a segurança marítima deve ser abordada por Portugal", acrescentou.

No encerramento do curso de segurança marítima, a ministra salientou que Portugal desenvolveu uma **estratégia nacional para o mar, "focada nas dimensões científica, económica e ambiental das atividades marítimas"** e que está a trabalhar também no ordenamento do espaço marítimo, "para melhor regular o uso do mar".

Para além disso, lembrou a "candidatura de Portugal às Nações Unidas para a expansão da plataforma continental" e as "relações de longa data com outras nações marítimas, em muitas partes do mundo, em especial, em África, **onde a segurança marítima tem estado no centro dos esforços de cooperação regional"**.

No Dia da Marinha, Helena Carreiras destacou o papel da Marinha portuguesa em operações de resgate e a presença regular no golfo da Guiné, em defesa da segurança das atividades económicas realizadas naquela zona.

"Portugal está a fazer a sua parte para melhorar a segurança e a proteção marítima e está igualmente investido em quebrar as ligações entre atividades criminosas e violência em terra e no mar", apontou.

A ministra realçou o papel do Centro do Atlântico, criado por iniciativa de Portugal, no despertar de consciências para a "importância da segurança marítima nas atividades económicas e de bem-estar" e o contributo que dá no "desenvolvimento de respostas a desafios futuros".

"O Centro do Atlântico dá a Portugal e aos outros países participantes a oportunidade de abordar os desafios de segurança de forma coordenada", frisou.

Para além de Portugal, o Centro do Atlântico, oficializado em 2021, integra Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Colômbia, Espanha, Estados Unidos da América, França, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Holanda, Marrocos, Nigéria, Reino Unido, São Tomé e Príncipe, Senegal e Uruguai.

Com o tema "Segurança Marítima e Segurança Humana", o curso, realizado pelo segundo ano na base das Lajes, contou com a participação de 30 auditores de nove países atlânticos e com oradores portugueses e estrangeiros de instituições como a NATO, as Nações Unidas, a União Europeia e instituições académicas internacionais.

... /// ...

Forças Armadas perdem 8 900 militares em 10 anos

Ministério da Defesa vai gastar, este ano, mais de mil milhões de euros em despesas com pessoal.



Os jovens têm manifestado, nos últimos anos, pouco interesse pessoal em ingressar na vida militar

António Sérgio Azenha e Paulo João Santos

22 de maio, 2022 às 01:30

<https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/forças-armadas-perdem-8-900-militares-em-10-anos>

Forças Armadas têm maior universo dos serviços: de segurança, com saída, em média, de mil efetivos por ano.

DADO © Ministério da Defesa vai gastar, este ano, mais de mil milhões de euros em despesas com pessoa

As Forças Armadas perderam cerca de 8900 vos nos últimos 10 anos. Segundo um levantamento efetuado pela Associação de Oficiais das Forças Armadas (AFA), entre 2011 e 2019, as Forças Armadas perderam, em média mil efetivos por ano. Para as FA, perante esta situação, "torna-se indispensável, como emergência nacional, a revisão do sistema remuneratório", entre outras medidas. O Ministério da Defesa vai gastar com **despesas com pessoal**, em 2022, um total de 1,075 mil milhões de euros que corresponde a **45,8% do orçamento total**, segundo a proposta do Estado para este ano.

Os dados da AOFA indicam que as Forças Armadas tiveram, entre dezembro de 2011 e março de 2022, a maior quebra de efetivos no universo das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança (ver infografia). Nestas últimas forças, estão incluídas GNR, PSP, Guarda Prisional, Polícia Judiciária, Polícia Municipal e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

No final de 2011, as Forças Armadas tinham um efetivo total de 34 514 militares, mas, em março deste ano, o efetivo era de **25 616** militares, uma redução de cerca de 26%. Para a AOFA, **“a situação é absolutamente insustentável.”** Para resolver esta situação, a AOFA defende **“a anulação dos descontos para a Assistência na Doença dos Militares (ADM), a profunda remodelação da Ação Social Complementar, a revisão global do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), a revisão profunda do Sistema de Avaliação”.**

MÃO À PALMATÓRIA

O Correio da Manhã publicou ontem uma sondagem da Intercampus para o CM cuja análise não foi a correta. Escreveu-se que a maioria dos inquiridos achava que a União Europeia estava a fazer tudo para acabar com a guerra na Ucrânia, quando, na verdade, a maioria entendia o contrário (64,2% contra apenas 28,2% que disseram sim). Pelo erro grosseiro pedimos desculpa aos leitores.

INVESTIMENTO | EQUIPAMENTOS

O Ministério da Defesa tenciona concluir, em 2022, a compra das aeronaves militares de transporte estratégico KC-390, e a aquisição de seis novos navios-patrolha oceânicos, considerados essenciais para a afirmação da soberania no mar e na garantia da segurança no Atlântico.

META | ATENÇÃO AO RECRUTAMENTO

A ministra da Defesa, Helena Carreiras, já disse que vai ser alargado para nove anos o prazo dos contratos nas Forças Armadas. Na explicação do orçamento enviada ao Parlamento, o Ministério da Defesa diz que haverá “atenção especial ao estudo e à adequação dos mecanismos de recrutamento e retenção”.

MONTANTE | PESO DO PESSOAL

A Administração Interna, que tutela a GNR, a PSP e o SEF, tem um orçamento de 2,38 mil milhões de euros, em 2022. Desse valor, 74% são encargos com pessoal.

MAI | DAR FORÇA AO REJUVENESCIMENTO

O ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, assume, na nota explicativa do orçamento do ministério enviada ao Parlamento, que o Governo tem a intenção de **aprovar o plano plurianual de admissões nas forças de segurança para o período 2022-2026**, para impulsionar o rejuvenescimento e manter a prontidão e eficácia.

Portugal tem 222 militares na Roménia ao serviço da NATO

Portugal tem, neste momento, 222 militares na Roménia ao serviço da NATO. A missão é de paz, como lembrou esta semana o primeiro-ministro na visita às tropas, estacionadas na Base Militar de Caracal. "A NATO é uma organização defensiva, não busca a guerra e procura a paz. **A vossa missão, ao procurarem garantir o respeito pelo direito internacional e assegurar a soberania de cada Estado-membro da NATO, contribui para que a paz se mantenha no território da Aliança Atlântica e chegue tão depressa quanto possível ao território ucraniano**", disse António Costa. **"Esta é uma missão militar, mas é uma missão militar para reforçar as forças da paz"**, reforçou.

Maioria quer mais investimento

Portugal deveria investir mais nas Forças Armadas, defende a maioria (59%) dos inquiridos no último barómetro da Intercampus para o Correio da Manhã/CMTV e 'Negócios' (ver infografia).

Os portugueses não têm, contudo, consciência imediata dos custos envolvidos: quando se pede que tenham em conta os gastos que isso implica e uma eventual redução de outros investimentos importantes, a percentagem de respostas afirmativas desce (40,1%) e o 'não' torna-se maioritário (49,8%).

Questionados sobre se acham que o Presidente da República "fez bem ou fez mal em pedir ao Governo mais investimento na Defesa e em equipamento militar", dois terços (64,3%) aprovam a posição de Marcelo Rebelo de Sousa. E apenas 21,3% condenam a postura do chefe de Estado, no atual contexto de invasão da Ucrânia pela Rússia e de apoio internacional ao país agredido.

... /// ...

PÚBLICO

Ministra da Defesa preside Dia da Marinha

Ministra defende reforço de relações com aliados para “elevant” papel de Portugal no mar.

A ministra da Defesa estabeleceu um conjunto de prioridades no dia da Marinha: marcar o papel de Portugal como produtor de segurança marítima, criar novas pontes, valorizar e dignificar a carreira militar e recrutar mais efectivos.



Helena Carreiras e Gouveia e Melo estiveram presentes nas celebrações do Dia da Marinha

LUSA/LUÍS FORRA

Lusa,

22 de maio, 2022

<https://www.publico.pt/2022/05/22/politica/noticia/ministra-defende-reforco-relacoes-aliados-elevar-papel-portugal-mar-2007227>

A [ministra da Defesa](#) defendeu este domingo o reforço e a construção de novas pontes entre os aliados internacionais e a Marinha Portuguesa, de forma a “elevant ainda mais” o papel de Portugal enquanto produtor de segurança marítima.

“Num mundo tão globalizado e dinâmico, onde o comércio marítimo possui tanto peso na economia global, é fundamental garantir a utilização livre e segura do mar”, disse [Helena Carreiras](#), na cidade de Faro.

Ao discursar na cerimónia oficial das celebrações do Dia da Marinha, a ministra da Defesa, defendeu a necessidade de Portugal “continuar a construir novas pontes entre os parceiros e aliados, promovendo iniciativas como as das presenças marítimas coordenadas da União Europeia ou [formatos inovadores como o Centro do Atlântico](#)”.

De acordo com a governante, o reforço dessas relações permitirá “elevar ainda mais o papel internacional de Portugal enquanto produtor de segurança marítima”.

“Estamos conscientes de que a própria conjuntura internacional tem gerado um aumento significativo das solicitações para [o emprego das Forças Armadas](#) em cenários novos e diferentes, com reflexo ao nível das capacidades, da flexibilidade do seu emprego, da interoperabilidade e da prontidão operacional”, apontou.

Helena Carreiras adiantou que [o projecto de uma Plataforma Naval Multifuncional, cujo financiamento foi aprovado em Conselhos de Ministros em 12 de Maio, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência \(PRR\)](#), “é fundamental para apoiar a Marinha a reforçar a sua capacidade operacional”.

Helena Carreiras defendeu ainda a necessidade de “**continuar a valorizar a condição militar e a dignificar as Forças Armadas**”, com a [possibilidade de progressão nas carreiras e a sua dignificação](#).

“Teremos também de encetar, em conjunto, todos os esforços para conseguirmos avançar na implementação dos planos de Acção para a Profissionalização do Serviço Militar e Sectorial da Defesa Nacional para a Igualdade, e podermos assim recrutar as melhores pessoas, retê-las condignamente e assegurar que têm os instrumentos para uma bem-sucedida transição posterior para a vida civil”, concluiu.

Na sua intervenção, [o chefe de Estado-Maior da Armada, almirante Gouveia e Melo](#), disse estar convicto de que Portugal “vai focar-se cada vez mais no mar, a fronteira de oportunidade que se abre ao futuro”.

“A nossa geografia assim o exige e a história assim nos lembra”, notou Gouveia e Melo.

O almirante disse acreditar que a aposta na valorização dos recursos humanos, na sua capacitação técnica, tecnologicamente evoluída, a par de remunerações justas e compatíveis “**são essenciais para a motivação, recrutamento e retenção de pessoal**” na Marinha Portuguesa.

A cidade de Faro foi este ano escolhida para as comemorações do Dia da Marinha, depois de dois anos em que a data foi celebrada com programas online devido à pandemia da covid-19.

O Dia da Marinha é comemorado a 20 de Maio em homenagem ao feito do navegador português Vasco da Gama que, em 1498 ligou pela primeira vez, por via marítima, a Europa ao Oriente, com a chegada a Calecut, na Índia.

Para assinalar a data, a Marinha deslocou para o Algarve um total de 1.200 militares.

... /// ...

EXPRESSO

Generais lançam livro [*]: [...] e dizem que guerra apanhou a Defesa "no ponto mais baixo"

As Forças Armadas estão num "processo de declínio" acentuado.

Num livro muito crítico, o Grupo de Reflexão Estratégica Independente aponta responsabilidades a ex-ministros como José Pedro Aguiar-Branco (PSD) e João Gomes Cravinho (PS).

Para este grupo de oficiais-generais na reforma, deve-se reabrir o debate sobre o serviço militar obrigatório. Caso se mantenha o voluntariado, devia equacionar-se a incorporação de estrangeiros que, assim, poderiam adquirir a nacionalidade.

[*]

«https://grei-portugal.org/docs/livro/10_livro_GREI.pdf»



Sérgio Azenha



Vítor Matos

Jornalista

23 de maio, 2022 - 23:55

<https://expresso.pt/politica/2022-05-23-Generais-lancam-livro-admitem-estrangeiros-nas-Forcas-Armadas-e-dizem-que-guerra-apanhou-a-Defesa-no-ponto-mais-baixo-f16883e0>

O ano passado, "**atingiu-se um clima de instabilidade e incerteza nunca visto desde 1982**" nas Forças Armadas, mas "**foi a partir de 2013, que começaram a esbater-se os valores e os ideais que durante gerações foram o sustentáculo da coesão e do moral**" dos militares.

O Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI), que junta cerca de cinco dezenas de oficiais-generais reformados dos três ramos, têm pronto um livro novo - "**As Forças Armadas e o seu enquadramento estratégico e funcional**" - onde, mesmo sem os nomearem, **responsabilizam sobretudo dois ministros pelo estado de "crise profunda"** em que se encontram as Forças Armadas: José Pedro Aguiar-Branco, do PSD, ministro da Defesa no Governo de Pedro Passos Coelho, e João Gomes Cravinho, ministro de António Costa na legislatura anterior.

"**A defesa nacional e as Forças Armadas encontram-se numa crise profunda que, dia a dia, parece ser mais complexa e já não se sabe bem por que razão como começou, nem como poderá acabar e quando**", escreve aquele grupo de militares na reforma que o ano passado já tinha alertado o poder político para a situação de "pré-falência" das Forças Armadas.

O retrato é de um setor a bater no fundo: "**A crise internacional**" resultante da invasão russa da Ucrânia, que o GREI classifica como "a mais grave na Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial", **acontece "no momento em que a capacidade de resposta da defesa nacional se encontra, em quase todos os seus setores, no ponto mais baixo desse período de 77 anos"**.

ESTRANGEIROS NAS [FFAA] EM BUSCA DE NACIONALIDADE

Perante as dificuldades em conseguir efetivos, num dos capítulos sobre o Serviço Militar, o livro do **GREI coloca a hipótese do regresso da conscrição, e a possibilidade de as Forças Armadas aceitarem estrangeiros para defender o país.** No caso de o caminho ser por um "modelo exclusivo de serviço militar voluntário, temporário ou de longa duração (profissional), **faria sentido equacionar a aceitação de candidatos de nacionalidade estrangeira para a prestação de serviço**, como já acontece nalguns países da Europa, casos da Espanha e da Bélgica".

A participação nas Forças Armadas, seria uma forma de obter a nacionalidade portuguesa para esses jovens estrangeiros: "No mesmo modo, a possibilidade de poderem integrar as Forças Armadas, como **garantia de trade off na aquisição de nacionalidade** ou de outros mecanismos que fizessem sentido para as respetivas aspirações de integração nacional, poderia ser considerada, em condições muito particulares".

Neste sentido, os generais reformados lançam uma pergunta no mesmo capítulo: "**A aceitação de candidaturas por parte de cidadãos provenientes dos PALOP poderia/deveria ser considerada como uma hipótese, face à proximidade histórica e cultural das populações destes países?**"

Na apreciação dos generais do GREI, "o atual modelo de prestação de serviço militar em RV/RC tenderá a conduzir a um tipo de serviço para os mais desfavorecidos e os menos habilitados, e poder propiciar, deste modo, que as FFAA se possam constituir como fator de uma **indesejada discriminação social**".

Para contrariar esta tendência, o GREI defende um regresso ao Serviço Militar Obrigatório: **"O recurso à perícia civil dos jovens conscritos poderia, inclusive, ser vantajoso**, uma vez que os mesmos são oriundos de uma sociedade, onde, atualmente, se generalizou a operação e utilização das mais variadas ferramentas informáticas e de tecnologias intensivas, para as quais detêm uma particular apetência e sensibilidade".

De resto, pode ler-se no livro que "um modelo de serviço militar de carácter nacional, obrigatório, geral e universal seria o mais ajustado para o levantamento de um Sistema de Forças, que pudesse responder a empenhamentos no exterior, para além do seu emprego no território nacional". Um Serviço Militar Nacional, todavia, que deveria "incluir uma componente de serviço cívico, orientada para uma componente não armada".

A RESPONSABILIDADE DOS MINISTROS

A reforma estrutural "Defesa 2020", levada a cabo por Aguiar-Branco em 2013, "alterou drasticamente o quadro institucional e funcional existente", escreve o GREI nas "reflexões finais" de mais uma publicação, sobre o ministro que procedeu a cortes e aos limites de 32 mil efetivos (aliás número nunca desde então atingido). Segundo o livro, **"sem uma conceção e um controlo adequados, esta reforma constituiu um erro crasso, porventura o mais grave cometido no setor desde 1982"** - data da entrada em vigor da revisão constitucional que extinguiu o Conselho da Revolução e da Lei de Defesa Nacional que criou a estrutura moderna pós-ditadura e pós-PREC das Forças Armadas.

"Em vez da anunciada racionalização", que fazia parte da filosofia da troika para todos os setores do país, "assistiu-se a uma improvisação que, na perceção comum, visou reduzir a despesa no curto prazo e equilibrar as contas". No entanto, para as antigas altas patentes que organizaram a obra, **"essa poupança imediata terá sido conseguida, mas a reforma hipotecou uma parte do futuro" das Forças Armadas.**

O GREI considera que se deve fazer uma avaliação para identificar as responsabilidades políticas no estado a que chegou a Defesa Nacional. Na leitura que apresenta no livro, o grupo de reflexão considera que, "entre 1982 e 2006 foi prosseguida uma política de edificação e levantamento de um modelo de Forças Armadas que, apesar de lenta e sujeita a alguns retrocessos, era mobilizador, credível e coerente".

No entanto, "a partir daí, começaram a notar-se indícios de regressão em várias dimensões da defesa nacional e teve início um processo de declínio que não deixou de se agravar até hoje".

Se o PSD abriu caminho para esta "crise profunda" da Defesa Nacional, para o GREI - que não coloca o nome dos partidos nem dos protagonistas - o PS só terá agravado esses problemas.

Para esta associação, que se posicionou com uma das vozes mais críticas da reforma do comando superior das Forças Armadas que o ano passado concentrou poderes no chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMGFA), almirante Silva Ribeiro, esta mudança "marcou uma verdadeira rutura com o passado, pelo extremo que representou em diversos aspetos." E que terá gerado a tal instabilidade que não se via desde 1982.

Para estes generais e almirantes, onde se encontram alguns ex-chefes de Estado-Maior, a "reforma Cravinho" não só "criou novas disposições de filtragem nas nomeações da hierarquia militar" como "alterou o equilíbrio de poderes e contrapoderes construído ao longo de quarenta e sete anos" e "suscitou polémicas inéditas na praça pública", dando uma "imagem de caos funcional e deontológico no setor".

Perante o novo contexto de guerra na Europa, quando a NATO prepara um novo conceito estratégico em junho e Portugal estuda a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), o GREI coloca perguntas que devem ser respondidas pelo poder político e pelos documentos que vão ser revistos em breve: "**Para que fim devem ser concebidas as Forças Armadas? Para a guerra e em que cenários (baixa, média ou alta intensidade)? Para a dissuasão da guerra? Para intervenções sem guerra (ligadas à promoção da segurança e da paz)? Para outras missões de interesse público? Para todas?**"

De acordo com o GREI, "não é a mesma coisa ter 'uma organização pensada e estruturada em função da guerra' ou 'uma outra destinada a preservar a paz'".

Recados para a nova ministra da Defesa, Helena Carreiras, que já disse no Parlamento que conta entregar, até ao fim do ano, as bases da revisão do CEDN. Ouvirá os velhos oficiais-generais? O antecessor não o fez.

... /// ...

Serviço Militar Obrigatório não faz sentido nos tempos atuais

Quanto mais o conflito na Ucrânia se prolongar no tempo, mais desgastadas ficarão as cúpulas políticas e militares russas, abrindo caminho a uma eventual mudança de regime em Moscovo.

A opinião é de Agostinho Costa, especialista em operações militares, que defende ainda que "se os russos perderem a Crimeia" os dias de Putin no Kremlin estarão contados. O vice-presidente da EuroDefense-Portugal recusa ainda o regresso do Serviço Militar Obrigatório, mas mostra-se partidário de um exército comum europeu.



Agostinho Costa

Major-general do Exército

Comentador habitual na CNN Portugal

23-05-2022

<https://www.ensino.eu/ensino-magazine/entrevista/2022/servico-militar-obrigatorio-nao-faz-sentido-nos-tempos-atuais/#>

.....

A propósito da guerra, nas últimas semanas voltou à liça o tema do Serviço Militar Obrigatório (SMO), que acabou no nosso país em 2004. Perante a falta de efetivos nas Forças Armadas, acha que se devia repensar o regresso do SMO, ainda para mais quando se fala cada vez mais do exército comum europeu?

A guerra é um assunto demasiado sério e demasiado complexo para ser entregue a amadores. Os conflitos são cada vez mais assentes na sofisticação tecnológica. A Ucrânia não tem força aérea, mas usa "drones" de forma intensiva. No início da guerra, quando Putin soube que havia militares recrutados no SMO russo zangou-se e exigiu a presença de profissionais. Isto para dizer que o SMO pode funcionar numa perspetiva de defesa territorial. Se o país tiver, diretamente, uma ameaça ao território, então deve-se chamar a população às armas

Agora, não posso concordar que se obrigue um cidadão a frequentar durante meses ou um ano o SMO. Isso seria andar em contraciclo e não perceber os ventos da História

Contudo, entendo que se deve repensar todo o modelo de segurança (salvaguarda dos interesses nacionais além-fronteiras) e de defesa (no interior das nossas fronteiras).

A segurança e a defesa devem ser vistas numa perspetiva europeia. Neste momento, a NATO é mais um fórum político, do que uma aliança militar. E a Europa é um anão estratégico. Esses interesses são definidos por Londres e Washington, quando deviam ser definidos por Bruxelas.

Faz então sentido um exército comum europeu?

Sim. Tenho a certeza que um território vasto como é a União Europeia, com cerca de 450 milhões de habitantes, consegue confortavelmente ter 500 mil militares profissionais nas suas fileiras. E isso não implicaria extinguir as Forças Armadas portuguesas, que continuariam a existir para a defesa dos nossos interesses próprios. Cada vez mais a política comunitária prevalece sobre a política nacional. Veja o caso mais recente da lei dos metadados, que partiu de uma decisão do tribunal europeu.

.....

... /// ...

Serviço Militar. Generais admitem recrutamento de estrangeiros

Os generais do GREI estão de volta com uma nova reflexão e alertas para a defesa nacional já com a guerra na Ucrânia no cenário das preocupações e as Forças Armadas a enfrentar uma "crise profunda" e um "clima de instabilidade e incerteza nunca visto".



O efetivo militar voltou a cair no primeiro trimestre de 2022 face a dezembro

© Miguel Pereira

Valentina Marcelino

24 de maio, 2022 — 00:17

https://www.dn.pt/sociedade/servico-militar-generais-admitem-recrutamento-de-estrangeiros-14881852.html?utm_source=push&utm_medium=mas&utm_term=14881852

O **Grupo de Reflexão Estratégica Independente** (GREI), que integra Generais na reforma, entre os quais ex-chefes do Exército, Força Aérea e Marinha, quer promover o "indispensável debate" sobre o serviço militar em Portugal, obrigatório ou voluntário, com uma componente armada e outra não armada, mais prolongado e mais profissionalizado, mas que possa inverter a atual situação das Forças Armadas: "[graves deficiências nas capacidades operacionais](#)" e de recrutamento.

Admitir estrangeiros, tal como já fizeram outros países, ou cidadãos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP"s) é uma das questões que já entra da discussão.

"Numa opção que o País tomasse, no caminho de um modelo exclusivo de serviço militar voluntário, temporário ou de longa duração (profissional), faria sentido equacionar a aceitação de candidatos de nacionalidade estrangeira para a prestação de serviço, **como já acontece nalguns países da Europa, casos da Espanha e da Bélgica**", asseveram os Generais na sua mais recente publicação - "**As Forças Armadas e o seu enquadramento estratégico e funcional. Algumas reflexões**".

Apontam também a possibilidade de ser "considerada em condições muito particulares" a integração de estrangeiros "como **garantia de trade off na aquisição de nacionalidade** ou de outros mecanismos que fizessem sentido para as respetivas aspirações de integração nacional".

Os oficiais do GREI lembram que "hoje, é amplamente reconhecido o *gap* demográfico que se faz sentir, de forma continuada, no nosso País, um tanto à semelhança do que se passa no mundo ocidental" e, "por outro lado, assiste-se a uma crescente pressão por parte dos migrantes provenientes de outras regiões para entrarem no espaço europeu".

Já com a **Ucrânia em pano de fundo**, os Generais sublinham que "tem vindo a assistir-se a significativas modificações nos quadros geopolíticos e estratégicos mundiais, que deram lugar a **novas perceções de equilíbrio e segurança**, e que têm obrigado, por sua vez, a uma reflexão aprofundada sobre que modelos seguir no recrutamento e na prestação de serviço na componente armada dos espaços políticos e das nações soberanas".

Nesse sentido, assinalam, "**vários países têm abandonado modelos de voluntariado** e de profissionalismo, que anteriormente tinham adotado, recuperando modelos de conscrição, enquanto outros vêm discutindo e analisando quais as políticas mais adequadas a seguir, neste âmbito".

Os Generais lamentam que "em sentido contrário, têm seguido os diferentes governos, em Portugal, pugnando pelo **alheamento desta matéria** nas suas agendas políticas, e desta forma **inviabilizando uma discussão pública**, que pudesse proporcionar um debate suficientemente alargado e esclarecedor dum assunto que nunca foi presente, com adequada clareza à sociedade, limitando-se a ser objeto de meras táticas partidárias ao longo de todo o tempo".

[Um sinal de abertura](#) para o debate sobre o modelo do serviço militar, veio, entretanto, da **ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras**, durante o debate do Orçamento do Estado.

Afastando um regresso do serviço militar obrigatório, "sobretudo nos termos em que ele existia", a governante manifestou disponibilidade para "discutir modalidades de envolvimento" dos jovens com a Defesa.

O GREI destaca que o "ambiente de segurança internacional tem vindo a mudar radicalmente desde o início da guerra na Ucrânia, em 24 de fevereiro" e que "a crise internacional resultante destes acontecimentos - a mais grave na Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial - ocorre no momento em que a **capacidade de resposta da defesa nacional se encontra, em quase todos os seus setores, no ponto mais baixo** desse período de 77 anos".

Mais cedo ou mais tarde, sustentam, "a capacidade militar portuguesa vai ser posta à prova, ou sujeita a teste, pelas circunstâncias internacionais. O **"minuto da verdade" pode estar a chegar**".

De acordo com os dados dos primeiros três meses de 2022 da Direção-Geral da Administração e Emprego Público, divulgados pela **Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA)**, o **número de militares voltou a cair para 25 616, contra 26 130 em dezembro de 2021.**

"O primeiro trimestre de 2022 confirma o **total descalabro, com nova perda colossal de Efetivos**", afirmou o presidente António Mota.

No entender dos Generais "a defesa nacional e as Forças Armadas encontram-se numa **crise profunda** que, dia a dia, parece ser mais complexa e já não se sabe bem como começou nem como poderá acabar".

Argumentam que a reforma estrutural "**Defesa 2020**" (PSD/CDS), em 2013, constituiu um "**erro crasso**" e "hipotecou uma parte do futuro", entregando as Forças Armadas a uma "múltipla crise".

Mais recentemente, em 2021, o governo PS aprovou, com apoio do PSD e do CDS, a **reforma da estrutura superior das Forças Armadas, à qual o GREI se opôs**, que "veio expor uma crise profunda (...) que está a atingir a essência da própria condição militar, já muito desvirtuada como conceito e como prática" e "atingiu-se um **clima de instabilidade e incerteza nunca visto** desde 1982" (início da primeira reforma estrutural até 2006).

O GREI salienta o "fosso" entre o "discurso oficial" no qual permanece uma "ideia de normalidade" e a "experiência quotidiana militar" em que "**continuam a avolumar-se os problemas**, as condições materiais e imateriais deterioram-se e adensa-se a sensação de um presente e futuro próximo sem saída ou esperança".

A "degradação" da condição militar revela-se também, acentuam os Generais, nas **remunerações dos militares**. "De entre as 26 carreiras da Administração Pública, **estão ao nível dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica**, um pouco acima dos Bombeiros e dos Polícias Municipais. Elucidativo!"

... /// ...

PÚBLICO

Generais da reserva admitem SMO e recrutamento de estrangeiros

Querem também debater o modelo de Forças Armadas que o país está disposto a assumir.



Generais na reserva querem reflexão para pensar o futuro das Forças Armadas

Josã© Sena Goulã£o



Nuno Ribeiro

24 de maio, 2022, 9:37

<https://www.publico.pt/2022/05/24/politica/noticia/generais-reserva-admitem-servico-militar-obrigatorio-recrutamento-estrangeiros-palop-2007419>

Os generais do Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI), que integra oficiais generais na reforma, entre os quais ex-chefes do Exército, Força Aérea e Marinha, **querem promover um debate " sobre o serviço militar em Portugal**. A começar pelo regresso à obrigatoriedade ou a manutenção do actual regime de voluntariado, obrigatório ou voluntário, com uma componente armada e outra não armada, mais prolongado e mais profissionalizado, mas que possa inverter a actual situação das Forças Armadas quanto às dificuldades de recrutamento: "

A admissão a fileiras de cidadãos estrangeiros, como já fizeram outros países com idênticas dificuldades de captarem vocações militares, ou de cidadãos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP"s) à semelhança do que fez a Espanha com oriundos da comunidade ibero-americana) é uma das questões também em discussão.

“Estamos a bater no fundo, não há voluntários, estamos num ponto de degradação militar que implica uma reflexão sobre o papel das Forças Armadas e que Forças Armadas queremos ter”, disse esta terça-feira, ao PÚBLICO, [o almirante Melo Gomes, ex-chefe do Estado-Maior da Armada, e presidente da Assembleia Geral do GREI.](#)

O documento de reflexão [*] com 257 páginas intitulado *As Forças Armadas e o seu enquadramento estratégico e funcional*, foi enviado esta segunda-feira ao Presidente da República, primeiro-ministro, ministra da Defesa Nacional, comissão parlamentar de Defesa Nacional e partidos políticos com assento parlamentar e pretende ser uma reflexão perante a actual situação.

“Numa opção que o país tomasse, no caminho de um modelo exclusivo de serviço militar voluntário, temporário ou de longa duração (profissional), faria sentido equacionar a aceitação de candidatos de nacionalidade estrangeira para a prestação de serviço, como já acontece nalguns países da Europa, casos da Espanha e da Bélgica”, asseguram na sua reflexão.

Estes oficiais lembram que “hoje, é amplamente reconhecido o *gap* demográfico que se faz sentir, de forma continuada, no nosso País, um tanto à semelhança do que se passa no mundo ocidental” e, “por outro lado, assiste-se a uma crescente pressão por parte dos migrantes provenientes de outras regiões para entrarem no espaço europeu”.

Após a invasão da Ucrânia, pela Rússia, em 24 de Fevereiro, os generais sublinham que “tem vindo a assistir-se a significativas modificações nos quadros geopolíticos e estratégicos mundiais, que deram lugar e têm obrigado, por sua vez, a uma reflexão aprofundada sobre que modelos seguir no recrutamento e na prestação de serviço na componente armada dos espaços políticos e das nações soberanas”.

“Temos de alertar a opinião pública para esta realidade, há um desfasamento entre o que a opinião pública pensa e o que se faz”, apela Melo Gomes. Recorda-se que os oficiais generais do GREI foram particularmente críticos com a gestão dos ministros da Defesa Nacional, Aguiar-Branco com o programa 2020, e Gomes Cravinho, e que não apoiaram a [reforma da LOBOFA \[Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas\] por ele lançada e já em vigor, depois de ter sido promulgada pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.](#)

Durante o debate parlamentar sobre o Orçamento de Estado para Defesa, a nova titular da Defesa Nacional, Helena Carreiras, colocada perante um eventual regresso do serviço militar obrigatório [descartou essa possibilidade nos termos em que ele existiu.](#) No entanto, admitiu discutir modalidades de envolvimento dos jovens com a Defesa.

[*] https://grei-portugal.org/docs/livro/10_livro_GREI.pdf

... /// ...

25/05 a 12/06/2022

CNN

H. M. Claudino: "Portugal perde cinco militares por dia desde o início do ano"



A Marinha, a Força Aérea e o Exército perderam 514 efetivos no primeiro trimestre do ano.

Militares garantem que a situação é grave e as principais associações do setor pedem mudanças no sistema remuneratório, que dizem não ser revisto desde 2010



Henrique Magalhães Claudino

27 de maio, 2022

https://cnnportugal.iol.pt/militares/forcas-armadas/portugal-perde-cinco-militares-por-dia-desde-o-inicio-do-ano/20220527/628c014e0cf2ea4f0a4c0c3f?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=ed-cnnportugal&

Todos os dias, as Forças Armadas perdem cinco militares. Segundo dados avançados à CNN Portugal pela Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), com base nos dados da Direção-Geral da Administração e Emprego Público, entre janeiro a março de 2022, saíram da Marinha, Força Aérea e Exército 514 efetivos.

Os números são considerados "graves" por atuais e antigos dirigentes militares que alertam para as consequências que podem gerar, como a de Portugal esgotar os seus recursos perante os compromissos que mantém com a NATO.

“Podemos ter ainda resposta para esses compromissos, que são muitos, mas ficamos sem nada”, alerta o Tenente-General José **Garcia Leandro**, garantindo que a “**situação que o País passa é grave**” e salientando que “**há muito tempo que os efetivos estão a cair**”.

A solução, argumenta o Tenente-general na reserva, passa por **subir os salários das bases**, onde as várias associações do setor da Defesa garantem estar concentrado o problema, já que, como argumenta o **Cabo-Mor Paulo Amaral**, presidente da Associação de Praças, **os salários das posições hierarquicamente mais baixas, equivalente ao Salário Mínimo Nacional, “estão a aproximar-se das posições remuneratórias logo acima da base, que não têm sido aumentadas”**.

Da mesma opinião é o **major-General Vítor Viana**, que foi chefe de gabinete do Ministério da Defesa Nacional entre 2005 e 2010, **para quem o momento atual de guerra na Ucrânia deve ser aproveitado pelos decisores políticos para mudar o cenário: “Há uma maior abertura da opinião pública para justificar um maior investimento nas Forças Armadas”**, diz, acrescentando: “**Vão ter de aumentar o vencimento dos praças. Falta dar este passo em frente, enquanto não se der este passo, o efetivo vai continuar a baixar ano após ano**”.

Vítor Viana, que foi também Diretor do Instituto de Defesa Nacional garante que, para além da saída de militares por não conseguirem desenvolver as suas carreiras, o recrutamento tem também sofrido com os baixos salários na carreira militar. “Tem-se feito imenso, tentámos por toda as vias dar aos jovens a informação de que as Forças Armadas são essenciais, mas não chega, **falta subir os salários da base e tem havido alguma remitência em concordar com isto**”, refere.

“**Enquanto continuarem a tratar os militares de forma tão discriminatória, não há volta a dar**”, avisa, por seu lado, o Sargento-mor António **Lima Coelho**, presidente da Associação Nacional de Sargentos, em declarações à CNN Portugal. O militar pede “**coragem política**” **para mudar o Sistema Remuneratório das Forças Armadas**, sublinhando que “não é revisto desde 2010” e que, por isso, “não tem em conta a inflação”.

A tendência de **perda de efetivos nas Forças Armadas tem-se mantido desde 2011 e, até 2019**. Todos os anos cerca de mil militares abandonaram a Marinha, a Força Aérea e o Exército. A única **exceção, salienta Paulo Amaral, da Associação de Praças, foi durante a pandemia, mais especificamente em 2020**, quando foram dadas indicações pelo Governo para **prorrogar contratos dos Militares** que naquele ano os terminavam. Paulo sublinha, no entanto, que mal a medida terminou, **após o primeiro semestre de 2021, “os efetivos voltaram a decrescer, levando ao problema que hoje assistimos”**.

Para os Oficiais, Sargentos e Praças, esta tendência de perda de cerca de mil militares por ano deve manter-se em 2022, "o que é especialmente preocupante tendo em conta com a atual situação de guerra na Ucrânia e com os compromissos que Portugal mantém com a NATO", nota António Lima Coelho.

Outro "elemento que pesa de grande forma no abandono", consideram duas das principais associações das Forças Armadas, são os **descontos para a Assistência na Doença** dos Militares, o regime que leva a que os militares paguem 3,5% do seu salário para terem acesso à prestação de cuidados de Saúde. Tanto a associação dos oficiais como a dos Sargentos **pedem a abolição deste sistema**, porque, explica o Sargento-Mor António Lima Coelho "o Estado exige que os militares estejam em permanente disponibilidade física e, percebe-se o absurdo, acciona disciplinarmente quem cometa excessos que os coloquem em situação de improntidão. Ora, deve ser o Estado a assegurar as condições da prontidão dos seus militares".

A maior queda anual em termos de efetivos aconteceu de 2013 para 2014, altura em que Portugal perdeu 2214 efetivos. Esta descida aconteceu logo após ter sido implementado o programa "**Reforma Defesa 2020**", em 2013, que visou racionalizar a despesa militar, impondo também um limiar máximo do efetivo que não podia ultrapassar os **32.000 militares**.

Quadro 2 - Evolução do Número de Efetivos, por anos, nas Forças Armadas e nas Forças e Serviços de Segurança

Evolução de Efetivos das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança													Diferença 2011-2022	
CARGO / CARREIRA / GRUPO	dez 2011	dez 2012	dez 2013	dez 2014	dez 2015	dez 2016	dez 2017	dez 2018	dez 2019	dez 2020	dez 2021	mar 2022	Número	%
Forças Armadas	34 514	33 616	32 989	30 775	29 178	28 533	27 164	26 800	25 558	26 220	26 130	25 616	-8 898	-25,78
Polícia Judiciária	2 318	2 244	2 254	2 238	2 210	2 162	2 125	2 128	2 256	2 161	2 108	2 179	-139	-6,00
Polícia de Segurança Pública	21 934	21 553	21 140	20 935	21 406	21 045	20 320	20 196	20 373	19 966	20 141	20 708	-1 226	-5,59
Guarda Nacional Republicana	22 899	22 351	21 649	22 441	22 781	22 728	22 553	22 483	22 158	21 687	22 472	22 309	-590	-2,58
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	754	756	746	742	824	816	805	974	1 058	1 035	1 019	263	34,79
Guarda Prisional	4 312	4 416	4 304	4 142	4 082	4 044	4 401	4 338	4 249	4 145	4 162	4 140	-172	-3,99
Polícia Municipal	1 272	1 217	1 156	1 149	1 137	1 299	1 506	1 491	1 548	1 604	1 625	1 594	322	25,31

Evolução do Número de Efetivos, por anos, nas Forças Armadas e nas Forças e Serviços de Segurança

As Forças Armadas são também o setor da Defesa que, desde 2011, perdeu mais efetivos em termos percentuais, com uma queda de 25,78%. Comparativamente, das sete forças e serviços de segurança em Portugal, só a Polícia Municipal e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras têm um saldo positivo em termos de recursos humanos. A Polícia Municipal tinha até março 1.524 efetivos (mais 25,31% do que em 2011) e o SEF tem 1019 (uma variação positiva de 34,79%).

Em sentido contrário, a Polícia Judiciária regista hoje menos 6% trabalhadores do que há dez anos, **a GNR menos 2,58% e a PSP menos 5,59%**. Há também menos 172 guardas prisionais do que em 2011, uma queda de 3,99%. Ainda assim, até março de 2022, os 25.616 efetivos militares registados pela AOFA estão acima dos da GNR (22.309), da PSP (20.708) e da Polícia Judiciária (2.179).

... /// ...

CNN – HOJE

Ana Guedes Rodrigues conversa com o VALM REF Pires Neves sobre o livro do GREI



Ana Guedes Rodrigues

<https://cnnportugal.iol.pt/videos/cnn-meia-noite-30-de-maio-de-2022/6294b5a90cf26256cd26d303>

30 de maio de 2022

1:18:46 / 1:29:15

[vide livro]

https://grei-portugal.org/docs/livro/10_livro_GREI.pdf

... /// ...

TSF

Fuzileiros portugueses partem para a Lituânia [...]

[...] reforçando o flanco leste da NATO

São 146 os militares que partiram para a Lituânia.

Helena Carreiras refere que o "novo ciclo" da NATO no flanco leste europeu traduz-se num reforço da "solidariedade" entre os aliados, em maior capacidade operacional e em "níveis de prontidão superiores".



A ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras

© Miguel A. Lopes/Lusa

Lusa

01 junho, 2022 • 11:18

<https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/fuzileiros-portugueses-partem-para-a-lituania-reforcando-o-flanco-leste-da-nato-14906480.html>

A ministra da Defesa Nacional, Helena Carreira, defendeu esta quarta-feira que a Força de Fuzileiros constituída por 146 militares que partiu esta manhã para a Lituânia reforça o "novo ciclo" da presença da Aliança Atlântica no flanco leste europeu.

"O vosso destacamento para a Lituânia, no âmbito das medidas de tranquilização (Assurance Measures) da Aliança Atlântica reveste-se de particular significado pelos desenvolvimentos mais recentes que o nosso continente tem enfrentado nos últimos três meses", disse a ministra da Defesa.

Dirigindo-se hoje aos 146 militares que partiram depois para a Lituânia, Helena Carreira referiu que a guerra na Ucrânia "no seguimento da ilegal e brutal invasão por parte da Rússia" originou um novo ciclo para a NATO e para a arquitetura de segurança europeia.

Segundo a ministra, este novo ciclo tem-se traduzido num reforço da "solidariedade" entre os aliados, em maior capacidade operacional e em "níveis de prontidão superiores", sublinhando que a NATO está mais unida e pronta para novas missões.

"A segurança dos nossos aliados é a nossa segurança", reforçou ainda Helena Carreira recordando que a atual missão da Força de Fuzileiros confere a "continuidade do contributo" de Portugal no reforço do flanco leste da Aliança Atlântica.

A Força de Fuzileiros que partiu hoje do Aeródromo de Trânsito n.º 1 de Figo Maduro, em Lisboa, integra 12 oficiais, 24 sargentos e 110 praças do Corpo de Fuzileiros e do Agrupamento de Mergulhadores da Marinha totalizando 146 militares.

O destacamento de fuzileiros portugueses vai ficar na Base de Klaipeda, no Mar Báltico.

Estes militares vão participar nas medidas de tranquilização (Assurance Measures) da Aliança Atlântica e que se traduzem no envolvimento de meios aéreos, marítimos e terrestres no centro e no leste da Europa e também na Turquia.

De acordo com a NATO as medidas pretendem garantir segurança às populações face a uma potencial agressão.

Neste sentido, a ministra da Defesa adiantou que está prevista a condução de treinos e exercícios combinados com vista à "elevação" da capacidade de prontidão considerando que esta Força de Fuzileiros se caracteriza pela "grande flexibilidade, mobilidade e poder de combate", incluindo valências nas áreas das operações especiais (Destacamento de Ações Especiais), mergulho e apoio a operações anfíbias.

A atual missão dos Fuzileiros já estava programada, tal como a missão do Exército Português na Roménia, mas foi "antecipada devido às circunstâncias" admitindo que o reforço das forças da NATO pode verificar-se no futuro.

... /// ...

R. M. Godinho: "Juventudes partidárias rejeitam serviço militar obrigatório."

"Seria um retrocesso"

Perante o número cada vez menor de efetivos nas Forças Armadas, tornar a carreira militar apelativa é um desafio.

Marcelo e ministra já descartaram regresso do serviço militar obrigatório, mas hipótese está prevista na Constituição.



"A situação é muito grave",

diz a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) sobre a falta de efetivos.

© Paulo Cunha / Lusa

Rui Miguel Godinho

07 de junho, 2022 — 00:07

<https://www.dn.pt/politica/juventudes-partidarias-rejeitam-servico-militar-obrigatorio-seria-um-retrocesso-14920660.html>

A falta de efetivos é uma realidade, mas voltar ao serviço militar obrigatório (SMO) está fora de questão. **Para as juventudes partidárias, é uma hipótese que nem se coloca**, já depois de a ministra da Defesa e do Presidente da República terem fechado a porta a essa possibilidade. **"Voltar a torná-lo obrigatório é um retrocesso civilizacional. Não só não faz sentido como não se justifica", disse ao DN Sofia Lopes, dos Jovens do Bloco.** Também Miguel **Costa Matos**, deputado e líder da **Juventude Socialista**, revela ser "contra a restituição do SMO" e, na sua perspetiva, "a ministra da Defesa soube muito bem afastar essa hipótese na sua audição parlamentar". **Para Rafael Pinto, da juventude do PAN, coloca-se também outra questão: "Se já é tão difícil para os jovens saírem de casa dos pais, voltar ao serviço militar obrigatório tornaria tudo ainda mais complicado."**

Por outro lado, **Pedro Schuller**, responsável pela juventude na Comissão Executiva do **Iniciativa Liberal**, considera **uma "complicação" juntar democracia e serviço militar obrigatório na mesma frase**. "É muito importante proteger as Forças Armadas, que são um garante de segurança do Estado. **A falta de efetivos não deve ser combatida com algo obrigatório, mas sim através da contratação.**" **Esta perspetiva é partilhada, inclusive, pelo chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Gouveia e Melo, que, em entrevista ao DN/TSF, referiu que não lhe agrada "qualquer ideia que seja obrigatória", com Portugal a caminhar "num determinado caminho" em que "é muito difícil voltar para trás."** No entanto, a **JCP, pela voz de Afonso Sabença**, tem uma posição contrária: "Sempre defendemos, até de forma isolada, o serviço militar obrigatório como um garante da sobrevivência das Forças Armadas, até para dar uma perceção diferente sobre o seu papel na sociedade."

Apesar de o problema ter voltado a ser discutido recentemente (sobretudo devido à guerra na Ucrânia), o número de efetivos nas Forças Armadas tem vindo a diminuir há vários anos. Mesmo com discrepâncias entre as várias entidades que fazem o registo, todas apontam para uma realidade: **há menos de 30 mil efetivos nas Forças Armadas em Portugal.** Segundo dados da Direção-Geral da Administração e Emprego Público, em março de 2022 existiam 25.616 efetivos, menos 8898 do que na contabilização anterior (em dezembro). Em comunicado, o presidente da Associação de Oficiais das Forças Armadas, António Costa Mota, afirmou que "a situação é muito grave" e exigiu "a revisão, em forte alta, do sistema remuneratório" do setor.

A perspetiva de tornar a carreira militar financeiramente mais apelativa é partilhada pela maioria das juventudes partidárias. Alexandre Poço, deputado e presidente da JSD, referiu que "o mais importante para garantir que temos mais jovens e combater a falta de efetivos é, justamente, **garantir melhores remunerações**". Joana Filipe, dirigente do Livre, concorda. "É preciso, **além de remunerar melhor, garantir que a progressão nas carreiras é melhor e reconhecer o mérito de quem escolhe seguir a vida militar**", considera. A bloquista Sofia Lopes acrescenta outro dado à discussão: **"Os contratos, muitas vezes, são precários. Há que dignificar a carreira e dar bons vínculos laborais."**

Quando o SMO foi extinto, em 2004, foi criado o Dia da Defesa Nacional. O objetivo é dar aos jovens, ao longo de um dia, uma perspetiva acerca do funcionamento e organização interna das Forças Armadas. No entanto, a porta de entrada de muitos jovens neste mundo é também a menos atrativa. Ou pelo menos assim considera Alexandre Poço. Para o líder da JSD, **o dia "tem um objetivo e uma função muito nobre, mas o modelo não é atrativo.**

Sei que o governo tem referido, nos últimos anos, um trabalho para reformar o Dia da Defesa Nacional, para melhorar a relação entre as Forças Armadas e as escolas". Joana Filipe, do Livre, concorda.

“O Dia da Defesa Nacional deve ser repensado, o formato surge um bocadinho sem contexto. Só se vai lá para ouvir palestras e pouco mais”, diz, lembrando que “a vida cívica tem muitas vertentes, não apenas militar. Porque não criar um dia do SNS ou da escola pública também, com base nesta lógica?”

Afonso Sabença considera que, apesar do Dia da Defesa Nacional ser a porta de entrada para as Forças Armadas, nos tempos que correm “é manifestamente insuficiente, porque não é num dia que se aprende aquilo que é o nosso dever de defesa”. Miguel Costa Matos também opina que “há que tornar o Dia da Defesa Nacional mais atrativo” e sublinha que há “uma geração mais jovem que pode servir o país em termos técnicos, nomeadamente ao nível da cibersegurança”. Essa necessidade de reforço técnico também é identificada pelo jovem comunista Afonso Sabença: “As Forças Armadas precisam desses quadros, e isso perdeu-se completamente com o fim do SMO.” Contactada pelo DN, a deputada Rita Matias, do Chega, não respondeu.

Ainda que o serviço militar tenha deixado de ser obrigatório, a Constituição prevê que, através de uma lei geral, a situação possa ser revertida “para os cidadãos não sujeitos a deveres militares”. Também na Lei Fundamental está prevista a objecção de consciência, que pode ser invocada por motivos de ordem religiosa, entre outros.

... /// ...

Marcelo assinala dia das FFAA com CEMGFA e chefes dos três ramos

O Presidente da República assinalou, em Braga, o Dia de Portugal e das Forças Armadas. "É impressionante esta ligação entre o povo e as Forças Armadas", disse.



© HUGO DELGADO/LUSA

DN/LUSA

09 de junho 2022 — 16:33

<https://www.dn.pt/politica/marcelo-assinala-dia-das-forcas-armadas-com-cemgfa-e-chefes-dos-tres-ramos-14930051.html>

O Presidente da República assinalou esta quinta-feira em Braga que o 10 de Junho, "além de ser dia de Portugal, de Camões e das Comunidades", também "é o dia das Forças Armadas", referindo que "ninguém fala nisso".

Marcelo Rebelo de Sousa, que está em Braga desde terça-feira à noite, tem participado em várias iniciativas de carácter militar, com o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), almirante António Silva Ribeiro, e os chefes da Armada, almirante Henrique Gouveia e Melo, do Exército, general José Nunes da Fonseca, e da Força Aérea, general João Cartaxo Alves.

Hoje, após o içar da bandeira nacional na Praça do Município, que deu início às comemorações oficiais do 10 de Junho, o chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas visitou uma exposição de meios e capacidades militares, na Praça da República e no jardim da Avenida Central, onde subiu a um caça F-16.

Após descer da aeronave de combate, Marcelo Rebelo de Sousa declarou que tenciona um dia voar num F-16: "Ando há muito tempo com essa ideia e depois nunca fiz, porque é preciso fazer uns exames cardiológicos, mas como eu estou bem, vou com certeza".

Sempre rodeado de gente e acompanhado pelas chefias militares e também pelo presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, o Presidente da República comentou: "É impressionante esta ligação entre o povo e as Forças Armadas".

Marcelo Rebelo de Sousa defendeu que é importante os portugueses "conhecerem o que são as Forças Armadas ao vivo" e reiterou que tem ouvido elogios de vários chefes de Estado à prestação dos militares portugueses em missões no estrangeiro.

Sobre a associação do 10 de Junho às Forças Armadas, observou: "Não sei porquê, não se tem falado muito nisso".

Desde 1984 e até ao ano de 2002, por deliberação tomada em Conselho de Chefes do Estado-Maior, o Dia das Forças Armadas foi assinalado rotativamente no dia de um dos três ramos, com a presença do Presidente da República, muitas vezes fora de Lisboa.

Em 2003, quando Durão Barroso era primeiro-ministro e Paulo Portas ministro da Defesa Nacional, através de uma resolução do Conselho de Ministros foi "instituído o Dia das Forças Armadas, cuja celebração ocorrerá a 24 de Junho, data em que se evocam os aniversários da Batalha de São Mamede e do nascimento do Condestável D. Nuno Álvares Pereira".

A mesma resolução estabeleceu que as cerimónias se realizariam "no sábado imediato posterior àquela data, sempre que a mesma não coincida com este dia da semana". Assim aconteceu em junho de 2003, em Guimarães, em 2004, em Viseu, e em 2005, em Estremoz, com a presença do então Presidente da República, Jorge Sampaio.

Embora legalmente aquela resolução não tenha sido revogada, na prática, desde que Aníbal Cavaco Silva assumiu funções como chefe de Estado, em 2006, a celebração das Forças Armadas passou a estar associada ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

... /// ...



Cerimónia Militar Comemorativa do Dia de Portugal em Braga

10 de junho de 2022

<https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2022/06/cerimonia-militar-comemorativa-do-dia-de-portugal-em-braga/>

O Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas presidiu, em Braga, à Cerimónia Militar comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e do Dia das Forças Armadas, na qual estiveram presentes unidades dos três Ramos das Forças Armadas.

A Cerimónia Militar teve início com a execução do Hino Nacional pela Banda do Exército e, em simultâneo, foi executada uma salva de 21 tiros pelo Regimento de Artilharia N.º 5. No seguimento, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, acompanhado pelo Comandante das Forças em Parada, Brigadeiro-General Sérgio Marques, passou revista às Forças em Parada.

Seguiu-se a Cerimónia de Homenagem aos Mortos, que incluiu um sobrevoo de homenagem por uma esquadrilha de aeronaves F-16M da Força Aérea.

Antes da intervenção do Presidente da República, o Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, Professor Doutor Jorge Miranda, usou da palavra.

Após as intervenções, deu-se início ao Desfile Militar com um sobrevoo de meios aéreos, seguido de uma formação de Antigos Combatentes. Após as Forças em Parada e as Forças Equipadas para Combate desfilarem em continência ao Comandante Supremo das Forças Armadas, o desfile da Força a Cavalo e da Força Motorizada encerrou a Cerimónia.



CORREIO DA MANHÃ

Marcelo faz elogio ao povo que construiu Portugal [...]

[...] durante comemoração do 10 de Junho

Chefe de Estado afirmou que, ao longo da História de Portugal, esteve "sempre, sempre presente o povo".



Marcelo Rebelo de Sousa, presidente da República

FOTO: Hugo Delgado

Lusa

10 de Junho, 2022 - 12:55

<https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/marcelo-faz-elogio-ao-povo-que-construiu-portugal-durante-comemoracao-do-10-de-junho>

O Presidente da República fez esta sexta-feira um elogio ao povo português, no seu discurso no 10 de Junho, "a arraia-miúda" que construiu Portugal e se espalhou pelos oceanos e que "se desdobrou em dois" na independência do Brasil.

"É o povo português a razão de sermos o que somos e como somos, de sermos Portugal, viva o povo português, vivam os portugueses de ontem, de hoje e de sempre onde quer que façam Portugal. Viva o nosso querido Portugal", declarou o chefe de Estado, na cerimónia militar comemorativa do 10 de Junho, na Avenida da Liberdade, em Braga.

Num discurso de aproximadamente 15 minutos, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que, ao longo da História de Portugal, desde a separação do Reino de Leão, esteve "sempre, sempre presente o povo".

"Se é verdade que os seus soberanos, os seus líderes, os seus chefes encheram também páginas da nossa História, não é menos que sem o povo, sem a arraia-miúda de que falava Fernão Lopes, não teria havido o Portugal que temos", defendeu.

"Porque foi esse povo quem morreu aos milhares na conquista do território, partiu em cascas de noz pelos oceanos para o desconhecido, ficou espalhado um pouco por todo o universo, e deixou língua, alma e saudades das raízes. E ainda esteve nos momentos decisivos para podermos vir a ser o que somos, desde os combates nos séculos XIV e XVII pela nossa independência, a nossa restauração", acrescentou.

O chefe de Estado dedicou parte do seu discurso à Constituição de 1822 e à independência do Brasil, no mesmo ano: "Celebramos este ano dois séculos do começo do fim do nosso império colonial, partilhando o júbilo dos nossos irmãos do outro lado do Atlântico como outro passo do nosso povo, que se desdobrou em dois, o povo brasileiro e o povo português, com a naturalidade do que era inevitável e portador de futuro".

Assinalando a Cimeira dos Oceanos que terá lugar em Lisboa no fim deste mês, defendeu que "só é possível em Portugal porque o mesmo povo português escolheu o oceano como seu destino".

"São os milhões e milhões de portugueses de carne e osso que fizeram Portugal, que fazem Portugal, que farão Portugal. Foi o povo que deu o que tinha e o que era sempre Portugal. Foi o povo português que cruzou oceanos e fez dos oceanos a nossa nova terra de futuro", declarou.

Nesta intervenção, o chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas referiu-se às forças militares como "o povo armado para servir Portugal" e destacou as suas missões no estrangeiro: "É o povo com armas que faz e quer fazer a paz, em Moçambique, na República Centro-Africana, no Mali, no Golfo da Guiné, no Mediterrâneo, na Lituânia, na Roménia".

Fez também referências aos municípios, "que nasceram diversos nos usos e nos forais antes de serem submetidos ao poder político central", e às regiões autónomas da Madeira e dos Açores, descrevendo Portugal como "um arquipélago feito de um retângulo de terras e dois outros arquipélagos compostos de ilhas variadas", com um mar "muito maior" do que a terra.

Marcelo Rebelo de Sousa situou "o fim do fim do império" português em 2002, com o reconhecimento de Timor-Leste como Estado independente "depois de mais de um quarto de século de combate heroico" contra a ocupação indonésia.

Segundo o Presidente da República, "a unir tudo isto" esteve "sempre o povo", que com a Constituição de 1822 viu reconhecido "um novo papel na vida nacional" e que "ajudou a criar Brasis ou a restaurar Timores-Leste".

Depois, falou sobre o acolhimento de imigrantes: "É o povo português que aprende e reaprende a receber irmãos vindos das Áfricas, das Américas, das Ásias, do Pacífico. Africanos irmãos na língua, depois brasileiros, depois europeus de Leste, depois asiáticos e africanos não falando português, há pouco afegãos, agora de novo ucranianos ou vindos da Ucrânia".

"É o povo português que tudo isso e muito mais faz, resistindo a pandemias globais, a crises mundiais e nacionais, construindo impérios com menos de um milhão de pessoas e, depois de acabados esses impérios, deixando pedaços de si, tantas vezes os mais corajosos, os mais sonhadores, os mais resistentes, em todos os cantos da terra", enalteceu.

"A nossa pátria é História, é memória, é língua, é alma, é sucesso e fracasso, heróis, líderes, em monarquia como em República. Mas é muito mais do que isso. É povo, é povo com séculos de raízes", resumiu.

O chefe de Estado manifestou a vontade de abraçar esse povo em todas os lugares onde vai e sustentou que "quanto mais longe estão mais portugueses ficam".

... /// ...

NATO



Deputy Secretary General

Previews NATO's next Strategic Concept at Copenhagen Democracy Summit

Deputy Secretary General Mircea Geoană addressed Russia's war on Ukraine and the future of NATO at the Copenhagen Democracy Summit on Friday (10 June 2022). Previewing the Alliance's next Strategic Concept, which will be agreed at the Madrid Summit later in June, he said that the Concept will be a blueprint for NATO's future adaptation.



10 Jun. 2022 14:30

https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_196299.htm?utm_medium=email&utm_campaign=NATO%20Update%20week%2023&utm_content=NATO%20Update%20week%2023+CID_1a308cfed2fcee1d7268ca76fdf31509&utm_source=Email%20marketing%20software&utm_term=Read%20more

Mr Geoană explained that the new Concept will reflect **an era of great power competition**, and recognise that Russia has become "one of the most important challenges to our security in Europe and also beyond". He added that China's role as a transformative player in world affairs will also be acknowledged. **The next Strategic Concept will further highlight the importance of resilience and new technologies for Euro-Atlantic security.**

Speaking about deterrence and defence, the Deputy Secretary General noted that NATO anticipates "a new generation of our presence in the East". At the Madrid Summit, leaders will adapt the Alliance's posture on the eastern flank for the longer term to reflect the new security reality. Mr Geană said this is likely to include measures for faster and more effective reinforcement.

The Copenhagen Democracy Summit is an annual conference bringing together political and business leaders, including current and former heads of government, from the world's democracies. It is led by Anders Fogh Rasmussen, Founder and Chairman of The Alliance of Democracies Foundation. Mr Rasmussen served as Secretary General of NATO from 2009 to 2014.

... /// ...

13/06 a 03/07/2022

PÚBLICO

N. Ribeiro: “O imbróglio de uma [FFAA] sem efectivos e com poucos recursos.”



Serão as actuais sociedades receptivas aos valores da hierarquia e disciplina que moldam os exércitos. Ou a falta de vocações castrenses é a consequência deste novo tempo?



Cadetes na Academia Militar

Daniel Rocha



Nuno Ribeiro,

Jornalista fundador

16 de junho, 2022

<https://www.publico.pt/2022/06/16/politica/noticia/imbroglho-forcas-armadas-homens-recursos-2010102>

É uma política de Estado, e de soberania, que tem suscitado planos, mudanças, contestações várias, com uma peculiar situação. Falta de recursos humanos, salários baixos e várias formas de contabilizar efectivos.

Em entrevista ao PÚBLICO, em Dezembro de 2019, a então recém-empossada Directora do Instituto de Defesa Nacional (IDN) e hoje ministra da pasta da Defesa, **Helena Carreiras**, fez um diagnóstico certo sobre a situação das Forças Armadas. **“Os jovens nas Forças Armadas não devem ser mão-de-obra barata”**, disse, com a experiência de ter tido um papel relevante no Plano de Acção para a Profissionalização apresentado em Abril daquele ano, cujo objectivo era resolver a falta de vocações castrenses.

Na análise poliédrica das insuficiências que fez, a então primeira directora do IDN, e socióloga perita em temas militares, aliou questões demográficas, que diminuem a base de recrutamento, a civilizacionais. **Admitiu um certo afastamento das sociedades contemporâneas das Forças Armadas e não esqueceu as implicações do fim do serviço militar obrigatório e da profissionalização**, em Novembro de 2004, sob o impulso das juventudes partidárias do PS e do PSD. **Destacou questões culturais** das novas gerações que as afastaram das normas da vida castrense e da cultura militar – **disciplina e hierarquia** – e **a inexistência nos currículos educativos de vinculação de valores como Pátria, Soberania e Cidadania**.

Mas também elevou a fasquia. A exigência de pessoal mais qualificado, voluntário ou contratado, para determinadas tarefas que não podem ser desempenhadas por soldados. **Requerem técnicos**, como sargentos, e outros graus de especialidade. **Ou seja, não serve qualquer um, o que torna as opções de recrutamento mais limitativas e cria um verdadeiro imbróglio**.

Os números

Segundo os números facultados ao PÚBLICO pelo Ministério da Defesa Nacional a 6 de Maio último, em 2021 o **total de efectivos** das Forças Armadas nos três ramos era de **29.980**, dos quais **11.153 contratados**. No ano anterior, eram dez mil os contratados para um total de 29.076. Já em 2019, para 29.346 efectivos, estavam em regime de contratos 9739. E, em 2018, havia 10.511 contratados para um total de 29.921. Só em 2017, o valor global de efectivos ultrapassou a constância dos 29 mil – foram, então, 30.510 –, com os em regime de contrato a serem 10.867.

No entanto, segundo os números da [Associação de Oficiais das Forças Armadas \(AOFA\)](#), com base nos dados oficiais da Direcção-Geral de Administração e Emprego Público, em 2021 os **efectivos eram 25.616**, **menos 4364** dos que os indicados pelo Ministério.

O mesmo acontece nos anos de 2020, 2019, 2018 e 2017. E, sublinha António Mota, da AOFA, no primeiro trimestre do corrente ano já foram perdidos 500 novos efectivos.

Há falta de um Anuário, que não é publicado desde 2014, **a discrepância dos números que leva a esta confusão do total de efectivos tem uma razão de ser.** “Há três formas de contabilizar o número de efectivos, a começar pelos que estão em formação, o que implica que não recebem complemento de condição militar, mais os que estão na reserva e podem ser chamados à efectividade, e os que estão prontos”, explica, ao PÚBLICO, Lima Coelho, da [Associação Nacional dos Sargentos](#). Nesta selecção, existe um critério economicista.

A evolução, anota a AOFA, foi de perda de mil efectivos entre 2011 e 2019, e o acréscimo em 2020 deveu-se ao facto de, em plena covid-19, o Governo ter dado indicações para que fossem prorrogados os contratos dos militares que, naquele ano, os terminavam, para continuarem a desempenhar as funções de apoio à luta contra a pandemia.

Os salários

A questão remuneratória das Forças Armadas tem vários aspectos de défice. A tabela salarial das praças “arranca” com 871,99 euros brutos, sendo que 705 são a base de salário mínimo nacional e o restante de suplemento da condição militar. Depois, um soldado aufer 883,58 euros, o cabo 940,25 e tem o topo do seu vencimento em 1022,7 euros.

Estes valores são sempre inferiores aos agentes da PSP e das polícias municipais, aos guardas da GNR, o que não torna a carreira competitiva. O salário mínimo nacional nas praças é também inferior ao dos bombeiros profissionais.

A taxa de retenção das praças sofre de uma regressão na carreira se comparada com as forças de segurança ou das empresas de segurança, que é o destino mais comum das praças depois do final dos contratos. **Fizeram a formação nas Forças Armadas e, depois, vão servir na polícia, GNR e em serviços privados.**

Assim, **segundo os cálculos de Ângelo Correia**, antigo responsável da Defesa do Conselho Estratégico Nacional do PSD de ex-ministro da Administração Interna, **faltam quatro mil praças nas tropas especiais comandos e pára-quedistas. No entanto, o Governo, acentua, não aumentou o número de praças mas, entretanto, fez concursos para mais 2500 agentes da PSP e outros 2500 da GNR.**

Comparando, **em valores brutos**, os rendimentos mínimos, máximos e a média nas Forças Armadas, têm a seguinte pirâmide: mais alto – Tenente-General, 5654,73 euros; Mais baixo – soldado em regime de voluntariado, 871,99; Média – 1544 euros.

“Pelos sinais que nos vão chegando, a questão das verbas está muito limitada no que é fundamental, que é o factor humano”, lamenta Lima Coelho. “A ministra disse que em 2023 vai haver alterações, pelo que a AOFA tem uma reunião agendada para Setembro”, anuncia António Mota. “Seria bom haver um quadro de praças no Exército e na Força Aérea, mas para tanto é preciso aumentar vencimentos”, reflecte. Mais uma vez **o Orçamento atravessa-se nas expectativas**. Quanto à audiência pedida pela associação de oficiais ao Presidente da República, na sequência das preocupações manifestadas por Marcelo Rebelo de Sousa no discurso do 25 de Abril, continua não agendada.

Problemas de conceitos

Aquando do chumbo pela Assembleia da República da primeira versão do Orçamento do Estado para 2022, que ditou a queda do Governo e a convocatória de eleições legislativas antecipadas, em declarações ao PÚBLICO **o ministro João Gomes Cravinho** lamentou que tal incidência tenha adiado a discussão do futuro Conceito Estratégico de Defesa Nacional. **O que Gomes Cravinho pretendia era um modelo mais próximo do anglo-saxónico**, no seguimento, aliás, da aprovação da nova Lei de Organização de Bases das Forças Armadas (LOBOFA). **Tinha, inclusivamente, pensado uma estrutura dividida em dois sectores: um de “sábios” e académicos; e outro de executivos.**

No entanto, o Ministério da Administração Interna vai avançar com o seu próprio conceito de segurança. **“Misturar Segurança com Defesa começa a criar sérias dificuldades na separação de fronteiras, o que cria complicações na própria condição do que é ser militar”**, observa Lima Coelho. “Convém que haja um equilíbrio entre uma coisa e outra, e não é isso que temos visto”, assegura o líder associativo dos sargentos. “Desde a queda do muro de Berlim houve um desenvolvimento militar, mas a partir dos atentados de 11 de Setembro houve um incremento das forças de segurança, numa espécie de pêndulo que ainda não encontrou o seu ponto de equilíbrio”, comenta.

“A Defesa não dá votos”, dizem os militares, contrapondo à segurança interna. “As Forças Armadas chegaram a ser um elevador social, mas não há sensibilidade financeira no Governo para a Defesa”, garantem. E chegam a um extremo acusatório: “António Costa sempre teve aversão à Defesa.”

“O Governo prefere a segurança interna”, corrobora **Ângelo Correia**. **“Se este ano, em 2022, com a guerra e a crise da NATO não respondemos, quando vamos responder?”**, interroga-se.

“A ministra Helena Carreiras vai ter pela frente um grande desafio, conhece o meio castrense, é competente, **mas é a ministra das Forças Armadas**, terá peso político para ser ministra da Defesa?”, questiona **Proença Garcia**. Dito de outra forma, haverá ligação das necessidades militares à produção nacional, na Educação haverá aulas de identidade nacional.

“Temo que o conceito Estratégico Nacional de Segurança e Defesa pensado por Gomes Cravinho seja secundarizado a favor da Segurança”, continua o professor Associado do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica e ex-conselheiro militar na NATO, que, enquanto vice-coordenador de [Defesa Nacional do CEN do PSD](#), apoiou o ex-ministro socialista na LOBOFA.

Que modelo?

“Penso que temos de agir em função das alterações profundas feitas na Bússola Estratégica da União Europeia [com um plano ambicioso para reforçar a política de Segurança e Defesa] e do que vai ser concluído no final deste mês na cimeira de Madrid com o conselho Estratégico da NATO”, pondera o socialista **Marcos Perestrello**, presidente da comissão parlamentar de Defesa Nacional.

“O novo Conselho Estratégico Nacional vai determinar a futura Lei de Programação Militar (LPM), só então estará definido o que se pretende das Forças Armadas na opção da política externa, só depois se vão disponibilizar os recursos necessários”, refere. **“É o que faz sentido neste ambiente em que a Europa actualmente se movimenta”**, insiste o ex-secretário de Estado da Defesa Nacional.

O deputado do PS nega qualquer contradição entre Segurança – interna – e Defesa – externa. Há sempre aspectos próprios, mas tudo é segurança, não estão em conflito e ambas são necessárias até porque os recursos vêm todos do mesmo sítio”, dos contribuintes”, assinala. **“Assim, temos de clarificar o que queremos das Forças Armadas, esta é uma questão que não pode ser tratada em abstracto”**, conclui.

“Há que definir uma LPM que responda ao que queremos”, concorda Proença Garcia. **As prioridades estão definidas. “O grande desafio é recrutar e reter, manter a carreira atractiva, não precisamos de mais equipamento, mas pôr a funcionar o que há,** das fragatas aos navios patrulha oceânicos feitos em Portugal, com transferência tecnológica para as academias e empresas de forma a que o investimento seja produtivo e não comprado através das agências da NATO”, prossegue. **Executar a LOBOFA e olhar para o mar são outras das prioridades.**

As Forças Armadas dividem-se, modernamente, em dois sectores: **as tecnológicas e as menos tecnológicas**, com uma diferente relação nos seus componentes. **Nas primeiras**, existe um **ratio** de **um** oficial para **três** sargentos e **seis** praças. **Nas segundas**, tal relação é de **um** oficial para **quatro** sargentos e **dez** praças. **“Dada a escassez de efectivos, o ratio português é de um oficial para 1,3 sargentos e 1,67 praças”**, assegura Ângelo Correia. **A opção do modelo tem de combinar as necessidades com os compromissos, os meios com a sua escassez. É este o imbróglio da Defesa.**

Simões de Melo: "Serviço nas Forças Armadas: a visão de um liberal"

Umas Forças Armadas cujos recursos humanos sejam constituídos somente por voluntários poderão constituir-se num corpo com o qual a Nação pode não se identificar e sujeito ao definhamento.



Nuno Simões de Melo

Oficial do Exército na Reserva, deputado municipal da Iniciativa Liberal em Mafra

17 de junho, 2022, 00:02

<https://observador.pt/opiniao/servico-nas-forcas-armadas-a-visao-de-um-liberal/>

O regresso do Serviço Militar Obrigatório (SMO) tem sido equacionado dada a instabilidade na fronteira externa da União Europeia, assim como a dificuldade de recrutamento e retenção de efectivos nas Forças Armadas.

De uma perspetiva liberal, entendo que o contrato social existente entre cada indivíduo e o Estado é firmado de forma voluntária, atribuindo-me direitos e deveres e consequentes responsabilidades ao Estado.

De entre as responsabilidades delegadas nesta entidade colectiva encontra-se o monopólio do uso da força armada organizada (Max Weber). No entanto, para poder ser cumprida, é necessário prover o Estado dos recursos materiais, financeiros e humanos. Focando, neste artigo, a questão dos recursos humanos, coloca-se a questão da satisfação das necessidades das Forças Armadas. Para isso, recorro aos modelos de Conscrição (SMO) e de Profissionalização.

O Serviço Militar Obrigatório operacionaliza o conceito de "a Nação em Armas", com origem na Revolução Francesa, segundo o qual cada cidadão tem o dever de contribuir para a defesa da Pátria (e dos ideais revolucionários) servindo obrigatoriamente nas Forças Armadas (Marinha e Exército na altura). Este modelo oferecia a garantia da manutenção dos efectivos necessários ao esforço de guerra, bem como a garantia da ligação perene da Nação às suas Forças Armadas. Por outro lado, poder-se-ia argumentar que, sendo obrigatório, não permitia a existência de um corpo coeso e motivado, nem com o moral elevado.

O modelo da Profissionalização assenta numa óptica de voluntariado. É o indivíduo que assume a iniciativa de defender a comunidade onde se insere, limitada por fronteiras mais ou menos extensas de acordo com a dimensão do país e das suas alianças de defesa, contra aqueles que ameacem o seu modo de vida.

Uma vez mais, situando-me no quadro do liberalismo, considero que o modelo que se aproxima do mesmo é o da profissionalização. Todavia, esta opção pode suscitar um conjunto de questões relativas à dificuldade de garantir os efectivos, bem como o da ligação à Nação.

Um as Forças Armadas cujos recursos humanos sejam constituídos somente por voluntários que lá permanecem por um período mais ou menos longo, com quebra de ligação à sociedade civil, poderão constituir-se num corpo com o qual a Nação pode não se identificar e, em última análise, sujeito ao definhamento ou mesmo ao desaparecimento. Assim sendo, torna-se imperativo criar um modelo que permita garantir o efectivo necessário ao cumprimento das missões das Forças Armadas e, também, manter a ligação à Nação Portuguesa.

Os mecanismos existem noutros países cujo serviço assenta na profissionalização, exemplos que seriam, com alguma facilidade, transpostos para Portugal. Desse modo, defendo a criação de um Corpo de Reserva, composto por militares que tivessem cumprido o serviço militar, em regime de contrato, ou os militares dos Quadros Permanentes que tivessem atingido, voluntária ou estatutariamente, a situação de Reserva e que, assim, pretendem manter a ligação efectiva às Forças Armadas. Esse Corpo de Reserva seria constituído pelos recursos humanos necessários para suprir a diferença entre os efectivos existentes e os efectivos considerados necessários ao cabal cumprimento das missões das Forças Armadas, consoante o número dos efectivos autorizados, fixados anualmente pelo Ministério da Defesa Nacional. Os militares nesta situação manteriam o vínculo às Forças Armadas, sendo que, em tempo de Paz, estariam sujeitos a uma actualização periódica, com a frequência tida por necessária.

Desta forma, a Nação continuaria ligada à sua defesa militar, podendo oferecer e incorporar boas práticas existentes em ambos os lados, não se correndo o risco de ver, nas Forças Armadas, uma espécie de "corpo estranho", para além da vantagem imediata de se garantirem os efectivos necessários ao cumprimento das suas missões.

Em conclusão, não concordo com a prestação de um serviço para o Estado que seja de carácter obrigatório, sendo favorável ao modelo profissional, com o complemento de um Corpo de Reserva, credível e capaz de garantir a ligação da Nação às suas Forças Armadas que são, para todos os efeitos, a força armada organizada da qual o Estado possui o monopólio do uso.

... /// ...

Tribunal de Contas chumba 'patrulhões'

O tribunal entendeu que não se justifica pagar €4,2 milhões às indústrias de defesa, quando o know-how está na Marinha

17 de junho de 2022

O Tribunal de Contas negou o visto ao contrato do Ministério da Defesa com a empresa pública idD — Portugal Defense, para esta desenvolver a gestão do programa de aquisição dos seis navios de patrulha oceânica (conhecidos como 'patrulhões'), aprovado pelo Governo em junho de 2021, num investimento total de €352 milhões. É uma derrota para o antigo ministro da Defesa, João Gomes Cravinho (atual ministro dos Negócios Estrangeiros) e para o secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira, que, até integrar o elenco governamental, era presidente da idD.

O chumbo "ainda é passível de recurso", explicou ao Expresso fonte oficial do Tribunal de Contas, que confirmou a decisão, a ser publicada no site do tribunal brevemente. As entidades envolvidas já foram notificadas.

O fundamento do chumbo do contrato tem a ver com o facto de o Tribunal de Contas entender que, estando os conhecimentos técnicos e a experiência acumulada na Marinha, não se justifica a despesa prevista para o processo dos 'patrulhões' ser gerida por uma entidade sem qualquer experiência para "edificar" o processo do concurso internacional público para a construção dos navios.

A Defesa contratou a empresa pública idD por €4,2 milhões, para um processo que custava zero na Marinha

Esta decisão compromete os prazos de um programa já muito atrasado: na primeira apresentação que o então ministro fez há um ano, anunciou a entrega do primeiro navio "para o final de 2023", o que é impossível de cumprir.

A resolução do Conselho de Ministros que aprovou a despesa do programa dos 'patrulhões' estabelecia o valor máximo de €4,2 milhões de pagamento à idD para gerir o programa, ou seja, para ser a empresa a estabelecer e lançar os cadernos de encargos para os projetos e construção dos seis navios.

Acontece que Portugal já tem quatro navios desta classe — chamada “Viana do Castelo” por terem sido construídos nestes estaleiros navais — e cujo know-how está na Marinha que os opera e não na empresa pública das indústrias de defesa.

Este processo causou muito mal-estar na Marinha, mas também na Defesa. Fonte do sector diz ao Expresso não se compreender como se pede a uma entidade exterior para desenvolver as competências de outra, que não tem meios para elaborar um caderno de encargos destes.

Marco Capitão Ferreira, que no início de maio esteve no Parlamento a defender o orçamento da Defesa, respondeu que não se punha “em causa os ramos e as capacidades próprias quando se recorre à NSPA (agência de procurement de material militar da NATO). É que este modelo custa metade e o dinheiro fica cá. O outro custa o dobro e vai para fora”. Mas se o processo ficasse na Marinha ou na Direção-Geral de Recursos da Defesa não se gastava e ficava cá na mesma. Terá sido esse o entendimento do Tribunal de Contas.

... /// ...

OBSERVADOR

Tribunal de Contas chumba contrato da Defesa para "patrulhões"

Decisão ainda é passível de recurso, mas o contrato com empresa pública idD – Portugal Defense não recebeu visto do Tribunal de Contas, que considera que a Marinha tem "know-how" para gerir processo.



Edgar Caetano

17 de junho, 2022, 08:25 3



Hugo Amaral

<https://observador.pt/2022/06/17/tribunal-de-contas-chumba-contrato-da-defesa-para-patrulhoes/>

O Tribunal de Contas chumbou o contrato que tinha sido aprovado em junho de 2021, pela mão do anterior ministro da Defesa João Gomes Cravinho, e que entregava à empresa pública idD – Portugal Defense a gestão do processo de compra de seis navios de patrulha oceânica ("patrulhões"). Essa empresa era, até à formação do novo Governo, liderada por Marco Capitão Ferreira, que, entretanto, se tornou Secretário de Estado da Defesa.

Segundo o Expresso, para o Tribunal de Contas não se justifica o pagamento de 4,2 milhões de euros (para um valor total de aquisição de 352 milhões) já que a Marinha tem *know-how* suficiente para gerir este processo, em contraste com a idD, uma entidade que o organismo fiscalizador considera não ter qualquer experiência para "edificar" o processo do concurso internacional público para a construção dos navios.

A decisão ainda é passível de recurso, mas vem comprometer ainda mais os prazos de um programa já muito atrasado: na primeira apresentação que o então ministro João Gomes Cravinho (agora ministro dos Negócios Estrangeiros) fez há um ano, foi anunciada a entrega do primeiro navio “para o final de 2023”, o que se tornou agora impossível de cumprir. Segundo o Expresso, este foi um processo que causou muito mal-estar na Marinha, mas também na Defesa.

(notícia corrigida com o valor do pagamento à idD chumbado pelo Tribunal de Contas)

... /// ...

PÚBLICO

Tribunal de Contas chumba contrato da Defesa para os “patrulhões”.

Esta decisão ainda é passível de recurso, mas o contrato com a empresa pública idD – Portugal Defence não recebeu visto do Tribunal de Contas, que considera que a Marinha tem o “know-how” para gerir o processo.



A ministra Helena Carreiras e o secretário de Estado Marco Capitào Ferreira

LUSA/RUI MINDERICO

Nuno Ribeiro,

17 de junho, 2022

<https://www.publico.pt/2022/06/17/politica/noticia/tribunal-contas-chumba-contrato-defesa-patrulhoes-2010344>

O Tribunal de Contas chumbou o contrato que tinha sido aprovado em Junho de 2021, pelo anterior ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, e que entregava à empresa pública idD – Portugal Defence a gestão do processo de compra de seis navios de patrulha oceânica, denominados “patrulhões”.

Essa empresa era, até à formação do novo Governo, liderada por [Marco Capitão Ferreira](#), que é o actual Secretário de Estado da Defesa da ministra Helena Carreiras.

Segundo o semanário *Expresso*, que divulga a notícia na sua edição desta sexta-feira, para o Tribunal de Contas não se justifica o pagamento – de 352 milhões de euros – já que **a Marinha tem *know-how* suficiente para gerir este processo, em contraste com a IdD**, uma entidade que o organismo fiscalizador considera não ter qualquer experiência para “edificar” o processo do concurso internacional público para a construção dos navios.

Embora esta decisão seja ainda passível de recurso, vem comprometer os prazos de um programa já muito atrasado.

Aquando da primeira apresentação que o então ministro Gomes Cravinho (agora ministro dos Negócios Estrangeiros) fez há um ano, foi anunciada a entrega do primeiro navio “para o final de 2023”. Um prazo que se tornou agora impossível de cumprir. Segundo o *Expresso*, este foi um processo que causou muito mal-estar na Marinha, mas também na Defesa. E foi também criticado pela oposição do PSD durante o [debate na especialidade para a Defesa do Orçamento do Estado 2022](#).

Este revés vem juntar-se à [baixa execução da Lei de Programação Militar de 2021](#) que, como o PÚBLICO referiu, entre outros projectos afectou a rede fixa de comunicações militares, o sistema de contra informação das [Forças Armadas](#), a compra de helicópteros da Marinha, a construção de dois navios salva vidas, a [modernização dos C-130](#) e a compra de helicópteros ligeiros de ataque que estavam calendarizados para 2021 e cujos prazos de conclusão já derraparam. **Os projectos que estão naquilo a que a Defesa chama de “caminho crítico”, como consta no relatório sobre a execução da LPM.**

Os seis projectos em causa correspondem a cerca de dez por cento do total de 69. A 25 são reconhecidos atrasos “passíveis de recuperação até ao final do prazo planeado”, e 38 estão a cumprir os prazos. **Já os classificados em “caminho crítico” significa que terminarão para lá do prazo inicialmente previsto.** A baixa execução da LPM em 2021 é justificada pelos condicionantes da pandemia.

Entretanto, em nota ao meio da tarde desta sexta-feira, o Ministério da Defesa confirmou ter sido notificado pelo TdC da recusa de visto prévio ao contrato que se pretende estabelecer com a IdD-Portugal Defence S.A. para a gestão do programa de aquisição de seis navios de patrulha oceânicos destinados à Marinha.

“O Tribunal de Contas aponta **um vício procedimental de forma** para a recusa do visto, considerando que os procedimentos aplicáveis ao contrato são os do Decreto-Lei nº 104/2011, sobre contratação pública nos domínios da Defesa e da Segurança, e não aqueles do Código dos Contratos Públicos, que foram os adoptados na Resolução do Conselho de Ministros de Maio de 2021 que deu luz verde ao programa”, explica o comunicado.

O Ministério afirma ter solicitado a análise do Centro de Competências Jurídicas do Estado e que a questão jurídica alegada no acórdão não foi adequadamente enquadrada. "Nos termos processuais, será interposto recurso da decisão do Tribunal. Através do referido contrato o Ministério da Defesa Nacional dá seguimento à decisão do Governo de contratar àquela empresa pública os serviços de gestão do programa de aquisição dos seis navios, sob a autoridade técnica da Marinha e coordenação da Direcção Geral de Recursos da Defesa Nacional", refere ainda a nota.

... /// ...



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL

NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 de junho de 2022

Navios de patrulha oceânicos

O Ministério da Defesa Nacional foi notificado pelo Tribunal de Contas da recusa de visto prévio ao contrato que se pretende estabelecer com a IdD-Portugal Defence S.A. para a gestão do programa de aquisição de seis navios de patrulha oceânicos destinados à Marinha.

O Tribunal de Contas aponta um vício procedimental de forma para a recusa do visto, considerando que os procedimentos aplicáveis ao contrato são os do Decreto-Lei nº 104/2011, sobre contratação pública nos domínios da Defesa e da Segurança, e não aqueles do Código dos Contratos Públicos, que foram os adotados na Resolução do Conselho de Ministros de maio de 2021 que deu luz verde ao programa e que nortearam, por isso, os procedimentos preparatórios do contrato, na modalidade de contratação in-house.

O Ministério da Defesa Nacional solicitou a análise do Centro de Competências Jurídicas do Estado, que é de parecer que a questão jurídica alegada no acórdão não foi adequadamente enquadrada. **Nos termos processuais, será interposto recurso da decisão do Tribunal.**

Habitualmente, o Ministério da Defesa Nacional não se refere publicamente a processos sem decisão final. **No entanto, uma vez que a fundamentação plasmada no acórdão não é aquela que hoje é noticiada pelo jornal Expresso, vê-se forçado a fazê-lo.** O acórdão não fundamenta a recusa de visto prévio na atribuição à IdD da gestão do programa, nem na previsão de uma verba para pagamento dessa prestação de serviços.

Através do referido contrato o Ministério da Defesa Nacional dá seguimento à decisão do Governo de contratar àquela empresa pública os serviços de gestão do programa de aquisição dos seis navios, sob a autoridade técnica da Marinha e coordenação da Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional.

... /// ...

EXPRESSO

Defesa diz que vai recorrer do chumbo do Tribunal de Contas aos 'patrulhões'

(antes do acórdão ser publicado)

O Ministério da Defesa emitiu um comunicado antes de o Tribunal de Contas publicar os fundamentos sobre o chumbo do contrato com a idD para gerir o processo da construção de seis navios patrulha



Navio patrulha oceânico "Figueira da Foz"



Vítor Matos

Jornalista

17 de junho, 2022 17:16

<https://expresso.pt/politica/2022-06-17-Defesa-diz-que-vai-recorrer-do-chumbo-do-Tribunal-de-Contas-aos-patrulhoes--antes-do-acordao-ser-publicado--4b7ba9ed>

O Ministério da Defesa vai recorrer da recusa de visto do Tribunal de Contas (TdC) ao contrato com a empresa pública idD - Portugal Defense, que ia desenvolver os procedimentos concursais, caderno de encargos e gerir o processo para a construção e aquisição de seis navios de patrulha oceânicos (NPO, mais conhecidos por 'patrulhões'), por um valor que pode chegar aos 4,2 milhões de euros (o valor total do programa é de 352 milhões de euros).

A Defesa reagiu em comunicado esta sexta-feira à [notícia do Expresso](#), com a informação de que vai pedir a "análise do Centro de Competências Jurídicas do Estado", que entende que "a questão jurídica alegada no acórdão não foi adequadamente enquadrada".

Como o Tribunal de Contas ainda não publicou o acórdão, a Defesa antecipou-se, justificando no comunicado que o faz apesar de "habitualmente" o Ministério da Defesa não se referir "publicamente a processos sem decisão final".

O Ministério alega que o faz por a fundamentação plasmada no acórdão não ser a que consta da notícia do Expresso desta sexta-feira. Segundo o Ministério liderado por Helena Carreiras, o TdC "aponta um vício procedimental de forma para a recusa do visto, considerando que os procedimentos aplicáveis ao contrato são os do decreto-lei nº 104/2011, sobre contratação pública nos domínios da Defesa e da Segurança, e não aqueles do Código dos Contratos Públicos, que foram os adotados na Resolução do Conselho de Ministros de maio de 2021 que deu luz verde ao programa e que nortearam, por isso, os procedimentos preparatórios do contrato, na modalidade de contratação *in-house*".

"O acórdão não fundamenta a recusa de visto prévio na atribuição à IdD da gestão do programa, nem na previsão de uma verba para pagamento dessa prestação de serviços", escreve a Defesa em comunicado, contrariando a notícia que dizia, segundo as fontes do Expresso, que o fundamento tinha a ver com o facto de ser contratada uma entidade sem experiência para "edificar" o processo do concurso, quando esse *know-how* está na Marinha (que segundo o ministério está a dar assessoria técnica).

O processo foi decidido pelo anterior ministro da Defesa, João Gomes Cravinho (hoje ministro dos Negócios Estrangeiros), quando o atual secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira era presidente da idD - Portugal Defense, a empresa pública das indústrias de defesa.

... /// ...



Reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional

O Conselho Superior de Defesa Nacional reuniu, em sessão ordinária, por videoconferência, sob a presidência do Presidente da República a partir do Palácio de Belém.

No final da reunião, foi divulgada uma nota informativa.

<https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2022/06/reuniao-do-conselho-superior-de-defesa-nacional/>

NOTA INFORMATIVA

“O Conselho Superior de Defesa Nacional reuniu hoje, 20 de junho de 2022, por videoconferência, em sessão ordinária, sob a presidência de Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, e deu parecer favorável, por unanimidade, a reajustamentos circunscritos à proposta de Forças Nacionais Destacadas para 2022, aprovada em 26 de novembro de 2021.

Para além disso, por se tratar da primeira reunião, em que participam os Membros do XXIII Governo da República, foi feito um ponto de situação das FND, abordada a revisão da LPM, e prestada informação sobre a situação dos efetivos das Forças Armadas.

Foi ainda versada a questão da revisão do Conceito Estratégico da NATO, bem como realizada apresentação do apoio de Portugal à Ucrânia.

Lisboa, 20 de junho de 2022”

Apoio à Ucrânia e Conceito Estratégico da NATO abordados no Conselho de Defesa

Conselho Superior de Defesa "deu parecer favorável, por unanimidade, a reajustamentos circunscritos à proposta de Forças Nacionais Destacadas para 2022, aprovada em 26 de novembro de 2021".



A ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras

© LUÍS FORRA/LUSA

DN/Lusa

20 de junho, 2022 — 20:14

<https://www.dn.pt/sociedade/apoio-a-ucrania-e-conceito-estrategico-da-nato-abordados-no-conselho-de-defesa-14954920.html>

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) abordou esta segunda-feira a revisão do Conceito Estratégico da NATO e foi feita uma apresentação sobre o apoio de Portugal à Ucrânia no contexto do conflito, divulgou hoje a Presidência da República.

De acordo com uma nota publicada no sítio oficial da Presidência da República na Internet, este órgão de consulta reuniu-se esta segunda-feira e **"deu parecer favorável, por unanimidade, a reajustamentos circunscritos à proposta de Forças Nacionais Destacadas para 2022, aprovada em 26 de novembro de 2021"**.

Além disto, **"por se tratar da primeira reunião em que participam os membros do XXIII Governo"**, de acordo com a nota, **foi feito um ponto de situação das Forças Nacionais Destacadas, abordada a revisão da Lei de Programação Militar -- que tem início este ano -- e "prestada informação sobre a situação dos efetivos das Forças Armadas"**.

"Foi ainda versada a questão da revisão do Conceito Estratégico da NATO, bem como realizada apresentação do apoio de Portugal à Ucrânia", lê-se na nota.

O Conselho Superior de Defesa Nacional reuniu-se em sessão ordinária, por videoconferência, presidida pelo chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas, Marcelo Rebelo de Sousa, a partir do Palácio de Belém.

Horas mais tarde, questionado pelos jornalistas, à margem da sessão de encerramento da conferência "Dez anos do Conselho das Finanças Públicas", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, sobre os reajustamentos às Forças Nacionais Destacadas aprovados nesta reunião, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que estes "já foram feitos", não havendo nenhum dado novo nesta matéria.

"O Conselho Superior de Defesa hoje veio confirmar, ratificar, concordar com aquilo que, entretanto, tinha sido feito, não houve mais movimentos além disso. Não há, portanto, utilização de mais meios, neste momento não houve [necessidade de] mexer em mais Forças Nacionais Destacadas", afirmou.

Na cimeira da NATO, que se realiza a 29 e 30 de junho, em Madrid, os líderes da Aliança Atlântica deverão adotar o novo conceito estratégico para a próxima década, incluindo o fortalecimento da dissuasão e defesa, abordando ameaças transnacionais - cibernética e climática - e aprofundando as parcerias com aliados democráticos na Europa e na Ásia, num contexto geopolítico novo, desencadeado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro.

Na semana passada, à margem da reunião de ministros da Defesa da NATO, em Bruxelas, a governante portuguesa que tutela a pasta, Helena Carreiras, afirmou que Portugal está disponível a dar treino a militares ucranianos, tendo já uma avaliação feita do tipo de formação que pode oferecer.

A ministra disse que, "neste momento, não está em cima da mesa" o envio de mais material militar, designadamente material pesado, mas recordou o "conjunto de ajudas" que Portugal tem prestado e admitiu então a possibilidade de ser dada formação às Forças Armadas ucranianas, em Portugal.

O Conselho Superior de Defesa Nacional é um órgão colegial específico de consulta do Presidente da República, para os assuntos relativos à defesa nacional e à organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas.

Fazem parte deste órgão o primeiro-ministro, os ministros de Estado e da Defesa Nacional, Negócios Estrangeiros, Administração Interna, Finanças e responsáveis pelas áreas da indústria, energia, transportes e comunicações, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e os chefes da Armada, do Exército e da Força Aérea.

Integram ainda o Conselho Superior de Defesa Nacional os representantes da República e presidentes dos governos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República e mais dois deputados.

... /// ...

Guerra na Ucrânia será "jogo de espera", diz Joe Biden



LEAH MILLIS



CLÁUDIA MONARCA ALMEIDA

21 de junho, 2230

<https://expresso.pt/guerra-na-ucrania/2022-06-21-Em-direto-Biden-diz-que-guerra-na-Ucrania-sera-jogo-de-espera-entre-Russia-e-Europa-ouo-pode-entrar-em-novo-pacote-de-sancoes-730f3c1d>

O Presidente dos EUA afirmou esta terça-feira não temer que o conflito na Ucrânia gere fracturas na Aliança entre os países do Ocidente, nomeadamente na Europa. Contudo, **alertou para um conflito prolongado** e declarou que **irá discutir o caminho futuro com os parceiros da NATO** na cimeira deste fim de semana em Madrid.

"Acho que, a certa altura, isto vai ser um jogo de espera. **O que os russos podem sustentar e o que a Europa estará preparada para sustentar.** Essa é uma das coisas sobre as quais falaremos em Espanha."

... /// ...

Jorge Máximo: "Ensaio sobre o Serviço Nacional Obrigatório"



Jorge Máximo

Gestor

22.06.2022, 10:18

<https://onovo.pt/opiniao/ensaio-sobre-o-servico-nacional-obrigatorio-GC11310327>

A infame invasão da Ucrânia, retomou um velho debate há muito adormecido no nosso país. O debate sobre o Serviço Militar Obrigatório, ou SMO como também é vulgarmente conhecido. Um tema que confronta 3 gerações com ligações emocionais e sentimentos ideológicos muito distintos. A geração dos **Baby boomers**, que foi obrigada à frequência do serviço militar e é ainda a sua maior defensora, apesar das dolorosas memórias da guerra ultramarina; **A Geração X**, cuja maioria concluiu a adolescência ansiando pela provável hipótese de ser dispensada do SMO com a passagem direta à reserva territorial, evitando interromper os seus planos de início de vida ativa; e a geração dos **Millennials**, que raramente pensou ou se preocupou com o tema, que classificam como um assunto ultrapassado e do passado.

Depois da Pandemia ter dado enorme visibilidade à excelente capacidade de organização logística do exército nacional, a guerra na Ucrânia trouxe a compreensão e a tolerância pública para que se reforce a despesa orçamental do Ministério da Defesa para níveis muito superiores aos observados nas últimas décadas. A NATO, organização que raramente era tema de destaque noticioso e a quem poucos reconheciam utilidade, é hoje genericamente aceite como estrutura fundamental para a segurança e unidade europeia, e em cujas decisões Portugal deve participar e contribuir. **Cenários que poucos anteciparam, mas que trouxeram um novo paradigma sobre o papel das Forças Armadas na sociedade portuguesa atual.**

Mas será verosímil esperar que a "tropa para todos" esteja de regresso? Nos termos anteriores, claramente que não! Mesmo no atual cenário beligerante, dificilmente se conseguirão convencer as novas gerações para interromperem meses preciosos do seu início de idade adulta para fazerem a recruta e terem a tradicional formação militar.

Uma das principais razões para o declínio do interesse pela carreira militar foi a consciencialização dos jovens da sua pouca utilidade em termos profissionais. Com a exceção daqueles que optaram por exercer a profissão militar, poucos são os jovens que consideram o serviço militar como parte integrante da sua formação profissional. Em consequência, **o serviço militar perdeu atratividade e hoje é lugar comum ouvir dizer que “até já temos mais oficiais que soldados”**.

Mas o conceito de defesa nacional mudou e continua a mudar muito. Hoje, mais do que nunca, é inteligência e parceria. **Em novos moldes, ter formação militar até pode ser uma oportunidade.** Gestão estratégica e Liderança, Gestão de Sistemas e Cibersegurança, Organização e Logística, Ordenamento e Gestão Territorial, Navegação e Georeferenciação, e muito outros, são temas emergentes e de grande transversalidade e que podem ser apreendidos na frequência do serviço militar. **Outra das características marcantes das novas gerações é a sua elevada predisposição para participar em ações de voluntariado e em campanhas de sensibilização pelas causas em que acreditam.** Apesar do modelo associativo tradicional estar a atravessar uma crise de participação e regeneração, a capacidade mobilizadora das redes sociais e a permanente interconectividade e interinfluência com que vivem as novas gerações, incentivam a sua vontade cívica e voluntária, havendo causas que mobilizam muitos milhares de jovens de forma regular e repetida há vários anos.

E porque não juntar estas novas realidades num novo paradigma formativo e de participação cívica que consiga convergir os interesses e motivações individuais de cada jovem? Um processo colaborativo e integrado que fosse também, e assumidamente, um contributo cívico coletivo para o país? Imaginem que, ao invés de fazer regressar o Serviço Militar Obrigatório, se experienciasse a existência de um **Serviço Nacional Obrigatório (SNO)**.

O que seria e como funcionaria o SNO? Começar por evidenciar que apesar de obrigatório, a frequência no SNO seria de enorme flexibilidade e com um leque alargado de escolhas. Apesar de assentar numa base formativa militar que seria uma espécie tronco comum inicial, os recrutas teriam também a opção por escolher o restante conteúdo da sua participação em missões ou projetos militares específicos com conteúdos condizentes com a sua formação académica, ou, alternativamente, em ações de gestão e ordenamento territorial ou de voluntariado cívico e social fora do sistema de defesa nacional.

Imaginem também que todos os cursos superiores do país permitissem, e até incentivassem, que um dos seus semestres curriculares fosse efetuado na frequência de uma das opções do SNO com consequente equivalência em termos de créditos académicos.

Por exemplo, o projeto final de curso poderia ter como opção o cumprimento de uma determinada missão no âmbito do SNO, ou a frequência em missões ter um tratamento equivalente ao que atualmente acontece com as disciplinas de

natureza opcional. Nestes termos, ao invés do SNO ser percebido como um contratempo inconveniente e incompatível com o percurso académico dos jovens, passaria a ser parte integrante e universal desse mesmo percurso, não causando nenhuma concorrência desleal nos tempos de acesso ao mercado de trabalho após a conclusão dos estudos.

Imaginem ainda que a globalidade dos municípios e os organismos públicos diretamente ligados à gestão do território e administração interna também aderissem à iniciativa promovendo a criação de vagas reservadas ao SNO para missões específicas de utilidade pública nos seus territórios e sobre coordenação dos seus serviços.

Missões como por exemplo, a georreferenciação de terrenos rústicos e baldios, o levantamento, catalogação e preservação ambiental, a modernização do modelo de relação com os cidadãos, etc. Para estas entidades, o SNO poderia tornar-se numa importante oportunidade para conseguirem acelerar a concretização de objetivos que se arrastam por implementar há longos anos apenas por falta de disponibilidade de recursos qualificados que os possam executar.

Imaginem que também os organismos sem fins lucrativos com estatuto de utilidade pública tivessem oportunidade de aderir ao SNO disponibilizando ofertas para candidaturas em áreas que fomentassem a modernização do seu funcionamento e o alargamento do alcance e utilidade das suas missões, em moldes semelhantes a alguns programas já disponíveis para o apoio à desenvolvimento do 3º setor.

Nos termos mencionados, para os jovens, o SNO mais do que o cumprimento de uma obrigação legal transformar-se-ia numa excelente oportunidade para uma primeira experiência profissional de valor reconhecido e com claros impactos positivos na sua ulterior iniciação ao mercado de trabalho. Seria também um fator de consciencialização para a importância de contribuírem proactivamente e de forma concreta para missões de interesse coletivo do seu país, reforçando os seus índices motivacionais para uma maior participação cívica ao longo da sua vida.

Para as Forças Armadas, o modelo de SNO poderia ser uma alternativa possível para uma mudança radical do atual sistema. Em primeiro lugar, seria um excelente pretexto para convergir os interesses e alinhar os conteúdos do Sistema de Defesa Nacional com a oferta do Sistema Científico Nacional.

Em segundo lugar, e presumindo que a sua estrutura de funcionamento já não esteja preparada para acolher um afluxo muito significativo de novas entradas, permitiria a distribuição da oferta de candidatos por estruturas não militares, mas igualmente importantes para o conceito alargado de defesa e segurança nacional.

Por último, reforçava a capacidade de atração de candidatos com competências em áreas técnicas de difícil recrutamento no contexto atual, facilitando o processo de transformação e modernização das suas estruturas.

É ainda comum ouvir dizer “A tropa fazia bem a todos”. Sou dos que não fui à tropa pelo que não sei julgar se é verdade, mas os relatos que tenho da geração do meu pai mostram inequivocamente que foram dos momentos mais marcantes das suas vidas tendo criaram relações de confiança e amizade tão fortes que ainda hoje perduram. Não sei se a evolução do atual conflito e os receios de um eventual agravamento farão regressar algum dia o SMO a Portugal. É provável que não, mas na Europa, e excluindo a Rússia, existem ainda 9 países que continuam a obrigar o serviço militar, sem que tal os impeça de serem democracias consolidadas e desenvolvidas. **Podemos até dizer que Portugal tem uma vantagem geoestratégica que lhe diminui os riscos de ser agredido, mas os nossos compromissos com a NATO tornam-nos alvos iguais aos nossos parceiros.**

Há que pensar numa forma moderna de preparar as novas gerações para a defesa e segurança futura comum. Como um dos países mais antigos na Europa devemos reforçar nas novas gerações de que, sem prejuízo dos seus direitos individuais, **existe também um dever de responsabilidade com o país e com as comunidades em que se inserem.** Um SNO pode ser um passo importante nesse sentido. **Ganhariam os jovens, ganharia o país.** E isso é sempre Smart.

... /// ...

Madeira quer desenvolver *drones* "inovadores" para as FFAA

A Madeira está a desenvolver drones "inovadores" que proporcionarão mais segurança à atividade militar para responder a necessidades operacionais detetadas, anunciou hoje o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, estimando que os equipamentos comecem a ser comercializados em 2024.



© iStock



LUSA

22/06/22 - 14:59

<https://www.noticiasao minuto.com/tech/2020374/madeira-quer-desenvolver-drones-inovadores-para-as-forcas-armadas>

Os drones estão a ser desenvolvidos por engenheiros da ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação, em parceria com as Forças Armadas e com o Governo da Madeira.

Em declarações aos jornalistas após a apresentação do projeto, designado 'Drones Atlântica', o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Silva Ribeiro, sublinhou que estes drones "têm a virtude de responder a necessidades operacionais" constatadas no terreno.

O almirante salientou que os equipamentos têm como **objetivos principais** "obter informações sobre o campo de batalha", proporcionado mais segurança aos militares, assim como alcançar os "propósitos operacionais que foram definidos".

Silva Ribeiro indicou também que os drones estão a ser produzidos na ARDITI, sendo que depois "proceder-se-á a um processo de industrialização de transferência desta tecnologia para entidades que o Governo Regional está a identificar e os drones entrarão num processo normal de produção industrial e de comercialização" porque "não têm só finalidades militares".

O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas adiantou ainda que os drones **vão começar a ser testados no Comando Operacional da Madeira "brevemente"**, bem como no destacamento de ações especiais dos fuzileiros, nas forças especiais do exército em Lamego e no Centro de Informações e Segurança Militar.

"Depois destes testes iniciais, ainda em ambiente controlado, eles serão testados em ambiente operacional e mais exigente. Também pensamos fazer um período de teste cruzado com os nossos parceiros espanhóis, em Salamanca", adiantou.

O almirante revelou, por outro lado, que a partir do próximo ano a costa madeirense passará a ser vigiada por outros drones já existentes, cuja base poderá ser na ilha do Porto Santo. [VIDE ARTIGO SEGUINTE]

Na apresentação do projeto 'Drones Atlântica' estiveram presentes a ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, o representante da República para a Região Autónoma, Ireneu Barreto, o presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, José Manuel Rodrigues, e o presidente do executivo insular, Miguel Albuquerque.

A ministra da Defesa Nacional, que iniciou na terça-feira uma visita oficial de dois dias à região, destacou a **importância da "inovação tecnológica"** na proteção dos espaços marítimos, assim como a necessidade de reforço de meios.

"Há de facto a vontade de reforçamos aqui o nosso esforço da Defesa no apoio a estas missões importantíssimas que desenvolvermos nas regiões autónomas e na Região Autónoma da Madeira", afirmou.

... /// ...

JORNAL DA MADEIRA

Vigilância costeira na Madeira em 2023 com base de drones no Porto Santo

PAULA ABREU

22/06/2022 12:49

[https://www.jm-madeira.pt/regiao/ver/176435/Vigilancia costeira na Madeira em 2023 com base de drones no Porto Santo](https://www.jm-madeira.pt/regiao/ver/176435/Vigilancia%20costeira%20na%20Madeira%20em%202023%20com%20base%20de%20drones%20no%20Porto%20Santo)

O chefe de Estado Maior-General das Forças Armadas, Almirante António Silva Ribeiro, destacou as potencialidades dos drones criados no âmbito da parceria entre as Forças Armadas e a ARDITI, 'Drones Atlântica' não só para operações militares como também de vigilância.

Em declarações aos jornalistas, após a demonstração dos quatro aparelhos criados por quatro engenheiros madeirenses da ARDITI, o responsável explicou que estes resultaram da identificação de uma necessidade operacional das FA, “no sentido de permitir que as nossas operações especiais e serviços de informações cumprissem as suas missões com apoio e tecnologias” com vista à segurança à atividade dos militares e obter informações sobre o campo de batalha para o cumprimento das missões”.

Para além dos drones concebidos pela ARDITI, as Forças Armadas possuem drones com cerca de 40 quilos, com uma capacidade de operação em ambientes e circunstâncias mais exigentes do ponto de vista climático, principalmente dos ventos. Esses serão testados para a vigilância da costa costeira portuguesa que irá incluir a Região.

“Para este ano, no último trimestre, vamos testar esses drones na vigilância da costa da Região. Estimamos que no início de 2023 poderemos ter uma capacidade residente de vigilância com drones mais robustos”.

O chefe de Estado maior – General das Forças Armadas adiantou que está a ser ponderada **criar a base de operação destes equipamentos de vigilância no Porto Santo**. “É muito provável que, fruto daquilo que são as capacidades que a Força Aérea já lá tem instalada, é bem provável que a base dos drones seja também o Porto Santo.

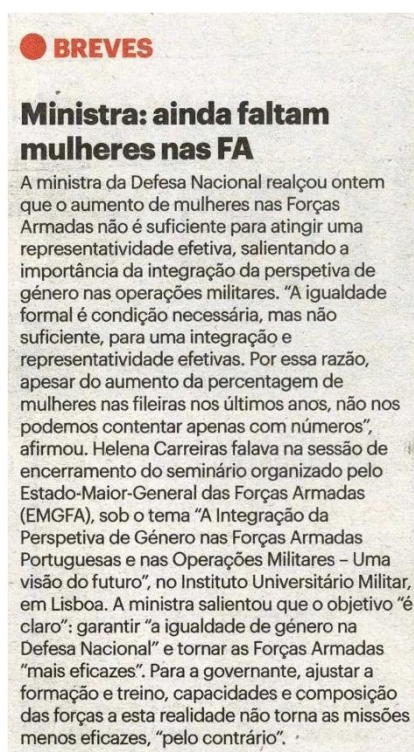
... /// ...

BREVES

Ministra: ainda faltam mulheres nas FA

23 de junho, 2022

A ministra da Defesa Nacional realçou ontem que o aumento de mulheres nas Forças Armadas não é suficiente para atingir uma representatividade efetiva, salientando a importância da integração da perspectiva de género nas operações militares. **"A igualdade formal é condição necessária, mas não suficiente, para uma integração e representatividade efetivas. Por essa razão, apesar do aumento da percentagem de mulheres nas fileiras nos últimos anos, não nos podemos contentar apenas com números"**, afirmou. Helena Carreiras falava na sessão de encerramento do seminário organizado pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), sob o tema "A Integração da Perspetiva de Género nas Forças Armadas Portuguesas e nas Operações Militares - Uma visão do futuro", no Instituto Universitário Militar, em Lisboa. **A ministra salientou que o objetivo "é claro": garantir "a igualdade de género na Defesa Nacional" e tornar as Forças Armadas "mais eficazes"**. Para a governante, ajustar a formação e treino, capacidades e composição das forças a esta realidade não torna as missões menos eficazes, "pelo contrário".



Vide a intervenção da Ministra da Defesa Nacional na página seguinte

A Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, e a perspetiva de género nas FFAA

Sessão de encerramento da Conferência

"A integração da perspetiva de género nas Forças Armadas e nas Operações Militares – Uma visão de futuro"

Instituto Universitário Militar,

23 de junho, 2022

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDYwMAUAJJCZjFQUAAA%3d>

É com muito gosto que participo no encerramento desta conferência sobre a integração da perspetiva de género, um tema que tenho acompanhado ao longo de muitos anos e onde são notórias importantes transformações na Defesa Nacional de que nos devemos orgulhar.

Permitam-me que comece por felicitar o Sr. Almirante CEMGFA pela iniciativa. O compromisso da liderança das Forças Armadas com esta importante agenda é um fator chave para sua efetiva implementação. Eventos como este são, por isso, essenciais para aumentar a consciencialização sobre o tema e para promover uma melhor compreensão de como a dimensão de género influencia as nossas operações. São principalmente um importante sinal de atenção, vindo das chefias militares, que deve ser prosseguido de forma consequente em todas as ações ao longo da cadeia de comando.

Que a Agenda Mulheres, Paz e Segurança tenha nascido do órgão com a mais alta responsabilidade internacional pela segurança internacional é ilustrativo da importância estrutural deste tema. Na histórica Resolução 1325, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reconheceu, pela primeira vez, que o terreno da guerra e da paz não é neutro em termos de género. Reconheceu também a necessidade de incluir as mulheres nas respostas internacionais a situações de conflito, e comprometeu as Nações Unidas e os seus Estados membros a desenvolverem esforços globais para alcançar a participação efetiva das mulheres neste domínio.

Desde então, a Agenda Mulheres, Paz e Segurança forneceu-nos as ferramentas necessárias para transformar o conceito de segurança, trazendo as mulheres para os processos de prevenção e resolução de conflitos e estabelecendo uma visão de paz mais inclusiva. Isso levou a mudanças substanciais nos mandatos e na doutrina com vista a tornar a proteção das populações civis - incluindo mulheres e crianças - mais central e mais eficaz. Também significou adotar uma abordagem mais abrangente ou holística para a resolução de conflitos.

Vemos a importância desta integração da dimensão de género no Afeganistão, no Sahel, na Colômbia e vemos-a também na guerra da Ucrânia. Como todas as operações militares, os seus efeitos fazem-se sentir de forma diferenciada em mulheres, homens e crianças.

Dos quase 15 milhões de pessoas deslocadas, 90% são mulheres e crianças. Há evidências crescentes de que a violência sexual está a ser usada como tática de guerra. De um lado, vemos homens a ter de lutar pelo seu país, mas falamos pouco sobre o impacto naqueles que ficaram para trás – maridos, pais, filhos. Muitas mulheres nunca mais os verão. Muitas crianças ucranianas nunca conhecerão os seus pais. Por outro lado, as mulheres ucranianas estão também na linha de frente, servindo nas forças armadas como voluntárias e organizações da sociedade civil lideradas por mulheres apoiam continuamente o esforço de guerra. Cabe a todos, incluindo as forças armadas e as estruturas civis da defesa, estar cientes de que a forma como conduzimos a guerra determina a natureza da paz que teremos. E nunca podemos perder de vista que o nosso objetivo não é prolongar a guerra. É regressar a um contexto de paz, onde o contributo de todos e de todas seja valorizado.

As diferenças nos papéis e os estereótipos de género afetam tudo o que fazemos, e os nossos adversários estão a tirar partido das nossas próprias conceções relacionadas com o género. A integração da perspetiva de género por parte dos nossos adversários, nas suas táticas híbridas, sejam atividades cibernéticas ou campanhas de desinformação para instalar o medo, a confusão e a desconfiança entre as populações, tem sido evidente.

Hoje, mais do que nunca, enfrentamos o desafio de cumprir as nossas palavras com ações concretas e colocar as mulheres no cerne dos nossos esforços para alcançar a paz e a segurança internacional.

A Defesa Nacional tem feito a sua parte. Apresentámos, em 2019, o Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade. Este Plano, em articulação com os principais documentos estratégicos nacionais e internacionais nesta matéria, coloca a implementação da Agenda Mulheres, Paz e Segurança e consequentemente a integração da perspetiva de género, num lugar cimeiro. Constituímos, também, o Gabinete da Igualdade do Ministério da Defesa Nacional e criámos a função de assessor de género no EMGFA e nos Ramos.

Instituímos o Prémio Defesa Nacional e Igualdade, que conta já com duas edições, e cuja terceira edição está a decorrer até ao final deste mês.

Incluímos as temáticas da Igualdade e da Agenda Mulheres, Paz e Segurança na formação ministrada a todos os militares, e em particular aos destacados para missões no exterior, missões essas que também já contam com pontos focais de género, para melhor assessorar o comandante da força neste âmbito.

Mais recentemente, temos assegurado que a nossa política externa de defesa é parte ativa na promoção desta mesma agenda. Destacaria a inclusão do tema na ordem de trabalhos de todos os encontros bilaterais com os nossos parceiros internacionais, em particular nos Programas-Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa como o que recentemente assinei com Angola, bem como a aprovação de um Plano de Ação da Componente da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a implementação da Resolução 1325, sob proposta de Portugal, que permite posicionar favoravelmente esta Comunidade face à desejada implementação desta Resolução.

Iremos incluir, certamente, a dimensão de género no próprio processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional – à semelhança daquilo que já foi feito pela UE na sua Bússola Estratégica e daquilo que está a ser feito pela NATO relativamente ao seu novo Conceito Estratégico, que será aprovado na próxima semana, em Madrid, na Cimeira que reúne os Chefes de Estado e de Governo, e que considera fundamental a implementação desta Agenda em todas as tarefas da Aliança.

Estamos cientes que ainda há muito espaço para melhoria. Precisamos assegurar que a avaliação da implementação dos planos de ação vai além da medição de indicadores quantitativos formais e que incorpora também avaliações qualitativas mais profundas.

Nesse sentido, encontra-se em desenvolvimento um estudo sobre o recrutamento nas Forças Armadas, cujo objetivo é permitir uma reflexão sobre os constrangimentos ao recrutamento, que nos permitirá redefinir políticas e adaptar planos de ação consubstanciados pelos seus resultados.

Paralelamente, iniciámos a revisão do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade, que deverá estar concluída no final do próximo mês. As principais linhas de esforço do novo Plano assentam em três dimensões:

- (1). Institucionalização da integração da perspetiva de género, nomeadamente através do desenvolvimento de diretivas setoriais para a Igualdade;
- (2). Formação, com ênfase na definição e harmonização dos conteúdos a ministrar;
- (3). Parentalidade, em particular as medidas conjuntas para a proteção na parentalidade.

O nosso objetivo é claro: garantirmos a igualdade de género na Defesa Nacional e tornamos as nossas Forças Armadas mais eficazes. Continuar a liderar, mostrando à nossa sociedade os caminhos que melhor reforçam a sua resiliência, que a tornam mais equilibrada e capaz de lidar com as transformações profundas do nosso tempo de forma construtiva.

Colocar todos os talentos do nosso país ao serviço da nossa sociedade é uma obrigação que as políticas de igualdade da Defesa procuram ativamente garantir.

Tal significa compreender que a igualdade formal é condição necessária, mas não suficiente, para uma integração e representatividade efetivas. Por essa razão, apesar do aumento da percentagem de mulheres nas fileiras nos últimos anos, não nos podemos contentar apenas com números.

Significa, também, compreender que a integração da perspetiva de género na análise, planeamento e execução das nossas ações proporcionará uma compreensão mais profunda das sociedades em que operamos, bem como do modus operandi dos nossos adversários, melhorando a nossa capacidade de reconhecer e responder às atuais e futuras ameaças à segurança.

Ajustar a nossa formação e treino, capacidades e composição das forças a esta realidade não torna as nossas missões menos eficazes. Pelo contrário, torna-as mais eficazes, porque são desenhadas para atingir o seu objetivo final, que é promover uma paz sustentável.

Podem contar com o meu forte empenho neste tema tão importante. Acredito firmemente que podemos contar com todos – homens e mulheres, civis e militares – da Defesa Nacional para trabalhar em prol deste objetivo.

Muito obrigada.

... /// ...

CIMEIRA DE MADRID

A NATO face ao regresso quente do inimigo da Guerra Fria

Momento para aliados voltarem a olhar para a defesa contra uma **Rússia agressiva**



Conceito Estratégico da NATO terá influência em Portugal, prometeu ministra da Defesa

FOTO PAULO CUNHA/LUSA

VÍTOR MATOS

24 de junho, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2591/html/primeiro-caderno/politica/a-nato-face-ao-regresso-quente-do-inimigo-da-guerra-fria>

Os 30 chefes de Estado e de Governo — e líderes convidados — que para a semana se reúnem em Madrid, na Cimeira da NATO, vão sentar-se à mesa com o ruído de fundo dos bombardeamentos russos na Ucrânia, num momento histórico e definidor da Aliança. Com a geopolítica da força de volta, depois de o inimigo histórico da Guerra Fria ter invadido um país soberano nas fronteiras da Aliança, os líderes vão aprovar um novo Conceito Estratégico num cenário inédito: com a retórica nuclear russa em níveis nunca vistos, enquanto a Suécia e a Finlândia batem à porta de entrada e a Turquia fecha o ferrolho, e quando cresce a tensão da Rússia com a Lituânia, que reclama mais proteção por parte dos aliados. A ministra da Defesa, Helena Carreiras, já disse esperar que “as soluções ou os resultados da cimeira contribuam de facto para a paz na Ucrânia” — Zelensky vai falar por videoconferência —, mas não é o fim da guerra que se espera a seguir às declarações finais da reunião de 29 e 30 de junho.

“**Esta é a cimeira mais importante da NATO desde a fundação, em 1949**”, classifica o comandante **João Fonseca Ribeiro**, antigo oficial superior da Marinha — membro do Observatório de Segurança e Defesa da SEDES —, pela “**iminência de um conflito na área da Aliança Atlântica numa escala sem precedentes, com coisas inimagináveis a acontecer**”. **Bernardo Pires de Lima**, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), da Universidade Nova, considera a cimeira “**decisiva para responder a este contexto e projetar o que os aliados querem na próxima década**”.

O novo Conceito Estratégico será uma forma de “arrumar as ideias e as prioridades”, definidas há 12 anos em Lisboa e que “já não correspondem ao presente”, constata Pires de Lima. Aliás, o então Presidente russo Dimitri Medvedev — hoje um ‘falcão’ do Kremlin — veio a Lisboa em 2010 aprofundar projetos de cooperação com a NATO, para constatar que “o período das relações frias” tinha “terminado”.

O ex-secretário-geral Fogh Rasmussen dizia, nessa era de apaziguamento, que, “pela primeira vez na história, a NATO e a Rússia vão cooperar no domínio da defesa”. Quatro anos depois, Vladimir Putin anexava a Crimeia. Mas tudo se inverteu com a invasão da Ucrânia: agora a Europa “volta a ser a prioridade”, ou seja, “**em 120 dias reverteu-se**” toda uma leitura geopolítica e a Aliança “**reforçou-se no artigo 5º**”, que diz que o ataque a um país é um ataque a todos. Ao mesmo tempo, “**reforçou-se o pilar europeu**”, explica o ex-militar.

PONTOS DE ATRITO À COESÃO

“**A fadiga da guerra vai condicionar os termos da coesão europeia**”, analisa **Bernardo Pires de Lima**. Mesmo que as declarações finais possam não o fazer transparecer, preveem-se pelo menos **dois pontos de atrição em Madrid**: **um reforço do poder da Turquia**, que determinará a abertura ou não da porta aos antigos Estados neutrais, a Suécia e a Finlândia, **e o tipo de ajuda militar à Ucrânia**, considerando as disparidades entre europeus e EUA/Reino Unido.

“O elemento turco de bloqueio ou de quebrar um consenso e tirar partido do processo de unanimidade dá força a quem quiser bloquear”, evidencia o investigador do IPRI. “**Acresce que é um parceiro essencial**”, embora “**turbulento**”, por a Turquia ser próxima dos dois lados do conflito, “**essencial para todos os bloqueios navais e comerciais**”.

Recep Tayyip Erdogan pode ser “problemático mesmo dentro da sala”, prevê Pires de Lima. **Para baixar as expectativas, Jens Stoltenberg, secretário-geral da NATO, disse esta semana que não há uma deadline para resolver a adesão dos nórdicos na Cimeira de Madrid**. No entanto, também disse “não” ter “razões para acreditar” que a Turquia bloqueasse a adesão dos nórdicos (por causa do apoio que têm dado a separatistas curdos).

No fim do dia, “o apoio militar à Ucrânia será unânime”, antecipa Pires de Lima, autor de “Putinlândia” (Tinta da China, 2016). **“Mas, no concreto, o que vemos é uma disparidade enorme entre o material americano e europeu: há um grande desfasamento e não podemos sair da cimeira com uma grande *décalage* entre europeus e americanos.”**

Essa diferença para o continente pode manifestar-se também nos receios europeus de um regresso de Donald Trump (ou sucedâneo) ao poder, pelo que os aliados estarão atentos às eleições intercalares para o Congresso norte-americano em novembro, para tomar o pulso ao poder de Joe Biden.

Um terceiro ponto de tensão pode ter a ver com o tipo de proteção que os países Bálticos reclamam da NATO. Com o endurecimento de posições da Rússia em relação à Lituânia — que bloqueou a passagem de bens sancionados pela UE para o enclave russo de Kaliningrado —, os aliados com maior exposição a Putin querem mais tropas da NATO no seu território (Portugal tem neste momento uma companhia de fuzileiros na Lituânia).

Antes de mais, o novo Conceito Estratégico da NATO terá influência imediata em Portugal, uma vez que a ministra da Defesa prometeu entregar até ao fim do ano um esboço da revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e do qual vão decorrer todos os outros documentos estruturantes da defesa portuguesa. **Depois, a intenção de atingir os 2% do PIB em despesas militares será reiterada... mas cumprida? João Fonseca Ribeiro** fez contas e considera que **“a Defesa precisa de mais €1,2 mil milhões só para manter as atuais capacidades operacionais”**. Isso representava um aumento de um terço do orçamento da Defesa.

“Não sou otimista”, diz o membro da SEDES. **“É preciso investir e acusar que o problema é político, mas não de contingência. Não podemos pensar naquele valor porque há outras prioridades, como a saúde ou a educação”**, mas a injeção de capital na TAP, por exemplo, **“será uma prioridade inalienável?”**, questiona. **O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, almirante Silva Ribeiro, disse esta semana que “as Forças Armadas cumprirão as suas missões com o brio e relevância que é habitual com os recursos que forem colocados à sua disposição”.**
Qual é a alternativa?

... /// ...

PÚBLICO

NATO debate maior expansão de defesa desde a Guerra Fria.

A invasão da Rússia à Ucrânia, que não é membro da NATO, fez desencadear um debate estratégico fundamental sobre como conseguirá a aliança defender-se caso Vladimir Putin decida atacar qualquer um dos seus 30 Estados-membros.



Para Jens Stoltenberg, foram casos como o massacre na cidade de Bucha que levaram ao debate sobre o aumento da defesa da NATO

Reuters/YVES HERMAN

Guilherme Pinheiro,

23 de junho, 2022

<https://www.publico.pt/2022/06/23/mundo/noticia/nato-debate-maior-expansao-defesa-desde-guerra-fria-2011069>

A NATO parece estar pronta para aprovar, já na próxima semana, a maior reforma das suas defesas desde a Guerra Fria, incluindo uma grande expansão de uma força de 40.000 militares em alerta para responder a uma possível crise. Este debate surge para que exista uma preparação prévia caso a Rússia decida atacar qualquer um dos Estados-membros da Aliança.

"**Da noite para o dia a mentalidade mudou**", disse um oficial militar da NATO citado pela Sky News. "A NATO agora parece electrificada. Pode sentir-se a energia a espalhar-se por todos os líderes", acrescentou.

Deste modo, planos de defesa de longa data que não haviam recebido muita atenção antes de 24 de Fevereiro - o dia em que Moscovo lançou a sua invasão militar a Kiev - estão novamente em cima da mesa e prontos para se tornarem realidade, à medida que os líderes de todos os [Estados-membros se reúnem para a cimeira da NATO](#) que decorrerá de 28 a 30 de Junho em Madrid, Espanha.

Um outro diplomata citado pelo mesmo órgão de comunicação previu que a cúpula de Madrid proporcionará "**uma mudança radical de postura**".

Entre os pontos a discutir relativamente à defesa da Aliança Atlântica estão: uma expansão da Força de resposta da NATO em cerca de 40.000 soldados; uma maior preparação para caso a Rússia decida atacar os flancos leste e sudeste da NATO, destacando milhares de tropas para estas fronteiras; a designação da Rússia como "a ameaça mais directa e significativa à segurança"; e um novo pacote de assistência abrangente a ser enviado para a Ucrânia, incluindo equipamentos para combater os drones russos e fornecer uma comunicação mais estável e segura internamente.

Jens Stoltenberg, secretário-geral da NATO, afirmou, citado pela Reuters que a reunião de chefes de Estado e de governo na capital espanhola será uma "**cimeira transformadora**, uma vez que nos encontramos num momento crucial para nossa segurança". As evidências do horror desencadeado pelas forças russas em lugares como a cidade ucraniana de Bucha foram um dos principais motivos que terá levado ao à [determinação de todos os Estados-membros em fortalecer suas defesas](#).

Os aliados parecem, assim, estar prontos para deixar de depender apenas das sanções aplicadas à Rússia - que, até então, têm sido eficientes, mas não fizeram com que Putin travasse a sua agressão militar - para passar àquilo a que alguns chamam de "dissuasão por negação".

Kusti Salm, secretário do Ministério da Defesa da Estónia, citado pela Sky News, explicou que este cenário funcionaria com tropas em maior número já no terreno para impedir qualquer invasão antes que ela começasse. "Se formos capazes de colocar forças adequadas e suficientes, indicaremos ao nosso adversário que as nossas tropas estão a um nível que o fariam perder imediatamente qualquer tentativa de ataque".

"Esta mensagem poderia então convergir para uma perda da Rússia de invadir território da NATO. Putin poderá ler nela que, mesmo que tentasse, as suas tropas seriam varridas da Terra nas primeiras horas."

Este novo pensamento exige que os aliados da NATO tenham ainda mais soldados, marinheiros, fuzileiros navais e tripulação aérea com capacidade de combate, prontos para se moverem em vários graus de prontidão. Para além disto, cada Estado-membro, com excepção da Islândia por não ter exército, está à procura de colocar um maior número de forças em estado de prontidão.

Também faz parte do novo plano da NATO [um reforço adicional das suas defesas em oito países ao longo de suas fronteiras leste e sudeste](#).

Stoltenberg revelou, na passada terça-feira, que **os aliados estão a debater o fortalecimento dos "grupos de batalha no leste até ao nível de brigada"**.

Isto porque um grupo de batalha alberga cerca de 1000 soldados, enquanto uma brigada pode ter entre 3000 a 5000 soldados.

Alguns dos Aliados, incluindo o Reino Unido, os EUA, o Canadá e a Alemanha já veem contribuindo com o envio de forças para estas regiões. O Reino Unido, que lidera a missão da NATO na Estónia, aumentou sua presença no país para dois grupos de batalha este ano e Ben Wallace, o ministro da Defesa, revelou ser "altamente provável" adicionar mais tropas para a formação de brigadas. Por sua vez, a Alemanha, que lidera o grupo de batalha na Lituânia, também pretende expandir as suas forças no local.

... /// ...

EXPRESSO

CIMEIRA DE MADRID

[A Cimeira de Madrid e a] Aposta forte de Pedro Sánchez

Espanha quer liderar novo conceito estratégico e o seu primeiro-ministro sonha com cargos internacionais



ÁNGEL LUÍS DE LA CALLE

CORRESPONDENTE EM MADRID

24 de junho, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2591/html/primeiro-caderno/politica/aposta-forte-de-pedro-sanchez>

A quatro dias de acolher uma cimeira crucial da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), são visíveis em Madrid as medidas de segurança para proteger cerca de três dezenas de dirigentes mundiais, incluindo o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

Poucas semanas após celebrar 40º anos de adesão à Aliança, Espanha e as suas instituições estão comprometidas em fazer do encontro um êxito que estabeleça novos horizontes para a defesa europeia.

Os técnicos da NATO elaboram há meses um documento que Espanha quer que se chame "Conceito estratégico de Madrid", para substituir o adotado na cimeira de Lisboa em 2010. Houve desde então uma tendência de declínio da organização, que a invasão da Ucrânia veio inverter. Como diz ao Expresso Jesús A. Fernández Villaverde, codiretor do Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária (ECAH), "Putin, com o seu aventureirismo militarista, tornou-se o melhor recrutador de países para a NATO". "Para a Rússia, a incorporação da Suécia e da Finlândia na aliança atlântica é um desastre sem paliativos", prossegue o investigador. "Para a NATO é água benta, depois do diagnóstico de 'morte cerebral' do Presidente francês Macron, as divergências internas entre europeístas e atlantistas e a amarga experiência do Afeganistão." **Os objetivos em Madrid são forjar uma NATO mais forte, global e muito mais coesa.**

Espanha quer integrar no novo conceito estratégico um olhar atento ao flanco sul da Aliança, de onde chegam riscos significativos: jihadismo com componente terrorista, baseado no Sahel; uso de correntes migratórias como arma de pressão; presença crescente de mercenários estrangeiros em países em guerra no norte de África, como os russos da empresa Wagner.

Espanha vai gastar 37 milhões de euros num dispositivo de segurança inédito, com 25 mil agentes envolvidos, sob a direção pessoal do primeiro-ministro. Pedro Sánchez, que este mês completou quatro anos no cargo, tem melhor projeção internacional do que interna e pretende reforçar as hipóteses futuras de passar para as instituições supranacionais. **O socialista prometeu aos aliados aumentar os gastos de Defesa até 2% do PIB (isto é, 24 mil milhões de euros) até 2028, bem acima dos atuais 1,2%.** Espanha, que tem 1400 militares (com os respetivos navios, aviões e carros de combates) mobilizados para missões da NATO, quer revelar-se um dos membros mais fiáveis e comprometidos da organização.

... /// ...

EXPRESSO

PATRULHÕES

Tribunal questiona capacidade da idD

O custo-benefício do contrato de €4,2 milhões com a Defesa para a idD gerir a compra de seis navios gerou dúvidas no TdC

VÍTOR MATOS

24 de junho, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2591/html/primeiro-caderno/politica/tribunal-questiona-capacidade-da-idd>

O Ministério da Defesa vai recorrer da decisão do Tribunal de Contas (TdC) que chumbou o contrato de €4,2 milhões com a idD — Portugal Defense (indústrias de defesa) para esta empresa pública gerir o processo de construção e aquisição de seis navios de patrulha oceânicos (NPO) para a Marinha (um investimento total de €352 milhões). O acórdão fundamenta a decisão numa questão técnico-jurídica, mas que levantou dúvidas sobre vários aspetos do processo, como o facto de o know-how sobre a construção destes navios estar na Marinha e não na idD, por não se perceber o critério para chegar ao valor a pagar à empresa ou por não ter ficado provada a inexistência de mercado para se ter optado por uma adjudicação direta.

Depois da notícia na última edição do Expresso sobre a recusa de visto, o Ministério da Defesa emitiu um comunicado — antes mesmo de o acórdão ser publicado — alegando que o artigo estava errado por a decisão do TdC não se fundamentar na recusa da “atribuição à idD da gestão do programa, nem na previsão de uma verba para pagamento dessa prestação de serviços.” No entanto, o tribunal insistiu neste ponto ao longo de todo o processo e questionou a Defesa, pelo menos três vezes, sobre este ponto: “Atendendo à missão e know-how da Armada portuguesa, esclareça como considera que a gestão da aquisição dos seis navios NPO se encontra melhor acometida à idD”, pode ler-se no acórdão. O ministério respondeu que “a missão e o know-how da Armada portuguesa se encontram salvaguardados”, porque participam na “definição das especificações técnicas”, e justificou que, “embora a idD configure uma entidade externa à estrutura orgânica das Forças Armadas, é também uma entidade inserida no perímetro da Defesa”. Este ponto foi controverso e mereceu um longo rol de comentários, perguntas e respostas de ambos os lados.

O ponto que fundamenta o chumbo, no entanto, tem a ver com um aspeto que o ministério considera “procedimental” e de que vai recorrer.

O TdC alega que o contrato do ministério com a idD — feito pelo Governo ao abrigo do Código da Contratação Pública — está antes sob alçada de um regime jurídico específico para a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança e que decorre de uma diretiva europeia. E entende que o tipo de contrato com a idD, que à época era dirigida pelo atual secretário de Estado da Defesa, Marco Capitão Ferreira, não se enquadra nas exceções consideradas naquela legislação.

“Insiste-se para que demonstre que a decisão de contratar os serviços em apreço [...] foi devida e legalmente fundamentada com base em estudos de custo-benefício”, pressionou o TdC, porque se o processo de aquisição fosse desenvolvido entre a Direção-Geral de Recursos do Ministério da Defesa e a Marinha, como de costume, não custaria €4,2 milhões.

... /// ...

EXPRESSO

PSD quer ouvir Ministra da Defesa no parlamento sobre execução da LPM



Jose Sena Goulao/Lusa

A Lei de Programação Militar (LPM) é o instrumento legal de planeamento dos gastos em armamento e equipamento militar visando a modernização e sustentação do sistema de forças



Lusa

24 junho 2022 12:08

<https://expresso.pt/politica/2022-06-24-PSD-quer-ouvir-Ministra-da-Defesa-no-parlamento-sobre-execucao-da-Lei-de-Programacao-Militar-5b4d5183>

O PSD entregou hoje um requerimento para ouvir a ministra da Defesa, Helena Carreiras, no parlamento sobre a execução da Lei de Programação Militar, cuja taxa ficou nos 54% em 2021 e que será revista este ano.

Num requerimento ao qual a Lusa teve acesso, os sociais-democratas lembram que “foi apreciado, em sede de Comissão de Defesa Nacional, no dia 26 de abril, o Relatório de Execução da Lei de Programação Militar reportado ao ano de 2021”, que refere que a taxa de execução da LPM se situou nos 54%, “o que representa uma descida em relação ao ano de 2020, em que a taxa de execução foi de 75%”.

“Aos atrasos que se verificam em vários dos projetos da LPM junte-se o recente chumbo do Tribunal de Contas ao contrato de aquisição de seis novos Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), que vem comprometer o prazo para a entrega do primeiro destes navios, previsto ocorrer em 2023”, salientam.

Neste contexto, “considerando a necessidade de recuperar os atrasos na execução da Lei de Programação Militar e de promover a discussão sobre este processo em momento anterior à sua iminente revisão”, o grupo parlamentar do PSD requer a audição da ministra da Defesa Nacional com o objetivo de esclarecer o parlamento “sobre o processo de execução da Lei de Programação Militar”.

A Lei de Programação Militar (LPM) é o instrumento legal de planeamento dos gastos em armamento e equipamento militar visando a modernização e sustentação do sistema de forças.

No passado dia 17 de junho, o Tribunal de Contas recusou o visto prévio ao contrato entre o Governo e a IdD-Portugal Defence para a gestão do programa de aquisição de seis navios de patrulha oceânicos.

Em comunicado, o Ministério da Defesa Nacional indicou que “foi notificado pelo Tribunal de Contas da recusa de visto prévio ao contrato que se pretende estabelecer com a IdD-Portugal Defence S.A. para a gestão do programa de aquisição de seis navios de patrulha oceânicos destinados à Marinha”.

Em maio do ano passado, o Conselho de Ministros autorizou a despesa para a compra, prevista na Lei de Programação Militar, de seis Navios Patrulha Oceânicos para a Marinha, no montante de 352 milhões de euros, a ser entregues anualmente entre 2023 e 2029.

... /// ...

Ângela Silva: “Marcelo dá tempo a Costa: [...]”

[...] “Ainda vamos longe do fim da história”

É cedo para descolar de um Governo com três meses, dizem-lhe os sinais da rua.

Presidente dá tempo a Costa (e a Montenegro).

Atento aos “problemas estruturais que não foram resolvidos”



O teste da rua diz ao PR que o povo que quis a maioria do PS ainda não virou

FOTO NUNO FOX/LUSA

ÂNGELA SILVA

24 de junho, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2591/html/primeiro-caderno/politica/marcelo-da-tempo-a-costa-ainda-vamos-longo-do-fim-da-historia>

“Há muitos problemas estruturais que não foram resolvidos. Vamos ver se contribuo para que ainda algo seja possível em termos estruturais na sociedade portuguesa.” À conversa com o Expresso na semana em que a maioria absoluta socialista cumpre três meses em funções, o Presidente da República assume querer dar tempo ao terceiro Governo de António Costa, de quem espera que, uma vez liberto da ‘geringonça’, passe da gestão do dia a dia para a resolução dos problemas de fundo com que o país continua confrontado e de que o SNS é apenas um exemplo.

Criticado pelos que gostariam de o ver assumir uma posição mais dura e se exasperam ao ouvi-lo segurar a ministra da Saúde com as urgências de obstetrícia em pré-rutura, Marcelo Rebelo de Sousa resiste a assumir-se como um trouble maker e fá-lo por três razões.

Primeira: quando está prestes a entrar em cena um **novo líder do PSD** que é suposto liderar a oposição, o Presidente acha um erro retirar-lhe espaço (coisa que aponta a Cavaco Silva). **Segunda:** **ele próprio gostaria que a sua década em Belém ficasse associada a algo de mais estrutural do que reza a história dos últimos seis anos,** e para isso um bom desempenho do Executivo, quanto mais não seja na execução do PRR, além de ser um ganho para o país, pode sê-lo também para o Presidente. **Terceira:** mesmo que o **tempo** lhe venha a dar argumentos para descolar do Governo, Marcelo acha que é cedo. O Executivo tem três meses de vida e um chefe de Estado quatro anos em oposição também se desgasta a si próprio.

“A BOLHA NÃO INTERESSA”

Nem a sondagem da Intercampus, onde mais de 50% dos inquiridos dizem que o Presidente podia fazer mais do que faz, o leva a mudar de estratégia. Marcelo passa a vida na rua a falar com o povo e o teste de rua diz-lhe que **o povo que há seis meses quis um PS absoluto ainda não virou.** “Uma coisa é a bolha, mas a bolha não interessa nada. São milhares, e o que conta são milhões.” **É este o entendimento que o Presidente tem partilhado em privado e que o leva a desvalorizar a alergia de certos meios** a cenas como a do beijo que deu na barriga de uma grávida em plena crise nas Urgências.

A ligação fundamental de Marcelo é ao povo, e não esconde acreditar que o que lhe vai dar peso até ao fim é esse vínculo, que lhe respaldou os sucessivos estados de emergência durante a pandemia, mais tarde a dissolução do Parlamento e, quem sabe, uma nova dissolução se António Costa tentar ir para a Europa e ele, como já avisou, convocar eleições antecipadas. **Jorge Sampaio nunca teve essa ligação ao povo e Cavaco Silva perdeu-a em Belém. E até Mário Soares, que, como Marcelo costuma dizer, “foi um caso único”, nunca foi visto a beijar barrigas de grávidas.** Quanto a assumir-se como oposição a um Governo maioritário, Marcelo não imita o velho ‘animal político’ socialista. Mas nunca se sabe.

Marcelo gostaria que a sua década em Belém ficasse associada a algo de mais estrutural do que reza a história destes anos. Conseguirá?

“**Ainda vamos longe do fim da história**”, diz o Presidente ao Expresso no arranque de um ciclo marcado por um contexto global muito desfavorável e que ele não quer começar por complicar. **Após a pandemia, com maioria absoluta e milhões da Europa, o Governo PS parecia ter pela frente um passeio no parque, mas a guerra mudou tudo.**

E, neste novo contexto, o PR assume sobretudo o papel de 'grilo falante', que, mais do que o Governo, alerta para a imprevisibilidade e dificuldades dos tempos que aí vêm, **sem deixar de lembrar o que se espera de uma maioria absoluta:** medidas "estruturais" que "repensem" sectores vitais do Estado e políticas mais favoráveis à produtividade da economia, tudo sem pôr em causa as regras de Bruxelas para o défice e a dívida.

Com a guerra na Europa, a inflação duradoura, um aumento do custo de vida brutal e serviços públicos presos por arames, **Marcelo sabe que o ciclo de Costa é difícil e que o seu crescente afastamento de Lisboa por ter assumido a tutela dos assuntos europeus sem ter um nº 2 à altura complica.** "Os problemas acumulam-se. A oposição que aproveite", comentam no palácio. **O tempo de um outro Marcelo, a existir, ainda não chegou.**

... /// ...

NOTÍCIAS AO MINUTO

Contributo de Portugal é garantir que o Atlântico é "lago da NATO"

O Chefe do Estado-Maior da Armada considera que o contributo de Portugal para a Aliança passa por garantir que o Oceano Atlântico "continua a ser um lago da NATO", nomeadamente no combate a submarinos "de outras potências".



© Lusa



25/06/22 - 06:12

https://www.noticiasao minuto.com/pais/2022287/contributo-de-portugal-e-garantir-que-atlantico-e-lago-da-nato?utm_source=notification&utm_medium=push&utm_campaign=2022287

Em entrevista à agência Lusa, a propósito da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os oceanos, que se realiza em Lisboa, entre 27 de junho e 01 de julho, o almirante Gouveia e Melo começou por desvalorizar o impacto no calendário da recente recusa do Tribunal de Contas ao visto prévio ao contrato entre o Governo e a IdD-Portugal Defence para a gestão do programa de aquisição de seis navios de patrulha oceânicos.

"Em termos de longo prazo vai afetar pouco. No curto prazo pode ter um atraso de dois a três meses no projeto, mas que depois pode ser recuperado. Convém é que as coisas arranquem bem e o Estado tem que encontrar a melhor maneira de fazer esse investimento. O investimento já foi decidido que vai ser feito, portanto, a Marinha não está ansiosa relativamente a isso porque é uma questão de tempo", respondeu.

Este tipo de plataformas, explicou, é importante para Portugal devido ao "grande espaço para vigiar e controlar" que o país tem, sendo que atualmente a Marinha tem poucos navios oceânicos e dois deles "têm que ser abatidos".

"Por outro lado, dentro do conceito NATO, porque nós também somos militares, o nosso grande papel é garantir que o Atlântico continua a ser um lago da NATO, no que respeita ao movimento estratégico de apoio entre as duas partes do oceano, quer da Europa aos EUA, quer dos EUA à Europa", salientou.

Segundo o almirante Gouveia e Melo, a Aliança Atlântica tem superioridade no que toca a navios de superfície e aeronaves, mas é importante desenvolver a capacidade antissubmarina.

"Pela sua capacidade de operarem de forma discreta e não serem detetados, submarinos de outras potências podem vir a ocupar o Atlântico norte e impedir esses movimentos logísticos. Portanto, o grande contributo que Portugal tem, com os Açores, com a Madeira, com a sua posição, é combater e estar preparado para ajudar no combate aos submarinos", afirmou.

Questionado sobre o que espera ao nível das verbas para a Defesa no próximo Orçamento do Estado, tendo em conta a guerra na Ucrânia e os compromissos internacionais, nomeadamente com a NATO, Gouveia e Melo espera apenas que Portugal seja "coerente entre o que são as suas estratégias" e os recursos atribuídos para as cumprir.

"Se o Estado português definir estratégias muito ambiciosas e depois não atribuir os recursos, claro que isso terá impacto nas próprias estratégias. Se definir estratégias adequadas aos recursos que tem, nós conseguimos cumprir", disse.

Realçando que "o mar é a última fronteira" e "tem sido usado essencialmente como elemento de trânsito", Gouveia e Melo acredita, no entanto, que "com as primeiras plataformas petrolíferas e outros desenvolvimentos que estão a aparecer e que a tecnologia permite" será possível ter seres humanos a viver de forma permanente no mar.

"Tenho a certeza absoluta que neste século vamos ter colónias de mar, seres humanos a viver permanentemente no mar, cidades no mar, o que vai mudar a geografia humana, o que vai mudar as relações humanas", sustentou.

Neste contexto, "Portugal sendo um pequeno país no sudoeste do continente europeu, afastado dos principais centros económicos e industriais, numa Europa que se está a estender a leste, tem que olhar para o seu enquadramento estratégico e perceber qual é o seu papel no mundo e como pode prosperar nesse enquadramento geográfico e histórico".

"Temos que nos preocupar com o Atlântico. Ligando-nos à principal potência marítima neste momento que é os Estados Unidos da América, mas também ao Brasil, países de expressão portuguesa em África, mas essencialmente ligando a uma economia baseada no mar", disse.

Interrogado sobre se a Armada tem meios para conseguir cumprir os seus compromissos internacionais com a Aliança no contexto atual, Gouveia e Melo respondeu que a Marinha nunca falhou "o cardápio de necessidades da NATO" e está "a fazer tudo para não falhar eventuais necessidades mais urgentes ou mais prementes no futuro".

"Claro que nada é perfeito, os recursos são sempre escassos (...) a nossa obrigação é com os recursos que temos, ser o mais eficientes possível", disse.

A Conferência das Nações Unidas sobre os oceanos vai realizar-se em Lisboa, com o apoio dos governos de Portugal e do Quênia, e contará com a presença de chefes de Estado e de governo de todos os continentes.

... /// ...

Gouveia e Melo recusa Marinha "fechada e autofágica" e sim "catalisadora"

O chefe do Estado-Maior da Armada recusa uma Marinha "fechada e autofágica" realçando o seu papel como "catalisadora da economia" e destacando que na nova Lei de Programação Militar 70% do investimento do ramo terá aplicação na indústria nacional.



© Global Imagens



POR LUSA

25/06/22 - 06:44

<https://www.noticiasao minuto.com/pais/2022291/gouveia-e-melo-recusa-marinha-fechada-e-autofagica-e-sim-catalisadora>

"A minha visão é precisamente não ter uma Marinha fechada e autofágica, que se preocupa com as suas coisinhas pequenas. Mas uma Marinha aberta, aberta à sociedade de forma a que seja um catalisador de diferentes fatores dessa própria sociedade", afirmou o almirante Gouveia e Melo.

Em entrevista à agência Lusa, a propósito da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os oceanos, que se realiza em Lisboa, entre 27 de junho e 01 de julho, o almirante adiantou que na nova Lei de Programação Militar -- cuja revisão teve início este ano -- "todo o investimento dos próximos 20 anos da Marinha, cerca de 70% é para aplicação na indústria nacional".

"Somos o ramo, de longe, que está mais virado para a indústria nacional, ou seja, nós queremos puxar pela nossa indústria nacional disponibilizando 70% de todo o investimento que vamos fazer nessa indústria, coisa que não acontecia no passado, era o inverso: apostávamos 20 ou 30% na indústria nacional e íamos adquirir 80 a 70% na indústria internacional", apontou.

Na opinião de Gouveia e Melo, "a Marinha não é só um ramo das Forças Armadas, face à importância que o mar tem para a economia, é também um catalisador da economia e um catalisador da cultura marítima".

Questionado sobre que expectativas tem quanto aos resultados práticos da Conferência da ONU sobre os oceanos - que trará a Lisboa chefes de Estado e delegações de vários países, incluindo da Rússia - Gouveia e Melo reconheceu que muitas vezes este tipo de reuniões gera muita atenção mediática, mas depois "há quase um esvaziamento", no entanto, acredita que "pode ser uma oportunidade para começar a fazer coisas de forma concreta".

"É relevante que esta reunião se realize em Portugal, porque mostra que Portugal é um país virado para os oceanos e, portanto, uma potência marítima, a história de Portugal assim o indica", sublinhou.

Na opinião do chefe militar da Armada "o mar é neste momento na retórica nacional um assunto que está em cima da mesa" mas há que "passar das palavras aos atos".

"Um exemplo muito concreto é que está a ser criada uma **Zona Livre Tecnológica em Tróia** [Setúbal] sediada numa base da Marinha em que se vão fazer a partir dessa base todo o tipo de experiências relacionadas com o mar, quer sejam civis, quer sejam militares, usando tecnologias de duplo uso", salientou.

Gouveia e Melo adiantou que **esse centro já é "um acelerador tecnológico e experimental da própria NATO"**, o que vai "atrair indústria, a academia, e é o primeiro passo, muito concreto, em que a Marinha, mais uma vez, de forma holística está a servir como um catalisador".

"Nós virámo-nos de costas para o mar desde que entrámos para a Europa e temos que perceber que o nosso valor na Europa cresce quanto mais nós nos viramos para o mar e não quanto mais de costas estamos para o mar, porque senão somos uma província de um país maior ou de uma unidade maior e não temos nenhuma independência", venceu.

Outro dos investimentos que será levado a cabo pela Marinha e pelo Governo através das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é uma plataforma naval cuja despesa - 94,5 milhões de euros - foi autorizada pelo executivo em maio.

"É um porta 'drones' de superfície e de 'drones' de subsuperfície, ou seja, debaixo de água. Pela primeira vez vamos ter uma plataforma que atua em todos os domínios. Também tem capacidade para proporcionar o desembarque e o auxílio a populações em terra", especificou.

Consoante a função a desempenhar, podem ser colocadas nesta plataforma equipas especializadas para determinados períodos de tempo em missões específicas.

"Pode ser operada por 60 a 80 homens no máximo mas depois pode ir até 300 ou 400 homens embarcando, por exemplo, equipas de resgate, indo buscar pessoas ou equipas multidisciplinares de cientistas. Imagine o que é, eu quero mapear o fundo do mar e meto um navio grande, que é esta plataforma, a fazer fileiras para trás e para a frente, curtas, com uma data de gente para tentar mapear o mar durante meses seguidos. Se calhar é mais fácil a plataforma ir a um determinado sítio e largar 20 'drones' que fazem essa fileiras 20 vezes mais rápido", acrescentou.

Para além disto, realçou, "é um navio que pela sua tecnologia vai exigir e obrigar a que o tecido nacional encontre soluções da fileira tecnológica que mais tarde permitirão à indústria portuguesa e academia estar em projetos de elevado valor no mar".

A Conferência das Nações Unidas sobre os oceanos vai realizar-se em Lisboa, com o apoio dos governos de Portugal e do Quênia, e contará com a presença de chefes de Estado e de governo de todos os continentes.

... /// ...

PSD vai propor revisão da tabela remuneratória das Forças Armadas

"Vamos dar um número a isto, mas é um número que só vai ser revelado na especialidade", acrescentou Carlos Eduardo Reis.



Carlos Eduardo Reis

Lusa

27 de abril, 2022 às 18:07

https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/psd-vai-propor-revisao-da-tabela-remuneratoria-das-forcas-armadas?ref=DET_RelacionadasInText

O PSD vai propor, no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2022, a revisão da tabela remuneratória das Forças Armadas, sem especificar para já valores.

Em declarações à agência Lusa, o coordenador do grupo parlamentar do PSD na Comissão de Defesa Nacional afirmou que o partido vai propor a revisão da tabela remuneratória das Forças Armadas, "tentando acabar com esta disparidade em relação às forças de segurança".

"Vamos dar um número a isto, mas é um número que só vai ser revelado na especialidade", acrescentou Carlos Eduardo Reis.

Além desta proposta, o PSD vai reapresentar uma iniciativa que já entregou na discussão do orçamento anterior: a criação de um quadro permanente de praças no Exército e na Força Aérea (que na Marinha já existe), sustentando que "o grande problema está na base e não no topo".

Os sociais-democratas querem também "excepcionar de cativações as verbas relacionadas com a aquisição de dispositivos médicos" como próteses e ortóteses, "para os chamados deficientes das Forças Armadas".

"Tivemos esta ideia de apostar nas pessoas, para que não se crie aqui uma lógica de que dinheiro para as Forças Armadas é dinheiro para mais armas ou mais equipamentos", frisou.

Ao nível dos equipamentos, Carlos Eduardo Reis lembrou que já existe um programa de investimento público, a Lei de Programação Militar (LPM), lamentando, contudo, as baixas taxas de execução da mesma -- em 2021, ficou nos 54%.

"O ministro das Finanças respondeu ao PSD que a LPM tratava do problema das Forças Armadas: está equivocado, porque isso é para equipamento. Investir nas pessoas é investir na revisão da tabela remuneratória, no recrutamento, mas sobretudo na retenção, porque se não houver horizonte de carreira estão nas Forças Armadas mas depois saem para as forças de segurança", sustentou.

Na terça-feira, no parlamento, questionado sobre o PSD quanto à redução de 800 mil euros no orçamento da Defesa face à proposta orçamental entregue em outubro, o ministro das Finanças precisou que tal decorre do facto de haver menos um membro do Governo dentro da área do Ministério da Defesa, afirmando que o Governo partilha das preocupações do Presidente da República.

Fernando Medina acentuou ainda que a Lei de Programação Militar (LPM) e o que está na proposta do OE "respondem de forma cabal ao que é necessário".

"Não é só o orçamento que diminui em relação a outubro porque acabaram com uma secretaria de estado: não há um investimento efetivo, e se não há investimento efetivo que deveria ser para recursos humanos, e a LPM não é executada, eu não percebo como é que o PS aplaude o discurso do Presidente da República", contrapôs o social-democrata Carlos Eduardo Reis, numa referência ao apelo para o investimento nas Forças Armadas deixado por Marcelo no discurso do 25 de Abril.

Na sessão solene comemorativa do 48.º aniversário do 25 de Abril, Marcelo Rebelo de Sousa pediu "mais meios imprescindíveis" para as Forças Armadas e "um consenso nacional continuado e efetivo" para fortalecer este " pilar crucial".

No mesmo dia, mais tarde, o primeiro-ministro afirmou-se em sintonia com a intervenção do Presidente da República e considerou que os investimentos pedidos para a Defesa estão já programados e contratualizados.

... /// ...

Depois do G7, a cimeira da NATO: promessas de apoio à Ucrânia e ameaças à Rússia

Líderes das maiores economias mundiais prometeram ontem solidariedade com Kiev o tempo que for necessário. Hoje, aliados declaram Moscovo a maior ameaça à segurança e reforçam força de resposta rápida.



O rescaldo do ataque com mísseis ao centro comercial de Kremenchuk, que fez pelo menos 11 mortos e mais de 50 feridos.

© EPA

Susana Salvador

susana.f.salvador@dn.pt

28 de junho 2022 — 00:02

<https://www.dn.pt/internacional/depois-do-g7-a-cimeira-da-nato-promessas-de-apoio-a-ucrania-e-ameacas-a-russia-14972671.html>

Os aliados da NATO preparam-se para reforçar os seus contingentes na fronteira oriental da Aliança Atlântica e aumentar as forças de resposta rápida até aos 300 mil efetivos, quase oito vezes mais do que os atuais 40 mil. "O objetivo é lançar a mensagem de que estamos preparados para proteger e defender cada polegada do território aliado", disse ontem o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, na véspera da cimeira de Madrid. De olhos postos na Rússia, que será apontada como "a mais significativa e direta ameaça à nossa segurança", os aliados vão também comprometer-se com mais apoio militar à Ucrânia à semelhança do que já fizeram os líderes do G7. No encontro que terminou ontem na Alemanha, estes prometeram solidariedade com Kiev durante o tempo que for necessário e reforçaram as sanções a Moscovo.

"Vamos continuar a providenciar apoio financeiro, humanitário, militar e diplomático e ficar ao lado da Ucrânia o tempo que for preciso", indicaram os líderes do G7 em comunicado, no dia em que o presidente ucraniano participou por videoconferência.

Volodymyr Zelensky disse que ainda não chegou o tempo de negociar com Moscovo, dizendo que só o fará quando estiver numa posição de força, mas pediu aos líderes que **"fizessem o máximo" para que a guerra termine antes de o inverno chegar e as condições para as suas forças no terreno se tornarem mais difíceis**. O presidente apelou ao reforço das sanções, incluindo através de um limite ao preço do petróleo russo.

Segundo uma fonte norte-americana, citada pela agência francesa AFP, os líderes estavam ontem a aproximar-se de um acordo neste sentido. A ideia, depois de vários pacotes de sanções que ainda não surtiram totalmente os efeitos desejados, é privar o Kremlin da sua principal fonte de rendimentos, forçando a queda do preço do petróleo russo. A teoria é que os países consumidores estabeleceriam o valor máximo que estavam dispostos a pagar, forçando Moscovo a aceitar. Mas não há provas de que funcionaria ou que a Rússia não responderia, por exemplo, cortando a energia aos países europeus.

Aliança Atlântica

Os esforços internacionais de apoio à Ucrânia na sua guerra contra a Rússia vão dominar também a cimeira da NATO, que começa hoje em Madrid e que deverá também incluir uma intervenção de Zelensky por videoconferência. **"Esta cimeira será um ponto de viragem e várias decisões importantes serão tomadas"**, disse ontem Stoltenberg, indicando que o reforço do contingente na fronteira oriental da Aliança Atlântica e o aumento das forças de reação rápida (que podem ser usadas em caso de necessidade) constitui "a maior revisão de nossa defesa e dissuasão coletivas desde a Guerra Fria".

No apoio direto a Kiev, o secretário-geral reiterou que será aprovado em Madrid um novo pacote de ajuda em áreas como as comunicações seguras, sistemas anti-drone e combustíveis. A isso juntam-se as promessas de armamento dos diferentes membros: os EUA indicaram ontem que vão enviar sistemas de mísseis antiaéreos para ajudar à defesa ucraniana contra os ataques russos. Ontem, além do ataque ao centro comercial de Kremenchuk, que fez pelo menos 11 mortos e mais de 50 feridos, os bombardeamentos fizeram pelo menos quatro mortos em Kharkiv, um em Sloviansk e Lysychansk continua sob fogo contínuo, após a queda da vizinha Severodonetsk.

À margem da cimeira da NATO está ainda prevista uma reunião entre o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, e os líderes da Finlândia e da Suécia, juntamente com Stoltenberg.

Ancara mantém até agora o boicote à entrada dos dois países nórdicos na NATO, acusando-os de albergarem militantes curdos - considerados terroristas na Turquia - e exigindo que levantem o embargo imposto após a ofensiva turca na Síria, em 2019. É preciso unanimidade para avançar com o processo de adesão de Helsínquia e Estocolmo.

Os países da NATO continuam entretanto a aumentar as despesas em Defesa, com nove a atingirem já em 2022 a meta de 2% do PIB (um compromisso que foi assumido em 2014). Contudo, **Portugal continua aquém desse objetivo, com 1,44%, segundo estimativas ontem publicadas pela organização.**

À margem

Putin vai ao Tajiquistão na primeira viagem desde invasão

O presidente russo, Vladimir Putin, vai hoje numa "visita de trabalho" ao Tajiquistão, uma ex-república soviética na Ásia Central, naquela que é a sua primeira viagem ao estrangeiro desde a invasão da Ucrânia, a 24 de fevereiro. Amanhã, Putin estará no Turquemenistão, para participar numa cimeira de líderes dos países do Mar Cáspio - além da Rússia e do anfitrião, o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Irão. A última viagem do presidente russo ao estrangeiro tinha sido à China, a 5 de fevereiro, para um encontro com o homólogo chinês, Xi Jinping, e a abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno em Pequim. O Kremlin já disse entretanto que Putin tem planos para participar na cimeira do G20, que se realiza em novembro na Indonésia.

Rússia nega ter entrado em incumprimento da dívida

As autoridades russas negaram ter ontem entrado em default pela primeira vez num século, alegando que as sanções internacionais impediram que dois pagamentos chegassem aos seus credores até o prazo limite, no domingo. "O não recebimento do dinheiro pelos investidores não é resultado de um não pagamento, mas é causado pela ação de terceiros, algo que não é considerado diretamente [...] default", indicou o ministério das Finanças. O Kremlin alega que pagou em rublos os juros de dívida contraída em dólares, mas que o pagamento foi negado pelos credores.

Pai de marroquino condenado à morte apela a Putin

O pai do marroquino que foi condenado à morte após ser acusado de ser mercenário e combater ao lado das forças de Kiev apelou ontem ao presidente russo, Vladimir Putin, para que salve o filho. Taar Saadoun fez o apelo em nome de Brahim Saadoun, condenado junto com dois britânicos na autoproclamada República Popular de Donetsk (cuja independência é reconhecida por Moscovo). "Apelo ao presidente Putin para que intervenha, como pai e por humanismo, através de canais humanitários e não oficiais", disse numa conferência de imprensa em Rabat, alegando que o filho foi vítima de manipulação.

PÚBLICO

J. M. Tavares: “Tenho saudades dos políticos que acreditavam nalguma coisa.”

Qual é, afinal, a opinião única, singular, pessoal, irrepetível do indivíduo e Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa? Em que é que ele acredita, afinal, para além de que os portugueses são os melhores do mundo?



João Miguel Tavares,

Jornalista,

28 de junho, 2022 – 01:19

<https://www.publico.pt/2022/06/28/opiniao/opiniao/saudades-politicos-acreditavam-nalguma-2011594>

O artigo que Ângela Silva escreveu no *Expresso* desta semana, intitulado [Marcelo dá tempo a Costa: "Ainda vamos longe do fim da história"](#), é dos textos mais esclarecedores sobre o Presidente da República que li nos últimos anos, e vale a pena olhar para ele com a maior atenção.

O objectivo do artigo é aquilo a que se costuma chamar uma “justificação de falta”. A direita queixa-se há anos que Marcelo tem sido a bengala de António Costa. Primeiro, enquanto suporte presidencial da instável “geringonça”; depois, enquanto promotor da sua maioria absoluta; agora, enquanto bombeiro de ministros chamuscados, como Marta Temido, de quem saiu [em defesa na semana passada](#), garantindo que o “problema de fundo” do SNS “é estrutural”, não é da responsabilidade “sequer de um Governo, nem de dois ou três”, e muito menos “da pessoa A, B ou C”. É o clássico “a culpa é de todos”, logo, não é de ninguém.

Nunca falha – mas irrita. Marcelo sabe perfeitamente que a sua popularidade à direita é hoje menor do que à esquerda, e que a elevação do “bengalismo” a doutrina presidencial irrita imenso a sua família política e aqueles que desesperam com as falhas crescentes do Estado em funções fundamentais. Vai daí, ele decidiu justificar ao *Expresso* as razões que o levam, mais uma vez, a pegar no Governo ao colo, apesar de António Costa estar cada vez mais pesado.

Essas razões estão resumidas na ideia de que é preciso dar tempo ao Governo para se libertar da sombra da “geringonça”, e passar da “gestão do dia-a-dia” para a resolução dos “problemas estruturais”.

É difícil acreditar que o inteligentíssimo Marcelo acredite que Costa tem a intenção de reformar o que quer que seja. Mas no texto ele também antecipa essa crítica.

Cito Ângela Silva: “Mesmo que o tempo lhe venha a dar argumentos para descolar do Governo, Marcelo acha que é cedo. O executivo tem três meses de vida e um chefe de Estado quatro anos em oposição também se desgasta a si próprio.” E depois vem a minha parte favorita, que termina com uma citação do próprio: “Marcelo passa a vida na rua a falar com o povo e o teste de rua diz-lhe que o povo que há seis meses quis um PS absoluto ainda não virou. ‘Uma coisa é a bolha, mas a bolha não interessa nada. São milhares, e o que conta são milhões.’”

Este artigo é, do princípio ao fim, sobre tática. Marcelo expõe a sua estratégia política, antecipa jogadas, perscruta o futuro, explica porque é que tem de fazer isto, para conseguir aquilo e atingir aqueloutro. Para um analista, está perfeito. Para um Presidente da República, não. No meio de tantas elucubrações fica sempre para trás o fundamental: afirmar com clareza aquilo que realmente pensa sobre os problemas. Pergunto: independentemente do que dizem os milhares da bolha ou os milhões do país real, qual é, afinal, a opinião única, singular, pessoal, irrepetível do indivíduo e Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa? Em que é que ele acredita, afinal, para além de que os portugueses são os melhores do mundo?

Temo cada vez mais que a resposta seja: em nada de especial. Seria trágico olharmos no futuro para Portugal entre 2016 e 2026 e concluirmos que durante dez anos fomos governados por um primeiro-ministro e por um Presidente extremamente inteligentes, mas com o mesmo defeito: o seu génio esgotava-se na superfície da política, e eram totalmente incapazes de lutar pela mudança, porque no mais íntimo de si não acreditavam em nada com suficiente força.

... /// ...

Teresa de Sousa: "O regresso do Ocidente, cortesia de Putin."



Teresa de Sousa,

28 de junho, 2022 – 06:45

<https://www.publico.pt/2022/06/28/mundo/analise/regresso-ocidente-cortesia-putin-2011599>

1. Se há uma certeza sobre a cimeira da Aliança Atlântica, que começa esta terça-feira em Madrid, é que ninguém se lembrará de colocar a velha pergunta retórica que a persegue desde o fim da Guerra Fria: "**A NATO ainda faz sentido?**". A guerra de Putin na Ucrânia respondeu à pergunta de forma taxativa. Por muitos anos. Nenhum aliado [põe em causa a necessidade da Aliança](#). O mesmo pode ser dito por outras palavras: os aliados europeus querem que os Estados Unidos mantenham a sua presença militar na Europa e continuem a garantir a sua segurança.

A segunda certeza tem a ver com a **meta de 2% do PIB** para os orçamentos de Defesa, fixada em 2014. A discussão sobre o seu cumprimento acabou. Já todos os aliados que falharam esta meta se comprometeram a cumpri-la. A Alemanha acaba de aprovar uma [injecção de 100 mil milhões de euros na Defesa](#), ultrapassando um objectivo que andou a adiar até agora. O debate será outro. **Dois por cento é suficiente?** Provavelmente, não. Os EUA gastam mais de 4%, qualquer coisa como 840 mil milhões de euros, quase quatro vezes mais que a Europa no seu conjunto. A guerra mudou tudo. Sem a NATO e sem os EUA, a União Europeia está indefesa perante o expansionismo belicista de Putin. **A ideia de uma "capacidade militar autónoma" da UE para agir em circunstâncias em que os interesses dos dois lados divergissem, desapareceu. A própria França acaba de reconhecer que essa "capacidade autónoma" só tem sentido dentro da NATO.** Para reforçar a NATO.

2. Os aliados vão aprovar em Madrid um **novo Conceito Estratégico** que representa uma viragem de quase 180 graus em relação àquele que foi adoptado há 12 anos, numa cimeira em Lisboa, que hoje parece ter acontecido noutra mundo. O tempo era de conciliação com Moscovo, a ponto de Dmitri Medvedev, que era então o "duplo" de Putin na presidência, ter vindo a Lisboa como convidado especial.

Obama tinha proposto um *reset* das relações com a Rússia. A sua administração preparava-se para anunciar o “pivô” para a Ásia-Pacífico, apontando a **China como o maior desafio estratégico dos EUA no século XXI**. Já tinha havido a agressão russa à Geórgia com a anexação da Abkházia (2008), mas o Presidente americano encontrava da parte dos seus principais aliados europeus um grande entusiasmo pelo diálogo político e cooperação económica com Moscovo. Quatro anos depois, Obama e Merkel esforçavam-se por encontrar uma saída para a invasão do Dombass e a anexação da Crimeia. **Obama queria dar armas a Kiev, a chanceler opunha-se.**

Os aliados europeus viveram um enorme susto nos quatro anos de Trump na Casa Branca, quando o anterior Presidente [declarou a NATO “obsoleta”](#). **Com Joe Biden, a confiança entre os dois lados do Atlântico foi reposta**. Com a guerra na Ucrânia, a NATO vê-se obrigada a rever a sua estratégia e a preparar-se para aumentar drasticamente a sua capacidade militar defensiva e dissuasora. É o que vai acontecer a partir de hoje em Madrid. Sem estados de alma.

Citando Michael O’Hanlon, da Brookings Institution, **a primeira missão desta cimeira** “é mostrar a Putin o compromisso total da NATO na defesa do seu território, sem deixar qualquer dúvida de que os EUA e os seus aliados farão o que for preciso para vencer uma guerra que [o Presidente russo] tenha a tentação de desencadear contra um ou mais aliados”. **Já sabemos que essa garantia vai passar pelo aumento da presença das forças aliadas permanentes (e já não rotativas) nos países de Leste, dos Bálticos à Roménia**. Para termos a dimensão da mudança, basta dizer que a **Força de Reacção Rápida da NATO passará dos actuais 40 mil homens para 300 mil. O que implica, naturalmente, uma grande presença americana**.

3. A guerra de Putin na Europa teve outro efeito sistémico de enorme importância: a Europa compreendeu finalmente que a ascensão da China não é uma coisa distante, com a qual apenas os EUA têm de se preocupar. O apoio de Pequim a Moscovo, mesmo com uma pequena dose de ambiguidade, mostrou aos europeus uma coisa muito simples: **não é possível separar negócios e segurança**. Se a dependência energética da Rússia se está a revelar catastrófica, a excessiva dependência europeia do mercado chinês pode vir a ter um preço também demasiado elevado. Ou, por outras palavras, **depende de autocracias não é uma boa receita no mundo actual**.

Mas os europeus aprenderam outra lição. Se continuam a precisar dos EUA para conter a ameaça russa, então não se podem colocar à margem do que se passa no Indo-Pacífico, onde os EUA jogam a sua hegemonia mundial face à China.

A China fará parte, pela primeira vez, do novo Conceito Estratégico como um factor a ter em conta para a defesa da Europa em domínios hoje tão fundamentais como a guerra cibernética, o desenvolvimento tecnológico ou o espaço, bem como uma ameaça à defesa dos seus interesses e dos seus valores.

4. A reunião magna da NATO é a última de três cimeiras que têm a guerra na Ucrânia como o factor determinante. No Conselho Europeu de 23 e 24 de Junho, a União atribuiu à Ucrânia o estatuto de país candidato à adesão, numa demonstração de força e de unidade notáveis. Na cimeira do G-7, na Alemanha, a unidade entre as democracias mais ricas do mundo nunca pareceu tão sólida e as suas decisões tão pesadas de significado. Um exemplo: 600 mil milhões de dólares de apoio à construção de infra-estruturas para os países em desenvolvimento, em resposta (tardia) à *Belt and Road Initiative* de Pequim.

Putin conseguiu fazer renascer o Ocidente quando o seu grande de objectivo era enfraquecê-lo. Em Pequim, também se estão a tirar certamente as devidas lições.

... /// ...

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcelo: só quando uma mulher incompetente chegar ao topo [...]

haverá verdadeira igualdade nas FFAA

"Só haverá verdadeiramente igualdade entre homens e mulheres, quando chegar aos mais altos postos uma mulher tão incompetente como chega em vários casos, em inúmeros casos, aos mais altos postos, um homem", crê o Presidente da República.



© MIGUEL A. LOPES/LUSA

DN/Lusa

28 de junho, 2022 — 17:31

<https://www.dn.pt/politica/marcelo-diz-que-so-quando-uma-mulher-incompetente-chegar-ao-topo-havera-verdadeira-igualdade-nas-forcas-armadas-14974956.html>

O Presidente da República considerou esta terça-feira que só haverá verdadeira igualdade entre homens e mulheres nas Forças Armadas "quando chegar aos mais altos postos uma mulher tão incompetente como chega, em vários casos, um homem".

"Está a melhorar, de facto está, mas verdadeiramente eu costumava dizer o seguinte: só haverá verdadeiramente igualdade entre homens e mulheres, quando chegar aos mais altos postos uma mulher tão incompetente como chega em vários casos, em inúmeros casos, aos mais altos postos, um homem", defendeu.

Marcelo Rebelo de Sousa intervinha no I Fórum Recrutamento organizado pela Força Aérea, no Teatro Thalia, em Lisboa, sob o tema dos desafios do recrutamento militar, falando especificamente sobre a questão da integração de mulheres nas Forças Armadas.

"Aí de facto quando isso acontecer, com a mesma naturalidade, aí verdadeiramente é que podemos dizer de facto, que quantitativamente se está próximo", sublinhou.

O Comandante Supremo das Forças Armadas referiu o caso das chamadas "unidades de elite" nas quais "é muito difícil uma mulher conseguir chegar a oficial superior".

"Dir-se-á: porque são características tais que são concebidas só para homens. Eu nunca vi a comparação em termos externos, mas desconfio que deve haver nesse tipo de unidades, ou unidades congéneres, mulheres, mais do que há em Portugal", acrescentou.

Marcelo admitiu que "é mais fácil refletir do que decidir" e "analisar do que mudar as instituições" e que "as questões de cultura organizacional são muito lentas a mudar".

"É um bom sinal de mudança de mentalidade este fórum da Força Aérea nos seus 70 anos, quer dizer que não precisou de esperar por 100, por 120 ou 140, para fazer essa reflexão", rematou.

... /// ...

Marcelo defende inclusão de imigrantes no recrutamento para as FFAA



LUSA

28 der junho, 2022

<https://mundoatual.pt/marcelo-defende-inclusao-de-imigrantes-no-recrutamento-para-as-forcas-armadas/>

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, defendeu hoje que os imigrantes devem ser incluídos “numa fonte de recrutamento para as Forças Armadas”, algo que já acontece “a título excecional” mas tem que ser “natural”.

“Primeiro, temos que nos habituar à ideia de incluir os imigrantes numa fonte de recrutamento para as Forças Armadas. Já acontece, a título excecional, tem que passar a acontecer a título natural”, afirmou.

O chefe de estado falava no I Fórum Recrutamento organizado pela Força Aérea, no Teatro Thalia, em Lisboa, sob o tema dos desafios do recrutamento militar.

“Em segundo lugar, há desigualdades na sociedade portuguesa, bolsas de miséria e clivagens sociais e territoriais que condicionam as opções de recrutamento para as Forças Armadas. Basta olhar para alguns casos específicos de instituições que têm recrutamento quase local, em contextos em que é o que é mais apelativo e mais fácil para quem pode não ter de imediato outras alternativas naquele contexto muito específico”, acrescentou.

Numa intervenção de cerca de 40 minutos, e com alguns jovens na plateia, sobre vários fatores relacionados com o recrutamento militar, Marcelo Rebelo de Sousa defendeu que “há que pensar em relação ao quadro permanente, como em relação aos regimes diversos contratuais, em ajustar aquilo que é possível ajustar, não apenas no recrutamento mas na organização, na comunicação interna, na comunicação externa, no funcionamento, àquilo que é a realidade das novas gerações mas é a realidade das sociedades”.

O Comandante Supremo das Forças Armadas considerou que “é evidente que uma instituição tão prestigiada, tão forte, tão referencial como as Forças Armadas, por natureza é sempre mais lenta a mudar,” mas “tem feito um esforço enorme para mudar aceleradamente”, não se comparando aos militares “do tempo colonial” ou do pós-Revolução dos Cravos, em 1974.

“Mas é uma tarefa dramática que se coloca aos parlamentos, governos, instituições internacionais que vão sempre atrás do prejuízo, atrás das mudanças que ocorrem. É um desafio difícil sobretudo por isto: porque a sociedade portuguesa é envelhecida”, salientou.

De acordo com o chefe de estado, **há uma parte da sociedade portuguesa, que “tem uma inércia para ver a instituição de uma forma que não tem nada a ver com aquilo que foi e que é hoje aqui apresentado como a aproximação das novas gerações à realidade das Forças Armadas”.**

“Não é um problema apenas de dentro das Forças Armadas aqueles que são menos jovens terem dificuldade em mudar”, disse.

ARYL // JPS

... /// ...

PÚBLICO

J. P. T. Fernandes: A política externa feminista da Suécia, a NATO e Erdogan.



José Pedro Teixeira Fernandes,

Investigador do IPRI-NOVA - Universidade NOVA de Lisboa,

28 de junho, 2022 - 23:19

<https://www.publico.pt/2022/06/28/mundo/analise/politica-externa-feminista-suecia-nato-erdogan-2011767>

1. Em política externa, seria difícil um contraste mais agudo do que o existente entre a Suécia e a Rússia e Turquia, os seus vizinhos belicosos do leste e sul. **A explicação é de natureza geopolítica.** Todavia, é também mais profunda e complexa do que isso. As divergências geopolíticas são amplificadas por visões do mundo e valores radicalmente diferentes. Num caso, temos um Estado (a Suécia) que rompeu com o seu passado de grande potência conquistadora (até inícios do século XVII) e se afastou dos modelos sociais tradicionais. No outro caso, há Estados herdeiros de grandes impérios que perduraram até inícios do século XX — o Império Russo e o Império Otomano — onde persiste uma vontade de continuidade. Nestes últimos, a ambição é geopolítica, mas transcende-a também. Existe um intuito de projectar no século XXI valores e instituições de outrora. Em oposição, a Suécia está impregnada de ideais e valores de transformação social e política que rejeitam o passado. Nas palavras do Governo sueco, as quais se podem ler no [Manual de Política Externa Feminista da Suécia](#), foi “o primeiro país do mundo a adoptar uma política externa feminista.”

2. A Suécia vê-se a si própria como **uma “superpotência humanitária”**. Criou uma política externa que reflecte o cosmopolitismo humanitário das Nações Unidas, especialmente a [Resolução 1325 do Conselho de Segurança de 31/10/2000](#). Nesse documento, foi reconhecido o impacto desproporcionalmente negativo que a guerra tem sobre as mulheres. Ao mesmo tempo, foi apontada a **importância da promoção da igualdade de género nos processos de construção da paz e da segurança** como forma de diminuir a violência dos conflitos.

Foi esse também um [argumento usado pela ministra dos Negócios Estrangeiros Margot Wallström](#) (2014-2019), a primeira governante do Partido Social Democrata a implementar essa política, em 2014, articulando-a com a ideia de **soft power** (do académico e político norte-americano, Joseph Nye).

A política externa feminista da Suécia tinha também a suportá-la a neutralidade (as alianças militares eram rejeitadas) e a promoção da democracia e dos direitos humanos no mundo (vistos como cosmopolitas e globais). Com a sua [política externa feminista iria confrontar a agressão da Rússia Vladimir Putin, quando esta anexou a Crimeia em 2014](#), usando os velhos métodos da *realpolitik* e da força militar.

3. [A "guerra é a continuação da política externa por outros meios"](#), na memorável frase do general do prussiano Carl von Clausewitz. Uma visão do mundo clausewitziana e do século XIX, foi o que a Rússia mostrou quando invadiu a Ucrânia em 24 de Fevereiro. O contraste não poderia ser mais flagrante com a já referida visão cosmopolita, humanitária e de igualdade de género do Governo sueco da primeira-ministra, Magdalena Andersson, e da sua ministra dos Negócios Estrangeiros, Ann Linde. **(Antíteses feministas do nacionalismo viril de Vladimir Putin e de Serguei Lavrov, o truculento ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia)**. Mas sob o efeito do choque provocado pela invasão da Ucrânia, a Suécia rompeu com a tradição de neutralidade. Pediu a adesão à NATO — um pacto de defesa militar com origem na Guerra Fria —, procurando a protecção do [artigo 5.º do Tratado de Washington](#), em particular do poder militar dos EUA. Para além do óbvio (o abandono da neutralidade), para enfrentar a gravidade da ameaça teve de se desviar da linha de política externa [preconizada pelas teóricas feministas ocidentais das Relações Internacionais \(Cynthia Enloe e outras\)](#) e no [soft power de Joseph Nye](#), de inspiração liberal. **Quanto à Rússia, que vive num mundo paralelo, continuou a dar motivos de apreensão securitária à Suécia.** Na sua acção político-militar, [Vladimir Putin assumiu-se como inspirado no czar Pedro, o Grande](#), o fundador de São Petersburgo num território conquistado à Suécia na Grande Guerra do Norte (1700-1721). Para Putin, Pedro, o Grande não fez uma guerra de conquista, apenas recuperou territórios seculares de eslavos. [À actual geração de russos caberia a tarefa de "recuperar e fortalecer" a Rússia](#). A referência, ainda que velada, a territórios históricos do Estado russo no Donbass, na Crimeia e noutras partes do leste e sul da Ucrânia (bem como à vontade de os recuperar pela força), causou indignação e receio.

4. Não é só a Rússia que atormenta a política externa feminista da Suécia, fazendo-a aterrar em sobressalto no mundo da geopolítica. Também a Turquia de Recep Tayyip Erdoğan mortifica a Suécia (e a Finlândia). **É outro Estado que se revê na grandiosidade imperial do passado.** Os territórios que fizeram [parte do Império Otomano, dos Balcãs \(Grécia incluída\) ao Médio Oriente e Norte de África \(Síria, Iraque, Líbia e outros\)](#), são a sua esfera de influência.

Recep Tayyip Erdoğan criticou o **Tratado de Lausana de 1923** — que reconheceu a República da Turquia como Estado sucessor do Império Otomano — por deixar populações turcófonas no exterior, no norte do Iraque, na Síria e noutras antigos territórios do império.

O ressentimento de Recep Tayyip Erdoğan pelo fim imposto pelo Ocidente do Império Otomano é similar ao de Vladimir Putin pelo colapso da União Soviética, quando afirmou que essa foi a “[maior catástrofe geopolítica do século XX](#)” deixando milhões de russos fora da Federação Russa. Mas há outras similitudes. Após o ateísmo forçado da era soviética, a Igreja Ortodoxa — uma das instituições estruturantes do Estado russo no seu longo passado —, regressou em força a um lugar de proximidade com o poder político. Houve um inequívoco [apoio do Patriarca Cirilo ao Governo de Vladimir Putin na invasão da Ucrânia](#). Similarmente, na Turquia, existe uma crescente proximidade entre o Estado e a religião tradicional (o Islão sunita). **Recep Tayyip Erdoğan dismantelou a estrutura secular imposta por Mustafa Kemal Atatürk e tem a [ambição de recriar um grande Estado muçulmano inspirado no Império Otomano](#).** A recente [conversão da Hagia Sophia em mesquita replica o feito do sultão Mehmed II, quando conquistou Constantinopla em 1453](#). É mais do que simbólica, apontando um caminho onde o passado imperial islâmico é o modelo do futuro. Assim, o confronto de Recep Tayyip Erdoğan com a Suécia, obstaculizando a sua pretensão de entrada na NATO, é complexo e multifacetado. As divergências ligadas à questão curda têm um papel central no conflito. Para além delas, há um choque de duas políticas externas impregnadas de valores radicalmente diferentes, onde cada um dos protagonistas está convencido da sua superioridade moral absoluta.

5. Quem cedeu neste choque de políticas externas (e de valores)? A Suécia parecia estar na posição mais frágil. Sendo a adesão à NATO feita por consenso, necessitava de afastar a obstrução da Turquia. [A situação é irónica tendo em conta o apoio reiterado da Suécia à adesão da Turquia à União Europeia](#), mesmo após o autoritarismo de Recep Tayyip Erdoğan se ter tornado demasiado evidente (mostrou ingenuidade política, ou má leitura da realidade). **A tarefa era espinhosa pois punha em causa a essência da sua política externa e valores.** No actual [Parlamento sueco, há seis deputados de ascendência curda](#), três dos quais eleitos pelo Partido Social Democrata que governa o país. **Para a Turquia, o generoso acolhimento e integração de populações curdas não é um caso de humanitarismo e de uma virtuosa política externa feminista. É a prova de que a Suécia acolhe terroristas, especialmente se os curdos tiverem algum tipo de ligações ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e à sua ramificação na Síria (YPG).** As exigências da Turquia — que envolviam, entre outras coisas, a [extradição de curdos aos quais a Suécia deu asilo](#) — chocaram com um país que construiu a imagem de “superpotência humanitária”.

Mas o secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, afirmou que [as “preocupações da Turquia com a segurança são legítimas”](#), no que parece ser uma concessão diplomática às reivindicações de Erdoğan. Se a Rússia é uma séria ameaça geopolítica à segurança da Suécia, a Turquia, com aquilo que exigiu para a deixar aderir a Suécia (e a Finlândia) à NATO, **ameaça fazer ruir a sua política externa feminista e os seus alicerces de potência moral**

NATO: EUA vão anunciar reforço "a longo prazo" do envolvimento na Europa

Em causa "novos compromissos militares em terra, mar e nos ares a longo prazo na Europa", em particular no leste do continente.



Jake Sullivan, principal conselheiro diplomático e militar de Joe Biden

© Stefani Reynolds / AFP

DN/Lusa

28 de junho, 2022 — 16:23

<https://www.dn.pt/internacional/nato-eua-vaao-anunciar-reforco-a-longo-prazo-do-envolvimento-na-europa-14974654.html>

Os Estados Unidos vão fazer "anúncios específicos" na cimeira da NATO sobre "novos compromissos militares em terra, mar e nos ares a longo prazo na Europa", em particular no leste do continente, indicou esta terça-feira um conselheiro do Presidente norte-americano.

Jake Sullivan, principal conselheiro diplomático e militar de Joe Biden, disse, a bordo do Air Force One, que um "certo número de países" da Aliança Atlântica também "prometeram aumentar as suas contribuições em matéria de defesa no flanco oriental".

A cimeira da NATO decorre de terça a sexta-feira na capital espanhola, Madrid.

O responsável norte-americano acrescentou que Joe Biden vai comunicar oficialmente ao chefe do Governo espanhol, Pedro Sánchez, um aumento dos navios de guerra na base naval de Rota [sul de Espanha] de quatro para seis, com o objetivo de reforçar a presença militar do seu país e da NATO nesta zona.

Sullivan sublinhou que esta medida permitirá aumentar a presença naval dos EUA e da NATO em todos os domínios marítimos relevantes e insere-se numa série de anúncios aguardados para quarta-feira.

O assessor para a Segurança Nacional explicou que durante o encontro vários países deverão indicar os seus compromissos para reforçar o flanco leste da NATO, adiantando que nessa perspetiva os Estados Unidos "vão emitir decisões específicas" sobre o envio de forças adicionais terrestres, marítimas e aéreas, enquanto se prolongar o conflito na Ucrânia.

Biden tem agendado um encontro com Sánchez logo após a sua chegada a Madrid, proveniente da Alemanha, onde participou na cimeira do G7.

Jack Sullivan também revelou que os Presidentes dos EUA e da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, têm previsto um encontro na quarta-feira à margem da cimeira e indicou que a adesão da Finlândia e da Suécia à NATO, pretendida por Washington e que Ancara ameaça bloquear, "será abordada", mesmo que não constitua o "elemento central" da discussão.

Ainda na quarta-feira, Biden também se reunirá com o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, e com o Presidente sul-coreano, Yoon Suk-yeol, precisou.

"Será a primeira reunião (...) desde há muito tempo entre os dirigentes dos três países", disse Sullivan, acrescentando que o encontro à margem da cimeira da NATO será "principalmente consagrado à ameaça duradoura que coloca a Coreia do Norte".

Esta é a primeira vez que um primeiro-ministro japonês participa numa cimeira da aliança militar ocidental.

... /// ...

Biden diz que a NATO está a fortalecer-se em "terra, mar e ar".

"Unidade transatlântica" é "a maior força" contra a Rússia.

Joe Biden diz que os estados-membros da Aliança Atlântica estão a fortalecer a NATO, que está a investir em "terra, mar e ar" para responder a ameaças. Os EUA têm aumentado as suas forças militares



Espanha e os Estados Unidos assinaram uma nova declaração conjunta que prevê também cooperação na América latina

Brais Lorenzo/EPA



Lusa

28 de junho, 2022, - 23:57

<https://observador.pt/2022/06/28/biden-diz-que-a-nato-esta-a-fortalecer-se-em-terra-mar-e-ar/>

O Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, disse esta terça-feira que a "unidade transatlântica" é "a maior força" contra a Rússia e que a NATO está a fortalecer-se em "terra, mar e ar" para responder a ameaças.

Biden falava ao lado do primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, no final de um encontro entre os dois à chegada do Presidente norte-americano a Madrid para participar na cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla em inglês), que decorre na quarta e na quinta-feira na capital espanhola.

Esta será uma "cimeira verdadeiramente histórica", que ocorre num "momento chave" para a NATO, depois da invasão russa da Ucrânia, em fevereiro passado, afirmou Biden.

A unidade transatlântica continuará a ser a nossa maior força na resposta à Rússia”, acrescentou, antes de defender que os países membros da aliança militar entre a Europa e a América do Norte devem manter-se unidos nas sanções a Moscovo e no apoio à Ucrânia, nomeadamente no aumento das capacidades de defesa de Kiev e das de dissuasão e defesa da própria NATO.

O Presidente norte-americano destacou que **os Estados Unidos têm aumentado as suas forças militares na Europa este ano** e, em concreto, na Europa do leste, tal como outros aliados.

O reforço dessa presença de tropas e equipamentos vai ser debatido durante a cimeira, segundo Biden, que afirmou que **os estados-membros da Aliança Atlântica estão a fortalecer a NATO** “contra as ameaças do leste e os desafios do sul”, numa abordagem de “360 graus”, olhando para todas as regiões vizinhas.

“A NATO está focada em todos os domínios e em todas as direções, terra, mar e ar”, acrescentou.

Em concreto com Pedro Sánchez, o Presidente dos Estados Unidos acordou aumentar o número de barcos de guerra e militares norte-americanos na base de Rota, no sul de Espanha.

Espanha e os Estados Unidos assinaram uma nova declaração conjunta que prevê também cooperação na América latina, para “impulsionar uma agenda positiva”, nas palavras de Sánchez.

O primeiro-ministro espanhol congratulou-se por **os EUA e a NATO estarem a reforçar o flanco leste**”, na resposta à ameaça russa, mas também “a reconhecerem as ameaças do flanco sul”, com a tal “estratégia de 360 graus”, referindo, em concreto, a região africana do Sahel.

Espanha, como outros países do sul da Europa, têm chamado a atenção para estes desafios e ameaças do sul (Médio Oriente e Norte de África), relacionadas como fluxos de imigração ilegal e movimentos terroristas, reclamando que a NATO não os ignore apesar do protagonismo assumido pelo leste europeu, com a guerra na Ucrânia.

... /// ...

PÚBLICO

Nuno S. Teixeira: “A NATO está bem e recomenda-se.”

O novo ambiente estratégico obriga a Aliança a fazer uma revisão profunda do seu conceito: a identificar a Rússia como a principal ameaça e a defesa colectiva como a principal missão.



Nuno Severiano Teixeira,

Professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa; director do Instituto Português de Relações Internacionais,

29 de junho, 2022 – 06:49

<https://www.publico.pt/2022/06/29/opiniao/opiniao/nato-bem-recomendase-2011719>

Trump fez tudo para a matar. Macron disse que estava cerebralmente morta. Putin deu-lhe nova vida. A NATO está bem e recomenda-se. A invasão da Ucrânia deu-lhe uma nova razão de ser: a ameaça russa tornou-se evidente e a defesa colectiva voltou ao centro da sua missão.

O Ocidente não compreendeu, ou não quis compreender o que se passou na Geórgia em 2008 e na Crimeia em 2014. Por isso, a NATO não registou, então, grandes transformações. Agora, o Ocidente foi forçado a compreender e a NATO a transformar-se. A Cimeira de Madrid, disse já o secretário-geral da NATO, será uma cimeira transformadora. E o novo conceito estratégico terá como prioridade adaptar a Aliança à ameaça russa.

O Ocidente não compreendeu, ou não quis compreender o que se passou na Geórgia em 2008 e na Crimeia em 2014

Primeiro, é preciso perceber a Rússia. Ao contrário da União Soviética, que queria consolidar as linhas de demarcação na Europa e estabilizar as fronteiras e a ordem da Guerra Fria, a Rússia de Putin quer que a NATO retire as suas forças dos territórios dos novos aliados depois de 1997, isto é, alterar as linhas de demarcação e reestabelecer a sua esfera de influência na Europa. Ou seja, alterar a arquitectura de segurança europeia e rever a ordem pós-Guerra Fria.

Segundo, na anterior Cimeira de Madrid, em 1997, NATO e Rússia tinha assinado a **Acta Fundadora**, em que ambas partes se comprometiam com o diálogo político e a resolução pacífica dos conflitos para evitar uma nova tensão pós-Guerra Fria.

Ora, sem que ninguém o tenha dito, a verdade é que com a anexação da Crimeia e a invasão da Ucrânia, a Rússia pôs termo à Acta Fundadora.

Mais ainda, a insídia da sua diplomacia e a brutalidade repetida da agressão militar deixam supor que **não reconhece a persuasão, a cooperação ou o apaziguamento. Só conhece e só responde à linguagem da força.** É este o novo ambiente estratégico que obriga a NATO a uma revisão profunda do seu conceito: a identificar a Rússia como a principal ameaça e a defesa colectiva como a principal missão.

O flanco leste será a prioridade e o conceito de dissuasão convencional totalmente repensado: **reforço das capacidades com 300 mil efectivos** em prontidão (sete vezes e meia mais do que actualmente), **equipamento pré-posicionado e forças atribuídas a aliados específicos.**

A **adesão futura da Finlândia e da Suécia** obrigará ainda a um esforço adicional de dissuasão e não só nos 1300 km de fronteira entre a Finlândia e a Rússia, mas também no Mar Báltico.

No quadro da rivalidade geopolítica entre grandes potências, a dissuasão da Rússia não pode fazer esquecer a os desafios da China.

Não é, certamente, uma ameaça militar directa, mas não deixará de estar no radar estratégico da NATO. Porque é uma grande potência económica e tecnológica na luta pela liderança de sectores-chave do futuro como o 5G, a inteligência artificial ou o espaço. **Por outro lado, porque a nova rota da seda e o controle de infra-estruturas críticas não são isentos da procura de influência geopolítica.** E não são poucos os países europeus na interdependência das suas redes chinesas. **A recente aproximação Rússia-China confirma e justifica a necessidade dessa atenção estratégica.**

Não sendo uma prioridade imediata, o flanco sul não pode deixar de ser uma prioridade para a NATO. E não é só pelas questões tradicionais da segurança, da instabilidade e do terrorismo. **Agora, é também, pela crescente presença da Rússia no Sahael.** Há depois os desafios que não dizem respeito aos seus flancos geográficos, mas às tecnologias disruptivas e às suas implicações estratégicas e aplicações militares: a gestão de dados, a robótica ou a inteligência artificial que oferecem, hoje, tantas oportunidades como ameaças. As novas tecnologias, a ciberdefesa e o ciberespaço terão um lugar fundamental no novo conceito estratégico da Aliança.

Há, finalmente, um desafio que não é de natureza militar. E o novo conceito estratégico precisa, também, de adaptar a NATO aos desafios não militares.

Trata-se da resiliência e da coesão interna da Aliança. Num mundo globalizado e interdependente o Ocidente está vulnerável às investidas de potências autocráticas e iliberais que exploram a abertura das sociedades democráticas, seja pela dependência económica e tecnológica, seja pelo apoio às forças iliberais ou promovendo a divisão entre os aliados. **Não será essa a missão central da Aliança e caberá até, primordialmente, aos Estados-membros, mas a NATO não poderá ficar alheia às ameaças à sua unidade e aos desafios à resiliência democrática.**

Defence secretary Ben Wallace goes on the warpath over military spending



Archie Bland

29JUN, 2022

<https://www.theguardian.com/world/2022/jun/29/first-edition-defence-spending-uk>

Good morning, and good luck making sense of the following sequence of events: **first, well sourced reports** that defence secretary **Ben Wallace** is asking for spending on the armed forces to be increased to 2.5% of GDP. Then, **the head of the army saying** we're in a "**1937 moment**" and need to urgently replenish our forces. And then, **the government ditching its manifesto commitment** to increase spending by 0.5% above inflation.

Then, Wallace **denied he asked for that 2.5% commitment** in an interview, but sounded pretty critical of the government's approach. Then, **Boris Johnson insisted the 0.5% target would be met this year**, around the same time that Wallace made a speech **saying that** "as the threat changes so must the funding". And this morning, **the Daily Telegraph reports** that Downing Street was "furious" at Wallace's speech and intervened to water it down.

Confused? You should be! Today's newsletter will try to straighten out those percentages, and decipher what it means for the future of our armed forces – with the help of IFS senior research economist Ben Zaranko, who is as clever as his job makes him sound, but less intimidating on the phone, happily for me. That's after the headlines.

In depth: Making sense of our armed forces' future

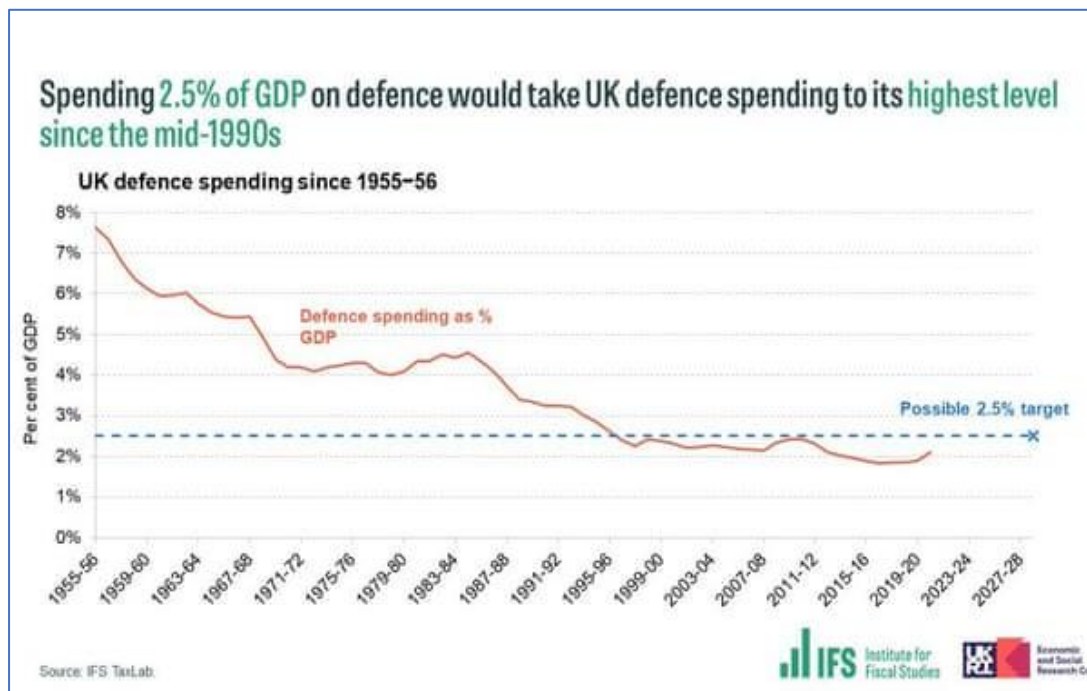


Is Ben Wallace on the warpath? No 10 will fear so as he tours the broadcast studios this morning. He does so ahead of Johnson's speech to the Nato summit in Madrid, where he'll claim the UK already spends 2.3% of GDP on defence and call on others to match it. It all has the makings of a properly consequential political row. Here are some essential points to bear in mind as they each set out their stalls:

The UK has increased defence spending recently – but it's still historically low

In the mid 1950s, UK defence spending was about 8% of GDP. "That's a huge chunk of what the government does," said Ben Zaranko. That figure fell sharply to 4% of GDP in the 1970s, and has continued to fall ever since.

"It's been hovering around 2% since the early 2010s," said Zaranko. (Johnson's 2.3% claim includes aid to Ukraine, which others, including Nato, would consider a bit misleading.) **The mooted 2.5% figure would "return us to where we were in the mid 90s,** but still shy of where we were at the end of the cold war, when it was 3% of GDP".



Above is an IFS graph that makes all that clear. ([Click here](#) to see it up close, but if you squint a bit at the general direction of the line you'll get the idea.)

In the short term, said Zaranko, "the MoD can use Treasury reserves to meet unexpected costs – that's what happened in Iraq and Afghanistan. But there's another question: **has Russia made the world a more dangerous place?"**

There is a way to increase defence spending at the same time as decreasing it (sort of)

Ben Wallace had a very busy day, and his demand for the need to boost the military budget have been what the Spectator called "increasingly indiscreet" in recent months. He did deny at [a New Statesman event](#) on Tuesday that he had asked for an increase in defence spending to 2.5% of GDP, but said that "he'd done what any secretary of state would have done" by asking for "a discussion" about more money. Then he made a speech to the Royal United Services Institute (RUSI) saying that the army is surviving on "a diet of smoke and mirrors", among other unsubtly disgruntled formulations.

According to the Telegraph, No 10 intervened to ask Wallace to remove a line saying that spending 2% of GDP on defence was outdated. But [this story by Peter Walker and Dan Sabbagh](#) quotes a senior government source saying that a manifesto commitment to a 0.5% increase in spending every year in this parliament was now subject to "a reality check".

Johnson later seemed to fudge that by saying that the target would be met if inflation is measured over the long term, not annually. **What's going on?**

The first thing to know in trying to make sense of this is that most of that increased spending was distributed to the early years of this parliament.

“They frontloaded the increases quite massively,” said Zaranko. “So you have a very significant increase in the first and second year ... then it was set to be broadly maintained. And now higher inflation means it will fall a bit.” [He also points out](#) that the decrease has been slated for some time.

The government could make an additional longer term commitment – but it would be steep. Zaranko estimates that to hit Wallace’s alleged 2.5% ask by 2028 from the current level of around 2%, you’d have to increase spending by about £10bn, or 9%, each year – a sum which it sounds like Boris Johnson and Rishi Sunak **would be unwilling** to entertain.

That money might not go as far as it sounds

In a recent IFS podcast, Malcolm Chalmers, Deputy Director-General of RUSI, said that if funding increases, “in the short term I think making the force we have more effective is going to be a strong priority.”

That was echoed by a speech to that same RUSI conference yesterday by Chief of the General Staff General Sir Patrick Sanders in which he said that “deterring Russia means more of the Army ready more of the time.” (“To put it bluntly, you can’t cyber your way across a river,” he added.)

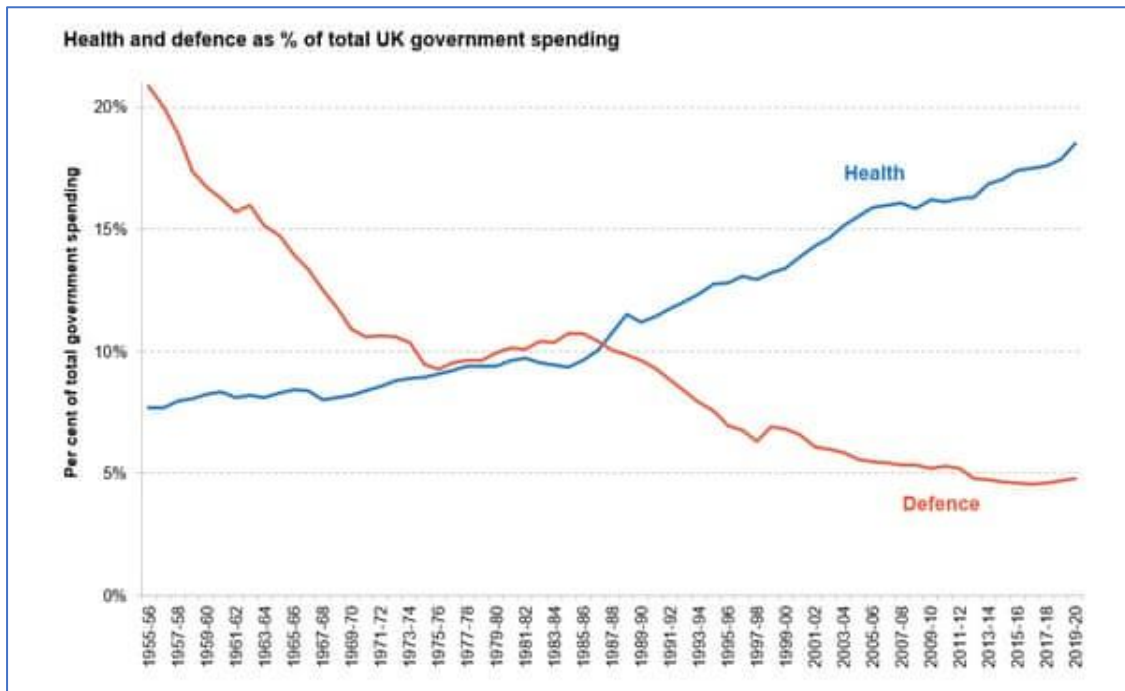
But before any new investments, the military faces the same costs causing pain for everyone at the moment: **inflation** and **energy**. The military is “particularly exposed to things like aviation fuel, and it has lots of barracks to keep warm,” said Zaranko. “Those are significant pressures. A far bigger one will be what happens to their pay bill.”

The government would probably raise taxes to pay for it

At least for now, there’s no likely scope for cuts to other government departments or borrowing. “In the medium term you might just spend less on other areas,” said Zaranko – but he thinks that’s unlikely when public services are creaking. “**A more realistic outlook is that taxes would have to be higher.**”

Wallace, as a former soldier, noted that the so-called “peace dividend” from cutting the military has funded other spending for decades.

Here’s another IFS chart **comparing health and defence budgets** which makes that clear (again, [click here](#) if you want to see it in more detail):



"I was that soldier in 1991 when the cold war came to an end and the Treasury took their peace dividend," Wallace said. "They've kept taking it. They keep taking it every year."

Whatever happens, the terms of the debate on military spending have shifted

Probably the most remarkable index of the way priorities in the west have been reshaped by Russia's invasion of Ukraine is in **Germany's new commitment to defence spending** – with the infusion of a massive new €100bn (£85bn) fund to boost its armed forces. That is a historic shift, and raises a big question over whether the UK lets Berlin pick up some of the slack within Nato, or keeps pace to maintain its global influence.

The course of the war has forced the British military to "re-think how we fight", Sanders said, promising a "new doctrine". But that will cost money – and the mixed messages coming out of government about what it is prepared to spend suggest that the debate over the future of the armed forces has a long way to run.

Reforço das forças de reação rápida da NATO "prontas até ao próximo ano"

As forças de reação rápida da NATO, que irão aumentar dos atuais 40 mil para 300 mil, estarão "prontas até ao próximo ano" e serão atribuídas a países do leste da Europa, anunciou hoje o secretário-geral da Aliança.



© Lusa

JENS STOLTENBERG



LUSA

29/06/22 - 07:56

<https://www.noticiasaminuto.com/mundo/2024618/reforco-das-forcas-de-reacao-rapida-prontas-ate-ao-proximo-ano>

"No que se refere às forças de reação rápida, acho que estarão prontas até ao próximo ano. Iremos tomar a decisão agora, e depois vamos começar a implementação, e depois vão estar disponíveis e prontas no próximo ano, esse é que é o plano", afirmou Jens Stoltenberg.

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla em inglês) falava aos jornalistas à entrada para o Parque de Exposições de Madrid, no nordeste da capital espanhola, onde decorre a cimeira dos chefes de Estado e de Governo da Aliança Atlântica.

Jens Stoltenberg afirmou que as forças em questão vão ser "pagas e organizadas pelos diferentes Aliados NATO, ficarão baseadas nos seus países de origem, mas vão ser atribuídas previamente a países e territórios específicos, para serem responsáveis pela proteção desses territórios".

O secretário-geral da Aliança exemplificou com o caso alemão, que destacou uma "força específica para a proteção da Lituânia", e afirmou **que o leste da Europa será o principal terreno para o qual as forças de reação rápida serão atribuídas.**

"Irão treinar aí, irão aprender a operar em conjunto com as forças de defesa desses países e também iremos preposicionar equipamento, [como] equipamento pesado, reservas de combustível e muitas outras coisas de que irão precisar para poderem operar naquele território específico", sublinhou.

Segundo Jens Stoltenberg, **o posicionamento de equipamento** nos territórios em questão, assim como **o aumento das forças de reação rápida** e "dos grupos de combate" de que a Aliança já dispõe são o **"elemento mais importante"** da estratégia terrestre da Aliança para "fortalecer a dissuasão e defesa" no "novo ambiente de segurança".

O secretário-geral da NATO reiterou que a cimeira de Madrid, marcada pela guerra na Ucrânia, na sequência da invasão russa de 24 de fevereiro, vai ser **"histórica e transformadora"** para a aliança militar de países da Europa e da América do Norte.

"Reunimo-nos no meio da mais grave crise de segurança que temos desde a Segunda Guerra Mundial", afirmou, congratulando-se por os países aliados na NATO estarem a mostrar "unidade e força" na resposta.

Jens Stoltenberg lembrou que **a NATO vai em Madrid adotar um novo Conceito Estratégico**, que define as orientações da Aliança para a próxima década, e vai refletir o contexto atual, "um mundo mais perigoso e competitivo", muito diferente de 2010, quando foi aprovado o documento anterior.

O Conceito Estratégico aprovado em 2010 foi adotado na cimeira de Lisboa definiu uma aproximação à Rússia, que foi então considerada um parceiro estratégico da Aliança Atlântica.

O Presidente russo de então, Dmitri Medvedev, esteve mesmo em Lisboa, para participar na cimeira da NATO de 2010.

Já o Conceito Estratégico que será aprovado em Madrid deve definir a Rússia como a maior e mais direta ameaça aos países da NATO, como tem dito Stoltenberg nos últimos dias.

A cimeira de Madrid arranca hoje oficialmente, mas na terça-feira, em reuniões paralelas e prévias, foi já alcançado o primeiro acordo que vai marcar o encontro e com o qual a Turquia retirou o seu veto à adesão da Finlândia e da Suécia à NATO.

... /// ...

B. Sousa: “NATO prepara mudanças por causa da invasão russa na Ucrânia”



Cimeira da NATO em Madrid



Bruno Sousa

29/06/2022

<https://pt.euronews.com/2022/06/29/nato-prepara-mudancas-na-cimeira-de-madrid>

A elite política mundial está reunida hoje e amanhã em Madrid para a **cimeira da NATO**. As boas vindas foram dadas pela Casa Real espanhola, num jantar de gala na véspera do início dos trabalhos.

Felipe VI lembrou que a última vez que o país acolheu a cimeira da Aliança Atlântica foi em 1997 e que aí se deram os primeiros passos para o **alargamento**, com os convites a Hungria, Polónia e República Checa.

Agora chegou a vez de **Finlândia e Suécia**, que serão formalmente convidados a juntar-se à organização militar. Para **Jens Stoltenberg**, a guerra na Ucrânia obriga a mudanças.

"Iremos adotar um novo conceito estratégico que servirá de base para a NATO num **mundo mais perigoso e imprevisível**. **Iremos mudar de uma política de dissuasão e defesa para mais forças de resposta rápida, mais defesa aérea avançada e mais equipamento pré-posicionado**", anunciou o secretário-geral da aliança.

Stoltenberg antecipou ainda um novo "**pacote de assistência à Ucrânia** para ajudar na defesa" perante a ofensiva russa, que na segunda-feira atingiu um centro comercial em Kremenchuk.

"É extremamente importante que os continuemos a ajudar uma vez que as forças ucranianas enfrentam uma **brutalidade que não era vista na Europa desde a Segunda Guerra Mundial**", acrescentou o líder diplomático da NATO.

A entrada de Suécia e Finlândia reforça a presença da NATO no Báltico e só foi possível depois de ambos os países terem chegado a [acordo com a Turquia](#) para que o país não exercesse o direito de veto.

Ankara estava reticente em aceitar os dois países nórdicos e acusava-os de apoiar o terrorismo por darem **asilo a militantes do PKK**, um grupo separatista curdo [considerado terrorista pela União Europeia](#), os Estados Unidos e, claro, a Turquia.

O alargamento da NATO representa mais um duro golpe para Moscovo. A Finlândia partilha mais de 1300 quilómetros de fronteira com a Rússia e o **Kremlin já várias vezes ameaçou atacar os dois países** caso estes tentassem entrar na Organização do Tratado do Atlântico Norte, sendo esta também uma das recorrentes justificações de Vladimir Putin para a invasão na Ucrânia.

... /// ...

OBSERVADOR

Lusa: Defesa. PM recusa compromisso em atingir 2% do PIB

As dificuldades em atingir a meta devem-se ao "enorme crescimento da inflação, com uma pressão sobre as taxas de juros, e a grande determinação que temos de uma forte redução da nossa dívida pública".



ANTÓNIO COSTA

LUSA

29 de junho, 2022, - 09:57

<https://observador.pt/2022/06/29/costa-recusa-comprometer-se-com-data-para-portugal-atingir-os-2-do-pib-para-defesa/>

O primeiro-ministro afirmou esta quarta-feira que Portugal não se pode "objetivamente comprometer" com uma data para atingir a meta de 2% do PIB reservados à Defesa, afirmando que o país só assume "compromissos que pode cumprir".

Nós assumimos compromissos que sabemos que podemos cumprir. (...) De uma forma séria, não podemos objetivamente comprometer-nos com uma data [para atingir os 2% do PIB destinados à Defesa], atenta a situação de incerteza que a economia global está a viver, com um enorme crescimento da inflação, com uma pressão sobre as taxas de juros, e a grande determinação que temos de uma forte redução da nossa dívida pública", afirmou António Costa.

O primeiro-ministro falava à chegada ao Parque de Exposições de Madrid, onde decorre a cimeira dos chefes de Estado e de Governo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla em inglês), tendo sido **questionado sobre quando é que Portugal poderá atingir a meta estabelecida** pelos Estados-membros da NATO na cimeira do País de Gales, em 2014, quando se comprometeram a reservar 2% do PIB à Defesa.

António Costa afirmou que “Portugal, neste momento, vai cumprir para o ano o objetivo que tinha assumido, por escrito, para 2024: atingir **1,66%** do Produto Interno Bruto (PIB)” destinado à Defesa.

Segundo o primeiro-ministro, quando Portugal assumiu, em 2018, o **compromisso de atingir esses 1,66% em 2024**, tinha ficado definido que poderia chegar aos 1,98% no mesmo ano caso fossem disponibilizados os **“recursos comunitários”** que estavam previstos.

“Aqueles que estavam previstos na altura, deixaram de existir. Sabemos que já não existem, **estão em discussão novos**. Se vierem novos, as coisas podem-se alterar. Não se alterando, nós podemos ter um compromisso [para], relativamente ao longo da década, convergir para esse objetivo”, frisou.

Costa avançou que “há novas discussões no quadro da União Europeia sobre a possibilidade de haver recursos comunitários para alocar à Defesa”, mas reiterou que, “neste quadro de incerteza quanto à distribuição dos fundos comunitários”, **Portugal tem “que ter um objetivo que seja realístico ao longo da década”**.

“Nós vamos ter uma revisão da Lei da Programação Militar, no final deste ano, princípio do próximo ano, mas temos que ter um objetivo realista tendo em conta a enorme incerteza económica que existe e o nosso firme compromisso de redução da dívida pública, que é fundamental para a proteção do futuro dos portugueses”, reforçou.

O primeiro-ministro salientou que Portugal está a investir, neste momento, num “forte reforço das capacidades nos vários ramos”, elencando medidas como **“o programa de aquisição dos KC-390 na Força Aérea”**, os **“programas dos navios de patrulha oceânica” no âmbito da Marinha** e o **“programa Soldado do Futuro” no Exército**.

Costa indicou ainda que, através das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência **(PRR), o Governo prevê o “investimento numa plataforma naval multiusos que também tem funções militares importantes”**.

“Sobretudo, temos probabilidade de fazer uma coisa que é essencial, que é que cada euro investido valha por três, o que significa que cada euro tem que servir para apoiar o nosso sistema científico nacional, reforçar as nossas indústrias de Defesa e também melhorar as capacidades, sejam as tradicionais, sejam as que correspondem às novas ameaças, designadamente as da cibersegurança”, frisou.

Segundo estimativas divulgadas pela NATO na segunda-feira, entre 2014 e 2021 Portugal reservou 1,44% do PIB à Defesa.

Em setembro de 2014, poucos meses após a anexação da Crimeia pela Rússia, os líderes da NATO, reunidos em cimeira no País de Gales, comprometeram-se a investir 2% dos respetivos PIB em Defesa.

Neste âmbito, Portugal estabeleceu um plano de reforço do seu investimento segundo o qual, em 2024, seria reservado 1,68% do PIB nacional à Defesa. António Costa anunciou hoje que essa meta será atingida em 2023.

Notícia atualizada às 10h06

... /// ...

OBSERVADOR

Lusa: Portugal acompanhará o reforço de "forma adequada às suas circunstâncias"

O primeiro-ministro espera que a NATO defina a "distribuição das capacidades que são necessárias" afirmando que Portugal vai acompanhar da forma que for possível.



António Costa sublinhou que este aumento de oito vezes das tropas em prontidão é um aumento global

J.J. Guillen/EPA



LUSA

29 de junho, 2022, 11:31

<https://observador.pt/2022/06/29/portugal-acompanhara-reforco-de-tropas-da-nato-de-forma-adequada-as-suas-circunstancias/>

O primeiro-ministro, António Costa, disse esta quarta-feira que **Portugal participará de "forma adequada às circunstâncias" do país no anunciado reforço de tropas da NATO.**

“Aguardamos que o comando da NATO faça uma **precisão da distribuição das capacidades que são necessárias e da nossa contribuição**”, afirmou António Costa à chegada à cimeira da NATO que arranca esta quarta-feira em Madrid.

A NATO vai aprovar nesta cimeira o reforço da sua presença em países do leste europeu e das tropas em prontidão, neste caso, de 40 mil para mais de 300 mil militares, segundo o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla em inglês), Jens Stoltenberg.

António Costa sublinhou que este **aumento de oito vezes das tropas em prontidão é um aumento global** e “não quer dizer que cada país aumente oito vezes a sua disponibilidade”.

Nós participaremos da forma adequada àquilo que são as nossas circunstâncias e ao forte reforço que temos vindo a fazer ao longo dos anos, que iremos prosseguir, tendo em vista cumprir os objetivos que em 2014 foram assumidos para reforço do nosso investimento em defesa”, afirmou.

O primeiro-ministro lembrou que Portugal tem “incrementado bastante” este ano a participação em forças nacionais destacadas no âmbito da NATO

“Este ano temos uma forte presença na Roménia, vamos continuar seguramente a ter e acompanharemos esse reforço”, afirmou.

... /// ...

Costa: A cimeira da NATO começou "da melhor maneira" com adesão de Suécia e Finlândia

O primeiro-ministro salientou a importância do reforço da "aliança defensiva" para a construção da paz num momento em que a adesão da Suécia e da Finlândia à NATO foi aceite.



António Costa afirma que o processo de ratificação em Portugal será "bastante rápido"

J.J. Guillen / POOL/EPA



LUSA

29 de junho, 2022 - 11:32

<https://observador.pt/2022/06/29/costa-diz-que-cimeira-da-nato-comecou-da-melhor-maneira-com-adesao-de-suecia-e-finlandia/>

O primeiro-ministro, António Costa, considerou esta quarta-feira que a cimeira da NATO de Madrid começou "da melhor maneira", com o desbloqueio da adesão da Suécia e Finlândia, e afirmou que o processo de ratificação em Portugal será "bastante rápido".

"Começamos da melhor maneira esta cimeira da NATO com a entrada da Finlândia e da Suécia", disse António Costa aos jornalistas, à chegada à cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla em inglês), que arranca esta quarta-feira em Madrid.

Para o primeiro-ministro português, num momento em que há uma guerra na Ucrânia, na sequência da invasão russa de 24 de fevereiro, "**é mais importante do que nunca reforçar esta aliança defensiva**" para "construir a paz e garantir uma paz duradoura nesta região euro-atlântica, em especial, na Europa".

Costa acrescentou que o processo de ratificação por Portugal da adesão da Suécia e da Finlândia à NATO será "bastante rápido".

Na terça-feira, a Turquia levantou o seu veto à adesão da Finlândia e da Suécia à NATO, após a assinatura de um memorando que "responde às preocupações" de Ancara, segundo anunciou o secretário-geral da aliança militar, Jens Stoltenberg.

A Turquia anunciou um bloqueio das candidaturas sueca e finlandesa em meados de maio e decorreram negociações desde então para tentar [ultrapassar o veto turco](#).

Ancara acusa a Suécia de albergar militantes do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), uma organização que a Turquia considera terrorista.

A Turquia [exigiu também o levantamento dos bloqueios de Estocolmo e Helsínquia à exportação de armas](#), após a intervenção militar de Ancara no norte da Síria em outubro de 2019, o endurecimento da legislação antiterrorista sueca e a extradição de várias pessoas que descreve como terroristas.

Segundo um comunicado da Presidência turca, na terça-feira, Erdogan obteve a "plena cooperação" da Finlândia e da Suécia contra os combatentes curdos do PKK e aliados e concordou com a entrada na NATO dos dois países nórdicos.

Já o Presidente da Finlândia, também num comunicado, disse que o memorando assinado pelos três países "**sublinha o compromisso da Finlândia, da Suécia e da Turquia em alargar o seu total apoio** contra ameaças à segurança uns dos outros."

"Tornarmo-nos Aliados da NATO irá reforçar ainda mais este compromisso", refere o chefe de Estado finlandês, que sublinha que Helsínquia tem levado em consideração, de forma permanente e séria, as preocupações turcas "sobre a ameaça terrorista" e "condena o terrorismo em todas as suas formas e manifestações".

A primeira-ministra sueca, Magdalena Andersson, por seu turno, considerou "um bom acordo" o memorando que desbloqueou o veto turco e disse ser "difícil saber o que convenceu" a Turquia.

Segundo Magdalena Andersson, numa reunião "muito longa" em Madrid entre Ancara, Estocolmo e Helsínquia foram discutidas as reformas nas respetivas legislações antiterrorismo nos últimos anos.

Falámos também sobre qual vai ser o contributo da Suécia para a NATO. Foi também por isso que houve entusiasmo por parte dos países da Aliança com a nossa entrada [na Aliança Atlântica]. A Suécia e a Finlândia vão contribuir para a segurança da NATO", afirmou.

... /// ...

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Aprovado novo conceito estratégico da NATO.

Rússia "constitui a ameaça mais significativa e direta à nossa segurança"

Lysychansk continua a ser alvo de constantes bombardeamentos pelas forças russas que tentam obter o controlo total desta cidade do leste da Ucrânia. Isto num dia em que o presidente ucraniano intervém na cimeira da NATO, que está a decorrer em Madrid.



© EPA/Leszek Szymanski

DN

29 de junho, 2022 — 12:53

LIVE



Filipe Gil

https://www.dn.pt/internacional/acompanhe-aqui-os-principais-desenvolvimentos-na-guerra-na-ucrania-14976326.html?utm_source=push&utm_medium=mas&utm_term=14976326

Kiev saúda "posição lúcida" da Aliança Atlântica sobre a Rússia

A Ucrânia saudou esta quarta-feira a "posição lúcida" da NATO sobre a Rússia, designada de "ameaça direta" pela Aliança, e as suas "decisões essenciais" sobre o apoio a Kiev e o início do processo de adesão da Finlândia e Suécia.

"Hoje em Madrid a NATO provou que pode tomar decisões difíceis, mas essenciais", congratulou-se o chefe da diplomacia ucraniana, Dmytro Kuleba, na rede social Twitter.

Na mesma mensagem, Kuleba frisou a "posição lúcida" da organização sobre a Rússia e a sua "posição forte" sobre a Ucrânia, que "contribuirá para proteger a segurança e a estabilidade euro-atlânticas".

A reunião, que decorre entre hoje e quinta-feira no Parque das Exposições, em Madrid, junta 44 chefes de Estado e de Governo -- 30 deles membros da Aliança Atlântica, incluindo Portugal --, no maior número de delegações até agora registado numa cimeira da NATO, organização fundada em 1949.

(com Lusa)

29 de junho, - 14:32



Susete Henriques

Ucrânia na Aliança Atlântica? "A porta da NATO continua aberta", diz Stoltenberg

Questionado sobre uma possível adesão da Ucrânia à Aliança Atlântica, Jens Stoltenberg afirmou que "a porta da NATO continua aberta".

O secretário-geral da NATO disse ainda que a mensagem dos líderes da aliança ao discurso do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, foi "muito forte", referindo-se ao apoio militar manifestado por vários Estados-membros.

A Ucrânia está a lutar pela sua independência, mas também por valores que são fundamentais para a NATO, defendeu o secretário-geral da aliança.

29 de junho, - 14:18

Susete Henriques

"Decisão histórica" da NATO em convidar a Finlândia e a Suécia para se juntarem à Aliança Atlântica

"Hoje, os líderes da NATO tomaram a decisão histórica de convidar a Finlândia e a Suécia" para se tornarem membros da Aliança Atlântica, declarou Jens Stoltenberg, em conferência de imprensa, em Madrid.

Destacou o acordo alcançado entre a Turquia, Suécia e Finlândia que levou Ancara a levantar o veto sobre a adesão dos dois países nórdicos à NATO.

29 de junho, - 14:09

Susete Henriques

Aprovado novo conceito estratégico da NATO. Rússia "constitui a ameaça mais significativa e direta à nossa segurança"

"Aprovamos um novo conceito estratégico para a NATO [*] que está a ser publicado neste momento", anunciou o secretário-geral da Aliança Atlântica.

"Deixa bem claro que a Rússia constitui a ameaça mais significativa e direta à nossa segurança", diz Jens Stoltenberg sobre o documento aprovado pelos 30 Estados-membros da NATO.



[<<https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/290622-strategic-concept.pdf>>]

... /// ...

NATO



NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION

29 Jun. 2022

https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_197281.htm

NATO Heads of State and Government meeting in Madrid on Wednesday (29 June 2022) approved a new Strategic Concept for the Alliance, setting out the Alliance's priorities, core tasks and approaches for the next decade. The Concept describes the security environment facing the Alliance, reaffirms our values, and spells out NATO's key purpose of ensuring our collective defence. It further sets out NATO's three core tasks of **deterrence and defence; crisis prevention and management; and cooperative security.**



The document defines **Russia** as the "**most significant and direct threat**" to Allies' security, while **addressing China for the first time and the challenges that Beijing poses toward Allies' security, interests and values.** The documents also states that climate change is "a defining challenge of our time". The Strategic Concept is updated roughly every decade and is NATO's second most important document. It reaffirms the values of the Alliance, provides a collective assessment of security challenges and guides the Alliance's political and military activities. The previous version was adopted at the NATO Lisbon Summit in 2010.

[View the NATO 2022 Strategic Concept](#)

... /// ...

NATO



NATO 2022 STRATEGIC CONCEPT

MADRID, 29 JUN, 2022

Preface

We, the Heads of State and Government of the NATO Allies, have come together in Madrid at a critical time for our security and for international peace and stability.

Today, we endorse a new Strategic Concept to ensure our Alliance remains fit and resourced for the future.

For more than seventy years, NATO has ensured the freedom and security of Allies. Our success is the result of the service and sacrifice of the women and men of our armed services. We owe them and their families a great debt of gratitude.

We remain steadfast in our resolve to protect our one billion citizens, defend our territory and safeguard our freedom and democracy. We will reinforce our unity, cohesion and solidarity, building on the enduring transatlantic bond between our nations and the strength of our shared democratic values. We reiterate our steadfast commitment to the North Atlantic Treaty and to defending each other from all threats, no matter where they stem from.

We will continue to work towards just, inclusive and lasting peace and remain a bulwark of the rules-based international order. We will retain a global perspective and work closely with our partners, other countries and international organisations, such as the European Union and the United Nations, to contribute to international peace and security.

Our world is contested and unpredictable. **The Russian Federation's war of aggression against Ukraine has shattered peace and gravely altered our security environment.** Its brutal and unlawful invasion, repeated violations of international humanitarian law and heinous attacks and atrocities have caused unspeakable suffering and destruction. A strong, independent Ukraine is vital for the stability of the Euro-Atlantic area. **Moscow's behaviour reflects a pattern of Russian aggressive actions against its neighbours and the wider transatlantic community.** We also face the persistent threat of terrorism, in all its forms and manifestations. Pervasive instability, **rising strategic competition** and advancing authoritarianism challenge the Alliance's interests and values.

Our new Strategic Concept reaffirms that NATO's **key purpose** is to ensure our collective defence, based on a 360-degree approach. **It defines the Alliance's three core tasks: deterrence and defence; crisis prevention and management; and cooperative security.** We underscore the need to significantly strengthen our deterrence and defence as the backbone of our **Article 5 commitment** to defend each other.

The fundamental purpose of NATO's nuclear capability is to preserve peace, prevent coercion and deter aggression. As long as nuclear weapons exist, NATO will remain a nuclear alliance. **NATO's goal is a safer world for all;** we seek to create the security environment for a world without nuclear weapons.

The Strategic Concept emphasises that ensuring our national and collective resilience is critical to all our core tasks and underpins our efforts to safeguard our nations, societies and shared values. It also emphasises the cross-cutting importance of investing in technological innovation and integrating climate change, human security and the Women, Peace, and Security agenda across all our core tasks.

Our vision is clear: we want to live in a world where sovereignty, territorial integrity, human rights and international law are respected and where each country can choose its own path, free from aggression, coercion or subversion. We work with all who share these goals. We stand together, as Allies, to defend our freedom and contribute to a more peaceful world.

... /// ...

Parlamento aprova [audição] da ministra da Defesa sobre Programação Militar

Votos foram favoráveis de todos os partidos na reunião



Lusa

29 de junho, 2022 - 14:38

https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/20220629-1438-parlamento-aprova-requerimento-do-psd-para-ouvir-ministra-da-defesa-sobre-programacao-militar?ref=Sociedade_DestaquesPrincipais

A comissão parlamentar de Defesa aprovou esta quarta-feira, por unanimidade, um requerimento apresentado pelo PSD para ouvir a ministra da tutela, Helena Carreiras, no parlamento sobre a execução da Lei de Programação Militar (LPM).

O requerimento foi aprovado com votos favoráveis de todos os partidos na reunião (PS, PSD, IL e Chega), sendo que não estavam presentes deputados do BE e PCP.

Carlos Eduardo Reis, do PSD, na apresentação do requerimento, referiu que "o Ministério da Defesa comunicou o início formal, em 9 de maio, do processo regular de revisão [da LPM]" mas ressaltou que isso "não invalida" a presença da ministra no parlamento sobre o tema.

"O nosso objetivo com isto é perceber de facto que implicações é que isto tem nos prazos que já estavam previstos. Nós temos chamado à atenção para a necessidade de nos anos seguintes à baixa execução [da LPM] termos uma execução para lá dos 100% e como sabemos que isso dificilmente vai acontecer entendemos que agora é o momento de poder avançar com essa análise", sustentou.

Pelo PS, o deputado Diogo Leão considerou o pedido "perfeitamente natural", sustentando que "o acompanhamento da LPM está dentro das competências" da comissão parlamentar e que nunca mereceria a oposição dos socialistas.

"Olhamos para este requerimento e para os fundamentos do mesmo - acompanhar o processo de execução da LPM - como um procedimento absolutamente normal da comissão de Defesa e da Assembleia da República", afirmou.

Pela Iniciativa Liberal, a deputada Patrícia Gilvaz disse acompanhar os motivos que levaram o PSD a apresentar o requerimento em debate, algo também defendido pelo deputado do Chega Pedro Pessanha.

"Achamos pertinente até porque o Chega tem vindo a alertar para certas preocupações e problemas que entendemos que existem neste momento no âmbito da Defesa e, por isso, votaremos favoravelmente", disse.

PSD vai propor revisão da tabela remuneratória das Forças Armadas

O requerimento do PSD foi entregue na semana passada. No documento, os sociais-democratas lembraram que "foi apreciado, em sede de Comissão de Defesa Nacional, no dia 26 de abril, o Relatório de Execução da Lei de Programação Militar reportado ao ano de 2021", que refere que a taxa de execução da LPM se situou nos 54%, "o que representa uma descida em relação ao ano de 2020, em que a taxa de execução foi de 75%".

"Aos atrasos que se verificam em vários dos projetos da LPM junte-se o recente chumbo do Tribunal de Contas ao contrato de aquisição de seis novos Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), que vem comprometer o prazo para a entrega do primeiro destes navios, previsto ocorrer em 2023", salientaram.

A Lei de Programação Militar (LPM) é o instrumento legal de planeamento dos gastos em armamento e equipamento militar visando a modernização e sustentação do sistema de forças.

... /// ...

PÚBLICO

Rita Siza: Líderes da NATO afinam mensagem contra a Rússia, [...]

[...] a maior ameaça à paz no mundo.

Depois de ouvirem mais um apelo do Presidente Zelensky, os líderes da NATO garantiram que a Ucrânia pode contar com o seu apoio pelo tempo que for preciso. Declaração de Madrid identifica Rússia como “a ameaça mais directa e significativa à segurança dos aliados”.



Foto Presidente Erdogan, Joe Biden, Jens Stoltenberg e Boris Johnson, esta quarta-feira, em Madrid
Reuters

Rita Siza,

Madrid,

29 de junho, 2022 – 19:19

<https://www.publico.pt/2022/06/29/mundo/noticia/lideres-nato-afinam-mensagem-russia-maior-ameaca-paz-mundo-2011877>

Os 30 chefes de Estado e governo da NATO responderam com a aprovação de um novo pacote “abrangente” de assistência à Ucrânia ao pedido de mais apoio — militar, financeiro e político — deixado pelo Presidente Volodymyr Zelensky, esta quarta-feira, numa nova intervenção por videoconferência em directo de Kiev para a sala do Conselho do Atlântico Norte, em Madrid.

“A Ucrânia precisa dos mísseis e dos sistemas modernos de defesa aérea da NATO para poder quebrar completamente as táticas da Rússia, que continua a destruir as nossas cidades e aterrorizar a população civil ucraniana”, afirmou Zelensky, que desde 24 de Fevereiro já contou mais de 2800 ataques com mísseis no seu país.

A tática da Rússia é simples, explicou o Presidente ucraniano: destruir tudo, “prédios de apartamentos, centros comerciais, escolas, hospitais...”, enumerou. E para quê? “Para que o maior número possível de pessoas abandonem as suas cidades e não sobre lá mais nada a não ser ruínas”, disse Zelensky, avisando que Moscovo não vai parar no Donbass nem quando dominar todo o Sul da Ucrânia.

"A Rússia quer absorver cidade atrás de cidade, primeiro no meu país e depois nos outros países da Europa que o regime considera que são sua propriedade e não Estados independentes. Não vale a pena perguntar quem podem ser os próximos: a Moldova, os Bálticos, a Polónia... A resposta é: todos", prosseguiu.

O Presidente ucraniano saudou a decisão da NATO, que no novo Conceito Estratégico aprovado esta quarta-feira, classificou a [Rússia como a ameaça mais "directa" e "significativa"](#) à estabilidade e segurança da comunidade euro-atlântica. Mas pediu aos aliados para serem consequentes com essa decisão, ajudando o seu país a "pôr fim a esta guerra" com uma vitória decisiva no campo de batalha.



O Presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, chega à abertura oficial da cimeira da NATO em Madrid já depois de ter levantado as suas restrições à entrada da Suécia e Finlândia na Aliança

EPA/Brais Lorenzo



Com a guerra na Ucrânia em pano de fundo à cimeira, Joe Biden anunciou um reforço do contingente militar americano na Europa

Kenny Holston/Pool via REUTERS



António Costa cumprimenta o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, perante o sorriso aberto do anfitrião da cimeira, o chefe do Governo espanhol Pedro Sánchez
EPA/JuanJo Martin



Pedro Sánchez esteve no palanque a receber um por um a trintena de chefes de Estado e de Governo que participam na cimeira da NATO

EPA/JuanJo Martin



Volodymyr Zelensky (no ecrã, ao fundo) discursou por videoconferência e disse que a Rússia quer "ditar a futura ordem mundial"

EPA/Juan Carlos Hidalgo



Emmanuel Macron, que aqui beija Pedro Sánchez, tem sido criticado por sugerir que a Ucrânia tem de negociar uma paz com a Rússia



Macron e Erdogan dão as mãos antes do início da reunião

EPA/Juanjo Martiun



Segundo Boris Johnson, a guerra na Ucrânia resulta da "masculinidade tóxica" de Vladimir Putin. O primeiro-ministro britânico acredita que "se Putin fosse mulher, não teria invadido a Ucrânia"

EPA/Brais Lorenzo



Na cimeira de Madrid, que decorre até quinta-feira, a NATO definiu a Rússia como a "ameaça mais significativa e directa"

Susan Walsh/Pool via REUTERS



O novo Presidente sul-coreano, Yoon Suk-yeol, que defende uma abordagem mais dura perante a Coreia do Norte, também participa na cimeira de Madrid

REUTERS/Nacho Doce



A primeira-ministra sueca Magdalena Andersson pôs um termo oficial à política de neutralidade militar e, em conjunto com a Finlândia, propôs uma adesão à NATO que a aliança aceitou

REUTERS/Nacho Doce

Reunidos em Madrid, os Estados-membros da Aliança Atlântica declararam a Rússia como a "ameaça mais significativa e directa" aos seus territórios e interesses e aceitaram a inclusão de dois novos países: Suécia e Finlândia.

"Se a Rússia é realmente a vossa maior ameaça, então têm de apoiar verdadeiramente o seu principal alvo, que é a Ucrânia", pediu, repetindo que as necessidades do seu país são "absolutas": armas, dinheiro e [sanções](#), que possam travar a capacidade de Moscovo para financiar a sua guerra contra a Ucrânia.

A resposta ao apelo de Volodymyr Zelensky surgiu no final da sessão da manhã, na qual os líderes da NATO aprovaram a declaração da cimeira de Madrid, onde mais uma vez condenam "veementemente" a guerra de agressão da Rússia, reafirmam a sua "total solidariedade com o Governo e a população ucraniana e reiteram o seu "apoio incondicional à independência, soberania e integridade territorial" da Ucrânia.

"A nossa mensagem foi clara: a Ucrânia pode contar connosco pelo tempo que for preciso", revelou [o secretário-geral, Jens Stoltenberg](#), numa conferência de imprensa em que apresentou o conjunto de "decisões para transformar e fortalecer a NATO" que foram tomadas pelos aliados — incluindo o novo "pacote de assistência abrangente" para a Ucrânia, que contempla "comunicações, combustível, materiais médicos, coletes de protecção e equipamentos anti-minas e ataques químicos e biológicos, e ainda centenas de sistemas portáteis anti-drone".

"A longo prazo, apoiaremos a Ucrânia a fazer a transição do material da era soviética para o equipamento moderno da NATO, o que permitirá aumentar a interoperabilidade e reforçar ainda mais as suas instituições de defesa e segurança", acrescentou.

Desta vez, o secretário-geral da NATO não quis falar da possibilidade de [o conflito se arrastar durante anos](#), apenas notou que "as guerras são imprevisíveis e temos de estar preparados para que sejam prolongadas".

Stoltenberg lembrou que a [invasão da Ucrânia](#) pela Rússia criou uma "nova realidade de segurança" na Europa e obrigou os aliados a fortalecer a sua capacidade de defesa e a actualizar os seus planos militares, que pela primeira vez na história da NATO, passam por ter forças pré-atribuídas para defender aliados específicos.

"Vão trabalhar com as forças de defesa local, familiarizar-se com o terreno, as instalações e as capacidades pré-posicionadas", explicou, dando o exemplo da Alemanha, que vai designar uma brigada específica para treinar e trabalhar em conjunto com o seu grupo de combate destacado na Lituânia.

Convite formal à Suécia e Finlândia

Um terreno que, em breve, será mais vasto. Depois da agressão da Rússia, os aliados já tinham decidido intensificar a sua presença no Báltico; esta quarta-feira, os líderes da NATO formalizaram o [convite para a Suécia e a Finlândia aderirem à aliança](#), depois de na véspera a Turquia ter deixado cair a sua objecção política à entrada dos dois países escandinavos. “Já é o processo de adesão mais rápido de sempre”, observou Stoltenberg, que não espera mais nenhum obstáculo no processo de ratificação pelos 30 parlamentos nacionais. “O Presidente Putin não conseguiu fechar a porta da NATO”, congratulou-se.

Com a adesão da Suécia e da [Finlândia](#), a NATO vai ter uma presença mais avançada para projectar o seu aparato de dissuasão até a fronteira da Rússia, destacou o secretário-geral da NATO, que na véspera da cimeira de Madrid terá apanhado vários aliados de surpresa com a sua proposta para um aumento de oito vezes do número de [efectivos das forças de reacção rápida](#), dos actuais 40 mil para 300 mil.

Não foi o caso do [Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden](#), que veio preparado para anunciar um reforço significativo da postura das forças norte-americanas na Europa, com a [instalação de um novo quartel-general permanente na Polónia](#), o envio de mais dois esquadrões de caças F-35 para o Reino Unido e o posicionamento de “mais defesas aéreas e outras capacidades” na Alemanha e Itália.

“Vamos melhorar a nossa postura de força na Europa para melhor responder às mudanças no ambiente de segurança e aumentar ainda mais a nossa força colectiva”, afirmou o líder norte-americano, prometendo [“reforçar a interoperabilidade EUA-NATO em todo o flanco Leste”](#) da aliança, e também intensificar os destacamentos rotativos de tropas na região do Báltico, além da mobilização de uma brigada adicional para a Roménia.

Joe Biden confirmou ainda a intenção de manter o contingente militar norte-americano alocado à NATO em torno das 100 mil tropas — o número cresceu no rescaldo da invasão da Ucrânia pela Rússia, com os EUA a destacarem mais 20 mil homens para o território europeu nos últimos quatro meses.

À entrada para a reunião, e com uma mensagem afinada sobre o compromisso em aumentar a assistência militar à Ucrânia, os chefes de Estado e governo foram dando conta do seu apoio à proposta apresentada por Jens Stoltenberg, mas ao contrário de Joe Biden, preferiram não entrar em detalhes nem fazer anúncios concretos sobre os meios que poderão disponibilizar para atingir esse objectivo — ou quando.

Fontes do Governo da Alemanha falaram num contributo adicional de 15 mil militares, mas apenas em 2025.

Um porta-voz do [primeiro-ministro britânico, Boris Johnson](#), disse aos jornalistas que Downing Street apoiava a “ambição” da NATO de reforçar a sua postura de dissuasão e defesa em 2023, mas não tinha a intenção de anunciar “qualquer aumento do número de tropas em prontidão” durante a cimeira de Madrid — o Reino Unido duplicou o seu contingente na Estónia, que é agora de 2000 militares, depois da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Portugal contribuirá de forma adequada

O primeiro-ministro, António Costa, disse que Portugal não deixará de contribuir para o reforço de efectivos proposto pelo secretário-geral da NATO, participando nesse esforço “de forma adequada às suas circunstâncias”. “Aguardamos que o comando da NATO faça uma precisão da distribuição das capacidades que são necessárias e da nossa contribuição. Este ano temos [incrementado bastante a nossa participação](#) em forças nacionais destacadas, designadamente no âmbito da NATO, com uma forte presença na Roménia”, lembrou.

António Costa também preferiu não concretizar uma data concreta para o país atingir a meta de investimento de 2% do Produto Interno Bruto na defesa que os aliados fixaram numa cimeira no País de Gales, em 2014. De acordo com Jens Stoltenberg, as contribuições financeiras dos membros da NATO já aumentaram mais de 350 mil milhões de dólares desde a definição desse objectivo.

O primeiro-ministro garantiu que o país não deixará de “convergir” até ao fim da década para cumprir o compromisso, mas não foi peremptório que em 2030 a [despesa militar será 2% do PIB](#). Segundo as estimativas da NATO, em 2022 Portugal vai gastar 1,44% do PIB na defesa, um valor ligeiramente inferior ao do ano passado. António Costa confirmou que Portugal antecipou para o próximo ano o objectivo que “tinha assumido por escrito para 2024”, e que era de investir 1,66% do PIB.

O Governo chegou a estimar um aumento da despesa até 1,98% do PIB em 2024, contando com a mobilização de verbas de um novo programa dedicado à defesa que foi pensado para o actual quadro financeiro plurianual da União Europeia, mas acabou por não se materializar.

António Costa referiu-se a “novas discussões no quadro da UE para novos recursos comunitários a alocar à defesa”, que se forem concretizados poderão alterar a programação do Governo para cumprir a meta de 2030. Até lá, prudência é a palavra de ordem. “Temos de ter um objectivo realista, tendo em conta a enorme incerteza económica que existe e o nosso firme compromisso de redução da dívida pública”, considerou o primeiro-ministro.

Além de Portugal, outros quatro aliados prevêem atingir a meta dos 2% — cada vez mais vista como um mínimo e não um máximo, segundo Stoltenberg — apenas em 2030. Actualmente, nove Estados-membros já investem mais de 2% do seu PIB na defesa, e a grande maioria (19 países) promete fazê-lo já em 2024.

S. Salvador: EUA reforçam presença militar na Europa [...]

[...] após NATO declarar a Rússia como a "maior ameaça"

Washington prevê manter a longo prazo cem mil militares no continente europeu, incluindo uma nova presença permanente na Polónia.

Suécia e Finlândia foram oficialmente convidadas a entrar na Aliança após acordo com a Turquia.



A foto de família dos líderes da NATO junto d"As Meninas, de Velázquez, no museu do Prado, antes do jantar oficial.

© EPA/BALLESTEROS / POOL

Susana Salvador

29 de junho, 2022 — 23:08

<https://www.dn.pt/internacional/eua-reforcam-presenca-militar-na-europa-apos-nato-declarar-a-russia-como-a-maior-ameaca-14979164.html>

A decisão da NATO de designar a Rússia como a "maior e mais direta ameaça" à paz e segurança dos países da Aliança Atlântica foi aplaudida em Kiev. "Em Madrid, a NATO provou que pode tomar decisões difíceis, mas essenciais", disse o chefe da diplomacia ucraniano, Dmytro Kuleba, congratulando-se com a "posição lúcida" dos aliados em relação à Rússia. Numa intervenção por vídeo, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, pediu mais apoio financeiro e armas modernas. Já o líder norte-americano, Joe Biden, anunciou o reforço da presença militar dos EUA na Europa. Mas a NATO não se esqueceu da China.

"A Ucrânia pode contar connosco o tempo que for necessário", disse o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg. **"Os aliados vão continuar a dar ajuda militar e financeira e os líderes acordaram fortalecer o nosso apoio mediante um pacote de ajuda integral à Ucrânia que inclui comunicações de segurança, combustível, material médico, equipamento para lidar com minas e drones"**, acrescentou.

Os EUA anunciaram por seu lado o reforço da presença militar no continente europeu a longo prazo, incluindo uma presença permanente na Polónia, o envio de mais dois esquadrões de caças F-35 para o Reino Unido e reforço da capacidade na Alemanha e Itália. **Washington vai manter uma presença de cem mil militares na Europa, um aumento de 20 mil em relação ao que existia antes da invasão da Ucrânia - mas longe dos 300 mil destacados durante a Guerra Fria.** Já o Reino Unido comprometeu-se com mais mil tropas para reforçar a fronteira oriental da NATO, mais especificamente a Estónia, como parte do reforço da força de resposta rápida da Aliança Atlântica, cujo objetivo é subir dos atuais 40 mil até aos 300 mil efetivos.

A Rússia criticou o reforço militar norte-americano, avisando a NATO que **a mudança no equilíbrio de poder "vai levar a medidas compensatórias da nossa parte"**. O vice-chefe da diplomacia russo, Sergei Ryabkov, disse que existe "a ilusão de que conseguirão intimidar a Rússia, contê-la de alguma forma. Eles não vão ter sucesso".

Quem também se mostrou crítica foi a China, que pela primeira vez aparece referida no conceito estratégico da NATO. Os chineses são acusados de "tentar subverter a ordem internacional", lendo-se no texto que **"as ambições declaradas da China e as suas políticas coercivas desafiam os nossos interesses, segurança e valores"**. Pequim acusou a NATO de ter uma "mentalidade de Guerra Fria", com o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Zhao Lijian, a dizer que a Aliança Atlântica devia desistir "da prática de criar inimigos".

Porta aberta ao alargamento

Suécia e Finlândia foram esta quarta-feira oficialmente convidadas a integrar a NATO, após a Turquia ter levantado as suas objeções. A posição de Ancara foi tomada após estes dois países se comprometerem a auxiliar na luta contra os militantes curdos, que consideram terroristas, e proceder à rápida extradição dos suspeitos no seu território. Um compromisso que a Turquia vai pôr de imediato à prova, pedindo a extradição de 33 destes indivíduos.

A chefe da diplomacia sueca, Ann Linde, rejeita a ideia de que Estocolmo cedeu a Ancara, indicando que só serão autorizadas as extradições com provas de atividade terrorista.

"Não há razão para os curdos pensarem que os seus direitos humanos ou direitos democráticos estão em risco", acrescentou.

A tradicional neutralidade de Suécia e Finlândia caiu por terra depois da invasão russa da Ucrânia. "Consideramos a expansão da aliança do Atlântico Norte como um fator puramente desestabilizador nos assuntos internacionais", disse Ryabkov, dizendo que a cimeira de Madrid consolida a política de bloco de "contenção agressiva" da Rússia.

O próximo passo no alargamento é a ratificação pelos parlamentos dos 30 Estados membros, num processo que deverá demorar um ano, sendo que só depois Suécia e Finlândia estarão sob a proteção do artigo 5 da NATO (a cláusula de defesa coletiva). **Até lá, os aliados devem reforçar a sua presença na região, com mais exercícios militares e patrulhas navais no Mar Báltico como forma de dissuasão.**

susana.f.salvador@dn.pt

... /// ...

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

A segurança europeia após a Cimeira da NATO em Madrid



Javier Solana [*]

30 de junho, 2022 — 00:21

<https://www.dn.pt/opiniao/a-seguranca-europeia-apos-a-cimeira-da-nato-em-madrid-14978576.html>

No final de junho, 25 anos depois de Madrid ter sido a última sede da Cimeira da NATO, a capital espanhola volta a ser palco de um novo capítulo da segurança europeia. E a Europa, na sua maioria, terá de ser a protagonista. Em última análise, o próximo encontro da Aliança deve ajudar-nos, europeus, a intensificar e assumir as nossas responsabilidades no que diz respeito à segurança do nosso continente. Essa é a melhor e mais necessária contribuição que a Europa pode dar para o futuro da NATO.

O contexto geopolítico de hoje é muito diferente daquele de há um quarto de século. Na sua *Cimeira de Madrid de 1997*, a NATO convidou três antigos países do Pacto de Varsóvia - a República Checa, a Hungria e a Polónia - a aderirem. Além disso, após a assinatura naquele ano do **Ato Fundador NATO-Rússia** e o subsequente estabelecimento do Conselho NATO-Rússia, a Europa estava a olhar para um futuro de reaproximação sem precedentes com o Kremlin. Agora, é claro, resta pouco desse otimismo.

A NATO tem-se mostrado indispensável para a segurança da Europa e a melhor garantia da sua segurança nacional para um número crescente de países. Uma das consequências mais importantes da guerra na Ucrânia foi a candidatura da Finlândia e da Suécia à adesão à NATO - dois países com todas as credenciais para contribuírem positivamente para a Aliança. Na sequência da recente decisão dos cidadãos dinamarqueses de aderirem à política de defesa da União Europeia, as instituições que constituem a base da segurança europeia estão a tornar-se cada vez mais alinhadas.

Durante décadas, uma **falsa dicotomia entre europeístas e atlantistas** alimentou um debate estéril e improdutivo sobre a segurança na Europa.

Hoje, poucos duvidam de que os europeus devem contribuir mais para a Aliança e para a segurança europeia, e que devem desenvolver a capacidade de liderar em futuras crises de segurança. **A questão, portanto, é como a Europa pode contribuir melhor para a missão da NATO.**

Uma Europa forte é indispensável para revitalizar o **vínculo de segurança transatlântico**. Numa das minhas primeiras reuniões como alto-representante da UE para Assuntos Externos e Política de Segurança, um ex-chefe britânico do Estado-Maior da Defesa, descreveu com pertinência a direção que esse relacionamento deveria tomar. "Uma Europa que permanece aliada dos Estados Unidos simplesmente por causa da sua própria fraqueza é de valor limitado", disse.

Reforçar a relação transatlântica implica reconhecer que a sua componente europeia mudou. Os acontecimentos dos últimos meses mostraram que a UE pode responder às ameaças à segurança de forma coordenada e robusta. Extensas sanções contra a Rússia, financiamento conjunto de fornecimento de armas para a Ucrânia e a mera ideia de reduzir drasticamente a dependência da Europa da energia russa teriam sido impensáveis há apenas alguns anos.

A resposta europeia à invasão da Ucrânia pela Rússia, após as medidas que o continente adotou para mitigar as consequências económicas da covid-19, confirmou que a Europa se torna mais forte em tempos de adversidade. É verdade que a agressão do presidente russo, Vladimir Putin, facilitou a união da Europa. Mas a ambição dos seus líderes é digna de nota, dados alguns dos custos económicos das medidas para a Europa.

A base para o avanço da integração de defesa europeia já existe. Os progressos nos últimos 20 anos na Política Comum de Segurança e Defesa, a experiência das missões civis e militares da UE, o trabalho da Agência Europeia de Defesa e a adoção da Bússola Estratégica colocam a Europa numa posição favorável para enfrentar o desafio.

A disponibilidade dos povos nacionais e das instituições da UE para financiarem projetos conjuntos para reforçar o Setor da Defesa Europeu é um primeiro passo essencial. **A recente mudança de política do governo alemão - quase duplicando os gastos com a defesa em 2022, para 100 mil milhões de euros - representa uma oportunidade histórica para financiar projetos com outros parceiros europeus.**

E a Alemanha não está sozinha. A guerra na Ucrânia levou os estados-membros da UE a anunciarem aumentos sem precedentes nos gastos com a defesa, totalizando 200 mil milhões de euros nos próximos quatro anos. Esses **compromissos contrastam com a lentidão anterior da Europa neste domínio.**

Nos últimos 20 anos, o aumento percentual nos gastos combinados de defesa dos estados-membros da UE foi três vezes menor que o dos EUA, 15 vezes menor que o da Rússia e 30 vezes menor do que o da China.

Felizmente, a quantidade de gastos militares é menos importante do que a forma como são usados. Devemos gastar melhor, juntos e como europeus. As despesas conjuntas de defesa são mais eficientes do que os esforços nacionais e ajudam a reforçar a base industrial e tecnológica da Europa.

O recente compromisso da Comissão Europeia de alocar 500 milhões de euros para compras conjuntas de defesa sugere que a Europa está a ir na direção certa.

Atualmente, a Europa depende de gastos fora das suas fronteiras para 60% das suas capacidades militares. Mais e melhores despesas de defesa devem evitar aumentar a dependência da Europa das indústrias de armas de outros países, pois isso prejudicaria os esforços para alcançar uma maior autonomia estratégica europeia. Mas, embora devamos encorajar o investimento numa indústria de defesa inteiramente europeia, a proposta União Europeia da Defesa da Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, não deve criar novas dependências internas que beneficiem algumas indústrias nacionais na Europa.

O desenvolvimento da Política de Defesa Comum da UE não implica a divisão de responsabilidades no que diz respeito à segurança europeia, nem pretende substituir a função vital que a NATO desempenha. As responsabilidades das organizações que constituem a base do vínculo de segurança transatlântico permanecerão as mesmas. O que importa é assumir essas responsabilidades com todas as nossas capacidades existentes.

O comentador americano Walter Lippmann disse que as alianças são como as correntes: não podem ser fortes com elos fracos.

Com a *Cimeira de Madrid de 2022* da NATO a decorrer, esta é a melhor forma de descrever o desafio político que se coloca à relação transatlântica. Só a vontade política dos europeus e dos seus dirigentes poderá reforçar a segurança do nosso continente.

[*]

Ex-alto-representante da UE para as Relações Exteriores e Política de Segurança, secretário-geral da NATO e ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha, é presidente do EsadeGeo - Centro de Economia Global e Geopolítica e membro distinto da Brookings Institution.

© Project Syndicate, 2022.

... /// ...

JORNAL DE NEGÓCIOS

S. Monteiro e Silva Pinto: “10 pontos-chave da nova estratégia da NATO”

Num momento de encruzilhada global, a nova estratégia da NATO resistiu à tentação de se focar apenas na ameaça de Leste, sem, contudo, deixar de refletir o choque estratégico da invasão da Ucrânia pela Rússia.



Nuno Sardinha Monteiro - Oficial de Marinha. Professor de Estratégia na Escola Naval. | Sérgio da Silva Pinto

30 de junho, 2022 - 09:40

<https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/detalhe/10-pontos-chave-da-nova-estrategia-da-nato>

Os 30 membros da NATO aprovaram ontem, na Cimeira de Madrid, o novo Conceito Estratégico que traça o rumo da Aliança Atlântica para a próxima década. Para além de reafirmar os valores e os princípios daquela que é considerada a mais bem-sucedida aliança defensiva da História, este documento apresenta uma avaliação coletiva dos desafios de segurança e aponta caminhos para os enfrentar.

Num momento de encruzilhada global, a nova estratégia da NATO – que começou a ser formulada em junho de 2021, quando o Presidente Biden realizou a sua primeira visita à Europa – resistiu à tentação de se focar apenas na ameaça de Leste, sem, contudo, deixar de refletir o choque estratégico da invasão da Ucrânia pela Rússia. **Eis, então, o que há a reter das 12 páginas desta estratégia:**

- 1. Rússia como principal ameaça**, clarificando que já não pode ser considerada parceira da NATO e salientando o seu objetivo de desestabilizar países nos flancos leste e sul e de perturbar a liberdade de navegação no Atlântico Norte, no Ártico e nos mares Báltico, Negro e Mediterrâneo.
- 2. Terrorismo como ameaça assimétrica mais direta**, evidenciando a sua expansão em rede e capacidade tecnológica para atacar ou inspirar ataques que afetam a segurança dos cidadãos, a paz e a prosperidade internacional.
- 3. China como desafio sistémico**, manifestando preocupação relativamente ao uso de instrumentos militares, políticos e económicos para aumentar a sua presença global e projetar poder e influência, num quadro de opacidade quanto às suas intenções estratégicas.
- 4. Alterações climáticas como multiplicador de crises e ameaças**, obrigando ao empenhamento mais frequente das Forças Armadas em resposta a catástrofes naturais e levando a NATO a posicionar-se como organização internacional líder na gestão das implicações securitárias deste desafio global.
- 5. Abordagem de 360°**, defendendo uma atenção às ameaças provenientes de todas as direções geográficas, por mar, terra, ar, ciberespaço e espaço, sejam elas colocadas por atores estatais ou não estatais e por tecnologias atuais ou emergentes e disruptivas, contrariando a ideia de uma ameaça única a leste.
- 6. Equilíbrio entre as três funções essenciais da NATO**, agora designadas por **dissuasão e defesa** (no território aliado), **prevenção e gestão de crises** (em áreas instáveis) e **segurança cooperativa** (com parceiros), **todas contribuindo para a defesa coletiva**, a responsabilidade máxima da Aliança.
- 7. Valorização da segurança marítima**, realçando a necessidade de fortalecer a postura de dissuasão e defesa neste domínio, a fim de garantir a liberdade de navegação e a proteção das principais rotas comerciais e linhas de comunicação (incluindo cabos submarinos).

8. Reforço da parceria estratégica NATO-UE, em áreas como resiliência nacional e combate a ameaças híbridas, reconhecendo o mérito de uma Europa de defesa mais forte e capaz de contribuir para a segurança global, complementarmente à NATO.

9. Reafirmação da “política de porta aberta”, extensível a todas as democracias europeias que partilhem os valores aliados e cuja entrada para a NATO contribua para a segurança comum, enfatizando que eventuais processos de adesão não serão influenciados por países terceiros.

10. Maior investimento na defesa, reiterando o compromisso de todos os aliados aumentarem o seu orçamento da defesa para **2% do PIB**.

São estes os principais elementos da estratégia que orientará a transformação evolutiva da NATO e que constitui uma verdadeira declaração pública de coesão, dissuasão e capacidade de vencer os múltiplos desafios que atualmente ameaçam os valores da liberdade individual, direitos humanos, democracia e primado da lei.

Embora por vezes confundidas, as circunstâncias atuais são bem diferentes das vividas na Guerra Fria.

Curiosamente, no final desse período, Georgi Arbatov – ex-conselheiro soviético de Nikita Krutchov e Mikail Gorbachov – disse, numa viagem aos EUA, que “nós vamos fazer-vos uma coisa terrível, vamos privar-vos de um inimigo”.

Passadas três décadas, este novo conceito estratégico volta a apontar uma ameaça clara, mas também demonstra, inequivocamente, que há mais NATO para além da Rússia, confirmando a abordagem de 360°, introduzida por Portugal na Aliança Atlântica. v

Num momento de encruzilhada global, a nova estratégia da NATO resistiu à tentação de se focar apenas na ameaça de Leste, sem, contudo, deixar de refletir o choque estratégico da invasão da Ucrânia pela Rússia.

... /// ...

PÚBLICO

Biden diz que NATO vai ficar “mais forte do que nunca” e Putin “não vai conseguir o que quer”.

O Presidente norte-americano culpabilizou a Rússia pela subida dos preços do gás e do petróleo, bem como pela crise alimentar global.

Acredita que o Presidente russo perderá a guerra na Ucrânia.



Joe Biden fala em conferência de imprensa no Parque de Exposições de Madrid, no fim da cimeira da NATO

Reuters/YVES HERMAN

Guilherme Pinheiro,

30 de junho, 2022 – 16:42

<https://www.publico.pt/2022/06/30/mundo/noticia/biden-nato-vai-ficar-forte-putin-nao-vai-conseguir-quer-2012012>

O Presidente dos Estados Unidos defendeu, esta quinta-feira, que a NATO vai ficar “mais forte do que nunca” com a adesão da Finlândia e da Suécia e defendeu que Putin obteve o oposto do que pretendia ao invadir a Ucrânia. Joe Biden falava numa conferência de imprensa no Parque de Exposições de Madrid, no nordeste da capital espanhola, no fim da cimeira de chefes de Estado e de Governo da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

“[A Finlândia e a Suécia estão mais próximas do que nunca de aderirem](#) [à NATO]. **Estamos mais unidos do que nunca e, com a adesão da Suécia e da Finlândia, vamos ficar mais fortes do que nunca.** Têm Forças Armadas muito poderosas e vamos aumentar a fronteira da NATO em mais de 800 milhas [cerca de 1300 quilómetros] na fronteira entre a Finlândia e a Rússia”, afirmou Joe Biden.

Biden, que se deslocou à Europa para participar na cimeira da NATO e do G7, defendeu que, “em todos os passos” desta viagem, foram estabelecidos “marcos de união, de determinação e de forte capacidade das nações democráticas do mundo de fazer o que é necessário”.

Abordou ainda o modo como a aliança está a pensar dar resposta “às ameaças directas que a Rússia representa para a Europa” e os “[desafios sistémicos que a China representa](#)”, relembrando o passado histórico.

“A última vez que a NATO redigiu uma nova declaração de missão foi há 12 anos. Naquela época, caracterizava a Rússia como um parceiro, e nem sequer mencionava a China. O mundo e os tempos mudaram muito desde então. E a NATO está a mudar. Nesta cimeira, reunimos as nossas alianças para enfrentar tanto as ameaças directas que a Rússia representa para a Europa como os desafios que a China representa para uma ordem mundial baseada em regras”, disse.

“[O Presidente da Federação Russa, Vladimir] [Putin pensou que podia quebrar a aliança transatlântica](#). Tentou enfraquecer-nos, pensou que a nossa determinação se ia fracturar, mas está a receber exactamente o oposto do que queria. Antes de a guerra começar, avisei Putin que, se ele invadisse a Ucrânia, a NATO não só ficaria mais forte, mas também mais unida, e iríamos ver as democracias do mundo a oporem-se à sua agressão e a defender uma ordem internacional baseada em regras. Foi exactamente o que aconteceu”, concluiu.

Crise alimentar global e aumento dos preços do gás e do petróleo

Biden também sublinhou e deu os parabéns pelo trabalho da NATO, na forma como lidou com a insegurança alimentar que afecta diferentes partes do mundo, - por causa da invasão russa à Ucrânia - bem como com o aumento dos preços do gás e do petróleo.

“Encarregamos as nossas equipas mais bem preparadas para que estabelecessem um [limite relativo ao preço do petróleo russo](#), de forma a reduzir as receitas de Putin sem prejudicar tanto os americanos como os restantes aliados. Para além disto, comprometemo-nos a doar 4,5 mil milhões de dólares [cerca de quatro mil milhões de euros] para lidar com a insegurança alimentar e a crise imediata causada pela guerra na Ucrânia. E, por fim, propusemo-nos usar os fundos das taxas sobre os produtos russos para ajudar a economia ucraniana”, acrescentou o chefe de Estado norte-americano.

Biden sublinhou ainda que “a razão pela qual a crise alimentar existe é por causa da Rússia” que bloqueou os portos ucranianos do Mar Negro, impedindo a exportação de cereais de um dos principais exportadores do mundo.

Impacto da guerra e da “força da NATO” para a Rússia

Embora se comprometa a “apoiar a Ucrânia o tempo que for necessário”, o Presidente dos EUA, Joe Biden, disse que a guerra na Ucrânia já afectou a Rússia.

“Veja-se o impacto que a guerra na Ucrânia teve na Rússia. Em primeiro lugar, tiveram que deixar de pagar a sua [dívida nacional pela primeira vez em mais de 100 anos](#). Em segundo lugar, perderam 15 anos dos ganhos que tiveram em termos económicos.

Em terceiro lugar, estão numa situação vulnerável quanto ao meu poder de decisão sobre o que pode ser exportado para a Rússia, em termos de tecnologia”, esclareceu.

Para além disto, Biden acredita que a Rússia vai ter “problemas para manter a produção de petróleo”, na medida em que não possuem a tecnologia necessária. “E a situação é semelhante em relação aos seus sistemas de armamento e de alguns dos seus sistemas militares”, acrescentou.

“A Ucrânia já deu um duro golpe na Rússia na medida em que a fez perder a sua posição internacional”, disse o líder norte-americano. A seu ver, os russos tentaram tomar Kiev, “mas perderam”; tentaram tomar a região do Donbass, “mas perderam; logo, “Putin ainda não conseguiu fazer nada do que queria”, sintetizou.

“O ponto mais importante é o de que estamos a fornecer à Ucrânia a capacidade de poder continuar a resistir à agressão russa – ao lado da coragem esmagadora que demonstraram ter. **Apesar de ainda não saber como se vai dar o desfecho final deste conflito, sei que não terminará com uma derrota russa da Ucrânia na Ucrânia**”, concluiu Biden.

No final, Biden considerou a cimeira de Madrid como “histórica” porque “esclareceu a forma como vamos fortalecer a nossa aliança, como vamos enfrentar os desafios do nosso mundo, como se encontra actualmente e quais as ameaças que vamos enfrentar no futuro”.

... /// ...

Vítor Matos: “NATO prepara-se para o impensável”

O inimigo voltou para dar sentido à Aliança Atlântica: a NATO uniu-se para dissuadir a Rússia, apoiar a Ucrânia e avisar a China... e mostrar que tem força para demover Putin da inimaginável tentação de atacar um país aliado



Os líderes de 30 países assinalaram um momento “histórico” com o alargamento a norte, e a Aliança voltou a ter um inimigo

FOTO STEFAN ROUSSEAU/REUTERS

VÍTOR MATOS

01 de julho, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2592-1/html/primeiro-caderno/em-destaque/nato-prepara-se-para-o-impensavel>

O mundo mudou mais nos últimos três meses do que nos últimos 10 anos, e a NATO mudou mais (de uma só vez) nesta Cimeira de Madrid do que ao longo das últimas duas décadas, para fazer face a um fator impensável, que continua a ser difícil de conceber: um ataque ou uma invasão por parte do regime de Vladimir Putin. Ressuscitada da “morte cerebral” assinalada há uns anos por Emmanuel Macron, a NATO, reunida na Cimeira de Madrid, aprovou o novo conceito estratégico da Aliança, em termos moldados pela realidade pós-24 de fevereiro, numa declaração que ultrapassa as tensões latentes dos tempos da Guerra Fria: “A área do euro-atlântico não está em paz.” A Rússia, que no conceito de Lisboa há 12 anos era um “parceiro estratégico”, regressa à condição de inimiga: “Não podemos descartar a possibilidade de um ataque contra a soberania territorial dos aliados”, pode ler-se no documento aprovado pelos Governos dos 30 Estados-membros.

A NATO prepara-se para a possibilidade de uma guerra, enquanto há uma guerra em curso nas suas fronteiras. A reunião de Madrid cumpriu todos os objetivos, mesmo os que pareciam mais difíceis: a Turquia levantou o veto à entrada da Suécia e da Finlândia; os países nórdicos foram convidados a entrar, uma decisão "histórica", diria Jens Stoltenberg, o secretário-geral da organização; foi declarado e repetido um apoio "inabalável" à Ucrânia; o novo conceito estratégico passou a cobrir o desafio que a China apresenta para os "interesses, segurança e valores" do Ocidente; há um novo modelo de forças no terreno; as tropas em estado de prontidão vão multiplicar-se por oito; **os Estados Unidos preparam-se para reforçar significativamente a presença militar na Europa; os países do Pacífico mais preocupados com a China – Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul – estiveram presentes.** "Putin não teve sucesso em fechar as portas da NATO", disse o secretário-geral da organização. Abriu-as, para criar mais 1300 quilómetros de fronteira com a Aliança, na Finlândia.

Com a passagem das tropas em prontidão de 40 mil para uma Força de Reação Rápida de **300 mil efetivos** (que podem ser mobilizados de cinco a 30 dias) e com o posicionamento de armamento pesado no flanco leste, a NATO regressa a um estado de preparação para uma guerra quente que só teve paralelo na Guerra Fria. **A Rússia é classificada como "a mais significativa e direta ameaça à segurança dos aliados e à paz e estabilidade na área do euro-atlântico". E o número de tropas prontas a avançar não é um acaso.** Se a Rússia reuniu mais de 200 mil homens para invadir a Ucrânia, a Aliança Atlântica quer mostrar uma capacidade superior. "Este número não aparece caído do céu. **Está relacionado com a capacidade russa de mobilizar para dentro do território da Ucrânia**", explica ao Expresso o major-general Arnaut Moreira, especialista em estratégia na reserva. "Se a NATO mobiliza 300 mil, são 100 mil a mais", acrescenta Bruno Cardoso Reis, investigador do ISCTE na área da estratégia e assuntos militares. "Há claramente uma mudança de atitude, que era de uma presença mínima nos países de Leste iniciada depois de 2014", com a invasão da Crimeia.

Aliança multiplica por oito as forças em prontidão e mais do que triplica as tropas na frente leste

Essa afirmação militar "mínima" e permanente, através da chamada "presença avançada", vai passar para um novo patamar em países como os três bálticos (onde Portugal tem 146 fuzileiros na Lituânia), na Polónia ou na Roménia (onde há mais 220 atiradores portugueses):

a NATO vai fazer um upgrade destas unidades de batalhão para brigada, o que significa triplicar o número de tropas no terreno, enquanto as forças de alta prontidão ficam na retaguarda, nos seus países, à espera de serem chamadas.

“Mais do que dissuasão mínima pela presença, agora procura-se fazer uma dissuasão para uma defesa eficaz”, diz Bruno Cardoso Reis. **Jens Stoltenberg** anunciou “mais equipamento preposicionado, com mais capacidades projetadas, como a defesa aérea” nos países de Leste e a existência de “forças preposicionadas para defender países específicos”, que vão “trabalhar com as forças locais para se familiarizarem com o terreno”, o que não acontecia desde a Guerra Fria.

O objetivo da Aliança é que o “impensável” não se repita, apesar das ameaças permanentes do Kremlin, como as da semana passada à Lituânia, por causa da aplicação de sanções ao enclave russo de Kaliningrado. “Até os tanques russos atravessarem a fronteira da Ucrânia a 24 de fevereiro, também parecia impensável”, escreveu o “Financial Times” em editorial no dia da cimeira, onde o diário britânico sublinhava a necessidade de a NATO reforçar o poder de dissuasão e de se preparar para uma invasão. “É preciso convencer Putin de que a defesa dos Bálticos é credível”, sublinhava. **É um regresso à geopolítica dos anos 80?** “É uma espécie de dois em um, como o champô”, diz o comandante João Fonseca Ribeiro, membro do grupo de reflexão de Defesa da SEDES. “Estivemos 10 anos a desenvolver novos conceitos de intervenção da NATO” — muito focados nas zonas fora de área, como o Afeganistão — “e agora voltamos ao tempo da Guerra Fria, aos conceitos de defesa e dissuasão.”

Mas o novo conceito estratégico vai além dessa ideia de defesa convencional, como nos tempos da União Soviética: “Temia-se que houvesse esse regresso a uma missão de defesa coletiva em termos convencionais, popular entre muitos analistas e militares, com muitas brigadas, carros de combate”, aponta **Bruno Cardoso Reis**. “Mas ficou claro, no novo conceito, que a segurança não se faz apenas em termos de dissuasão tradicional, mas é muito mais complexa, feita de ciberataques, ameaças híbridas, resiliência, segurança alimentar e reservas estratégicas.”

Madrid ficará na história da NATO como uma vitória diplomática, não só por a Turquia não ter estragado a festa do alargamento a norte, mas porque os Estados Unidos reforçaram os compromissos e a presença na Europa com a **criação de um quartel-general permanente na Polónia, 5 mil tropas adicionais na Roménia, dois esquadrões de caças F-35 no Reino Unido e um reforço do número de navios de guerra em Espanha.**

E a Ucrânia, não sendo membro nem candidata, foi tratada como “parceira”, a quem os aliados vão continuar a fornecer armamento, para fazer a transição das armas soviéticas para equipamentos standard da NATO. **“A paz tem de ser feita nos termos da Ucrânia”, disse Stoltenberg. Quando?**

*** * ***

O especialista em assuntos europeus Paulo Sande explicou no podcast "Bloco de Leste" como os três Estados bálticos encaram a ameaça russa

vide

Bálticos: três países unidos pela "obsessão" com a Rússia, e para quem a NATO é a garantia de que não são invadidos por Putin

Lituânia, Letónia e Estónia são três pequenos Estados que, depois do fim do Império russo, conseguiram a independência, perdida no entanto na II Guerra Mundial e só recuperada após a queda da União Soviética. Seguiu-se um rápido processo de 'ocidentalização', rumando à União Europeia e também à NATO. Trata-se, portanto, de uma zona geoestratégica vital. Uma conversa com **Paulo de Almeida Sande**, professor, analista e comentador de assuntos europeus no podcast Bloco de Leste

30 de junho, 2022 - 7:15



Martim Silva

Diretor-Adjunto



João Luís Amorim

Sonoplasta

<https://expresso.pt/podcasts/bloco-de-leste/2022-06-30-Balticos-tres-paises-unidos-pela-obsessao-com-a-Russia-e-para-quem-a-NATO-e-a-garantia-de-que-nao-sao-invadidos-por-Putin-4f44d95c>

Porque é importante olharmos para os três países Bálticos quando falamos desta guerra? "São relevantes porque são dos mais ativos e empenhados nesta oposição à invasão russa da Ucrânia", afirma **Paulo de Almeida Sande**. Sublinhando existir na Lituânia, Estónia e Letónia uma verdadeira "obsessão" com a Rússia, considerado o antigo "invasor".

Além disso, nesta região que bordeja com a Rússia, já desde 2017 que estão instalados os chamados '*battle groups*' da NATO - Uma reação à invasão russa do leste da Ucrânia e da Crimeia em 2014.

Esta é uma guerra que assusta estes países, que em dimensão são mais pequenos que Portugal. "Eles sabem que rapidamente são submergidos por uma invasão da Rússia", em caso da guerra alastrar. **E a NATO serve aqui como uma garantia de segurança** - um ataque a um país da Aliança é um ataque a todos.

Paulo de Almeida Sande acredita que esta garantia de segurança será suficiente para evitar o alargar da guerra. Putin não vai "correr esse risco", afirma. Ao contrário, "sem a NATO, e sem o artigo 5, a Rússia não hesitaria em agir".

Uma conversa em que se fala das diferenças entre os três países, de Merkel, do futuro da União Europeia e da NATO, e ainda de Kaliningrado. E de como o impossível, o regresso da guerra à Europa, acontece em pleno século XXI.

... /// ...

EXPRESSO

Miguel Monjardino: "A NATO e a defesa da europa"



Miguel Monjardino

01 de julho, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2592-1/html/primeiro-caderno/em-destaque/a-nato-e-a-defesa-da-europa>

Porque falhou a dissuasão europeia e norte-americana em relação à Rússia?

No início de novembro do ano passado, William Burns, diretor da CIA, esteve em Moscovo. Numa série de conversas com altos-funcionários, disse-lhes que a Administração Biden sabia dos planos do Kremlin para invadir a Ucrânia e avisou como Washington reagiria caso tal acontecesse. Nas semanas e meses que se seguiram, os EUA e os seus aliados europeus tentaram dissuadir Vladimir Putin através de meios económicos e financeiros. Por razões que o tempo se encarregará de esclarecer melhor, o líder da Rússia não foi dissuadido.

O mais provável é que a necessidade de garantir a legitimidade do regime, a sua avaliação da variável tempo e a certeza de que a Ucrânia é essencial para a identidade imperial da Rússia tenham levado Putin a continuar a guerra contra Kyiv. Estes factos têm profundas consequências para o futuro da NATO.

Moscovo gostaria de apagar do mapa a data de 1991. A Europa e os EUA gostariam de preservar a herança política, económica e militar dessa data histórica. Para tal **têm vindo a mobilizar instituições como a UE, o G7 e a NATO à volta de dois objetivos. O primeiro é garantir a sobrevivência da Ucrânia como Estado independente. O segundo é adaptar a Aliança Atlântica ao novo contexto histórico europeu e internacional.**

Esta semana, a cimeira da NATO em Madrid foi particularmente importante. Por um lado, os líderes dos países-membros manifestaram apoio continuado à Ucrânia e anunciaram o reforço dos seus contingentes militares no Velho Continente. Numa altura em que a confiança entre a Aliança Atlântica e a Rússia desapareceu, **a dissuasão militar volta a ser crucial para a defesa da Europa.** Tal terá um preço político e económico.

A credibilidade desta dissuasão dependerá muito de os países europeus, os EUA e o Canadá terem realmente meios de combate no terreno, um novo sistema de comando e controlo e um ecossistema tecnológico que lhes assegure vantagem estratégica a longo prazo.

Alguns gostariam que a NATO tivesse ido mais longe do que foi em Madrid. Todavia, como disse Gary Schmidt, do American Enterprise Institute, num painel no 30º Fórum Político do Estoril: "A Aliança nunca foi nem nunca será um cavalo puro-sangue. É mais parecida com uma mula que se move devagar, teimosa nos seus hábitos, mas capaz de carregar um considerável fardo militar para os seus membros caso seja conduzida e empurrada de forma persistente."

A transição para uma época caracterizada pela competição entre potências tornará o poder e a coerção militar muito mais relevantes na Europa. Como tive oportunidade de defender há meses na SIC Notícias, a melhor analogia histórica com a invasão em curso da Ucrânia é a guerra russo-otomana de 1769-1774. A necessidade de expansão territorial, a certeza de que a guerra é essencial para a afirmação nacional e a convicção de que a Rússia tem os meios para impor uma nova ordem regional na Europa continuam vivas em Moscovo. **Cabe-nos provar a Putin e à Rússia que estão errados.**

A pedido de Miguel Monjardino, o Expresso respeitou a grafia Kyiv usada pelo autor neste texto e não a forma Kiev que o jornal adotou

... /// ...

Vítor Matos: “Dívida põe Portugal na cauda da Aliança”

Costa não garante os 2% do PIB em Defesa no seu mandato, mas para o ano vai gastar mais 0,22%.

Só cinco países não se comprometeram

VÍTOR MATOS

01 de julho, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2592-1/html/primeiro-caderno/em-destaque/divida-poe-portugal-na-cauda-da-alianca>

A NATO mudou, a União Europeia até mudou de natureza, a Alemanha deu uma volta de 180° na política de Defesa e vai gastar como nunca desde a II Guerra, mas **Portugal pouco vai mexer no que já tinha** previsto desde 2018: **fica praticamente como estava antes da mais radical alteração geoestratégica dos últimos 20 anos na Europa.**

No fim da cimeira de Madrid, António Costa não se comprometeu com a meta dos 2% do PIB em despesas militares acordada pelos Estados-membros em 2014, que agora Jens Stoltenberg, secretário-geral da NATO, vê como patamar-base e não como teto.

O primeiro-ministro atirou para um prazo que está para lá do seu mandato, quando anunciou que para o ano vai antecipar as despesas com a Defesa para valores na ordem de 1,66% do PIB — que estavam previstas só para 2024 —, manifestando a intenção de chegar aos 2% na próxima década, o que atira o calendário para 2032.

As prioridades são outras: o chefe do Governo deixou transparecer que mais do que contribuir para a segurança coletiva, o país continua condicionado pela dívida: “Não gostamos de assumir compromissos que não são seguros, e estamos a viver uma tensão inflacionista”, afirmou quinta-feira, no fecho da cimeira. No dia anterior tinha dito que, “de uma forma séria, não nos podemos comprometer com uma data, considerando a enorme incerteza da economia global, com pressão sobre as taxas de juro e redução da nossa dívida pública”.

Jens Stoltenberg deixou claro que nove países já ultrapassaram o patamar dos 2%, que 19 aliados garantiram que o atingiriam até 2024, **e que apenas cinco Governos não se tinham comprometido**, embora sem referir nomes. A última estimativa da NATO para os gastos de Portugal com Defesa em 2002 é de 1,44% do PIB (em 21º lugar), mas os valores reportados à Aliança incluem o orçamento da GNR e as pensões dos militares.

Segundo o PM, Portugal comprometera-se com gastos de 1,98% do PIB se tivesse acesso a fundos da UE para a Defesa, que entretanto não avançaram.

Um dia antes destas declarações de António Costa, o **Presidente da República** — que no discurso do 25 de Abril já tinha apelado a mais investimento na Defesa — chegou a afirmar que o Orçamento para 2023 terá “compromissos muito superiores àqueles que eram os compromissos pensados no quadro que existia”. Só que o salto de 1,44% do PIB para 1,66% (contando com a GNR) nunca será significativo tendo em conta as carências do setor (sem a GNR, o orçamento da Defesa pesa apenas 1,1% no PIB). **Chegar aos 2%, com critérios NATO, custaria pelo menos mais um milhão de euros por ano.**

Da mesma forma, Costa também não se comprometeu com um aumento significativo de forças, até porque não tem capacidade para multiplicar por oito as tropas atribuídas à NATO (que vai aumentar as forças em prontidão de 40 mil para 300 mil). Portugal tem cerca de 1500 efetivos atribuídos à NATO Response Force e 360 tropas na Roménia e na Lituânia, e aguarda “que o comando da NATO precise a distribuição das capacidades necessárias para a contribuição portuguesa”, afirmou o PM.

“Já aumentámos este ano a nossa participação em forças no âmbito na NATO, com forte presença na Roménia. E continuaremos a acompanhar esse reforço”, garantiu.

Ver Portugal na cauda da NATO não agrada aos militares. “Estamos a assistir a uma mudança de paradigma no plano internacional, que se traduziu em conflito armado, como estamos a ver com a invasão da Ucrânia, e nem assim o poder político enfrenta a situação de pré-falência das Forças Armadas, que temos denunciado”, diz o almirante reformado Melo Gomes, do Grupo de Reflexão Estratégico Independente (GREI), ex-chefe da Armada. “Esta situação não vai passar rapidamente e, no fim, quando se fizer o balanço, vamos pagar caro”.

O presidente da Associação Nacional de Sargentos, Lima Coelho, não está surpreendido e baixa as expectativas sobre eventuais aumentos ou revisões nas carreiras. “Não nos surpreende, mas preocupa-nos. A qualidade de vida dos militares vai-se agravar, porque não temos meios de exercer pressão, como outros grupos profissionais”.

Para Carlos Eduardo Reis, coordenador do PSD na comissão de Defesa, é “inacreditável” a declaração de Costa: “Agora é para uma década. A falta de investimento na Defesa não pode ser atirada sempre para as verbas europeias. O Governo tem a responsabilidade de apostar ou não nas Forças Armadas”.

... /// ...

Mais mulheres nas FFAA tornam "mais difícil" incompetência

A ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, manifestou-se hoje esperançada de que, com mais mulheres em cargos de decisão nas Forças Armadas, seja "mais difícil" haver "pessoas incompetentes" nesses lugares.



© Lusa



LUSA

01/07/22 - 14:36

https://www.noticiasao minuto.com/pais/2026673/mais-mulheres-nas-forcas-armadas-tornam-mais-dificil-incompetencia?utm_source=notification&utm_medium=push&utm_campaign=2026673

Questionada pela agência Lusa, em Beja, sobre declarações recentes do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, acerca da igualdade de género nas Forças Armadas, a governante disse que entendeu a mensagem do Chefe de Estado.

Na terça-feira, Marcelo Rebelo de Sousa considerou que só haverá verdadeira igualdade entre homens e mulheres nas Forças Armadas "quando chegar aos mais altos postos uma mulher tão incompetente como chega, em vários casos, um homem".

À margem das comemorações do 70.º aniversário da Força Aérea Portuguesa (FAP), Helena Carreiras disse que o Presidente da República quis sublinhar "a importância do caminho que falta ainda percorrer" para chegar "à igualdade plena".

"A minha esperança é que o facto de haver mais mulheres a chegar a cargos de decisão possa tornar mais difícil, mais improvável, que pessoas incompetentes cheguem a esses lugares", acrescentou a ministra.

Após presidir à cerimónia militar comemorativa do 70.º aniversário da FAP, a governante reiterou ainda o compromisso, já assumido pelo primeiro-ministro, de Portugal atingir no **próximo ano 1,66% do PIB** para este setor, o que vai permitir reforçar o respetivo orçamento.

"O primeiro-ministro já o disse", existe "o compromisso de antecipar para 2023 o objetivo de 1,66%, que havia sido fixado para 2024", afirmou a governante, em declarações aos jornalistas, em Beja.

Segundo Helena Carreiras, a antecipação dessa meta significa que, **no próximo ano, vai haver "um reforço do orçamento da Defesa**, na medida das possibilidades [do país] neste contexto de crise".

Existe também "a possibilidade de haver um reforço de meios da União Europeia e de outros fundos", para que o país possa "atingir e tentar convergir para os 2% [do PIB para a Defesa] até ao final da década", acrescentou.

Questionada igualmente sobre o requerimento do PSD para que seja ouvida na comissão parlamentar de Defesa sobre as taxas de execução da Lei de Programação Militar (LPM), aprovado por unanimidade na quarta-feira, **Helena Carreiras disse ter "todo o gosto em ir ao parlamento"**, que é onde se deve "prestar contas, discutir e clarificar".

A ministra lembrou que, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2022 (OE2022), já explicou as taxas de execução da LPM, mas, "logo que possível e que seja possível agendar", irá regressar ao parlamento.

Aí, irá "voltar a explicar porque é que, em 2021, as taxas tinham ficado abaixo do desejável, devido a circunstâncias muito variadas, e falarei também da revisão da LPM, que está em curso", indicou.

... /// ...

EUA incentivam Portugal a atingir meta de 2% do PIB para defesa

Os Estados Unidos querem que todos os Aliados façam "a sua parte para cumprir os compromissos" assumidos na cimeira do País de Gales e atinjam a meta dos 2% do PIB reservados à defesa.

Portugal deverá reservar, em 2022, 1,44%, diz a NATO.



Lusa EPA/Reuters

Lusa

02 de julho, 2022 - 10:29

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/eua-incentivam-portugal-a-atingir-meta-de-2-do-pib-para-defesa>

Os Estados Unidos consideram Portugal um "importante Aliado da NATO", mas **incentivam o país** a "fazer a sua parte" para cumprir a meta aliada dos 2% do PIB reservados à defesa.

"Os Estados Unidos incentivam todos os Aliados da NATO a fazerem a sua parte para cumprir os compromissos [assumidos] na cimeira do País de Gales", **disse à Lusa fonte do Departamento de Estado norte-americano, em resposta por escrito, dois dias depois do final da cimeira de líderes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)**.

Em setembro de 2014, poucos meses após a anexação da Crimeia pela Rússia, os líderes da NATO, reunidos em cimeira no País de Gales, comprometeram-se a investir 2% dos respetivos PIB em Defesa.

Segundo estimativas divulgadas pela NATO, Portugal deverá reservar, em 2022, 1,44% do PIB à Defesa.

À entrada para a cimeira da NATO, na quarta-feira, **António Costa** afirmou que Portugal não se pode "objetivamente comprometer" com uma data para atingir a meta de 2% do PIB reservados à Defesa, afirmando que o país só assume "compromissos que pode cumprir" e invocando "a situação de incerteza" da economia global e a "grande determinação" em reduzir de forma "forte" a dívida pública.

Em conferência de imprensa na quinta-feira, após o final da cimeira, o primeiro-ministro afirmou ter transmitido essa mensagem à Aliança Atlântica, acrescentando que Portugal irá atingir a meta dos 2% "ao longo da década".

Costa referiu ainda que **Portugal pode "acelerar a convergência para esse objetivo" caso a União Europeia (UE) disponibilize fundos comunitários no âmbito da política comum de segurança e defesa.**

Nas declarações à Lusa, o Departamento de Estado qualifica Portugal como um "importante Aliado da NATO" e um "amigo histórico", referindo que as Forças Armadas dos dois países trabalham "lado a lado", "fortalecendo a parceria e garantindo a segurança" de ambas as nações.

"Em conjunto com Portugal, os nossos militares estão a operar globalmente, desde a Roménia - no âmbito das medidas de segurança da NATO - a operações marítimas conjuntas no Atlântico", refere o Departamento de Estado, em referência ao contingente militar português composto por 221 militares que se encontra atualmente na Roménia.

Numa referência à base das Lajes, operada pelas Forças Armadas norte-americanas, o Departamento de Estado - dirigido pelo secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken - realça que "os Açores desempenham um papel único e especial na amizade histórica entre os Estados Unidos e Portugal".

"As nossas famílias, culturas e economias têm crescido em conjunto nos últimos 226 anos. Estes laços são a base sólida na qual a nossa prosperidade e segurança comum é construída", indica.

"As relações entre Portugal e os Estados Unidos estão mais fortes do que nunca. Somos amigos, somos parceiros e somos aliados. E, tendo em conta que a maioria dos luso-americanos têm raízes nos Açores, somos também família", adianta.

... /// ...

Teresa de Sousa: “A NATO e a frente interna: [...]”

[...] como resistir à próxima recessão.

Os maiores desafios que os aliados podem vir a enfrentar resumem-se a uma questão: como preservar a estabilidade e a coesão das respectivas democracias.



Teresa de Sousa,

03 de julho, 2022

<https://www.publico.pt/2022/07/03/mundo/opiniao/nato-frente-interna-resistir-proxima-recessao-2012273>

1. **Charles Kupchan** publicou na revista “Foreign Affairs” um pequeno ensaio cujo título nos faz reflectir: “**O difícil caminho que a NATO tem à sua frente – as maiores ameaças à unidade da Aliança virão depois da cimeira de Madrid**”. Podemos dizer que Kupchan, investigador do Council on Foreign Relations de Washington, se limita a constatar o óbvio. Não vai ser fácil pôr de pé as medidas de natureza militar que foram aprovadas para que a aliança possa enfrentar a nova ameaça directa à segurança dos seus membros, representada hoje pela Rússia de Putin. **Não se aumenta de um dia para o outro uma Força de Reacção Rápida de 40 mil homens para 300 mil.** É preciso substituir o armamento pesado que foi enviado para a [Ucrânia](#).

Os aliados europeus, que pouco se preocuparam até hoje com a sua segurança, vão ter de reforçar as respectivas capacidades militares de forma coordenada e inteligente. Talvez por isso, na perspectiva da defesa dissuasora, **a notícia mais importante**, em termos militares, tenha sido o anúncio feito pelo Presidente Biden de que, até ao final do ano, **os EUA vão reforçar a sua presença na Europa** com a instalação de um Quartel-General na Polónia, uma brigada na Roménia e mais dois esquadrões de F-35 no Reino Unido. É um sinal inequívoco do seu compromisso com a defesa da Europa de que os europeus precisavam.

Convém lembrar que, apesar das vicissitudes da relação transatlântica nos anos de Trump, os EUA mantinham 80 mil homens em território europeu, boa parte dos quais estacionados na Alemanha. A guerra já elevou para 100.000 este número.

Esta presença foi, durante muito tempo, tema de polémica em anteriores eleições alemãs, porque uma parte do SPD e uma parte dos Verdes a contestavam. Hoje agradecem-na. Tudo isto faz parte do passado, graças à invasão russa da Ucrânia.

Nesse sentido, podemos dizer que esta cimeira da Aliança Atlântica representou uma extraordinária demonstração de unidade das democracias ocidentais e da sua determinação para responderem a um novo ambiente estratégico mundial muito mais exigente e perigoso.

2. Mas a questão de Kupchan é mais vasta. Os maiores desafios que os aliados podem vir a enfrentar, comuns aos dois lados do Atlântico, **são talvez de ordem interna.** Resumem-se a uma questão: **como preservar a estabilidade e a coesão das respectivas democracias.**

Começamos pela Europa, que, desde o fim da Guerra Fria, se habituou a contar sempre com os dividendos da paz. Alguma coisa já tinha mudado a partir de 2014, com a primeira invasão russa do Donbass e a anexação da Crimeia, voltando a colocar em cima da mesa os gastos com a defesa.

Nesse ano, numa cimeira da NATO, os aliados fixaram **a meta dos 2 por cento para os respectivos orçamentos de defesa**, que devia ser cumprida até 2024. **Foram raros os países europeus que a levaram a sério.** Com o espartilho das regras do défice e da dívida, imposto na zona euro, e com o peso orçamental do modelo social europeu, **a última das preocupações dos governos** – de centro-esquerda ou de centro-direita – **foram os gastos militares.**

A Alemanha foi o caso extremo. Talvez as **únicas exceções** tenham sido a **Suécia e a Finlândia**, justamente porque não dispunham da protecção da NATO que, convém sempre lembrar, significa a protecção americana. **Se ainda é precisa uma prova definitiva deste estado de coisas, basta lembrar as eternas discussões europeias sobre a sua política de segurança e defesa**, que nunca passaram disso mesmo: **discussões sem qualquer tradução prática** sobre a “autonomia” em relação aos EUA, que queriam traduzir numa capacidade militar própria que nunca chegou a existir.

Hoje a questão coloca-se finalmente com toda a sua clareza: a NATO é a pedra-angular da segurança europeia; **o fortalecimento da Aliança passa pelo fortalecimento do seu pilar europeu.**

3. Para que isso possa acontecer, Charles Kupchan recomenda à Europa que “mantenha uma particular atenção à frente doméstica”. Até agora, o choque da guerra e o sofrimento e a coragem dos ucranianos conseguiram mobilizar as opiniões públicas europeias. As sondagens dizem que os europeus estão mesmo dispostos a alguns sacrifícios para garantir o apoio à Ucrânia.

Com os efeitos da inflação no custo de vida, a perspectiva de uma recessão económica ou uma nova vaga de refugiados da fome provocada pela crise alimentar global, este estado de espírito pode mudar rapidamente.

O que se está a passar hoje na Alemanha, a mais forte das economias europeias, é paradigmático. “**Estamos já numa crise do gás**, que passou a ser uma matéria-prima escassa a partir de agora. Isto vai afectar a produção industrial e tornar-se num fardo pesado para os consumidores”, acaba de dizer o vice-chanceler e ministro da Economia de Berlim, Robert Habeck. **É nestas circunstâncias que a Europa tem de fortalecer as suas capacidades de defesa. Os governos terão de explicar aos cidadãos que vai ser preciso encontrar um novo equilíbrio entre segurança e benefícios sociais. Até hoje, têm sido muito pouco convincentes, porque bastante pouco verdadeiros.**

4. Enquanto acompanhava os trabalhos da [cimeira da NATO em Madrid](#), houve um pensamento [que] nunca me abandonou: **todas estas decisões fundamentais vão depender do que se passar nos Estados Unidos nos próximos tempos.** Ou, em palavras um pouco mais dramáticas, mas talvez não demasiado exageradas, **do que acontecer à democracia americana.**

Há meia dúzia de anos, esta questão nem sequer se punha. Fosse qual fosse o ocupante da Casa Branca, democrata ou republicano, havia um forte consenso na política externa, que nunca punha em causa os seus fundamentos, entre os quais as alianças permanentes forjadas depois da II Guerra. **Donald Trump interrompeu bruscamente esse consenso. Biden restabeleceu as relações transatlânticas, sossegou os aliados asiáticos, repôs a responsabilidade americana pela defesa da ordem internacional liberal, hoje sob ataque. O problema é que a deriva extremista do Partido Republicano não põe apenas em causa esse consenso fundamental, como ameaça a própria democracia americana. E uma crise da democracia na América é o pior de todos os cenários.**

É o cenário “impensável”. Para a Europa e para o mundo. Porque as democracias europeias não estão isentas da contaminação populista e extremista, como vemos em quase todas as eleições. Porque não têm força para, sozinhas, defenderem os valores ocidentais no mundo ou proteger a sua influência internacional. E, muito menos, num ambiente de extrema incerteza e de enormes dificuldades económicas, propícias ao fechamento e à divisão. Precisamente uma das grandes lições desta crise está em que **a Europa apenas pode ter a força suficiente para pesar num mundo** cada vez mais determinado pela competição entre grandes potências, **se preservar uma relação transatlântica indestrutível.**

5. Houve, apesar de tudo, excelentes notícias na sucessão de cimeiras que marcaram os últimos dias de Junho — do Conselho Europeu à cimeira da NATO, passando pela [reunião do G-7](#). E que podem ser resumidas de uma maneira simples. **O Ocidente lançou as bases de uma estratégia para consolidar a sua influência mundial, numa altura em que as grandes potências autocráticas estão na ofensiva à escala global.**

A decisão de dedicar 600 mil milhões de dólares para apoio ao investimento em infra-estruturas (físicas, tecnológicas, de saúde pública) nos países do chamado Sul Global pode ter sido tardia, mas é, finalmente, uma resposta à “Nova Rota da Seda”, lançada pela China há quase 10 anos. É pouco, comparado com os 2,5 biliões investidos pela China. Pode ser importante, quando os investimentos chineses começam a ser olhados com desconfiança pelos beneficiários.

O convite feito por Olaf Scholz, que presidiu ao G-7, aos Presidentes da Índia, Indonésia e África do Sul tem de ser acompanhado por uma estratégia de cooperação com as grandes democracias do Sul, que a Europa quase sempre descurou, concentrada que estava no mercado chinês e nas suas vantagens económicas. Mas esse tempo parece estar a passar. A guerra de Putin também serviu para isso — **as democracias ocidentais perceberam que o resto do mundo não as seguia, nem na condenação da Rússia nem no apoio à Ucrânia. Têm de recuperar o tempo perdido.**

... /// ...

David Leonhart: "We look at three scenarios for the war in Ukraine."



A resident of Sloviansk, Ukraine, amid a destroyed bazaar.

Mauricio Lima for The New York Times



By [David Leonhart](#)

[July 6, 2022]

<https://www.nytimes.com/2022/07/06/briefing/ukraine-war-three-scenarios.html>

Victory, stalemate, defeat

Avril Haines, the U.S. director of national intelligence, recently outlined **three plausible scenarios** in Ukraine.

In the first, Russia's continuing progress in eastern Ukraine would break Ukrainians' will to fight and allow the Russian military to take over even more of the country. This outcome is Vladimir Putin's new goal after being defeated in his initial attempt to oust Ukraine's government.

In the second scenario — **the most likely one**, Haines said ([during a public appearance](#) in Washington last week) — **Russia would dominate the east but would not be able to go much farther.** The two countries would fall into a stalemate that Haines described as "a grinding struggle."

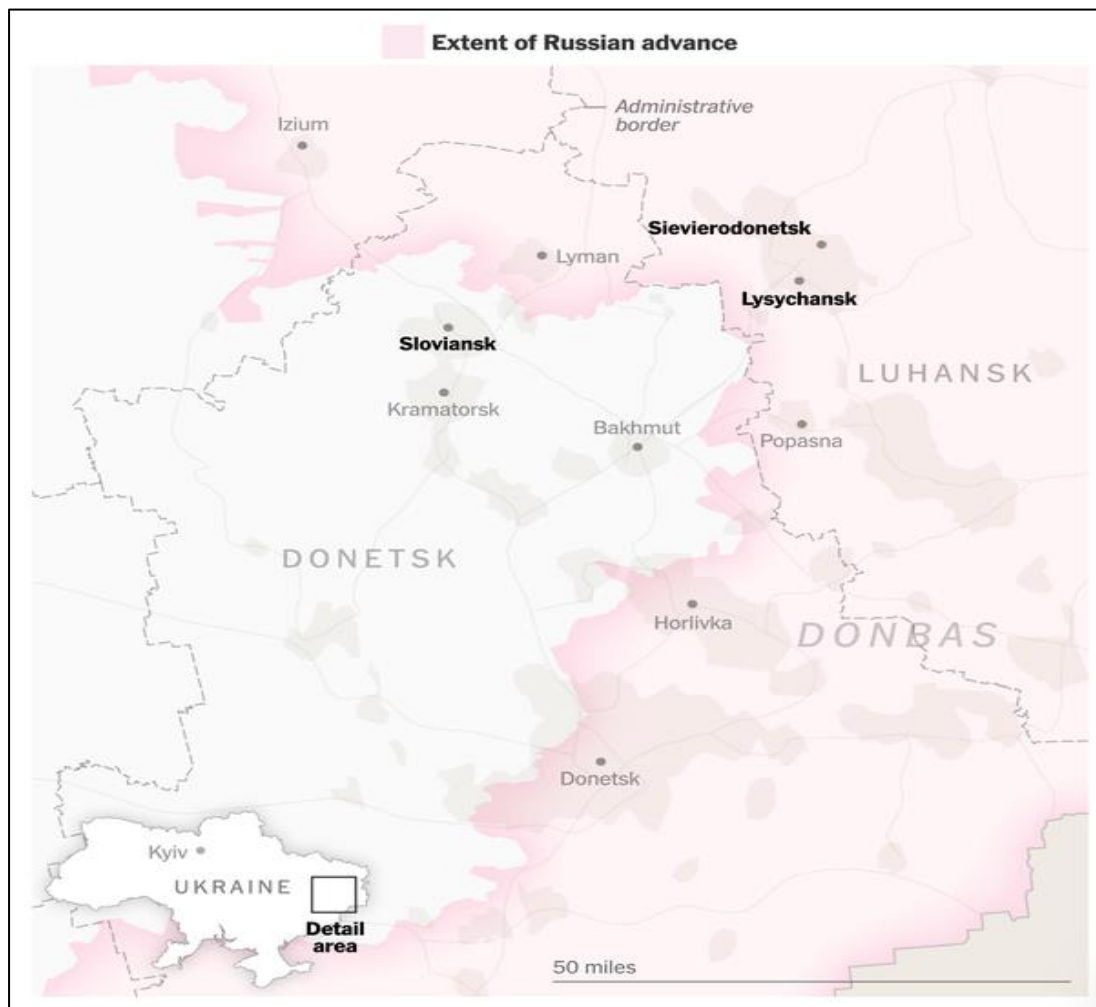
In the third scenario, Ukraine would halt Russia's advance in the east and also succeed in launching counterattacks. Ukraine has already regained some territory, especially in the southern part of the country, and some military experts expect a broader offensive soon.

Today's newsletter provides an update on the war by examining a few questions that will help determine which of these three scenarios becomes most likely.

Temporary or permanent

Has the tide definitively turned or are Ukrainian forces about to have more success?

The most recent phase of the war has gone well for Russia. The eastern part of Ukraine, known as the Donbas region, has two provinces — Luhansk and Donetsk. Russia now controls virtually all of Luhansk and about 60 percent of Donetsk, according to Thomas Bullock, an analyst for Janes, a company specializing in intelligence issues.



Russian advance as of July 3.

Source: Institute for the Study of War | By Josh Holder

Yesterday, Russian forces increased their shelling near **Bakhmut**, a city in Donetsk that's an important Ukrainian supply hub. Russia used a similar tactic in Luhansk to clear Ukrainian forces and civilians before taking over cities.

"The Kremlin is sending the message that their overall plans haven't changed and that everything is going according to plan," Anton Troianovski, The Times's Moscow bureau chief, said. In a sign of confidence in the Kremlin, Russian media have recently been reporting plans for holding referendums in the captured territories and formally annexing them, Anton added.

But Ukraine does continue to benefit from an influx of sophisticated weapons from the West. And there is some reason to wonder whether Ukrainian troops will soon be able to make better use of those weapons than they have so far.

In the initial phase of the war, the U.S., E.U. and other Ukrainian allies were sending relatively simple weapons, like the shoulder-fired missile systems known as Javelins. Those weapons helped Ukraine defend territory from small groups of Russian forces. More recently, the West has sent more powerful artillery — like the HIMARS, a truck-based rocket system — meant to help Ukraine withstand the massive buildup of Russian troops in the east.



American HIMARS weaponry during a military exercise in Morocco last month.

Fadel Senna/Agence France-Presse — Getty Images

Training somebody to use a Javelin can take just a few hours, my colleague Julian Barnes points out. Training troops to use a HIMARS can take days or weeks — as does transporting them to the battlefield. In coming weeks, Julian said he would be watching to see whether Ukraine would be able to use its growing supply of HIMARS to inflict more damage on Russian troops.

(Here's more [on the early effect of the HIMARS](#) from Eric Schmitt and John Ismay of The Times.)

No Russian draft

Is Russia running out of troops?

Two recent developments have offered reason to wonder. First, Russia has had to turn to outside troops — like those from [the Wagner Group](#), a private company — to replenish their units, as my colleague Thomas Gibbons-Neff explained [in his recent analysis of the war](#). Second, Putin ordered some of the troops involved in recent victories in the Donbas region to rest, suggesting that those units were exhausted.

“American officials and outside analysts both agree if Russia wants to move beyond the Donbas, they will need to take a step they have been unwilling to do: a mass mobilization,” Julian said. “Russia will need to conduct a military draft, recall soldiers who previously served and take politically painful steps to rebuild their force. So far, Putin has been unwilling to do so.”

Russia has many more resources than Ukraine, including soldiers and weapons. But Russia’s resources do have limits, especially if Putin is unwilling to spend political capital on a mass mobilization.

These limits raise the prospect that Ukraine can hold Russia’s gains to the east and slowly exhaust Russian troops with counterattacks and internal resistance — as well as Western economic sanctions. That situation, in turn, could lead Putin to accept an eventual cease-fire that leaves most of Ukraine intact.

“That will not be a perfect victory,” Julian said, “but it might be realistic.”

Shell shock

But is Ukraine running out of troops even faster?

Both sides appear to be suffering a similarly high rate of casualties — hundreds per day. As a result, Ukraine has had to rely increasingly on troops with little training.

The surviving troops are also at risk of psychological damage. The method of fighting in the east — an unceasing exchange of artillery — resembles the trench warfare of World War I, which gave rise to the term “shell shock,” my colleague Thomas notes.

“During the artillery shelling, all you can do is lay in the shelter and wait for the shelling to end,” one Ukrainian commander told *The Times*. “Some people get mentally damaged because of such shelling. They are found to be psychologically not ready for whatever they encounter.”

As uncertain as the future may be in Ukraine, the present is clearly dire, as Haines acknowledged when outlining the three scenarios last week. “In short,” she said, “the picture remains pretty grim.”

GRUPO DE REFLEXÃO ESTRATÉGICA INDEPENDENTE

SÓCIOS FUNDADORES

Adelino de Matos Coelho
Carlos Manuel Mourato Nunes
Eduardo Eugénio Silvestre dos Santos
Eurico Correia Gonçalves
Fernando Alberto Carvalho David e Silva
Fernando José Ribeiro de Melo Gomes
Fernando Manuel de Oliveira Vargas de Matos
Fernando Néilson Rodrigues Rocha
Fernando Paiva Monteiro
João Manuel Lopes Pires Neves
Joaquim Formeiro Monteiro
José Augusto Valente Oliveira Simões
José Joaquim Conde Baguinho
José Luiz Pinto Ramalho
Luís Augusto Sequeira
Manuel Campos Almeida
Manuel Fernando Marques Vizela Cardoso
Manuel José Taveira Martins
Mário Augusto Mourato Cabrita
Rui Cardoso de Telles Palhinha
Rui Manuel Rodrigues de Abreu

